MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2014

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2014

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Mensagem à Assembleia Legislativa 2014

Abertura da 4ª Sessão Legislativa da 28ª Legislatura

Fortaleza, 2014

Governo do Estado do Ceará

GOVERNADOR

Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR

Domingos Gomes de Aguiar Filho

Gabinete do Governador	Danilo Gurgel Serpa
Gabinete do Vice-Governador	Irapuan Diniz de Aguiar Júnior
Casa Civil	Arialdo de Mello Pinho
Casa Militar	Joel Costa Brasil
Procuradoria Geral do Estado	Fernando Antônio Costa de Oliveira
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	João Alves de Melo
Conselho Estadual de Educação	Edgar Linhares Lima
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico	Alexandre Pereira Silva
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente	Bruno Vale Sarmento de Menezes
Secretaria das Cidades	Carlo Ferrentini Sampaio
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	René Teixeira Barreira
Secretaria da Cultura	Paulo de Tarso Bernardes Mamede
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	José Nelson Martins de Sousa
Secretaria da Educação	Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
Secretaria Especial da Copa 2014	Ferruccio Petri Feitosa
Secretaria do Esporte	Antônio Gilvan Silva Paiva
Secretaria da Fazenda	João Marcos Maia
Secretaria da Infraestrutura	Francisco Adail de Carvalho Fontenele
Secretaria da Justiça e Cidadania	Mariana Lobo Botelho Albuquerque
Secretaria da Pesca e Aquicultura	Francisco Sales de Oliveira
Secretaria do Planejamento e Gestão	Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Secretaria dos Recursos Hídricos	César Augusto Pinheiro
Secretaria da Saúde	Ciro Ferreira Gomes
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Servilho Silva de Paiva
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Josbertini Virgínio Clementino
Secretaria do Turismo	Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia
Defensoria Pública Geral	Andréa Maria Alves Coelho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Santiago Amaral Fernandes

Governo do Estado do Ceará

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário	Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Secretário Adjunto	Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretario Executivo	Marcos Antonio Brasil
Assessoria de Desenvolvimento Institucional	Marcelo Jorge Borges Pinheiro
Assessoria Jurídica	Heloysa Helena de Meneses Freire Rocha
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Naiana Correa Lima Peixoto
	Marcos Medeiros Vasconcelos
	Marcos Martins Santos
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate e Pobreza e Inclusão Social	Lara Maria Silva Costa
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira	Ticiana da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Andréa Guimaraes Cerqueira dos Santos
	Fábio da Silva Miranda
Coordenadoria de Gestão Previdenciária	Francisco Robson da Silva Fontoura
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Tavora Ponte
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria do Gespública	Silvia Kataoka de Oliveira
Coordenadoria de Gestão de Compras	Carmen Silvia de Castro Cavalcante
Coordenadoria de Recursos Logísticos e de Patrimônio	Diarley Maia de Sousa Almeida
Coordenadoria de Estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fábio Gondim Ribeiro
Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	João Alcides de Oliveira Guerra
Coordenadoria Administrativa-Financeira	Francisco José de Oliveira

Governo do Estado do Ceará

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇAO	Daniele Passos de Lima Albuquerque Maria Cristiane Maia Caxilé Marcos Martins Santos
EQUIPES SETORIAIS	Coordenadores, Assessores e Técnicos de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais das Secretarias e Vinculadas
ELABORAÇÃO TÉCNICA	Cristiane Lorenzetti Colares Daniele Passos de Lima Albuquerque Dominique Cunha Marques Gomes Eliane Barbosa Hissa Fátima Coelho Benevides Falcão Francisca Maria de Sousa Moreira Francisco José Freire Rodrigues Júnior Francisco Menezes de Freitas Luiz Carlyle de Carvalho Mendes Marcos Medeiros Vasconcelos Marcos Martins Santos Maria Cristiane Maia Caxilé Maria Lúcia do Carmo Maria Lúcia Holanda Gurjão Naiana Correa Lima Peixoto Nicolino Trompieri Neto Raimundo Avilton Meneses Júnior Renata Maria Jurema Pontes Viana Sandra de Souza Sandra Maria Braga Vera Marlusa Teixeira Veras Virginia Dantas Soares Teixeira
COLABORADORES	Cleyber Nascimento de Medeiros Francisco Ailson Alves Severo Filho José Fábio Sousa Diogo Maria Elizabeth Pereira da Rocha Nertan Cruz Almeida Norma Maria Cavalcanti Alcoforado
REVISÃO VERNACULAR	Antônio Maltos Moreira
DIAGRAMAÇÃO	Julian Marlos Carneiro Lima Manoel Vital da Silva Júnior Umehara Lopes Parente

PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR

PRONUNCIAMENTO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, POR OCASIÃO DA ABERTURA DOS TRABALHOS DA SESSÃO LEGISLATIVA EM 2014.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS, EXCELENTÍSSIMAS SENHORAS DEPUTADAS, DEMAIS AUTORIDADES AQUI PRESENTES, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES.

Honra-me comparecer à abertura dos trabalhos deste nobre Parlamento não apenas pela motivação de cumprir um preceito constitucional mas também pela oportunidade de prestar contas ao Poder Legislativo e a toda a sociedade cearense das ações executadas pela administração pública estadual ao longo de 2013.

Nos últimos anos, o Governo do Estado do Ceará, com muita firmeza e perseverança, consolidou avanços e lançou novas bases para o desenvolvimento estadual. Em conjunto, preservou os princípios de gestão financeira e fiscal, que possibilitaram as diversas realizações observadas recentemente e que fazem do nosso Estado uma referência em gestão pública.

O ano de 2013 foi, em nível global, mais um período de restrições. O mundo desenvolvido continua envidando esforços para sair da recessão, mas já mostra sinais promissores de recuperação. O Brasil segue sentindo os impactos dessa crise, embora não com a mesma intensidade de outros países. Nesse cenário adverso, o Ceará sobressai-se.

O Produto Interno Bruto (PIB) estadual – soma de todos os bens e serviços produzidos no Estado – referente ao ano de 2013 deve chegar aos R$ 105 bilhões. Isto representará um acréscimo de 3,5% sobre o PIB de 2012, sendo esse resultado bem superior ao esperado para a economia nacional. Foram determinantes para esse desempenho: o crescimento do setor industrial, de 6,22% (acumulado até setembro de 2013), liderado pela Indústria de Transformação e Construção Civil; e dos Serviços, com uma taxa acumulada, no mesmo período, de 2,74%, com destaque para as atividades de Comércio, Alojamento e Alimentação. Os investimentos públicos realizados pelo nosso Governo, em diversas áreas, também têm-se evidenciado como fundamentais para esse resultado.

De modo muito particular, menciono a realização da Copa das Confederações da Fifa Brasil 2013, evento ao qual dedicamos esforço e pertinácia. Durante os 15 dias de duração do evento, foram injetados na economia cearense, pelos nossos visitantes, um montante de recursos da ordem de R$ 145,9 milhões, resultando em um impacto sobre o PIB da ordem de R$ 234,4 milhões.

Consciente do potencial turístico de nosso Estado e dos benefícios do desenvolvimento desse setor para todos os cearenses, intensificamos as ações de fortalecimento da infraestrutura turística. Isto viabilizou a construção de centros de eventos (em Fortaleza, Iguatu e Crato), a construção e a ampliação de aeroportos (Jericoacoara e Aracati), a duplicação e requalificação de estradas, a construção do Acquário Ceará (em andamento) e o saneamento das Praias do Porto das Dunas e Cumbuco. Uma das consequências dessas ações é o contínuo aumento da quantidade de turistas que têm como destino o Ceará (pela primeira vez, recebemos mais de 3 milhões de visitantes em um único ano, que deixaram no nosso Estado recursos da ordem de R$ 5,6 bilhões) e do índice de interiorização do turismo (percentual

de turistas que estiveram em Fortaleza e se deslocaram para o interior), o qual passou de 65,1% em 2006 para 69% em 2013.

Quanto ao setor industrial, chamo a atenção das senhoras e senhores para o que, hoje, se pode denominar de fase pré-operacional do polo siderúrgico do Ceará.

A âncora desse polo é a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) – investimento de US$ 4,9 bilhões e que contribui para a geração de 23 mil empregos diretos e indiretos durante a fase de construção. Quando do início de suas operações, a CSP deve concorrer para a criação de 14 mil empregos diretos e indiretos e para elevar o PIB estadual em 12%.

Como uma das ações para viabilizar a instalação da siderúrgica e de diversas outras empresas industriais exportadoras em nosso Estado, concluímos a implantação, obtivemos o alfandegamento e iniciamos a operação, em 2013, de uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) na área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. A ação proativa do Governo fez com que este se tornasse o primeiro equipamento deste gênero a entrar em operação no Brasil. Hoje, a ZPE Ceará já trabalha intensamente recebendo equipamentos e itens estruturais para a construção da CSP.

Para suportar o crescimento do nascente polo siderúrgico, bem como das indústrias já instaladas ou em processo de instalação no Ceará, é de fundamental importância o investimento em infraestrutura logística, recursos hídricos, mobilidade urbana e telecomunicações. E em todas essas frentes, o Estado do Ceará apresenta conquistas importantes.

Em 2013, o volume de cargas movimentado no Terminal Portuário do Pecém foi de 6,2 milhões de toneladas, resultando num crescimento de 40% quando comparado ao ano de 2012. Isso é decorrente, em parte, da construção do Terminal de Múltiplos Usos – TMUT e da instalação de um sistema de carga e descarga e de transporte de granéis sólidos, que impactou no aumento da capacidade operacional do Porto.

No transporte rodoviário, teve sequência o processo de ampliação, renovação e adequação da malha rodoviária, integrando-a definitivamente à rede logística estadual. Em 2013, a malha rodoviária recebeu um acréscimo de cerca de 160 km de novas pavimentações e já alcança a extensão de 7.070 km de rodovias. Ainda no ano passado, assinamos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um acordo de empréstimo para desenvolvimento do programa Ceará IV, que irá aplicar US$ 504 milhões – sendo US$ 400 milhões provenientes do BID e US$ 104 milhões do Tesouro Estadual - em pavimentação e restauração de vias.

Quanto à capacidade de acumulação hídrica dos açudes estaduais, evidencia-se um contínuo aumento ao longo dos anos, atingindo, em 2013, 7,488 bilhões de metros cúbicos – número obtido com a conclusão dos reservatórios de Gameleira, Jatobá e Mamoeiro. Ao fim de 2014, com o fim das obras dos reservatórios de Diamantino, Germinal, Amarelas, Melancia e Jucá, a nossa capacidade de armazenar água deve atingir o volume de 7,576 bilhões de metros cúbicos.

Ainda com referência à gestão de recursos hídricos, o Governo do Estado tem concentrado esforços para não apenas construir reservatórios mas também para levar água a todo o território cearense. É com este objetivo que se está implantando o Cinturão das Águas do Ceará – o maior projeto de transferência

hídrica dentre os diversos que estamos executando. Iniciamos em 2013 a construção da primeira etapa, que deve ser concluída já neste ano de 2014. Quando esse projeto estiver finalizado será possível alimentar com água todas as 12 bacias do Estado. Isso significa água o ano inteiro – faça chuva ou sol!

Já as ações de mobilidade urbana compreendem a Conclusão das obras civis da Linha Sul e início das obras da Linha Leste do Metrofor. Ressalto aqui que esse último trecho foi contratado ao custo de R$ 2,2 bilhões, o que o coloca como o maior investimento público da História do Estado do Ceará. Além disso, o VLT Parangaba-Mucuripe encontra-se em implantação, com 30% das obras concluídas. Já o VLT de Sobral tem 100% das obras civis concluídas.

Sobre os investimentos em infraestrutura de telecomunicações – mais especificamente, de transmissão de dados – destaco a implantação do Cinturão Digital do Ceará, que já chega a 100 municípios de nosso Estado. Trata-se de uma infraestrutura de alta tecnologia, que permitirá a Universalização da Banda Larga no Estado, democratizando o acesso à informação digital e apoiando projetos do Governo em diversas áreas. Essa rede de transmissão de dados, pioneira no País, permite a conectividade dos cidadãos em alta velocidade, possibilitando o acesso a serviços digitais e visando o desenvolvimento socioeconômico do Estado, a modernização da gestão pública e a ampliação da prestação de serviços à população. Dentre os benefícios dessa grande iniciativa, destaca-se a disseminação da Telemedicina, que possibilita a disponibilização de exames complexos à população do interior sem que haja a necessidade de deslocamentos para Fortaleza.

No tocante à Saúde, reafirmo o nosso compromisso com o setor, que tem sido tratado como uma das nossas grandes prioridades. Está sendo concluída a mais completa rede de assistência à saúde do País. São 22 policlínicas para ampliar o acesso aos especialistas e a exames complexos, 19 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) com serviços em saúde bucal, 4 hospitais regionais e 22 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs 24 horas), sendo seis na capital e dezesseis no interior e, ainda, a universalização do Serviço Móvel de Urgência (SAMU).

É essa rede que está possibilitando, hoje, a oferta de serviços de saúde de melhor qualidade na rede pública, fato evidenciado, por exemplo, pelo recorde de transplantes de órgãos realizados no Ceará – 1.361 procedimentos dessa natureza foram realizados em 2013, contra 446 em 2006.

Deve ser destacado ainda, no campo da saúde, o apoio dado aos municípios, já que o Tesouro estadual financiou a construção de 150 Unidades Básicas de Saúde em 150 municípios.

Consideramos também como absoluta prioridade a área da Educação – desde a infância até a educação profissionalizante e de nível superior. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará tem evoluído continuamente, enquanto o analfabetismo vem caindo. Investimos em Centros de Educação Infantil, em Escolas de Ensino Fundamental e Médio, em Centros de Educação Tecnológica, na ampliação de vagas e diversificação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação em todo o Ceará.

Evidencio a implantação das Escolas de Educação Profissional. Em 2013, inauguramos 8 novas unidades, que, somadas às 92 já em funcionamento, totalizam 100 escolas desse tipo implantadas desde 2007.

A nossa atuação incisiva para a melhoria da educação no Ceará fez com que o modelo que adotamos

fosse reconhecido em nível nacional. O nosso Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) gerou o PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Esta iniciativa foi transformada em lei pelo Congresso Nacional em fevereiro de 2013, e sancionada pela Presidenta Dilma em maio desse mesmo ano.

Na área da Segurança Pública, este um dos maiores desafios não apenas deste governo e da sociedade cearense mas de todo o Brasil, registramos avanços importantes. Em 2013, aumentamos o efetivo policial através da convocação de 1.100 candidatos aprovados no concurso de 2011 e formamos 1.097 soldados da Polícia Militar e 411 inspetores da Polícia Civil. Melhoramos os recursos disponibilizados às Polícias Civil e Militar, ao Corpo de Bombeiros e Defesa Civil. Ampliamos de 44 para 94 o total de delegacias no interior do Estado. Construímos e equipamos delegacias especializadas, como a Divisão de Homicídios e de Proteção à Pessoa e se encontra em implantação a Divisão de Combate ao Tráfego de Drogas. Aprimoramos a forma como esse setor vem sendo gerido e passamos a adotar os princípios da Gestão Pública por Resultados, com estabelecimento de metas para a redução da criminalidade e concessão de prêmios para aqueles que contribuírem para a melhoria dos indicadores de violência.

Além dessas áreas, o Governo como um todo tem trabalhado, nos últimos 7 anos, preparando o Ceará para o futuro, cuidando do presente. A partir desta perspectiva, aceitamos o desafio proposto pelo Banco Mundial (BIRD) para a implementação de um programa pioneiro cujos objetivos são: ampliar a oferta de capital humano para dar suporte a crescente demanda por mão de obra qualificada no nosso Estado; prover assistência familiar com o intuito de melhorar a situação da população infantil, visando a redução das desigualdades; melhorar a qualidade da água que chega às casas das nossas famílias; e aperfeiçoar a gestão pública estadual.

A implantação desse programa pioneiro – denominado Programa para Resultados – PforR, que totaliza um volume de investimentos da ordem de US$ 350 milhões – só está sendo possível porque o BIRD reconheceu o Governo do Estado do Ceará como parceiro qualificado e comprometido em promover o desenvolvimento econômico e social.

Sabemos que a caminhada para a construção de um novo Ceará requer a participação de todos. Agradeço àqueles que, no Governo do Estado, não medem esforços para assegurar "Um Ceará Melhor Pra Todos".

Sou grato ainda aos esforços dos poderes Legislativo e Judiciário, do Governo Federal e Governos Municipais, bem como de toda a sociedade cearense, que colaboraram sobremaneira para que os últimos anos tenham sido de muitas realizações.

A determinação em "fazer mais e melhor pra todos" e em lançar os fundamentos para a construção de "um novo Ceará" são marcas deste governo. Durante todo o período em que tenho me dedicado a servir ao povo do meu Estado, isso tem me motivado a trabalhar como se cada dia fosse o primeiro dia. Em 2014, não será diferente! É assim que a gente quer e que a gente faz um novo Ceará!

CID FERREIRA GOMES
Governador

SUMÁRIO

DESENVOLVIMENTO ESTADUAL

Desempenho Econômico 24
Resultados Estratégicos de Governo 36

DESEMPENHO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Sociedade Justa e Solidária 54

Educação Básica 58
Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional 70
Saúde 80
Desenvolvimento Social e Trabalho 96
Cultura 108
Esporte e Lazer 114
Segurança Pública 120
Justiça e Cidadania 130
Acesso à Justiça 138

Economia Para Uma Vida Melhor 144

Desenvolvimento Econômico 148
Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária 156
Aquicultura e Pesca 170
Turismo 176
Recursos Hídricos 182
Infraestrutura e Logística 190
Desenvolvimento Urbano e Integração Regional 200
Meio Ambiente 214
Copa 2014 222

Governo Participativo, Ético e Competente 228

Planejamento e Gestão 232
Gestão Fiscal 244
Controladoria e Ouvidoria 258
Governo e Sociedade 264
Correição e Disciplina 290

PERSPECTIVA DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL PARA 2014

Tendência Econômica 298
Programação Orçamentária 2014 306

DESENVOLVIMENTO ESTADUAL

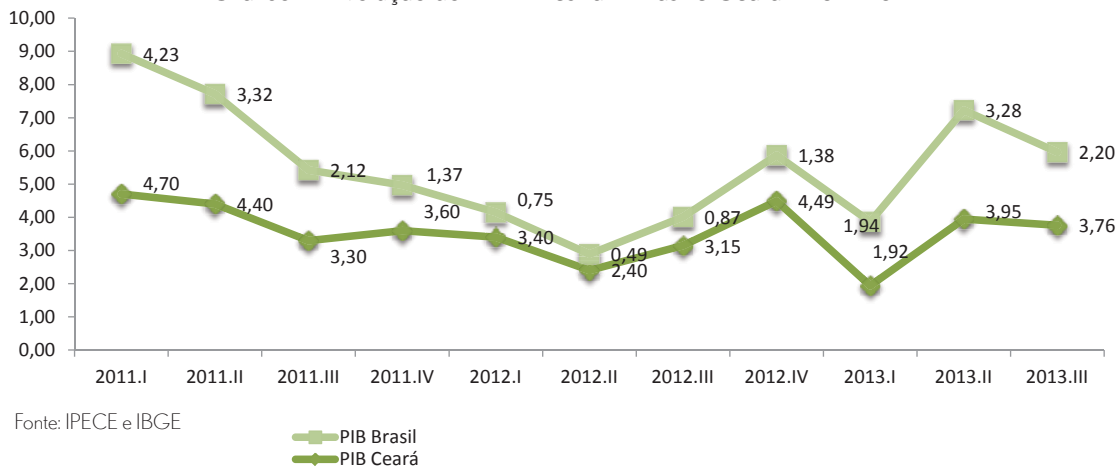
DESENVOLVIMENTO ESTADUAL

DESEMPENHO ECONÔMICO

O Produto Interno Bruto - PIB anual do Ceará vem crescendo acima do nacional desde 2008. Para o ano de 2013, a previsão é de que esse resultado se mantenha, pois, no acumulado do ano até o mês de setembro, o PIB do Ceará registrou um crescimento de 3,22% em relação ao mesmo período do ano de 2012, enquanto o PIB do Brasil apresentou um crescimento de 2,4% para o mesmo período de análise.

Na análise trimestral, o PIB do Ceará apresentou aumento de 3,76% no terceiro trimestre de 2013, em relação ao mesmo período de 2012, enquanto o do Brasil cresceu 2,20% (Gráfico 1). Esse resultado representa o décimo quarto trimestre consecutivo em que o Ceará cresce acima do Brasil, fato este iniciado no segundo trimestre de 2010. A tendência é que esse comportamento se mantenha para o ano de 2014.

Gráfico 1 – Evolução do PIB trimestral - Brasil e Ceará - 2011/2012



Fonte: IPECE e IBGE

SERVIÇOS

As maiores contribuições para o aumento do setor de Serviços vieram das atividades de Comércio, Alojamento e Alimentação (Tabela 1). Apesar de o comércio ter registrado, no terceiro trimestre de 2013, uma queda de 1,55% em decorrência do endividamento das famílias e do aumento da taxa de juros SELIC, que encarece o crédito diminuindo o consumo, esse setor já acumula no ano, até setembro de 2013, uma taxa positiva de 2,74%. O ramo de atividade Alojamento e Alimentação foi beneficiado pelo bom fluxo de turistas no Estado, o que favorece o aumento do faturamento de hotéis e restaurantes. O valor adicionado - VA do setor de serviços representa 73,1% do total do VA do Ceará, seguidos da indústria (22,2%) e agropecuária (4,7%).

Tabela 1 – Taxas de crescimento (%) trimestrais do valor adicionado do setor de Serviços – Ceará – 2013

Setores e Atividades	1º Trim (**)	2º Trim (**)	3º Trim (**)	Acumulado no ano (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Serviços	2.26	3.69	2.27	2.74	3.57
Comércio	5.14	3.47	-1.55	2.35	3.75
Alojamento e alimentação	1.41	3.66	2.93	2.67	3.13
Transportes	2.86	9.65	4.13	5.55	6.64
Intermediação financeira	0.55	4.31	5.86	3.57	3.81
Administração pública	1.67	2.22	1.83	1.91	1.83
Outros serviços	0.68	3.53	4.52	2.91	4.95
VA a preços básicos	1.88	4.17	3.87	3.31	3.61
PIB pm	1.94	3.95	3.76	3.22	3.54

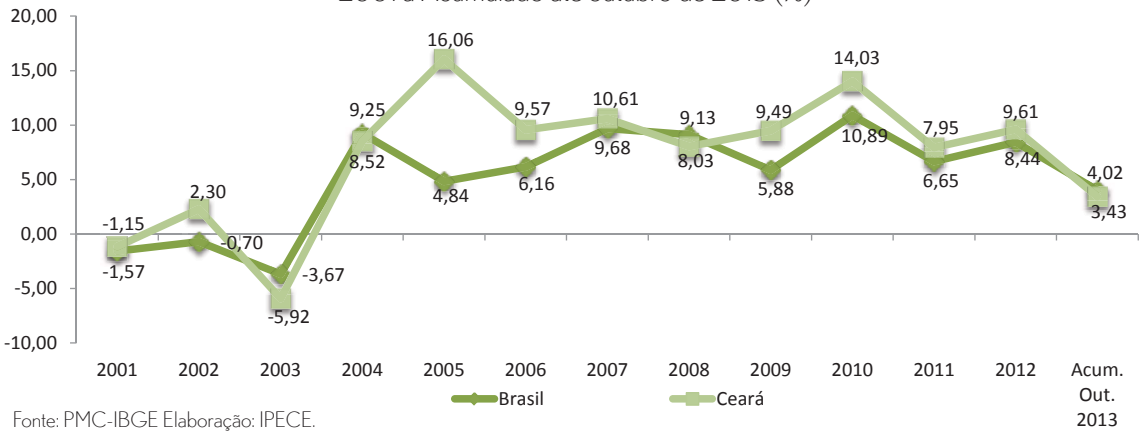
Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;
(**) Em comparação a igual período do ano anterior;
(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Ano após ano, o varejo comum cearense vem apresentando taxa de crescimento sempre positiva desde 2004. Como resultado, esse setor obteve destaque na economia local tanto pela geração de novos postos de trabalho quanto pelo aumento da sua participação no PIB do Estado.

No período de 2008 a 2010, mesmo diante dos reflexos da crise global, o varejo comum cearense apresentou taxas positivas e ascendentes, passando de 8,03% em 2008 para 9,49% em 2009 e para 14,03% em 2010 (Gráfico 2). Em 2011, com o objetivo de controle inflacionário, o Governo brasileiro adotou algumas medidas, dentre elas, elevar a taxa Selic, o que desestimulou em parte o consumo, resultando numa taxa de crescimento do varejo cearense de 7,95%. Já em 2012, como reflexo da desaceleração econômica observada no ano anterior, foram adotadas novas medidas de estímulos ao consumo de maneira setorial. Tais medidas resultaram novamente em elevação de preços.

Gráfico 2 – Evolução da taxa de crescimento do volume de vendas do varejo comum cearense - Período: 2001 a Acumulado até outubro de 2013 (%)



Fonte: PMC-IBGE Elaboração: IPECE.

No início de 2013, o país registrou um nível de inflação elevado e com características de forte resistência para baixo, o que levou o Governo Federal a elevar sucessivamente a taxa básica de juros da economia e a adotar a elevação de alguns impostos.

Como resultado dessas medidas, o varejo comum cearense experimentou, no acumulado até outubro de 2013, uma das menores taxas de crescimento, de 3,43%, passando da 13ª colocação no mesmo período, em 2012, para a 18ª posição em 2013, dentre todos os vinte e sete estados brasileiros.

Vale dizer que, desde 2005, a exceção de 2008, o varejo comum cearense vinha registrando taxas de crescimento sempre acima do registrado pelo varejo nacional, quando se pôde constatar um aumento da importância das vendas estaduais no total das vendas do país.

Novamente, no acumulado até outubro de 2013, o varejo comum cearense voltou a registrar uma taxa de crescimento inferior ao varejo nacional, donde podemos concluir que as medidas de controle de preços adotadas pelo Governo Federal afetaram muito mais o volume das vendas locais do que o varejo nacional, que também registrou crescimento inferior à metade da taxa observada no acumulado até outubro do ano de 2012.

Dentre os setores que registraram os maiores crescimentos nas vendas até outubro de 2013 (Tabela 2), na economia cearense, foram: Móveis

(23,53%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (20,20%); e Combustíveis e lubrificantes (12,85%).

Tabela 2 – Evolução da taxa de crescimento do volume de vendas do varejo comum cearense por setores - 2004 ao Acumulado até outubro de 2013 (%)

ATIVIDADES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Acum. Out. 2013
Combustíveis e lubrificantes	-1,70	7,91	-17,96	12,67	17,77	10,00	3,54	-1,40	22,33	12,85
Hipermercados, supermercados, produtos	10,91	15,06	7,32	3,13	1,78	14,44	18,73	7,20	7,47	-0,63
alimentícios, bebidas e fumo	11,69	11,81	9,31	4,08	1,82	14,58	19,20	7,20	7,36	-0,78
Hipermercados e supermercados	3,82	12,10	8,57	11,48	4,07	-0,34	7,00	-4,63	8,67	5,60
Tecidos, vestuário e calçados	23,25	30,58	27,78	15,05	10,28	9,77	17,04	15,60	22,03	5,66
Móveis e eletrodomésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	17,15	23,53
Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	25,33	-3,50
Eletrodomésticos	-	5,09	12,12	8,28	5,91	4,51	12,72	18,27	13,17	20,20
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-	15,03	-1,35	2,14	14,40	7,74	30,13	16,75	-4,31	-1,17
Livros, jornais, revistas e papelaria										
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-	186,54	65,97	77,41	39,83	8,20	14,46	21,72	-23,61	-6,93
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-	16,16	14,87	17,26	13,10	10,66	10,56	0,84	-1,63	1,13
Veículos, motocicletas, partes e peças	15,40	11,05	31,99	21,32	18,36	14,66	23,59	10,63	6,78	-9,59
Material de construção	-	10,51	9,33	23,50	15,16	-4,59	11,99	2,16	15,75	2,61

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Desde 2004, as vendas de Veículos, motocicletas, partes e peças vêm apresentando, em anos sucessivos, taxas de crescimento positivas. Todavia, até outubro de 2013, esse segmento acumulou queda de 9,59% nas vendas.

O setor de Eletrodomésticos apresentou forte alta em 2012, de 25,33%, e passou também a apresentar queda de 3,5% no acumulado até outubro de 2013.

O segmento de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação registrou elevadas taxas de crescimento no período de 2005 a 2011, passando a registrar queda nos anos de 2012 e 2013. Acredita-se que esses setores estão vivenciando certo nível de acomodação da demanda.

INDÚSTRIA

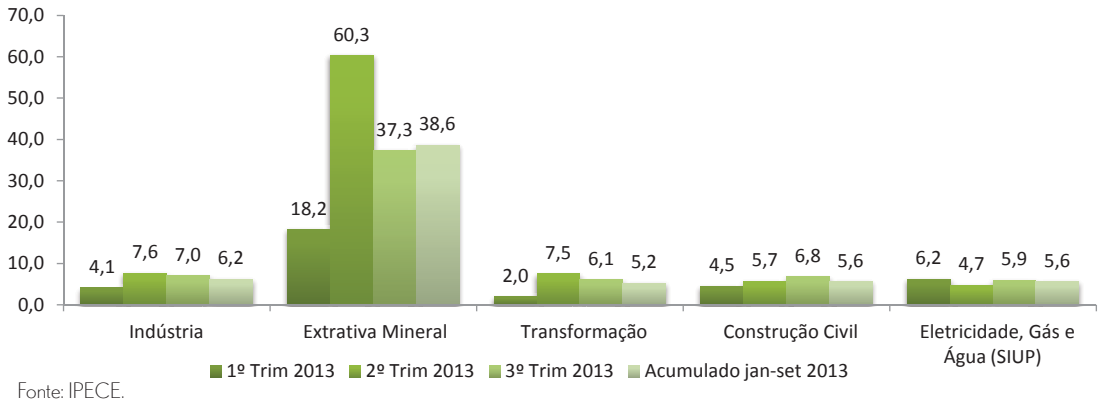
A Indústria Geral no Estado tem apresentado bons resultados em 2013, na comparação com 2012. Os números acumulados até setembro indicam um crescimento de 6,2% no valor adicionado. Em 2013, a indústria de transformação foi o destaque, colocando-se como determinante do desempenho de toda a indústria. Principal segmento dentro da indústria geral, a atividade de transformação acumula um crescimento de 5,2% até setembro, favorecida pelo desempenho de indústrias tradicionais no Estado, como Calçados e Têxteis.

Como no ano anterior, a atividade da Construção Civil também se coloca em evidência no período, com expansão acumulada de 5,6%.

Novamente, os estímulos do Governo Federal e os investimentos do Governo Estadual explicam esse desempenho.

No Gráfico 3, podem ser observados os resultados do total da Indústria e por segmentos, ao longo de 2013. Observa-se que todos os segmentos apresentaram taxas positivas de crescimento em todos os trimestres, evidenciando uma expansão mais robusta da indústria cearense, quando comparada à realidade de 2012.

Gráfico 3 – Taxas de crescimento (%) trimestrais do Valor Adicionado da Indústria
Ceará - 2013/2012



Fonte: IPECE.

O resultado da Indústria de Transformação ao longo do ano é corroborado pelos dados da produção industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM)-PF do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Embora o quadro geral seja positivo, com crescimento de 3,82%, acumulado até setembro em relação a 2012, o desempenho entre as atividades que compõem o segmento da transformação é desigual. Como destacado anteriormente, Calçados e Têxteis estão entre os que apresentaram os melhores resultados, estimulados, dentre outros, pela trajetória favorável do câmbio a partir do segundo trimestre de 2013.

A Tabela 3 apresenta as taxas de crescimento acumuladas até outubro para os anos de 2012 e 2013 para cada uma das atividades.

Tabela 3 - Taxas de crescimento (%) da produção industrial por atividades
Ceará - 2013/2012

Atividades	out/12*	out/13*
Indústria de transformação	-1,25	3,82
Refino de petróleo e álcool	15,6	22,78
Calçados e artigos de couro	4,28	22,44
Têxtil	-8,09	10,06
Minerais não-metálicos	4,43	5,78
Vestuário e acessórios	-10,79	2,39
Alimentos e bebidas	2,58	0,84
Metalurgia básica	17,86	-1,85
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos	-23,4	-9,96
Produtos químicos	-7,98	-11,21
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-19,84	-61,42

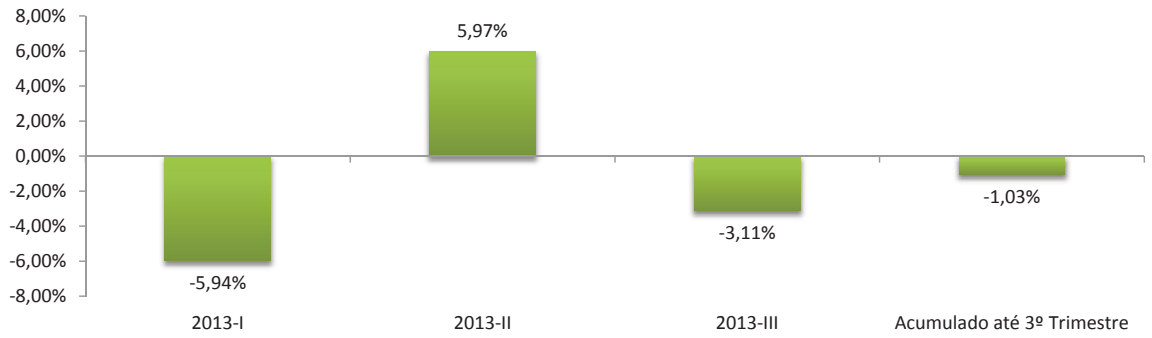
(*) Crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior.
Fonte: IBGE.

AGROPECUÁRIA

Em 2013, a Agropecuária cearense, assim como grande parte da do Nordeste, foi atingida por mais um ano de estiagem rigorosa, o que comprometeu pelo segundo ano consecutivo tanto as lavouras como também a pecuária. Essas ocorrências influenciaram diretamente a dinâmica do setor agropecuário, repercutindo em um desempenho negativo ao valor adicionado do setor, que compõe o PIB.

Dessa forma, a taxa de crescimento do valor adicionado desse setor, no acumulado do ano até setembro, foi de -1,03% (Gráfico 4), ou seja, o desempenho da Agropecuária, em 2013, apresenta-se estável em relação a 2012, que registrou uma queda acumulada de 23,2%. Em nível nacional, a agropecuária continua ganhando força e apresenta um crescimento acumulado de 8,1% até o terceiro trimestre.

Gráfico 4 - Taxas de Crescimento Trimestrais do Valor Adicionado da Agropecuária - Ceará - 2013/2012

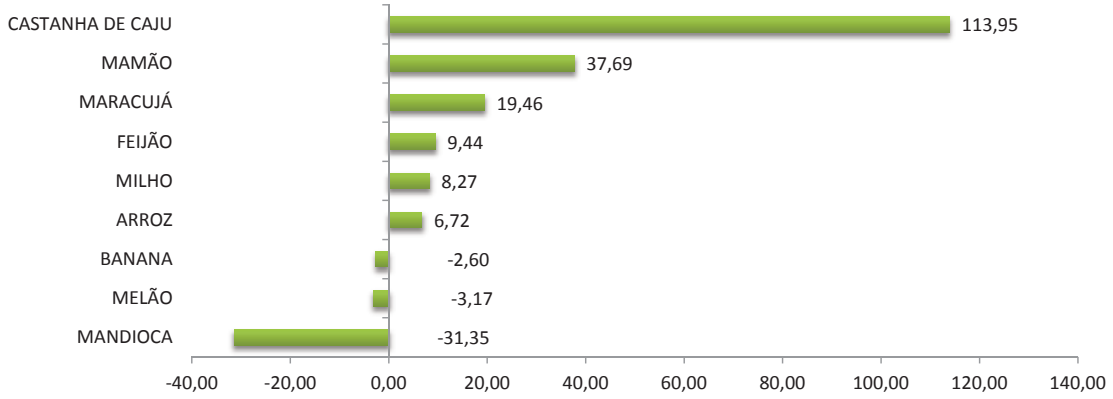


Fonte: IPECE e IBGE.

Em termos de volume produzido, a safra de grãos do Ceará, em 2013, deverá ficar em torno de 7,0% acima da produção de 2012, com crescimento de 6,7% da produção de arroz, 9,4% da produção de feijão e 8,3% da produção de milho, os principais grãos produzidos no Ceará. Apesar do crescimento registrado, a safra de 2013 ainda deverá representar uma baixa produção, considerando que o volume produzido em 2012 apresentou queda de 82,0%. A produção de grãos foi especialmente afetada pela escassez de chuvas, em função da produção de sequeiro.

A agricultura irrigada, por sua vez, sofre menos oscilações, alcançando um crescimento esperado de 5,2% na produção de frutas frescas, tendo destaque o crescimento de 19,5% da produção de maracujá e 37,7% da produção de mamão, enquanto, para as produções de banana e melão, a expectativa é de reduções de 2,6% e 3,2%, respectivamente (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Variação da Produção de Produtos Selecionados da Agricultura - Ceará - 2012/2013



Fonte: IBGE.

Para outros dois produtos tradicionais da agricultura do Estado, esperam-se desempenhos diferentes. A produção de Castanha de Caju, tradicional produto da agricultura cearense, apresenta uma estimativa de crescimento de 114%, resultante da baixa safra obtida em 2012. Já a produção de mandioca apresenta redução de 31,3%.

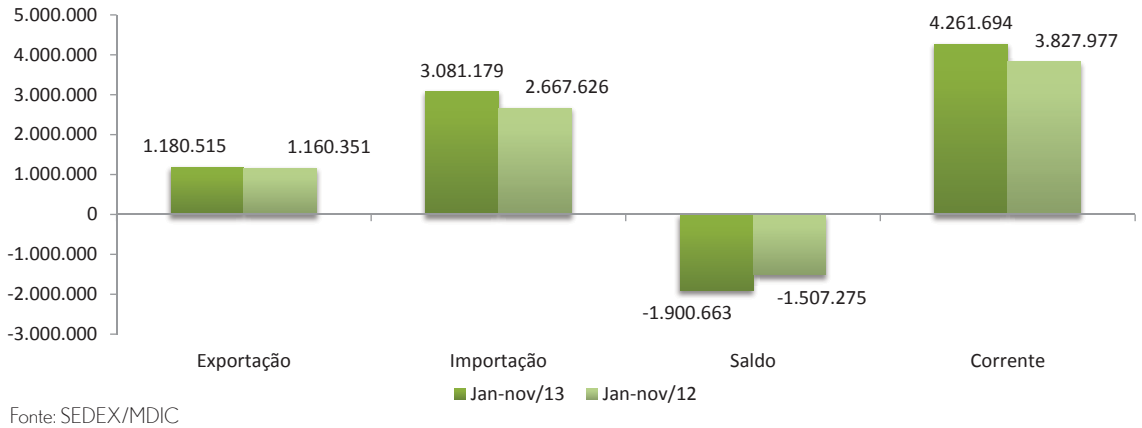
Ainda assim, os efeitos socioeconômicos da estiagem foram amenizados pelas medidas emergenciais adotadas pelo poder público, como o Bolsa Estiagem e o subsídio na compra de milho para alimentação do rebanho.

INDICADORES CONJUNTURAIS

Comércio Exterior

O Comércio Exterior cearense vem recuperando-se de forma moderada nos últimos meses de 2013. As exportações de janeiro a novembro de 2013 somaram US$ 1.180,5 milhões, registrando crescimento de 1,74% em relação ao mesmo período de 2012. Por outro lado, as importações somaram o valor de US$ 3.081,2 milhões, com aumento de 15,5%, quando comparadas ao mesmo período de 2012. Esses valores têm elevado o saldo negativo da balança em 26,1% em relação ao mesmo período de 2012. Já em relação à corrente de comércio, que é a soma das exportações mais as importações, houve crescimento de 11,3% ante o mesmo período de 2012 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Balança comercial cearense (US$ 1.000) – Janeiro a novembro de 2012-2013



Fonte: SEDEX/MDIC

A pauta de exportação do Ceará continua sendo liderada por calçados e partes, embora o valor total de vendas externas desses produtos tenha registrado queda de 3,86% no acumulado de janeiro a novembro de 2013, comparado ao mesmo período de 2012. Dentre outros produtos que apresentaram redução nas exportações, podem ser citados couros e peles (-5,2%), castanha de caju (-28,8%) e têxteis (-21,7%). Ainda assim, as exportações cearenses apresentaram um pequeno crescimento (1,74%) com relação ao mesmo período do ano passado, influenciadas principalmente pelo robusto crescimento das vendas externas de combustíveis minerais (608,1%) e produtos químicos (90,0%) (Tabela 4).

Tabela 4 – Exportações por itens e produtos selecionados – Ceará – Janeiro a Novembro de 2013/2012

Principais Produtos Exportados	2013	part % /13	2012	part% / 12	Var % 13/12
Calçados e partes	294,956,659	24.99	306,795,225	26.44	-3.86
Couros e peles	177,197,304	15.01	186,979,930	16.11	-5.23
Combustíveis minerais	132,845,035	11.25	18,759,585	1.62	608.14
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	99,747,793	8.45	140,019,378	12.07	-28.76
Frutas (exclusive castanha de caju)	97,626,794	8.27	91,551,322	7.89	6.64
Preparações alimentícias	65,752,117	5.57	64,665,440	5.57	1.68
Têxteis	54,004,714	4.57	68,976,207	5.94	-21.71
Ceras vegetais	48,595,930	4.12	63,871,447	5.50	-23.92
Máquinas e equipamentos	43,571,640	3.69	28,156,606	2.43	54.75
Lagostas inteiras, congeladas	36,742,986	3.11	26,109,059	2.25	40.73
Consumo de bordo	24,380,296	2.07	38,138,459	3.29	-36.07
Produtos metalúrgicos	18,410,400	1.56	30,959,641	2.67	-40.53
Transatlânticos, barcos de cruzeiro	16,572,546	1.40	0	0.00	-
Obras de pedra, gesso, cimento,	11,490,505	0.97	12,599,545	1.09	-8.80
mica	10,125,869	0.86	5,329,180	0.46	90.01
Prod.químicos					
Demais produtos	48,494,770	4.11	77,440,229	6.67	-37.38
Ceará	1,180,515,358	100.00	1,160,351,253	100.00	1.74

Fonte SECEX/MDIC

As importações cearenses apresentaram uma expansão de 15,5% no acumulado de janeiro a novembro de 2013, frente ao mesmo período de 2012. Esse desempenho deve-se principalmente ao aumento das importações de combustíveis minerais, que foi de 105,8%. Esse elevado crescimento é explicado pela autorização do Governo Federal à importação de gás natural, com a finalidade de abastecer usinas termelétricas e indústrias na geração de energia. Tais usinas e indústrias foram ativadas no fim do ano de 2012 para compensar a falta de energia decorrente dos baixos níveis de água dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Também tiveram crescimentos no valor importado produtos metalúrgicos (30,5%), trigos (41,2%), produtos químicos (33,7%), dentre outros (Tabela 5).

Tabela 5 – Importações por itens e produtos selecionados – Ceará – Janeiro a Novembro de 2013/2012

Principais Produtos Importados	2013	Part%/ 13	2012	Part%/ 12	Var.Acum 13/12
Combustíveis minerais	760,798,809	24.69	369,680,379	13.86	105.80
Produtos metalúrgicos	577,829,662	18.75	442,835,773	16.60	30.48
Máquinas e equipamentos	519,696,141	16.87	787,891,879	29.54	-34.04
Outros trigos e misturas de trigo c/centeio	301,176,182	9.77	213,283,714	8.00	41.21
Produtos químicos	229,367,961	7.44	171,536,063	6.43	33.71
Têxteis	155,606,585	5.05	146,224,194	5.48	6.42
Plásticos e obras	80,179,846	2.60	60,121,737	2.25	33.36
Óleo de dendê	62,122,885	2.02	59,497,889	2.23	4.41
Aeronaves e aparelhos espaciais	42,970,516	1.39	24,758,735	0.93	73.56
Litorinas de fonte ext.de eletricidade	35,428,047	1.15	47,010,518	1.76	-24.64
Aparelhos médicos, ópticos e de precisão	33,331,871	1.08	37,656,821	1.41	-11.49
Veículos, automóveis tratores ciclos e outros veículos terrestres	27,048,452	0.88	24,052,637	0.90	12.46
Castanha de caju, fresca ou seca, com casca	26,395,665	0.86	49,081,895	1.84	-46.22
Papel, cartão e suas obras	26,312,647	0.85	27,158,438	1.02	-3.11
Vidros e suas obras	21,596,588	0.70	23,262,897	0.87	-7.16
Demais produtos	181,316,726	5.88	183,572,310	6.88	-1.23
Ceará	3,081,178,583	100.00	2,667,625,879	100.00	15.50

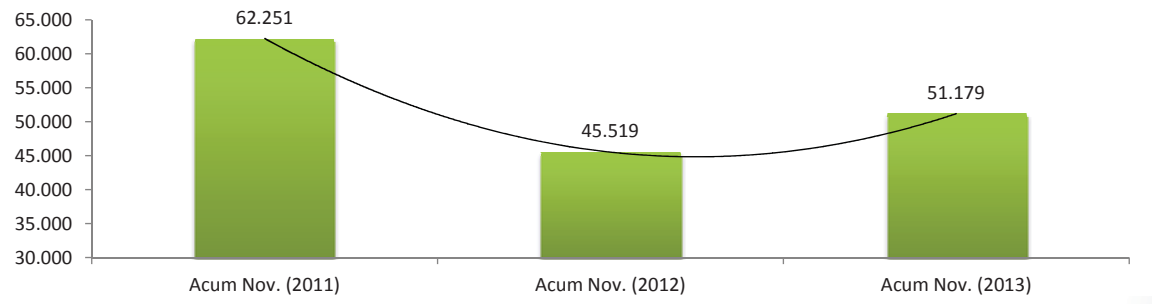
Fonte SECEX/MDIC

Mercado de Trabalho

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o saldo de novos empregos gerados com carteira assinada na economia cearense, no acumulado do ano até novembro de 2013, foi de 51.179 vagas, o que representou um aumento de 4,49% sobre o estoque de empregos celetistas existente no final do ano de 2012 (Gráfico 7).

Já na comparação com o total de novos empregos que foram gerados no acumulado em igual período do ano passado, foi registrado um crescimento de 12,4%, revelando assim que ocorreu uma recuperação no total da geração de novos postos de trabalho com carteira assinada no período de 2011 a 2013.

Gráfico 7 – Evolução do saldo de novos empregos gerados com carteira assinada na economia cearense no acumulado até novembro de 2011 a 2013 (%)



Fonte: CAGED-MTE. Elaboração: IPECE.

Na análise por setores, é possível notar que todos registraram saldos positivos de empregos com carteira assinada no acumulado do ano até novembro de 2013: Serviços (19.408 vagas); Indústria de Transformação (10.520 vagas); Comércio (10.249 vagas); Construção Civil (7.021 vagas); Agropecuária (2.010 vagas); Administração Pública (1.018 vagas); Serviço Industrial de Utilidade Pública (497 vagas); Indústria Extrativa Mineral (456 vagas).

Vale destacar que os setores de Serviço Industrial de Utilidade Pública e Construção Civil registraram nítida recuperação na geração de novas vagas de empregos, na comparação dos anos de 2012 e 2013. Apenas os setores de Comércio e de Serviços apresentaram geração positiva de empregos menor em 2013 que em 2012 (Tabela 6).

Tabela 6 – Evolução do saldo de novos empregos gerados com carteira assinada na economia cearense por setores no acumulado até novembro de 2011 a 2013

SETORES	Acum Nov. (2011)	Acum Nov. (2012)	Acum Nov. (2013)
1. EXTRATIVA MINERAL	435	120	456
2. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	5.774	8.088	10.520
Indústria de produtos minerais não-metálicos	604	680	795
Indústria metalúrgica	887	1.240	655
Indústria mecânica	506	27	406
Indústria do material elétrico e de comunicações	218	-34	-145
Indústria do material de transporte	384	-198	-24
Indústria da madeira e do mobiliário	384	349	340
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	328	96	-87
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	116	324	-16
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	223	555	621
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	846	2.287	2.263
Indústria de calçados	-824	1.359	3.355
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2.102	1.403	2.357
3. SERVIÇO INDUSTRIAL DE UTILIDADE PÚBLICA	233	-108	497
4. CONSTRUÇÃO CIVIL	9.767	-47	7.021
5. COMÉRCIO	14.836	11.431	10.249
Comércio varejista	13.149	9.972	8.711
Comércio atacadista	1.687	1.459	1.538
6. SERVIÇOS	27.665	24.311	19.408
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1.091	201	-177
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnicos	10.541	7.120	7.734
Transportes e comunicações	2.868	2.360	2.549
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	6.938	7.634	347
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	3.054	2.987	4.850
Ensino	3.173	4.009	4.105
7. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	348	112	1.018
8. AGROPECUÁRIA	3.193	1.612	2.010
TOTAL	62.251	45.519	51.179

Fonte: CAGED-MTE. Elaboração: IPECE.

Os grandes responsáveis pela geração de novos empregos dentro da Indústria de Transformação foram a Indústria de calçados (3.355 vagas); Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (2.357 vagas); e a Indústria têxtil (2.263 vagas).

Já nos Serviços, o destaque é dado ao segmento de Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos (7.734 vagas); Serviços médicos, odontológicos e veterinários (4.850 vagas) e Ensino (4.105 vagas). Apenas as Instituições de crédito, seguros e capitalização registraram fechamento de postos de trabalho.

DESENVOLVIMENTO ESTADUAL

RESULTADOS ESTRATÉGICOS DE GOVERNO

A partir da leitura do desempenho da economia, cumpre destacar que a atuação do Governo foi pautada na implementação de estratégias políticas voltadas para a continuidade do crescimento econômico aliada à distribuição de riqueza e inclusão social. O desafio, portanto, está em superar as desigualdades sociais e econômicas do Estado.

Considerando como objetivo maior a superação de tal desafio, o Governo vem atuando na lógica da Gestão Pública por Resultados – GPR, com foco no efetivo alcance de objetivos e resultados no âmbito das políticas públicas, condicionando para tanto toda a estrutura de planejamento, orçamento e os processos decisórios. De forma sucinta, pode-se dizer que esse tipo de gestão é um processo que começa pela finalidade, impactos e consequências e, por essa razão, contrasta com a gestão tradicional, que se inicia definindo primeiramente os meios para o alcance dos resultados.

Fundamentando-se nas premissas de aperfeiçoar o que teve bons resultados e assegurar a continuidade das conquistas da primeira gestão, avançar na correção das políticas públicas e inovar, com poder criativo, os programas e projetos, o Governo visa alcançar a ampliação das oportunidades econômicas e sociais, com avanço das instituições democráticas, em sintonia com o projeto nacional de desenvolvimento econômico com justiça social. Assim, o Governo definiu sua programação pautada em três grandes eixos de política, que estruturaram a gestão voltada para resultados: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor, e Gestão Ética, Eficiente e Participativa.

Sociedade Justa e Solidária

No Eixo Sociedade Justa e Solidária, estão consolidados os resultados estratégicos que o governo vem trabalhando, para promover o desenvolvimento social no Estado e proporcionar melhores condições de vida, trabalho e cidadania à população cearense. Esse eixo encontra eco, essencialmente, na execução de políticas sociais pelo Governo, com atenção especial para a ampliação da educação básica com qualidade, por ser a mola propulsora de oportunidades mais igualitárias na promoção do desenvolvimento pessoal, social e econômico.

Para que novos patamares sejam atingidos no campo social e se traduzam em melhorias efetivas para a população, foram definidos, neste eixo, cinco resultados estratégicos de governo: Educação Básica Ampliada e com Qualidade; Educação Superior e Profissionalizante com Ênfase nas Potencialidades do Estado; População com Acesso a Saúde Descentralizada e com Qualidade; População mais Segura e com Garantia de Direitos; e Juventude com Oportunidades de Inserção Produtiva e Social.

Eixo 1 – Sociedade Justa e Solidária

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Educação básica ampliada e com qualidade	3,8	-	4,4	-	4,9	-	5,2(5)
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries iniciais do Ensino Fundamental (1)	3,5	-	3,9	-	4,2	-	4,5(5)
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries finais do Ensino Fundamental (1)	3,1	-	3,4	-	3,4	-	3,5(5)
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual do Ensino Médio (1)	19,2	19,1	18,6	18,8	16,5	16,3	16,0 (5)
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade (%)	57,3	50,4	51,9	47,8	49,0	49,4	49,5(5)
Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (%) (2)	6,2	6,4	6,5	6,6	6,7	6,8	...
Escolaridade média das pessoas de 15 anos e mais de idade (3)							
Educação superior e profissionalizante com ênfase nas potencialidades do Estado							
Pessoas graduadas pelo Sistema Estadual de Ensino Superior	2.837	3.196	4.176	5.312	3.970	3.521	3.170
Pessoas concluintes nos cursos Técnicos (nível médio)	225	230	186	155	129	388	112
Pessoas concluintes nos cursos de Extensão Tecnológica	31.787	26.700	28.816	33.492	16.845	13.476	20.332
População com acesso à saúde descentralizada e com qualidade	16,1	15,7	15,5	13,1	13,6	12,5	13,4 (5)
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	71,7	70,9	74,6	79,2	67,8	91,0	74,9 (5)
Razão da mortalidade materna							
Taxa de internação por diarreia em menores de 05 anos (por mil crianças)	16,0	13,7	13,2	14,9	11,7	10,8	9,6 (5)
Percentual de transferências de pacientes reguladas pela CRESUS (4)	44,0	50,4	50,9	51,0	56,8	66,0	73,0 (5)
População urbana beneficiada com rede de abastecimento de água (%)	91,1	90,9	92,1	93,28	93,26	95,44	95,72 (6)
População urbana beneficiada com rede de esgotamento sanitário (%)	29,9	31,0	32,2	34,92	36,09	36,71	37,14 (6)
População mais segura e com garantia de direitos	22,16	22,52	25,77	31,59	31,27	41,47	49,65 (5)
Taxa de homicídios dolosos por 100 mil hab.							
Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes por 100 mil crianças e adolescentes (0 a 16 anos de idade)	25,53	30,95	42,63	43,26	48,57	52,14	56,93 (5)
Juventude com oportunidades de inserção produtiva e social							
Taxa de ocupação jovens de 15 a 24 anos (%)	51,8	51,9	52,9	41,0	45,6	47,1	...
Percentual de jovens de 15 a 24 anos com pelo menos 4 anos de estudo	91,9	92,0	92,7	83,3	94,1	94,9	...
Percentual de jovens de15 a 24 anos que não estudam e não trabalham	21,3	20,0	19,5	26,8	21,5	20,4	...

Nota: os dados para o ano de 2013 são preliminares e sujeitos a retificação ou ainda não estão disponibilizados.
(1) O Índice de Desenvolvimento Educação Básica – IDEB considera direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho, realizado em anos ímpares;
(2) Percentual da população de 15 a16 anos que está matriculada no nível médio de ensino;
(3) Número médio de anos de estudo das pessoas de quinze anos ou mais;
(4) Central de Regulação do SUS do Estado do Ceará – CRESUS;
(5) Dados parciais e sujeitos a retificação;
(6) Consideradas as populações beneficiadas pela CAGECE, cujo cálculo é baseado na população coberta e populações beneficiadas por SAAEs e Prefeituras Municipais.
Fonte: Governo do Estado

O alcance do resultado Educação Básica Ampliada e com Qualidade é avaliado pelos indicadores: Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Estado do Ceará nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da Rede Estadual do Ensino Médio; Taxa de analfabetismo das pessoas de quinze anos e mais de idade; Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Médio; e Escolaridade Média das Pessoas de quinze anos e mais de idade.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP em 2007, considera direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar, abrangendo as taxas de aprovação, reprovação e abandono, e as médias de desempenho dos alunos. Para as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o IDEB apresentou crescimento no período de 2007 a 2011. Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, o índice evoluiu de 3,8 em 2007 para 4,9 em 2011; nas séries finais passou de 3,5 para 4,2 no mesmo período e, no Ensino Médio, de 3,1 para 3,4. Nos três casos, o Estado superou as metas projetadas pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC/Inep no período analisado, tendo, em 2011, índices projetados de 4,0 e 3,6 para as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e 3,2 para o Ensino Médio, mostrando a efetividade da política de educação quanto à melhoria da qualidade do ensino. Em 2013, dados preliminares apontam uma tendência de continuidade de crescimento para as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, com previsão de valores de 5,2, 4,5 e 3,5, respectivamente.

Quanto à taxa de analfabetismo no Estado, esta vem caindo gradualmente nos últimos anos, com variação percentual de -16,6% no período 2007/2013, como resultado dos investimentos da União por meio do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, executado por meio da celebração de convênios diretamente com os municípios. Essa taxa corresponde ao percentual das pessoas com quinze anos e mais de idade que não sabem ler ou escrever minimamente uma simples mensagem.

A Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Médio expressa o percentual de estudantes de quinze a dezessete anos (idade certa) que se encontram matriculados nesse nível de ensino, em relação à população escolarizável dessa mesma faixa etária. Os dados para o período 2007/2013 mostram desempenho decrescente, passando de 57,3% em 2007 para 49,5% em 2013. As hipóteses mais viáveis para explicar as causas desse fenômeno se concentram na alta reprovação, abandono, inserção na educação de jovens e adultos e outras causas sociais, a exemplo de gravidez na adolescência. Por outro lado, a matrícula do ensino médio, de um modo geral, tende a estabilidade e/ou queda, em razão da diminuição da população de quinze a dezenove anos, envelhecimento da população, queda da natalidade nas famílias (IBGE/PNAD – 2001-2011). A educação profissional articulada ao ensino médio, entretanto, tem tido um contínuo crescimento, reflexo dos investimentos governamentais nessa área e do interesse do jovem na sua profissionalização, de acordo com os cursos ofertados.

A melhoria do quadro da educação no Estado pode ser observada pela Escolaridade Média (anos de estudo) das Pessoas de quinze anos ou mais, que evoluiu de 6,2 anos de estudo em 2007 para 6,8 anos em 2012, mostrando uma variação positiva. Não obstante, essa média ainda é inferior à do Brasil, que foi de 7,3 e 7,9 em 2007 e 2012, respectivamente. Fator importante a observar diz respeito ao ritmo de crescimento

no período 2007/2012, em que o Ceará mostra variação percentual de 9,6%, superior à brasileira, igual a 8,2%. Considerando que a alteração nesse indicador se dá no longo prazo, pode-se dizer que o Ceará vem apresentando resultados expressivos, refletindo o conjunto de todos os esforços governamentais e dos investimentos realizados no setor, que começam a repercutir de forma mais estrutural no quadro educacional do Estado.

Educação Superior e Profissionalizante com Ênfase nas Potencialidades do Estado é o resultado estratégico de governo trabalhado para melhorar a capacitação profissional no Estado. Nesse universo, as ações de governo vêm sendo direcionadas para a expansão da oferta de cursos profissionalizantes para apoiar segmentos produtivos compatíveis com as potencialidades regionais do Estado. No âmbito do Sistema Estadual, a oferta de educação profissional se dá principalmente mediante a rede de unidades do Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, que dispõe de três Faculdades Tecnológicas – FATEC, quatro Centros Vocacionais Técnicos e uma rede de 33 Centros Vocacionais Tecnológicos. Apesar de todo esse esforço governamental na área, houve um decréscimo tanto no total de pessoas concluintes nos cursos técnicos como de extensão tecnológica, passando de 225 e 31.787 em 2007 para 112 e 20.332 em 2013, apresentando variação percentual de -50% e -36%, respectivamente. Essa variação negativa está associada a uma série de fatores, dentre eles, a alta evasão devido às condições sociais e econômicas dos alunos e ao desgaste natural da rede CVT, por falta de investimentos que a revitalizem, ocasionando perda da capacidade produtiva, motivada por fragilidades associadas a capital humano, bem como às estruturas físico-laboratoriais.

No âmbito do resultado População com Acesso à Saúde Descentralizada e com Qualidade, merece destaque a Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos, que apresenta tendência decrescente no período 2007-2012, passando de 16,1 em 2007 para 12,5 óbitos por nascidos vivos no ano de 2012, podendo manter essa tendência em 2013, pois os dados de óbitos e de nascidos vivos são parciais. Essa redução observada da TMI se deve tanto à expressiva queda do componente pós-neonatal, que corresponde a 70% da TMI, passando de 5,3 óbitos por mil nascidos em 2007 para 3,4 em 2012, representando uma redução de 35,8%, como pela adequada assistência à gestação, ao parto e ao recém-nascido.

Observa-se, entre os indicadores de saúde, a tendência crescente e preocupante da Razão de Mortalidade Materna por 100 mil nascidos vivos. Esse indicador representa o número de óbitos de mulheres durante a gestação, ou até 42 dias após o término da gestação, independente da duração da gravidez, devido a qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez, ou por medidas em relação a ela, porém não devido a causas acidentais ou incidentais, em relação a 100 mil nascidos vivos. A média da razão da mortalidade materna observada no período de 2007 a 2012 foi de 75,8 por 100 mil nascidos vivos, persistindo elevada, se comparada à recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS, que considera como aceitável a razão de mortalidade materna de até 20 óbitos por 100 mil nascidos vivos. Destaca-se o aumento da RMM do Ceará de 2011 para 2012, passando de 67,8 para 91,0 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, representando um aumento de 34,2%. Em 2013, até 11 de novembro, foram registrados 92 óbitos maternos, o que corresponde à RMM de 74,9 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

A Taxa de Internação por Diarreia em Menores de cinco anos por mil crianças apresenta uma tendência decrescente de 2007-2012, passando de dezesseis para 10,8 internações de menores de cinco anos por mil crianças, podendo manter essa tendência em 2013, pois os dados parciais apontam uma taxa de 9,6 internações de menores de cinco anos por mil crianças.

O Percentual de Transferências de Pacientes Reguladas pela CRESUS passou de 44,0% em 2007 para 73,0% em 2013, sendo esse acréscimo impulsionado pelo continuado trabalho de sensibilização de gestores municipais e diretores dos hospitais, realizado desde 2007 pela SESA, por meio das Coordenadorias Regionais de Saúde – CRES.

Dois importantes indicadores que medem o acesso da população aos serviços de saúde são: População Urbana Beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário, que apresenta uma tendência contínua de melhoria, uma vez que, de 2007 a 2013, o percentual de pessoas beneficiadas passou de 29,9% para 37,1%; e População Urbana Beneficiada com Rede de Abastecimento de Água, com índices de cobertura superiores a 90% no período analisado. Em 2007, a cobertura já era de 95,4%, passando a 95,7% em 2013.

No espectro da segurança pública, podem-se mencionar os indicadores Taxa de Homicídios Dolosos por 100 mil habitantes e Taxa de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes por 100 mil crianças e adolescentes (zero a dezessete anos de idade) para aferir o resultado estratégico População mais Segura e com Garantia de Direitos. Em 2007, a taxa de homicídios dolosos era de 22,2, elevando-se em 2012 para 41,47 e com estimativa de aumentar para 49,65 em 2013, apresentando clara tendência de crescimento desse indicador. Observa-se que o consumo e a comercialização de drogas estão fortemente relacionados a esse tipo de delito, pois tem sido cada vez mais comum a execução de membros de gangues rivais e usuários de drogas em dívida com os traficantes. O comércio ilegal de armas também aparece nesse cenário como fenômeno facilitador para a ocorrência dessa modalidade criminosa; no entanto, deve-se ressaltar o número crescente de armas apreendidas em 2013, com mais de 6.000 armas. As prisões em flagrante, decorrentes dessas apreensões e diversos outros crimes, inclusive dos homicídios, resultam do esforço governamental para conter o crescimento desse tipo de crime e para mudar essa tendência.

A violência contra crianças e adolescentes é identificada como uma antiga prática da sociedade, que se manifesta de múltiplas formas, nos diferentes momentos históricos e sociais, de acordo com os aspectos culturais. Esse fenômeno origina-se principalmente da violência estrutural, fruto da desigualdade social, como também da violência interpessoal ou intradomiciliar, cometida pela família ou responsáveis, fruto da desagregação e da desestruturação dos valores humanos, manifestando-se nas diferentes camadas sociais. A prevalência das formas de violência contra crianças e adolescentes registradas são as seguintes: negligência familiar (abandono, omissão de cuidados, outro tipo); violência física (espancamento, supressão alimentar, outro tipo); violência psicológica (ameaça de morte, humilhação pública/privada, amedrontamento, outro tipo); e violência sexual, compreendendo abuso sexual e exploração sexual.

No Ceará, a Taxa de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes era igual a 25,53 em 2007, passando para 52,14 em 2012 e com previsão de que chegue a 56,93 em 2013, resultando em um crescimento de 122,9% para

o período 2007/2013. A evolução crescente da taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes indica a necessidade de intensificar as ações voltadas para a garantia do direito a educação, saúde, à proteção de adolescentes e jovens, bem como ao enfrentamento dos problemas causados pelo turismo sexual, que avançam com maior intensidade nas áreas litorâneas.

Por fim, tem-se o resultado estratégico Juventude com Oportunidades de Inserção Produtiva e Social. Como destaque, figura o percentual de jovens de quinze a 24 anos com pelo menos quatro anos de estudo, que apresenta uma tendência crescente no período 2007-20012, passando de 91,9% em 2007 para 94,9% em 2012. A taxa de ocupação de jovens de quinze a 24 anos, no período 2007 a 2012, oscilou entre momentos de crescimento e decréscimo. De 2007 a 2009, vinha apresentando leve tendência ao crescimento, com percentuais de 51,8% em 2007 e 52,9% em 2009. Em 2010, esse percentual caiu para 41,0% e, em 2011 e 2012, teve uma recuperação, com taxas de 45,6% e 47,1%, respectivamente.

Com relação ao percentual de jovens de quinze a 24 anos que não estudam e não trabalham, observa-se que mantém-se superior ou igual a 20%, indicando que, pelo menos um em cada cinco jovens, está na ociosidade. O Governo tem investido no ensino médio integrado à educação profissional, no entanto, o efeito desse esforço ainda não pode ser comprovado, como apontam os indicadores relativos aos jovens aqui analisados. Não se pode dissociar a educação do crescimento econômico e social, indicando a necessidade crescente de uma ação política que leve em consideração a intersetorialidade.

Economia para uma vida melhor

O Governo estadual, amparado no desafio maior de superar as desigualdades sociais e econômicas do Estado, reduzindo significativamente a parcela da população vivendo em condições de pobreza, conferiu ao eixo da política voltado para a economia, o objetivo de promover o crescimento econômico com reflexos em indicadores sociais, aliado à proteção ambiental e à modernização da infraestrutura para o desenvolvimento. Assim, a promoção da "Economia para uma vida melhor" orienta a ação de Governo na direção de cinco resultados estratégicos.

Eixo 2 - Economia para uma vida melhor

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Crescimento econômico com competitividade	50.499	60.099	65.704	77.865	87.982 (1)	96.520 (1)	105.582 (1)
PIB (Valor corrente a preços de mercado – R$ milhão)	6.170	7.112	7.687	9.217	10.180 (1)	11.078 (1)	12.026 (1)
PIB per capita (R$)							
Taxa de crescimento do PIB com relação ao ano anterior (%)	3,3	8,5	0,0	7,9	4,3 (1)	3,6 (1)	3,5 (1)
Saldo de empregos formais (novos postos) (2)	39.722	41.441	64.436	84.550	57.054	40.882	51.179 (3)
Valor das Exportações (US$ FOB Milhão)	1.148,36	1.274,94	1.080,20	1.269,50	1.403,30	1.266,97	1.182,50 (3)
Aumento da sustentabilidade ambiental							
Percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação – UCs	22,04	22,05	22,06	22,06	22,06	22,06	22,06
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	95,04	96,2	94,43	94,44	96,26	91,39	92,67
							7,15
População urbana do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	5,89	6,12	6,41	6,43	6,88	6,11	
Redução das desigualdades interregionais							
Razão PIB Interior/RMF (4)	0,536	0,56	0,531	0,539	0,523	...	...
Razão de empregos formais interior/ RMF (4)	0,51	0,47	0,47	0,44	0,45	0,44	...
Índice de interiorização do turismo (%)	64,8	65,3	62,3	64,6	66,1	68,3	69,0
Sociedade com renda maior e mais bem distribuída							
Renda domiciliar per capita (em sal. min.)	0,77	0,85	0,82	0,89	0,85	0,86	...
Percentual de pobres (<1/2 sal. min. per capita)	53,1	51,3	51,9	53,0	49,5	46,7	...
Percentual de extremamente pobres (< R$70,00 per capita) (5)	14,6	9,7	11,3	16,7	10,3	8,5	...
Índice de Gini da renda domiciliar per capita	0,549	0,539	0,545	0,624	0,537	0,524	...
Renda domiciliar per capita da zona rural (em Sal. Min.)	0,41	0,46	0,43	0,41	0,44	0,45	...
Infraestrutura estratégica ampliada							
Movimentação de cargas no Terminal do Pecém (mil t/ano)	2.739,9	1.448,4	1.925,8	3.213,1	3.413,6	4.095,0	6.265,5
Capacidade de acumulação hídrica dos açudes estaduais (milhão m^3)	7.182	7.192	7.229	7.229	7.404	7.430	7.510

Nota: os dados para o ano de 2013 são preliminares e sujeitos a retificação ou ainda não estão disponibilizados.
(1) Previsão sujeita a retificação;
(2) Dados alterados por se considerar a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo;
(3) Dados de janeiro a novembro de 2013;
(4) Foi considerado interior o total do Estado menos o valor da RMF;
(5) Percentual calculado com Valores anuais de R$70,00, em 2010, corrigidos pelo INPC.
Fonte: Governo do Estado

O alcance do resultado, componente do Eixo 2, Crescimento econômico com competitividade, é avaliado por indicadores do produto interno da economia, emprego e comércio exterior do Estado. Assim, o comportamento da economia cearense é analisado a partir do PIB a preços de mercado, que exprime o valor adicionado dos bens e serviços produzidos nos setores agropecuário, indústria e de serviços, incluindo-se os impostos líquidos de subsídios. O PIB cearense a preços de mercado, em termos correntes, deve chegar aos R$ 105,58 bilhões, confirmadas as expectativas de continuidade do seu crescimento para o ano de 2013 a uma

taxa estimada de 3,5%, acima da previsão do crescimento do nacional. Foram determinantes para esse desempenho, o crescimento do setor da Indústria de 6,22% (acumulado até setembro), liderado pela Indústria de Transformação e da Construção Civil, e dos Serviços, com uma taxa acumulada, no mesmo período, de 2,74%, em que se destacaram as atividades do Comércio e Alojamento e Alimentação. Por seu turno, a quebra de safra, em função do prolongamento da estiagem, e o agravamento dos prejuízos e vulnerabilidades nas áreas rurais, afetando ainda áreas urbanas do Interior, influenciaram de forma negativa a taxa de crescimento do PIB, pelo decréscimo do produto da Agropecuária de 1,03%. Com o crescimento observado, a riqueza média gerada no Estado por habitante, o PIB per capita, passou a R$ 12.026, segundo previsões para 2013, correspondendo a 51% desse indicador em nível nacional.

Como reflexo do crescimento registrado, o saldo de empregos formais, considerando-se o acumulado de janeiro a novembro, registrou uma elevação de 12,4% sobre o saldo de empregos gerados no acumulado do ano até novembro de 2012 (45.519 vagas). No entanto, é importante ressaltar que, considerando-se a serie histórica 2007 a 2013, observa-se que esse indicador oscilou no período, não voltando a alcançar os níveis registrados em 2009 e 2010, quando se verificaram os maiores números de criação de postos de trabalho. A análise do desempenho da economia cearense em 2013 evidencia uma trajetória de desaceleração no ritmo de novas contratações de empregados formais no acumulado de doze meses até setembro, em comparação ao mesmo período anterior. No entanto, os dados da série ajustada, que incorpora informações fora do prazo, referentes aos primeiros onze meses do ano em foco, mostram um saldo de 51.179 empregos formais, equivalente a um acréscimo de 4,49% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada.

Em função de seu peso na estrutura da economia cearense e do desempenho registrado, o setor de Serviços foi o maior responsável pela expansão do mercado de trabalho em 2013. Todos os oito setores econômicos para os quais são apresentadas as estatísticas do emprego registraram saldo positivo de empregos com carteira assinada no acumulado do ano até novembro de 2013. Destacaram-se, além dos Serviços (19.408 vagas), a Indústria de Transformação (10.520 vagas), o Comércio (10.249 vagas) e a Construção Civil (7.021 vagas). O resultado verificado foi influenciado positivamente pela política governamental do setor do Turismo, com reflexos no incremento do emprego nas atividades de Alojamento e Alimentação. Por sua vez, constituíram-se igualmente elemento-chave para o desempenho da Indústria e do Comercio as estratégias de financiamento do desenvolvimento industrial, as demandas externas aliadas à trajetória favorável do câmbio, a continuidade dos investimentos públicos, associados à manutenção dos estímulos do Governo Federal para a habitação, e o ritmo da expansão do crédito.

Com a política de fortalecimento dos setores da indústria, mineração e agronegócio e a ampliação da infraestrutura portuária implantada no Estado, as exportações cearenses, no período 2007-2013 (com exceção do ano de 2009), ultrapassaram a marca de US$ 1,1 bilhão. O valor das exportações do Estado mostra-se importante aferidor do resultado Crescimento econômico com competitividade, prevendo-se, de acordo com o comportamento observado durante o ano, uma elevação, ainda que modesta, em 2013, enquanto os dados apontam para uma queda desse indicador nos estados nordestinos.

Na ótica da gestão por resultados, a política

voltada a assegurar uma economia para uma vida melhor foca indicadores de qualidade do meio ambiente no Estado, para avaliação do "Aumento da sustentabilidade ambiental". O percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação – UCs, que compreende áreas protegidas, criadas pelo poder público federal (IBAMA), estadual (SEMACE) e municipal, manteve-se praticamente estável de 2007 a 2013. As três maiores UCs federais, ou seja, APA da Serra da Ibiapaba (Ceará e Piauí), APA do Delta do Parnaíba (Ceará, Piauí e Maranhão) e APA da Chapada do Araripe (Ceará, Piauí e Pernambuco) compõem, de modo significativo, o percentual de 22,06%. Embora, ao longo do referido período, esse percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação – UCs não tenha mostrado avanço, cumpre destacar a realização de estudos para a criação de UCs na região do Sertão Central e Inhamuns, inseridas no bioma Caatinga. A implementação do plano de ação, conforme previsão no Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, para a gestão integrada das UCs com orçamento e gerenciamento próprios, permitiu, em 2013, realizar a construção da sede da UC de Jijoca, a requalificação e reabertura do Parque Botânico e ações de recuperação do Parque do Cocó e proteção do Parque Estadual do Sitio Fundão (Crato).

Em 2013, dos quinze municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF apenas sete destinaram os resíduos sólidos gerados pela atividade humana de forma adequada: Aquiraz e Eusébio, com o Aterro Sanitário Leste; Caucaia e Fortaleza, com o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia; e Maracanaú e Maranguape, com o Aterro Metropolitano Sul, resultando numa cobertura de 92,67% da população urbana da região. Esse percentual, bem como o registrado em 2012 (91,39%), representou um recuo em relação a 2011 (96,26%), uma vez que os aterros sanitários de Horizonte, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante perderam esse status por falta de uma gestão adequada e pelo alto custo de manutenção do equipamento e suas unidades correlatas. No que se refere ao indicador da população residente nas áreas urbanas dos municípios do Interior (CE exceto RMF), beneficiada com destinação de resíduos sólidos em aterros sanitários, em relação à população urbana total, a situação mantém-se crítica, uma vez que apenas o município de Sobral possui aterro sanitário em operação, com licença emitida pela SEMACE, que também atende o município de Meruoca, representando um nível de cobertura de 7,15%. Destaque-se, no entanto, o trabalho realizado por meio da Secretaria das Cidades para a elaboração dos projetos executivos nos municípios de Paracuru, Caririaçu, São Benedito, Camocim, Sobral, Icó, Milagres, Limoeiro do Norte e Pedra Branca, que objetivam a construção dos aterros sanitários regionalizados.

O objetivo do atual Governo de ampliar as oportunidades de emprego e renda, com a desconcentração espacial das políticas setoriais para interiorização do desenvolvimento, volta-se ao alcance do resultado de Redução das Desigualdades Interregionais. Dentre outras ações, o fortalecimento da infraestrutura estratégica, em consonância com a política de Turismo, baseada na criação de equipamentos turísticos, articulada à interiorização da atividade a partir de iniciativas como a construção de centros de eventos (Iguatu e Crato), a duplicação e requalificação de rodovias, além do saneamento e melhorias urbanas à beira-mar em localidades do litoral cearense, tem trazido, em consequência, o contínuo aumento de turistas que visitam o interior do Estado. Tal fato se constata pelo índice de interiorização do turismo, correspondente ao percentual de turistas que estiveram em Fortaleza, como destino, e se

deslocaram para o interior, que passou de 64,8% em 2007 para 69,0% em 2013.

A despeito dessas estratégias somadas às ações governamentais de atração industrial, com estímulo à implantação de empreendimentos no interior do Estado com oferta de incentivos fiscais mais elevados e disponibilização de infraestrutura local, ainda não se observa tendência ascendente nos valores dos indicadores que medem a razão entre o PIB e o emprego formal do Interior e da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Em 2007, o indicador que representa a quantidade de emprego formal existente no Interior para cada emprego na RMF, que era de 0,51 em 2012 (último ano para o qual há a informação), ficou em 0,44. Quanto à razão do PIB Interior/RMF, as oscilações observadas resultaram num decréscimo, entre 2007 e 2011, de 0,536 para 0,523. Contribuíram para o comportamento desses indicadores, a concentração das atividades econômicas na RMF, estimulada por iniciativas como o Complexo Industrial Portuário do Pecém, que tem absorvido recursos crescentes, públicos e privados, para a consolidação de projetos de infraestrutura, econômicos e sociais, além dos investimentos em Fortaleza e nos municípios mais dinâmicos da região.

Alinhado ao objetivo estratégico nacional, o Governo elegeu como resultado Sociedade com Renda Maior e Melhor Distribuída, tendo em vista orientar as políticas governamentais para promover a melhor distribuição dos frutos do contínuo crescimento econômico estadual, visando reduzir a população em situação de pobreza. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Governo atuou satisfatoriamente na direção desse resultado. Os indicadores mostraram um comportamento positivo, comparando-se o último ano da série em análise a 2007. Assim, no período, 2007/2012, a renda domiciliar per capita, indicador que afere a renda média das pessoas, evoluiu de 0,77 para 0,86 salário mínimo. A percentagem de pobres do Ceará (pessoas com renda abaixo de meio salário mínimo) apresentou uma tendência de redução no período 2007/2012, situando-se em 46,7%, enquanto, em 2007, a proporção era de 53,1%. Seguindo essa trajetória, porém, de forma mais acentuada, o percentual de extremamente pobres, correspondente a quem aufere renda inferior a R$ 70,00 per capita, refletiu a proposta das políticas sociais de reduzir drasticamente a pobreza nesse segmento, apresentando uma retração significativa, ao sair de 14,6% em 2007 para 8,5% em 2012. Por sua vez, a renda domiciliar per capita na zona rural (em salário mínimo), mesmo apresentando uma tendência de crescimento, no período 2007/2012, chegou apenas a pouco mais da metade do valor da renda domiciliar per capita estadual, evidenciando, assim, que ganhos reais foram obtidos com as políticas governamentais. Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer a necessidade de intensificar as estratégias para elevar a renda no campo.

Tomando-se ainda como base o Índice de Gini da renda domiciliar per capita, observa-se, nos últimos anos, uma redução da desigualdade de renda no Estado do Ceará. Esse indicador retrata o nível de concentração da renda, com valores que variam no intervalo de zero (máxima igualdade) a um (máxima desigualdade). Apesar das oscilações, o índice cearense decresceu, inclusive aproximando-se do nacional, registrando, no último ano do período 2007/2012, a menor desigualdade verificada. Em síntese, ressalte-se que, se os valores dos indicadores do resultado em foco mostram grandes desafios a ser ainda superados, de outra forma, constatam a efetividade das ações implementadas na redução da pobreza e desigualdade de renda.

Para assegurar as bases requeridas para o crescimento da economia e a melhoria das condições de vida no Estado, o governo definiu, como resultado a ser perseguido, a ampliação da infraestrutura estratégica apoiada na melhoria da logística do setor de transportes e no aumento da capacidade de acumulação hídrica. Como projetos estratégicos para esse resultado, figuram a ampliação do Porto do Pecém, integrado à implantação da Refinaria e Siderúrgica, e à Zona de Processamento de Exportação – ZPE e o fortalecimento da infraestrutura hídrica. Em 2013, a movimentação de cargas no Terminal Portuário do Pecém, segundo informações preliminares para o ano, ultrapassou 6,2 milhões de toneladas, resultando num crescimento de mais de 50%, quando comparada a 2012, decorrente, em parte, do aumento da capacidade operacional do Porto assegurada pela construção do Terminal de Múltiplas Utilidades – TMUT e pela instalação de um sistema de carga e descarga e de transporte de granéis sólidos. Importantes investimentos, foram ainda realizados, por meio de convênio com a Secretaria Especial de Portos do Governo Federal, com vistas à otimização das instalações e equipamentos do Terminal.

No que se refere à acumulação hídrica, o Estado possui atualmente uma capacidade de 7,51 bilhões de m³, considerando apenas os açudes estaduais, o que resulta numa variação positiva de 4,6% em relação ao volume acumulado de 2007 e num incremento, sobre 2012, de 79,56 milhões de m³ de água, com a conclusão e entrega de três barragens em 2013: Gameleira (52,642 milhões de m³), no Município de Itapipoca; Jatobá (6,240 milhões de m³), no Município de Ipueiras; Mamoeiro (20,680 milhões de m³), no Município de Antonina do Norte. Destaque-se que os projetos do "Eixão das Águas" e a construção de açudes são estratégicos na política de integração de bacias e suprimento de água do Estado, visando atender às áreas urbanas, às comunidades rurais e ao desenvolvimento econômico. O eixo de integração, responsável pela transposição das águas do Açude Castanhão para a Região Metropolitana de Fortaleza e Porto do Pecém, interligando as bacias do Jaguaribe e Metropolitana, perfazendo uma extensão total de 257,60 km, encontra-se com quatro trechos concluídos, já abastecendo a grande Fortaleza, com conclusão do último trecho prevista para 2014.

Governo Participativo, Ético e Competente

O Governo estadual, atualizado com o novo ciclo de desenvolvimento brasileiro, de um país moderno, igualitário, diverso e soberano, propôs para o período 2012-2015, políticas setoriais e temáticas sintonizadas com as estratégias federais de promoção da intersetorialidade, redução das desigualdades sociais e regionais, o que exigiu, sob a ótica da gestão, a adoção de instrumentos e práticas modernas de planejamento e gestão fiscal, visando democratizar a formulação e acompanhamento das políticas públicas, conferir transparência às informações e realizar, com competência, o serviço prestado à população.

Consoante esse propósito, definiu como resultados que orientam suas ações no eixo da política Governo Participativo, Ético e Competente: Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas; Gestão pública qualificada e ágil; Aumento da capacidade de investimento do Estado e Eficiência nos gastos públicos.

Eixo 3 – Governo Participativo, Ético e Competente

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas							
Percentual de execução orçamentária das ações regionais planejadas (Tesouro)	77,33	76,26	70,43	83,44	84,53	87,31	87,7
Manifestações procedentes de ouvidoria respondidas no prazo (%)	-	-	-	-	94,96	92,27	93,12
Gestão pública qualificada e ágil							
Pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania (1)	465.665	483.274	538.474	358.554	370.017	377.297	326.612
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF (min.)	17,57	16,57	13,32	14,41	14,49	13,56	12,48
Aumento da capacidade de investimento do Estado							
Investimento / Receita corrente líquida (%)	8,9	13,4	23,3	32,4	23,6	17,6	16,8
Resultado primário (R$ milhões) (2)	1.133,99	1.380,24	1.164,64	877,16	1.881,42	621,07	1.357,05
Nível de endividamento (dívida corrente líquida/receita corrente líquida) (proporção)	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,28	(3)0,26
Eficiência nos gastos públicos							
Outras despesas correntes/receita corrente líquida (%)	34,9	33,6	36,8	39	36,6	32,1	32,9
Gastos correntes finalísticos / Despesa Total (%)	29,7	20,9	18,9	19,5	19,3	18,0	17,5

Nota: os dados para o ano de 2013 são preliminares e sujeitos a retificação.
(1) Atendimentos nas casas do cidadão, nos caminhões da Cidadania, nas casas de Mediação e nos Conselhos e Programas vinculados à Secretaria de Justiça e Cidadania;
(2) Os valores do resultado primário foram atualizados segundo conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF de 04/05/2000;
(3) Dados parciais de janeiro a outubro de 2013.
Fonte: Governo do Estado

Para fortalecer a governança democrática e transparente, o Governo vem buscando assegurar a publicização das suas informações e o aperfeiçoamento dos processos de relacionamento com os meios de comunicação, de diálogo com representações da sociedade e de relações com os poderes constituídos. Para cumprir esse compromisso, definiu como resultado estratégico da presente gestão a Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas. A negociação para uma melhor sintonia entre o projeto de Governo e o que a sociedade elegeu como prioridade, por meio da elaboração do Plano Plurianual – PPA, de forma participativa em oficinas nas regiões estaduais, contribuiu para a posição ascendente do indicador Percentual de execução orçamentária das ações regionais planejadas (Fonte Tesouro). O total de recursos autorizados por Lei para aplicação nas oito regiões de planejamento do Estado vem sendo executado num patamar que passou de 77,33% em 2007 para um nível de 87,31% em 2012 e, confirmando a elevação gradativa do indicador em 2013, chegou a 87,7%, evidenciando o compromisso da presente gestão com o cumprimento das metas regionalizadas.

O canal de acesso ao Governo tem seu desempenho avaliado pelo indicador Manifestações procedentes de ouvidoria respondidas no prazo (%), de responsabilidade da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado. Embora esse indicador, só a partir de 2011, venha sendo aferido, revelou um resultado satisfatório do Governo nas respostas às manifestações da população respondidas no prazo definido

legalmente, por meio de uma comunicação com qualidade voltada para esclarecer o cidadão. Em 2013, o indicador registrou uma elevação, em relação a 2012, com o percentual de 93,12%, demonstrando uma atuação tempestiva da CGE no atendimento às demandas de ouvidoria. As manifestações e as respostas ao cidadão-usuário são encaminhadas pelo Sistema de Ouvidoria – SOU.

Para avaliar o resultado voltado à realização de uma Gestão pública qualificada e ágil, o Governo elegeu indicadores que revelam fortes anseios da população – garantia da segurança e defesa da população e a melhoria do atendimento ao cearense na garantia dos direitos de cidadania. As ações de enfretamento à criminalidade e à violência, objetivando a melhoria do sentimento de segurança da população, resultaram na redução do intervalo de tempo levado no atendimento das chamadas, desde o recebimento pelo Centro Integrado de Operações Policiais – CIOPS até a chegada da polícia no local da ocorrência. Ao longo do período 2007/2013, o indicador Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF (min.) decresceu de 17,57 para 12,48 minutos. Esse avanço deve-se à intensificação do policiamento ostensivo realizado pela Polícia Militar, em especial, pela distribuição do aparato policial, observando os locais que figuram nas estatísticas com maiores índices de criminalidade.

O número de Pessoas beneficiadas com atendimento em cidadania, por sua vez, indicador de responsabilidade da Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS, em 2013, foi de 326.612, nas seis unidades de atendimento ao cidadão – três Casas do Cidadão (Fortaleza) e três Caminhões do Cidadão, que circularam pelo Estado, realizando a emissão de 323.770 documentos diversos. O atendimento se deu, ainda, por meio da atuação do Conselho Penitenciário do Estado do Ceará, Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho Cearense de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Centro de Referência e Apoio à Vitima de Violência, Comissão Especial de Anistia, Programa de Assistência às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas e Escritório de Combate ao Tráfico de Seres Humanos. Embora tenha havido uma redução de atendimentos em relação ao ano anterior, para 2014, a perspectiva é de ampliação dos serviços através da aquisição de cinco veículos para dar suporte às demandas de atendimento ao cidadão no Estado.

No período 2007/2012, o Aumento da capacidade de investimentos do Estado se confirmou em virtude de uma política fiscal responsável. A tendência de crescimento da arrecadação própria (a despeito de alterações nos cenários macroeconômicos nacional e internacional e da política de desoneração da tributação de diversos produtos selecionados) e a articulação com o Governo Federal para assegurar os recursos de convênio, além do aprofundamento das relações com as instituições multilaterais, permitiram alavancar investimentos em áreas estratégicas do desenvolvimento estadual. Desta forma, a relação Investimento/Receita Corrente Líquida (%) está num nível bastante satisfatório, se observados os dados do período 2007 a 2013, a despeito da retração registrada depois de 2010. O nível em que se encontra o indicador em 2013, de 16,8%, é considerado alto, principalmente se comparado ao dos demais estados brasileiros. A redução do percentual relativo ao indicador deve-se tanto à contenção na aplicação dos recursos em novos investimentos, uma iniciativa prudencial do Governo estadual no sentido de controlar a evolução das despesas de capital para atender a necessidade de recursos para manutenção e funcionamento dos novos equipamentos, quanto à significativa evolução dos valores da Receita Corrente Líquida.

O esforço crescente do projeto político implementado a partir de 2007, para o alcance do resultado em foco, confirma-se com a

evolução do indicador de Resultado Primário (R$), correspondente à diferença entre a receita líquida não-financeira (Receita Total deduzidos juros, operações de crédito e transferências constitucionais e legais a Municípios) e as despesas não-financeiras (Despesa Total menos despesas com juros, encargos e amortização da dívida). Sem comprometer o equilíbrio fiscal, o Resultado Primário, segundo dados ainda parciais (janeiro a outubro) de 2013, atingiu cerca de R$ 1,357 bilhão (de acordo com a metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, retirando do cálculo as despesas com os investimentos considerados estruturantes pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), superando, mais uma vez, a meta prevista para o ano.

O Nível de Endividamento, indicador igualmente importante na aferição da capacidade de investimento do Estado, expressa a proporção da Dívida Consolidada Líquida – DCL em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, indicando, assim, quanto da RCL é necessário para quitar o montante das dívidas de curto e longo prazo (deduzidas as disponibilidades de caixa) ou está comprometido com ele, cujo limite, pode chegar a duas vezes a RCL, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para 2013, o Nível de Endividamento, que já mostrava uma situação bastante confortável do Estado, apresentou um valor ainda menor do que em 2012, de 0,26, revelando assim a larga margem de que o Estado ainda dispõe para a contratação de financiamentos visando à realização dos investimentos estratégicos.

Com o objetivo de assegurar os recursos necessários para o alcance das metas planejadas, o Governo tem promovido uma gestão fiscal e orçamentária orientada para a Eficiência nos gastos públicos. São condições para atingir esse resultado, sob o ponto de vista do aumento da receita tributária, a modernização do sistema de arrecadação e, pelo ângulo da despesa, a racionalização e o controle da qualidade dos gastos tanto na área do custeio administrativo da máquina pública quanto das despesas finalísticas. Nesse aspecto, o Governo monitora os indicadores estratégicos relativos às despesas correntes da administração estadual, com enfoque nas Outras Despesas Correntes. Esse grupo de natureza da despesa é formado pelos gastos finalísticos correntes continuados e não-continuados, e gastos correntes administrativos (manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades). O acompanhamento e controle do indicador Outras despesas correntes/ receita corrente líquida tem como objetivo, em especial, a racionalização dos gastos, visando assegurar a capacidade de investimento ao Estado. Cabe explicitar que a Receita Corrente Líquida é expressa pelo somatório das receitas tributárias, das provenientes de contribuições, das patrimoniais, das originárias de atividades agropecuárias, industrial e de serviços e das transferências correntes e outras receitas, deduzidas as transferências constitucionais e legais aos municípios, as contribuições previdenciárias e as receitas para formação do FUNDEB. A tendência do indicador Outras despesas correntes/receita corrente líquida apresentada nos anos finais da série em estudo é de gradativa redução (apesar do leve acréscimo no último ano), com 2012 (32,1%) e 2013 (32,9%) registrando os mais baixos valores.

Os gastos correntes finalísticos se referem às despesas orçamentárias com os bens e serviços que atendem diretamente à população estadual, como o funcionamento das escolas, universidades, equipamentos da área da saúde, segurança, justiça, para citar os mais expressivos. O indicador Gastos Correntes Finalísticos/ Despesa Total (%) apresentou uma participação em torno de 19% entre 2008 e 2013. Embora dado preliminar desse indicador referente a 2013, 17,5%, mostre uma redução proporcional dos gastos finalísticos, nos últimos anos do período, a entrada em funcionamento dos novos equipamentos na área da saúde, educação, segurança e justiça, turismo, entre outras, tem requerido aumento das dotações orçamentárias, assegurando mais e melhor prestação de serviços à população.

DESEMPENHO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

HOSPITAL
REGIONAL
NORTE
GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

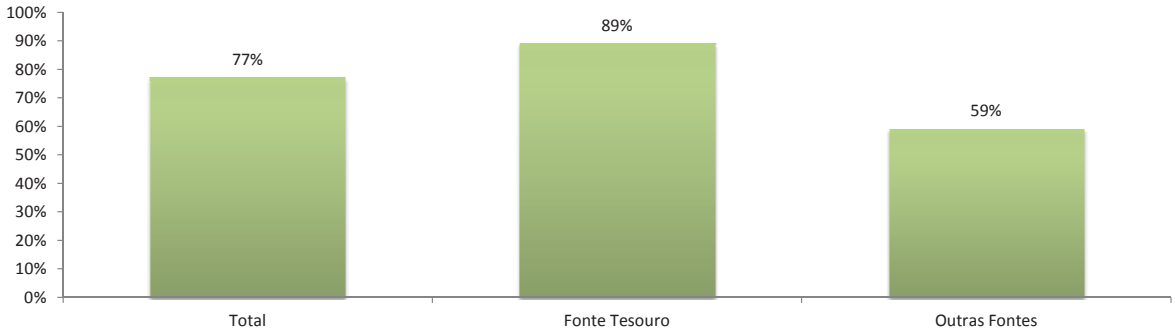
DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Sociedade Justa e Solidária é o eixo de governo que objetiva a promoção e sustentabilidade de uma sociedade a ser alcançada por meio do desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas voltadas para promoção da cidadania dos cearenses. Esse eixo é estruturado a partir das seguintes Áreas Temáticas: Educação Básica; Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional; Saúde; Desenvolvimento Social e Trabalho; Cultura; Esporte e Lazer; Segurança Pública; Justiça e Cidadania; e Acesso à Justiça.

Essas áreas temáticas têm sua política implementada a partir de ações realizadas por dez Secretarias de Estado e suas Vinculadas, por meio de um conjunto de 27 Programas Temáticos Setoriais, Programas de Gestão e Manutenção para cada Secretaria e Vinculadas, além de dois Programas de Serviços ao Estado, executados pelo Conselho Estadual de Educação. A definição desses Programas foi determinante para o desempenho das políticas públicas sob a responsabilidade das secretarias de governo. No cômputo geral, em 2013, foram empenhados para este eixo recursos na ordem de R$ 3.263,7 milhões.

Eixo 1: Sociedade Justa e Solidária
Percentual de Execução Orçamentária por Fonte



(*) Dados parciais, sujeitos a alterações
Fonte: SEPLAG/SIOF.

Eixo 1: Sociedade Justa e Solidária

ÁREAS E PROGRAMAS TEMÁTICOS	TOTAL (R$ mil)		TESOURO (R$ mil)		OUTRAS FONTES (R$ mil)	
	PROGRAMADO	EMPENHADO	PROGRAMADO	EMPENHADO	PROGRAMADO	EMPENHADO
Educação Básica	925,739.19	770,153.56	557,857.04	518,490.78	367,882.15	251,662.78
014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	297,078.10	242,280.05	218,048.33	199,449.86	79,029.77	42,830.19
072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	97,704.17	63,513.40	46,312.17	43,065.88	51,392.00	20,447.52
073 - Organização e Gestão da Educação Básica	528,992.10	462,403.17	291,531.72	274,018.09	237,460.38	188,385.07
056 -Valorização do Servidor (**)	707.82	700.00	707.82	700.00	0.00	0.00
060 – Gestão de Políticas Públicas da Educação Básica (**)	1,257.00	1,256.95	1,257.00	1,256.95	0.00	0.00
Saúde	2,014,009.20	1,600,111.83	1,219,381.11	1,069,307.19	794,628.10	530,804.64
030 - Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do Sus.	140,155.27	114,740.39	105,777.54	95,115.08	34,377.73	19,625.30
037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	1,812,207.24	1,432,484.87	1,086,682.88	948,940.05	725,524.37	483,544.81
065 - Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde	61,646.70	52,886.58	26,920.69	25,252.05	34,726.00	27,634.52
Segurança Pública						
012 - Segurança Pública Comunitária	361,224.53	294,970.56	258,513.61	234,142.08	102,710.92	60,828.47
015 - Segurança Pública Integrada	36,750.79	35,442.79	36,030.79	35,442.79	720.00	0.00
016 – Gestão de Riscos e Desastres	261,408.86	209,728.88	213,607.21	192,109.88	47,801.65	17,619.00
066 - Programa de Gestão e Assistência	62,464.88	49,798.88	8,875.61	6,589.41	53,589.27	43,209.47
Penitenciária	600.00	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00
Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional	300,727.27	195,592.56	138,888.67	103,619.01	161,838.60	91,973.54
068 - Educação Superior	118,046.33	68,670.91	75,230.13	58,987.59	42,816.20	9,683.32
069 - Educação Profissional	38,526.22	23,557.44	27,210.09	23,208.88	11,316.14	348.57
070 – Ciência, Tecnologia e Inovação	141,153.29	100,564.13	34,198.84	19,269.85	106,954.45	81,294.28
079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará	3,001.43	2,800.07	2,249.62	2,152.69	751.81	647.37
Desenvolvimento Social e Trabalho	147,873.24	120,284.82	107,856.05	102,717.86	40,017.19	17,566.96
049 - Trabalho, Emprego e Renda	62,523.00	52,348.54	49,036.87	45,483.57	13,486.13	6,864.97
050 - Assistência Social	82,779.98	65,786.84	56,704.55	55,153.89	26,075.43	10,632.95
051 - Segurança Alimentar e Nutricional	2,280.26	1,879.44	1,824.64	1,810.40	455.63	69.04
052 - Atenção ao Segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais	290.00	270.00	290.00	270.00	0.00	0.00
Esporte e Lazer	179,288.40	83,955.92	75,352.78	70,327.10	103,935.62	13,628.83
071 - Esporte - Educação, Participação e Lazer	25,752.30	12,599.84	5,602.30	4,300.55	20,150.00	8,299.29
092 - Ceará no Esporte de Rendimento	1,602.75	852.28	1,152.75	412.00	450.00	440.28
093 - Infraestrutura Esportiva e de Lazer	151,933.34	70,503.80	68,597.72	65,614.54	83,335.62	4,889.26
Cultura	81,689.08	55,186.60	47,081.71	40,351.71	34,607.36	14,834.89
006 - Memória Cultural	10,756.27	2,715.60	4,821.90	2,715.60	5,934.36	0.00
007 - Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará	69,232.23	51,944.42	40,852.23	37,129.25	28,380.00	14,815.17
008 - Incentivo à Leitura e ao Conhecimento	1,700.58	526.58	1,407.58	506.87	293.00	19.72
Justiça e Cidadania						
076 - Proteção e Cidadania	216,849.26	143,110.21	144,788.46	133,258.24	72,060.80	9,851.98
077 - Infraestrutura, Gestão e Assistência	11,072.75	6,193.77	7,186.70	5,530.46	3,886.06	663.31
Penitenciária	205,776.51	136,916.44	137,601.77	127,727.77	68,174.74	9,188.67
Acesso à Justiça	1,608.42	331.96	754.44	298.85	853.98	33.11
088 - Promoção e Defesa de Direitos e	1,608.42	331.96	754.44	298.85	853.98	33.11
Acesso à Justiça	4,229,008.59	3,263,698.02	2,550,473.87	2,272,512.82	1,678,534.72	991,185.20

(*) Dados parciais, sujeitos a alterações.
(**) Programa de Serviço ao Estado.
Fonte: SEPLAG/SIOF.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Educação Básica

A educação tem papel fundamental para propiciar a todos os indivíduos o exercício da cidadania, sua inserção no mundo do trabalho, bem como uma melhor distribuição de renda. Desta forma, a Secretaria de Educação Básica - SEDUC, em parceria com o Conselho Estadual de Educação - CEE, procurou sedimentar a cultura de resultados, apoiada no tripé "diálogo com a sociedade, transparência nas ações e controle social", dando continuidade às políticas educacionais já implantadas.

As estratégias adotadas priorizaram três grandes vetores: o fortalecimento do Regime de Colaboração União, Estado e Municípios; articulação do Ensino Médio à Educação Profissional e apoio aos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, evidenciando o incentivo à inserção dos alunos do ensino médio na universidade.

No primeiro caso, a SEDUC continua cooperando tecnicamente com os municípios na tarefa de alfabetizar as crianças na idade correta, objetivando a continuidade do processo de escolarização por meio do Programa de Aprendizagem das Crianças na Idade Certa - PAIC. A avaliação externa desse programa representa uma importante ferramenta de gestão, pois norteia o desenvolvimento das políticas municipais e procura sedimentar uma cultura de análise de dados para o desenvolvimento de novas formas de intervenção para aprimorar o processo de alfabetização de todas as crianças. Possibilita também, aos professores, dirigentes escolares e gestores, um cenário potencializador da elevação da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Ceará.

No segundo vetor, as ações estão especialmente voltadas para a expansão e qualificação do ensino médio, responsabilidade constitucional do Estado, priorizando e consolidando a política de formação e profissionalização dos jovens cearenses, com foco na expansão da rede física e oferta de cursos técnicos nas mais diversas áreas. Em 2013, foram entregues mais oito novas Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, nos municípios de Crato, Cariré, Pacujá, Granja, Novo Oriente, Fortaleza, Trairi e Jardim. Somando-se às 92 unidades já existentes, totalizam cem escolas distribuídas em todo o Estado do Ceará, ofertando 51 cursos diferentes, desde informática, enfermagem, guia de turismo e segurança do trabalho, criados em 2008, até fabricação mecânica, automação industrial, portos, saúde bucal, produção de áudio e vídeo, tradução e interpretação de Libras e Instrução de Libras, criados em 2012 .

Matrícula da Educação
Profissional por Tipo de Escola 2010 - 2013

	Rede Estadual			
Tipo de escola	2010	2011	2012	2013 (1)
Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	17.606	23.952	28.987	39.187
Curso Normal Magistério	3.335	2.042	2.042	1.277
TOTAL	20.941	25.994	31.029	40.464

(1) Dados preliminares sujeitos a modificação.
Fonte: SEDUC/COAVE/COGED/Educacenso.

O terceiro foco da ação governamental, fortalecimento de estratégias relacionadas ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, disponibilizou a logística necessária para garantir a efetiva participação de todos os 192 mil jovens inscritos no exame por meio de transporte, hospedagem e alimentação. Pode-se destacar o apoio nas diversas etapas aos alunos do 2º e 3º anos das escolas públicas que participaram do ENEM, como: articulação para a emissão dos documentos de CPF e RG; monitoramento e suporte às inscrições online para o exame; preparação motivacional e pedagógica: distribuição de coletânea de provas de exames anteriores; ENEM não tira férias; Ciclo de Palestras; seis Aulas Show do Dia do Estudante realizadas em Juazeiro do Norte, Sobral, Canindé, Quixadá, Morada Nova e Fortaleza, com a participação de 20 mil estudantes; Sabadão do ENEM; Simulado SEDUC/ENEM; Plantão Telefônico ENEM (0800); Portal Rumo à Universidade; Projeto Preparação Rumo à Universidade; e finalmente, informações sobre as formas de ingresso e financiamento nas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas (SISu, ProUni, Fies).

Durante o ano de 2013, a SEDUC também deu continuidade às outras modalidades de ensino, tais como Educação do Campo, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. A Educação do Campo é organizada por semestre e em tempo integral, para que os alunos possam ser inseridos em atividades produtivas. Existem cinco escolas localizadas em Jaguaretama, Itarema, Itapipoca, Madalena e Monsenhor Tabosa, atendendo um total de 1.255 alunos.

Estão localizadas em Fortaleza as duas escolas de Educação Especial: Instituto do Cego, que funciona na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio - EEFM Antônio Bezerra de Menezes, atendendo cinquenta alunos; e Instituto do Surdo, beneficiando 480 alunos. No entanto, existem as Salas de Recursos Multifuncionais – SEM também voltadas para o atendimento especializado aos alunos com deficiências audiovisuais, visuais, auditivas, mentais e físicas, que funcionam em escolas regulares de 94 municípios cearenses.

Para atender as pessoas que não tiveram acesso a escola na idade adequada, a Educação de Jovens e Adultos - EJA atende, com metodologia de ensino diversificada, nas unidades prisionais, além de propiciar a formação dos professores, oferta de livros e materiais didáticos e acompanhamento no sentido de proporcionar maior qualificação da escolarização ofertada. Atualmente, estão em funcionamento 32 Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, sendo nove em Fortaleza e o restante no interior do Estado, além da EJA Médio, ofertada presencialmente em 182 escolas regulares estaduais, no período noturno, para 14.180 alunos.

A efetividade e a equidade na aplicação dos recursos podem ser verificadas por meio do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE, que também permite a apresentação de subsídios para a definição e redefinição das políticas educacionais. Anualmente, a SEDUC realiza a avaliação censitária do ensino médio em todas as séries, avaliação do 5º e 9º anos do ensino fundamental e avaliação específica do 2º ano (SPAECE – Alfa), de modo a apresentar à sociedade cearense o diagnóstico da qualidade do ensino ofertado.

Cabe destacar ainda que o Conselho Estadual de Educação do Ceará - CEE, com a missão de zelar pela qualidade do ensino e garantir a permanência do aluno nas instituições de ensino do Estado do Ceará, realizou a formação de 4.902 executivos escolares em todos os

municípios cearenses, além de ofertar curso de extensão a distância para 2.000 conselheiros de escolas estaduais e municipais, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, Universidade Federal do Ceará, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, no sentido de fortalecer a gestão democrática e participativa.

Os resultados da política educacional implementada pela SEDUC, que busca contribuir para o desenvolvimento dos cidadãos cearenses, podem ser evidenciados no quadro abaixo.

Educação Básica
Evolução de Indicadores 2010 - 2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Nota média de alfabetização dos alunos da rede pública do 2º ano do Ensino Fundamental – SPAECE-ALFA	7,9	8,0	6,2	6,3 (1)
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries iniciais do Ensino Fundamental	-	4,9	-	5,2
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries finais do Ensino Fundamental (2)	-	4,2	-	4,5
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual no 3º ano do Ensino Médio (2)	-	3,4	-	3,5
Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (%)	47,8	49,0	49,4	49,5
Alunos matriculados na Educação Profissional em nível médio da rede estadual (3)	20.941	24.938	31.593	40.464
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais (%)	18,8	16,47	16,25	16,03

(1) Dados 2013 estimados, sujeitos a modificação;
(2) O IDEB é realizado em anos ímpares/resultados publicizados no ano subsequente;
(3) Número de matrículas em Educação Profissional inclui Curso Normal.
Fonte: SEDUC.

Os resultados do SPAECE-ALFA permitem concluir que o programa adotado tem reflexos positivos nas políticas que interferem na base do ensino, influenciando a continuidade da vida escolar do aluno. Merece esclarecer que a redução da nota média de alfabetização do 2º ano do ensino fundamental, para os anos de 2012 e 2013 em relação aos anos de 2010 e 2011, ocorreu tendo em vista o Decreto nº 30.797/2011, que alterou a fórmula de cálculo, inserindo um fator de ajuste.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP em 2007, constata-se que as estimativas propostas pelo INEP para o Ceará, 4,0 para as séries iniciais e 3,2 para as finais, foram superadas já em 2009, respectivamente, e vêm melhorando a cada ciclo de avaliação. O indicador referente ao IDEB do 3º ano do ensino médio, rede estadual, teve evolução mais modesta, embora tenha ultrapassado a estimativa do INEP para 2011 (3,2).

A taxa de escolarização líquida do ensino médio vem aumentando anualmente, embora com discreto crescimento em 2013, comparado com o dado de 2010. As hipóteses mais viáveis se concentram na alta reprovação, abandono, inserção na educação de jovens e adultos e outras causas sociais, a exemplo de gravidez na adolecescência. Por outro lado, a matrícula do ensino médio, de um modo geral,

tende à estabilidade e/ou queda, em razão da diminuição da população de quinze a dezenove anos, envelhecimento da população e queda da natalidade nas famílias (IBGE/PNAD – 2001-2011).

A educação profissional articulada ao ensino médio, entretanto, tem tido um crescimento contínuo, reflexo dos investimentos governamentais nessa área e do interesse do jovem na sua profissionalização, de acordo com os cursos ofertados. Observa-se que o número de matrículas de 2013, praticamente, dobrou em relação ao ano de 2010.

No que diz respeito à taxa de analfabetismo de quinze anos e mais, esta vem gradativamente diminuindo, como resultado dos investimentos da União por meio do Programa Brasil Alfabetizado, executado por meio da celebração de convênios diretamente com os municípios. Em parceria com a sociedade civil, foram atendidos, em 2013, 4.340 jovens, adultos e idosos em 38 municípios do Estado do Ceará.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa objetiva o fortalecimento da aprendizagem dos alunos e sua capacitação profissional e tecnológica para ingresso no mercado de trabalho, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do Estado.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 - 2013
Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional — EEEP	5.035	5.665	12.320
Garantir a 100% dos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional formação técnica, pedagógica e qualificação profissional articulada aos setores produtivos	38.313	40.464	40.464

Fonte: SEDUC.

Principais Ações Realizadas

- Construção de dezesseis Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP nos municípios de Araripe, Boa Viagem, Cariré, Crato, Fortaleza (2), Escola Agrícola de Granja, Jardim, Marco, Milgres, Nova Olinda, Novo Oriente, Pacujá, Santana do Acaraú, Trairi e Viçosa do Ceará;
- Realização de reforma de dezenove EEEP;
- Aquisição de laboratórios para os cursos de Vestuário, Agrimensura, Aquicultura, Edificações, Hardware, Mecânica, Têxtil, Manutenção Automotiva, Topografia, Química, Tecelagem, Massoterapia, Nutrição e Dietética, Desenho Técnico e Vestuário, beneficiando 67 escolas profissionais;
- Concessão de 10.960 bolsas-estágio e auxílio-transporte para 1.711 educandos do Projeto E-Jovem e 9.249 alunos das EEEPs, além de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e pagamento de Seguro Contra Acidentes Pessoais;

- Contratação de 1.370 profissionais para 97 escolas profissionais;
- Oferta de 7.000 matrículas distribuídas em 370 turmas do Projeto E-Jovem SEDUC/CENTEC para formação complementar em informática para alunos do Ensino Médio da Rede Pública e Egressos.

PROGRAMA 072 - APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

O Programa objetiva fortalecer o Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, desenvolvendo políticas de alfabetização e elevação do nível de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental, e apoiar os municípios no processo de universalização do acesso à pré-escola e o fortalecimento das atividades pedagógicas voltadas para Educação Infantil.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 - 2013
Alfabetizar a cada ano, no nível desejado, 237.082 alunos, até o final do 2° ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado.	88.306	-	88.306
Ampliar as ações do Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC para os 427.533 alunos do 3° ao 5° anos do Ensino Fundamental	427.533	458.385	458.385
Implantar 161 Centros de Educação Infantil – CEI, apoiando os municípios na ampliação do atendimento das crianças de 0 a 5 anos	28	3	9

Fonte: SEDUC.

Principais Ações Realizadas

- Premiação de 150 escolas públicas - Escola Nota Dez - com melhores resultados de aprendizagem no 2º ano do ensino fundamental e 56 escolas públicas com maior proficiência em língua portuguesa e matemática no 5º ano;
- Apoio a 150 escolas que obtiverem os menores resultados de aprendizagem no 2º ano e a 56 escolas do 5º ano do ensino fundamental;
- Concessão de 803 bolsas de transferência tecnológica para gerentes, técnicos municipais, especialistas e consultores para incentivar os profissionais da educação no desempenho de suas funções;
- Implantação do Projeto Professor Diretor de Turma, envolvendo 42 municípios, 148 escolas municipais, 438 professores e 13.613 alunos;
- Alfabetização de 4.340 jovens, adultos e idosos por meio do Programa Brasil Alfabetizado em parceria com entidades da sociedade civil.

PROGRAMA 073 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Programa objetiva desenvolver projetos e ações pedagógicas que visem elevar o desempenho acadêmico dos estudantes da educação básica garantindo as condições de funcionamento das escolas públicas estaduais e implementar ações voltadas para a valorização do magistério.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 - 2013
Premiar, anualmente, 100% dos alunos do ensino médio da rede estadual que obtiverem o nível adequado nas disciplinas de língua portuguesa e matemática	100	100	100
Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem	665	690	690
Implementar nas 665 escolas estaduais a metodologia da superintendência escolar como instrumento de planejamento, acompanhamento e monitoramento.	665	690	690
Realizar, anualmente, 2 avaliações censitárias dos alunos da educação básica através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE.	2	2	2
Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensin.	143.895	146.700	146.700
Realizar, anualmente, o Censo Escolar da educação no Ceará.	1	1	1

Fonte: SEDUC.

Principais Ações Realizadas

- Construção de dezesseis escolas destinadas ao ensino médio regular, em diversos municípios;
- Ampliação de 32 unidades escolares, sendo dezenove de educação profissional e treze nas demais escolas;
- Realização de reforma de 45 unidades escolares da rede estadual de ensino;
- Apoio aos municípios na oferta de transporte escolar a 146.700 alunos da rede estadual de ensino;
- Realização de concurso público para professor pleno com oferta de 3.000 vagas e 37.271 inscritos;
- Distribuição de 6.318 notebooks para os alunos do ensino médio que obtiveram melhor desempenho acadêmico em língua portuguesa e matemática, nas escolas da rede pública de ensino;
- Concessão de 1.574 bolsas de inovação ou extensão tecnológica e de pesquisas para profissionais da educação que atuam em projetos que visem ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento utilizado para o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;
- Concessão de 14.348 bolsas de monitoria a estudantes das 224 escolas do Projeto Jovem de Futuro e 5.719 bolsas de tutoria a estudantes universitários dos cursos de licenciatura em Matemática e Letras e afins para o desenvolvimento de atividades das metodologias Monitoria e Entre Jovens do Projeto Jovem de Futuro;

- Participação de 209 escolas da rede pública no Prêmio Gestão Escolar 2013, uma iniciativa do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, contando com parceria do MEC, incluindo a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil;
- Implantação do Projeto Jovem de Futuro em 224 escolas da rede estadual que ofertam o Ensino Médio Regular por meio de formação dos gestores em gestão por resultados e do Financiamento dos Planos de Ação das escolas;
- Promoção das ações de iniciação científica com a participação de 107 alunos e 58 professores da rede estadual que tiveram projetos credenciados para onze eventos nacionais e três internacionais, entre eles a MOSTRATEC, FEBRACE, FENECIT, FECITEC, Jornada de Foguetes, MOCINN, ExpoCiência, Geopark e I - SWEEEP;
- Realização de 21 Feiras Regionais de Ciências e VII Feira Estadual de Ciências e Cultura no intuito de fortalecer as práticas de educação científica no interior, no âmbito das escolas da rede pública estadual;
- Realização dos Jogos Escolares do Ceará, em parceria com SESPORTE, que envolveu mais de 4.500 alunos de doze a dezessete anos;
- Realização de duas avaliações censitárias por meio do SPAECE, com a participação de escolas estaduais e municipais, com alunos matriculados no 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio, incluindo o 2º segmento, envolvendo aproximadamente 516.042 alunos;
- Realização da III Mostra da Educação Ambiental da rede pública estadual de ensino, com a apresentação de 45 projetos e participação de 147 escolas e 900 alunos, estimulando o intercâmbio entre professores e estudantes.

PROGRAMA 056 - VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

O programa objetiva capacitar executivos escolares dos municípios do Estado do Ceará, através da Coordenadoria de Formação de Executivos Escolares da Educação Básica – CEFEB, apresentando a seguinte meta e ações realizadas:

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Capacitar 10.909 executivos escolares da rede pública municipal, de 184 municípios, através do Programa de Formação de Executivos Escolares.	3.709	4.902	4.902

Fonte: CEE.

Principais Ações Realizadas

- Capacitação de 4.902 executivos escolares em 137 municípios;
- Contratação de 42 bolsistas com o objetivo de desenvolver o Programa de Formação Executivos Escolares.

PROGRAMA 060 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O programa objetiva o acompanhamento da execução curricular nas escolas da rede pública .

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Acompanhar sistematicamente ações desenvolvidas por 9.411 escolas públicas e privadas, através dos dados cadastrados no Sistema de Informação e Simplificação de Processos – SISP.	8.634	7.111	11.345

Fonte: CEE.

Principais Ações Realizadas

- Criação do CHAT no SISP e SISPROF para atendimento online as instituições de ensino;
- Realização de acompanhamento e validação do Sistema de Informatização e Simplificação de Processos – SISP para 7.111 instituições de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, sendo que 6.020 escolas encontram-se credenciadas;
- Realização de acompanhamento e validação do Sistema de Informatização e Simplificação de Processos das Escolas Profissionalizantes – SISPROF para 189 instituições de educação profissional;
- Implantação do Projeto de Educação no Campo "Prática na Vida Escolar".

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Equipamentos em Funcionamento - 2013
OCEANO ATLÂNTICO
PIAUÍ
PERNAMBUCO
PARAÍBA
RIO GRANDE DO NORTE
FORTALEZA
LEGENDA
Sede Municipal
Equipamentos Implantados
Escola Estadual de Educação Profissional EEEP (em funcionamento)
Escola Estadual de Educação Profissional EEEP (entregues em 2013)
Escola de Educação Indígena
Escola de Educação Especial
Educação do Campo
Educação de Jovens e Adultos (EJA)
Macrorregioes de Planejamento Reg. Metropolitanas
1 - REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA - RMF
2 - REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI - RMC
3 - LITORAL OESTE
4 - SOBRAL/IBIAPABA
5 - SERTÃO DOS INHAMUNS
6 - SERTÃO CENTRAL
7 - BATURITÉ
8 - LITORAL LESTE / JAGUARIBE
9 - CARIRI / CENTRO SUL
25 0 25 50 km
IPECE
Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Gestão
Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Ciência, Tecnologia
Inovação, Educação
Superior e Profissional

Considerando que o alcance do desenvolvimento econômico e social se dá, necessariamente, pelo fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE, instituição responsável por implementar as políticas desse setor, vem atuando no sentido de propiciar as condições indispensáveis para que estratégias de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico e as inovações ganhem fôlego. A estratégia adotada é fundamentada na institucionalização de uma rede de infraestruturas de conhecimento espalhadas por todo o Estado, a maior parte localizada no interior, contribuindo para a redução da desigualdade socioeconômico-cultural das macrorregiões do Estado.

Desta forma, cabe destacar a ampliação do número de novas escolas profissionais com regime integral e melhoria da infraestrutura física, além dos equipamentos das universidades estaduais (UECE, UVA e URCA), como laboratórios, bibliotecas, restaurante universitário, complexo poliesportivo, editora, novos blocos de salas de aula e melhoria da acessibilidade. A melhoria da qualidade do ensino foi possibilitada ainda com a maior participação de mestres e doutores, nos seus quadros, que receberam benefícios para sua qualificação. Já os estudantes têm sido contemplados com bolsas de monitoria, iniciação científica, atividades de extensão e de assistência estudantil, que contribuem para a melhora de seu desempenho e para a redução da evasão e da repetência.

Os esforços para o aperfeiçoamento das universidades estaduais estão dando resultados concretos, como, por exemplo, a classificação da UECE e da UVA entre as cem melhores instituições do País, dentre as 192 maiores universidades públicas e privadas brasileiras avaliadas, considerando a avaliação, pesquisa, inovação, internacionalização, ensino e mercado. Cabe destacar que a UECE foi classificada como a primeira universidade estadual das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ocupa o 8º lugar como melhor universidade estadual entre as universidades estaduais do País. A UECE também obteve destaque nos resultados dos conceitos dos cursos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, onde três de seus cursos encontram-se na liderança do ranking nacional nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Psicologia.

No que se refere à construção de novos empreendimentos, estima-se para o primeiro semestre o término das obras do Campus Multi-institucional (Iguatu), do Centro de Treinamento Técnico do Ceará – CTTC (São Gonçalo do Amarante) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE (Itapipoca). Já o Centro de Educação a Distância – CED (Sobral) está com as edificações concluídas, faltando apenas a aquisição, instalação e teste dos equipamentos de som, estúdios de TV e rádio e do controle de acesso (segurança eletrônica).

No que diz respeito às matrículas na graduação das universidades públicas estaduais, da UFC, do IFCE e do Instituto Centec, foram ampliadas de 66.082 em 2010 para 72.010 em 2013, enquanto as da pós-graduação, em tais instituições, passaram de 8.068 para 13.956 no mesmo período. O aumento de matrículas na Pós-graduação reflete na elevação do número e na qualidade dos trabalhos científicos publicados, que saltaram de 10.648 em 2010 para 12.970 em 2013, mantendo ainda um acréscimo representativo de 21,80% no período.

O Programa de Bolsas de Produtividade e Estímulo à Interiorização - BPI em uma parceria da FUNCAP com o CNPq, para atração e fixação de pesquisadores doutores no interior do Estado, propiciou que o número de matriculados nas Instituições Estaduais de Ensino Superior e no Instituto Centec passasse de 35.754 em 2010, para 43.772, em 2013, na graduação e formação tecnológica. Já na pós-graduação, houve uma

elevação do número de matriculados de 4.153 em 2010 para 4.340 em 2013, apontando um crescimento de 4,5%.

A SECITECE tem reforçado as ações para aproximar o setor produtivo e a academia no sentido de desenvolver e implantar a cultura da atividade empresarial inovativa, o que propiciará o crescimento sustentado da economia local, contribuindo para a qualidade de vida da população cearense. Cabe destacar as seguintes ações: fortalecimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica – NITs, com a implantação da REDENIT-CE, bem como a instituição da Rede de Incubadoras do Ceará - RIC; implantação do projeto Apoio a Projetos Inovadores do Ceará – TECNOVA-CE, financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, com objetivo de fortalecer as micro e pequenas empresas e incentivá-las a realizarem pesquisa e desenvolvimento para a inovação, através da modalidade subvenção econômica.

Cabe ressaltar a realização de 533 eventos do projeto Ciência Itinerante, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que promove a popularização da ciência e tecnologia, percorrendo os 65 municípios cearenses com demonstrações de experimentos científicos nas áreas de Física, Química, Biologia e Tecnologia da Informação. Contou com a participação de 21.118 estudantes, 360 professores da rede de escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio, instituições de Ensino Técnico e Profissional e 44 instituições ligadas a ciência e tecnologia.

A promulgação da Lei Estadual de Inovação, a reformulação da Lei de operacionalização do Fundo de Inovação Tecnológica – FIT, dentre outras medidas, contribuíram para um salto de 348 empresas assistidas com ações de inovação em 2010 para 643 empresas em 2013, representando um crescimento de 84,77%. Também, podem-se destacar a participação e premiação no INNOVAWORLD 2013, com o trabalho Forno Solar Alternativo e Antipoluidor, obtida pelo Centro de Educação, Ciência e Letras dos Inhamuns, da UECE, localizado no Município de Tauá, o qual logrou a primeira colocação. Já a UECE foi contemplada com um dos prêmios destinados à Best Regional University pela Europe Business Assembly, em Oxford, Inglaterra.

Na área de estudos ambientais, além da adaptação de produtos e informações, a SECITECE vem agindo não apenas no sentido de descobrir novas áreas de atuação susceptíveis à desertificação mas também no de prevenção de queimadas, o que se reveste de importância pelo conhecimento dessa realidade e pela possibilidade de redimensionamento das atividades econômicas.

O resultado das ações desenvolvidas pelas instituições ligadas ao setor de ciência, tecnologia, inovação e educação superior e profissional pode ser observado no quadro a seguir, ressaltando um crescimento constante.

Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional
Evolução de Indicadores 2010 - 2013

Indicadores	2010	2011	2012
Matrículas de Educação Superior (graduação)	66.082	69.596	71.581
Matrículas de Educação Superior (pós-graduação)	8.068	8.524	6.141
Produção Acadêmica Publicada (outros + teses e dissertações)	10.648	11.756	11.702
População Beneficiada com Ações de Extensão (cultural + social + tecnológica)	1.325.510	1.389.580	1.565.296
Empresas Atendidas com Inovação	348	392	429

Obs.: os números referentes ao IFCE e UFC estão estimados com base nos anos anteriores.
Fonte: UFC, IFCE, UECE, URCA, UVA, CENTEC, FUNCAP, FUNCEME, NUTEC, SECITECE.

Pode-se perceber que todos os indicadores relacionados têm apresentado uma evolução satisfatória no período 2010-2013, destacando-se o número de matrículas na pós-graduação, que aumentou mais de 70%, e o número de empresas atendidas com inovação, que cresceu mais de 80% nesse período.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 068 – EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Programa objetiva apoiar e fortalecer todos os aspectos relacionados à qualidade da educação superior no Estado do Ceará, visando contribuir para a democratização do acesso à universidade e a interiorização de sua atuação, possibilitando uma participação efetiva no processo de desenvolvimento socioeconômico-cultural do Estado.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 - 2013
Aumentar em 5% ao ano o número de matrícula nos cursos de graduação	28.789	38.487	75.615
Aumentar de 34 para 200 o número de matrículas nos cursos de pós-graduação stricto sensu	1.783	1.630	3.443
Aumentar em 10% ao ano a produção acadêmica	4.659	6.427	10.082
Aumentar em 5% ao ano o número de pessoas atendidas com ações de extensão	151.135	316.485	524.293
Ampliar em 10% o número de mestres e doutores formados, ou seja, de 1.445 para 1.590, no período de 04 anos	1.450	1.525	3.054

Fonte: SECITECE.

Principais Ações Realizadas

- Institucionalização do Centro de Educação a Distância do Estado do Ceará (CED) vinculado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior;
- Atendimento, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência, para 308 alunos;
- Concessão de 815 bolsas a alunos de Graduação da UECE, no montante de R$ 2.035.448,00, sendo 153 de Iniciação Científica, 25 de Iniciação Artística, 37 de Orquestra, 260 de Ensino e Assistência Estudantil, 250 de Monitoria e noventa de Extensão;
- Oferta de quatro cursos de mestrado e cinco de doutorado nas IES estaduais - URCA, UECE (Limoeiro do Norte e Quixadá) e UVA;
- Concessão de 1.323 bolsas de Pós-graduação na UECE, financiadas pela CAPES e FUNCAP;
- Conclusão da Unidade Hospitalar Veterinária da UECE/FAVET e do Restaurante Universitário da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM;
- Reforma e melhoria das dependências físicas da: Pró-Reitoria de Graduação; Laboratório de Suinocultura/FAVET; Núcleo de Pesquisa e Inovação em Saúde Coletiva; Quadra Poliesportiva do Centro de Humanidades;

Núcleo de Pesquisa em Sanidade Animal (Campus do Itaperi) e de Salas de Aula e Espaço de Conveniência na UECE/FAEC (Crateús);

- Premiação da UECE na área de desenvolvimento de sistemas, com o Prêmio Ceará de Cidadani@ Eletrônica 2013, com o Sistema Semana Universitária da UECE - Finalista da Categoria e-Administração;
- Concessão de duzentas bolsas pelo Programa Bolsa Universidade a alunos dos cursos de graduação da UVA;
- Interligação dos campi da UVA, Betânia, CIDAO, Derby e Junco, ao Cinturão Digital do Ceará – CDC;
- Concessão, pela FUNCAP, de 917 bolsas para os Programas de Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior do Estado e 608 bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica.

PROGRAMA 069 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa objetiva fortalecer todos os aspectos relacionados à qualidade da educação profissional no Estado do Ceará no sentido de contribuir para a qualificação, atualização e desenvolvimento profissional de jovens e adultos, atendendo a demandas existentes nas diversas regiões do Estado.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 - 2013
Capacitar 39.496 pessoas ao ano para atender a demandas do mercado de trabalho.	39.496	20.600	34.624
Ampliar em 30% o número atual de bolsas para estudantes do ensino fundamental, médio e educação profissional.	250	383	511

Fonte: SECITECE.

Principais Ações Realizadas

- Capacitação de 20.600 pessoas nos cursos de extensão (formação inicial e continuada), cursos técnicos de nível médio e de nível superior através do Contrato de Gestão firmado entre a SECITECE e o Instituto CENTEC;
- Concessão de 383 bolsas para o Programa de Iniciação Científica Júnior – ICJR, sendo 263 bolsas com recursos da FUNCAP e 120 apoiados pelo CNPq.

PROGRAMA 070 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Programa objetiva promover, apoiar, fomentar e fortalecer ações integradas voltadas para a C,T&I, de modo a contribuir para a realização de atividades de pesquisa em áreas estratégicas do Estado.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 - 2013
Apoiar e realizar 73 eventos para difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional	19	19	37
Assistir 1.104 micro e pequenas e médias empresas nos diversos segmentos da atividade econômica através do Projeto de Extensão	398	213	521
Industrial Exportadora – PEIEX e da Rede Extensão Tecnológica – SIBRATEC			
Aumentar em 40% o número de doutores pesquisadores atuantes nas instituições públicas de Educação Superior do Estado do Ceará	260	269	565
Aumentar em 40% o número de micro e pequenas empresas apoiadas com fomento à pesquisa científica e inovação tecnológica no Estado do Ceará	80	113	225
Formar 15 micro e pequenas empresas de base tecnológica em incubadoras associadas a instituições tecnológicas	5	5	5
Ampliar para 128.217 o número de serviços tecnológicos prestados, com aumento de 5% ao ano	37.103	50.448	85.784
Elaborar e disponibilizar 06 estudos nas áreas de clima, água e meio ambiente	2	2	4
Integrar 20 empresas dos setores tecnológicos e social no processo de incubação	4	9	13
Aumentar em 40% a oferta de cursos de formação específica na área de TI (UTD)	630	1.759	2.389

Fonte: SECITECE.

Principais Ações Realizadas

- Formação, pela Universidade do Trabalho Digital - UTD, de 1.759 pessoas, sendo 1.086 em cursos básicos de TIC e 673 em cursos avançados de linguagem de programação PHP e Java, Web Design e manutenção de computadores;
- Realização de dezoito cursos de capacitação para 282 cajucultores dos municípios de Trairí, Itarema, Amontada, Tururu e Itapipoca;
- Concessão de 269 bolsas, pela FUNCAP, para atração e fixação de doutores pesquisadores no Estado do Ceará;
- Concessão de recursos, pela FUNCAP, para apoio a 113 projetos de P&D&I das micro e pequenas empresas no Estado, sendo 68 empresas apoiadas com recursos do PAPPE e 45 apoiadas com recursos do FIT;
- Assistência tecno-gerencial a 105 empresas, através do PEIEX, com a realização de oito capacitações e 315 inovações tecnológicas, atendendo a todos os segmentos industriais, na região metropolitana de Fortaleza, com destaque para confecções, alimentos e bebidas, móveis, química e plásticos;
- Assistência tecnológica a 108 micro, pequenas e médias empresas, através do SIBRATEC-CE, com a realização de 124 inovações tecnológicas nos setores Têxtil, Confecção e Calçados, Indústria Química e Agroindústria;

- Realização de 50.448 serviços tecnológicos;
- Execução do Projeto de Adaptação do Planejamento e da Operação dos Recursos Hídricos à Variabilidade e Mudanças Climáticas em Bacias Hidrográficas do Semiárido Nordestino;
- Execução dos Projetos de Recuperação de Área Degradada em Processo de Desertificação na Sub-bacia Hidrográfica do Riacho do Brum, no Município de Jaguaribe - CE (MMA - Fundo Clima); de Estudos Hidrológicos e de Caracterização Ambiental da Bacia Experimental do Riacho Forquilha; dos estudos de pesquisa sobre a Caracterização Hidrodinâmica na Bacia Experimental do Riacho Algodão, no Município de Quixeramobim; e de Desenvolvimento de Metodologias Apropriadas para Avaliação do Balanço Hídrico, em diferentes escalas espaciais e temporais, do "Projeto ASSIMILA" (CNPq).

PROGRAMA 079 – MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ

O Programa visa realizar o monitoramento hidrometeorológico e geoambiental do Estado do Ceará e do Nordeste brasileiro, visando subsidiar não só a previsão de tempo e clima como a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 - 2013
Desenvolver 05 sistemas de divulgação de dados e geração de informações a partir do monitoramento em tempo real	1	1	6
Gerar e disponibilizar 01 relatório diário das chuvas e 01 boletim diário de monitoramento meteorológico a partir das estações automáticas e imagens de satélite	730	730	1.460
Gerar e disponibilizar 02 boletins diários de monitoramento dos sistemas meteorológicos a partir da Rede de Radares	730	730	1.460
Emitir 02 boletins de previsão diária de tempo para o Ceará e 01 boletim climático mensal para o Estado do Ceará e para o Nordeste	742	742	1.484
Gerar e disponibilizar 06 mapas temáticos para o Estado do Ceará e Nordeste brasileiro	4	4	9

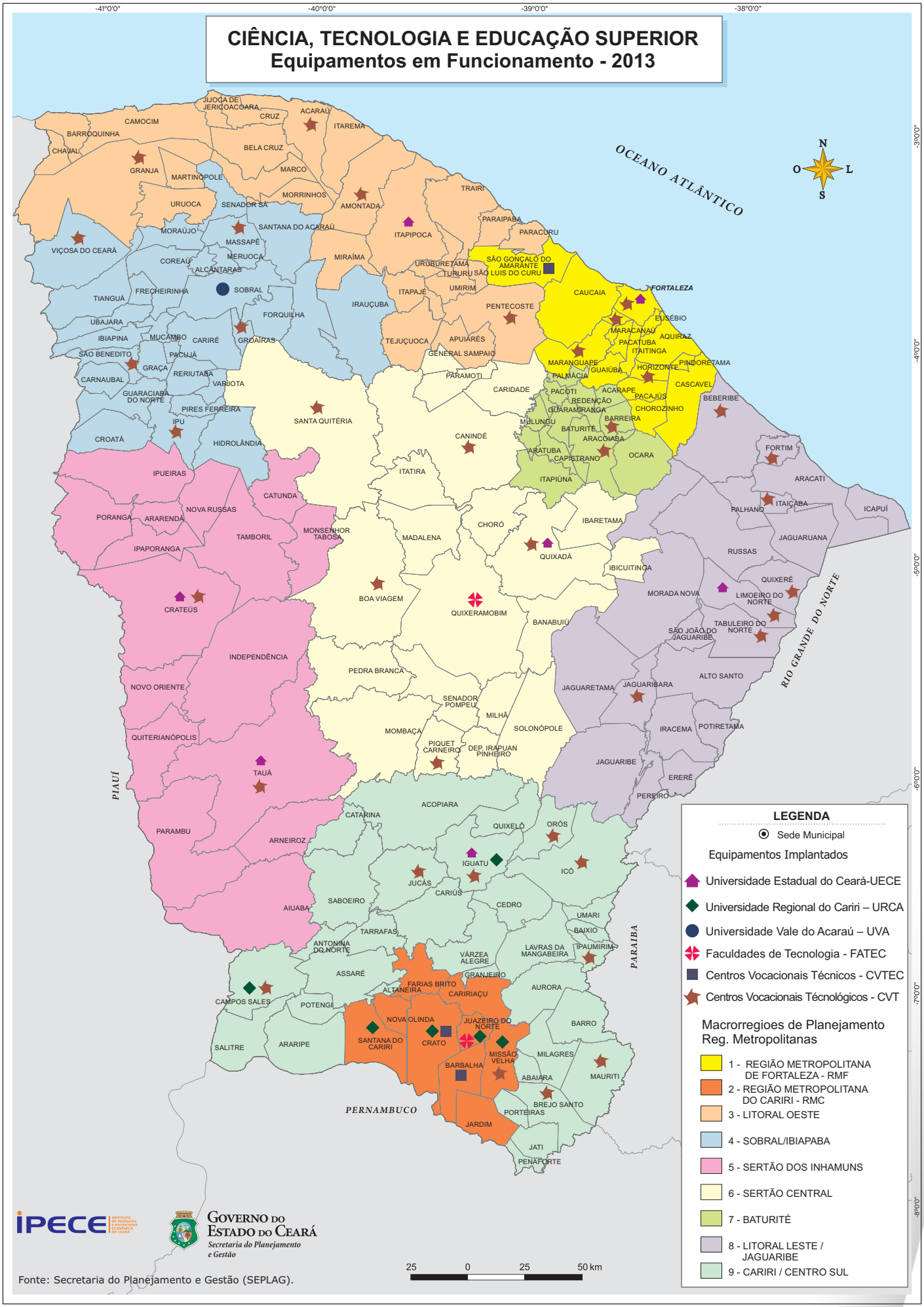
Fonte: SECITECE.

Principais Ações Realizadas

- Conclusão do Diagnóstico da Qualidade Ambiental da região do Araripe, Cariri e entorno, abrangendo uma área total de 29.125 km2, representando quase 20% do território cearense;
- Execução do Projeto de Zoneamento EcológicoEconômico - ZEE das áreas susceptíveis à Desertificação - ASDs, nas regiões dos Inhamuns e Irauçuba/Centro-Norte Irauçuba Ceará;
- Realização do Monitoramento dos Espelhos D'água do Ceará, com mapeamento de

todos os espelhos d'água acima de 0,5 ha, cobrindo todo o Estado;

- Implementação dos Sistemas de Previsão de Afluências nos Principais Reservatórios do Estado e de Previsão Operacional de Curto Prazo de Vazões nas Bacias do Alto Jaguaribe, do Salgado e do Médio Jaguaribe na escala climática;
- Operacionalização do Projeto de Monitoramento da Eutrofização em açudes do Nordeste por sensoriamento remoto – intercâmbio Brasil/França – CNPq/IRD;
- Aprimoramento do Sistema de Suporte à Decisão para Alocação de Água – SIGA, voltado para a gestão dos recursos hídricos;
- Execução dos Projetos MESSASEQ Sistemas de Suporte à Decisão para a Agricultura de Sequeiro, e MESSAIG Sistemas de Suporte à Decisão para a Agricultura Irrigada;
- Geração de informações pelo modelo MUSAG, contendo os escoamentos superficiais ocorridos nos municípios do Estado do Ceará, para subsidiar tomada de decisão da Defesa Civil do Estado;
- Implantação e operação de modelo climático global (ECHAM 4.6);
- Execução, em conjunto com a Defesa Civil do Estado, de um Sistema de Observação de Tempo Severo para alerta de eventos extremos no Ceará, baseado, principalmente, nos dados do Radar Meteorológico de Banda S, em Quixeramobim, incluindo o mapa das áreas de risco;
- Aperfeiçoamento dos aplicativos FUNCEME – Tempo e de animação dos radares que realizam a previsão e o monitoramento de informações meteorológicas em tempo real, por via de telefone celular (ambientes Android e Mac).



Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Saúde

A política de saúde pública do Estado do Ceará é desenvolvida pela Secretaria da Saúde – SESA com a parceria da Escola de Saúde Pública – ESP, com recursos do Fundo Estadual de Saúde – FUNDES e regida pelas diretrizes nacionais do Sistema Único de Saúde – SUS, na perspectiva de implementar ações inovadoras, fortalecer a descentralização dos serviços de saúde e prestação da assistência individual e coletiva, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos cearenses.

O aperfeiçoamento do processo de descentralização das ações e serviços de saúde para os municípios cearenses impulsionou o desenvolvimento de um novo contexto da gestão voltada para a condução do processo de consolidação do SUS. Nessa concepção, aplicou-se um modelo de gestão com foco na democratização do planejamento, com controle de qualidade, de resultados e garantias de um financiamento do sistema, com definição de percentual de investimento mínimo para a saúde por parte dos estados e municípios, e do método de calculo para a União. Seguindo ainda essa conduta, investiu-se em ações voltadas para a qualificação da gestão do trabalho, possibilitando remuneração justa dos profissionais da saúde e respeito aos direitos trabalhistas, bem como o fortalecimento da participação comunitária, assegurando o apoio para o monitoramento e a fiscalização das políticas de saúde.

A base da política de atenção à saúde no Estado do Ceará, em 2013, permanece tendo como alicerce as diretrizes do Decreto Federal nº 7.508/2011, que reforçaram os compromissos entre os entes federativos, firmados no Contrato Organizativo de Ação Pública – COAP. Tal decreto tem por finalidade a organização, a integração das ações e dos serviços de saúde e as responsabilidades dos entes federativos por regiões de saúde, com o objetivo de garantir a integralidade da assistência ao cidadão residente na região. Tiveram papel importante as Comissões Intergestores Bipartites Regionais – CIR, com adesão de vinte regiões de saúde, a saber: Caucaia, Maracanaú, Cascavel, Baturité, Aracati, Russas, Limoeiro do Norte, Quixadá, Tauá, Canindé, Icó, Crato, Juazeiro do Norte, Brejo Santo, Crateús, Tianguá, Sobral, Camocim, Acaraú e Itapipoca. Destaca-se, também, a estruturação de Redes de Atenção a Saúde, através da organização de ações articuladas em níveis de complexidade crescentes. Essa integralidade da assistência possibilita o acesso regulado a serviços de saúde especializados, evitando a demora excessiva e o deslocamento voluntário da população para atendimento das suas necessidades.

Como resultado desse processo, investiu-se na implantação de Redes Temáticas, sendo estruturadas as Redes Cegonha – Materno-infantil, Psicossocial de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e das Urgências e Emergências, em 2013, com previsão de funcionamento pleno em todo o Estado até 2016. Salientei-se ainda a elaboração dos Planos de Ação Regionais dos Projetos referentes às Redes Psicossociais e de Cuidados à Pessoa com Deficiência, com previsão de implantação para o período 2013 a 2016.

O Governo do Estado está concluindo a mais completa rede de assistência à saúde do país. São 22 policlínicas para ampliar o acesso aos especialistas e a exames complexos, dezenove Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs, com serviços em saúde bucal, quatro hospitais regionais, 22 Unidades de pronto Atendimento - UPAs 24 horas, sendo seis na capital e dezesseis no interior e ainda a universalização do Serviço Móvel de Urgência - SAMU.

Além de investir na nova rede de assistência

nos níveis secundário e terciário, o Governo do Estado investe na atenção básica, em apoio aos municípios. Financiou, com recursos do Tesouro do Estado, a construção de 150 Unidades Básicas de Saúde em 150 municípios, somando um valor total de R$ 26,6 milhões. A Politica de Descentralização das ações e serviços de saúde se concretiza no período com a implantação e funcionamento do Hospital Regional do Norte, das Policlínicas Tipo 1, de Acaraú, Aracati, Baturité, Brejo Santo, Camocim, Campos Sales, Canindé, Icó, Itapipoca, Pacajus, Russas, Tauá, e Tipo 2, em Barbalha, Caucaia, Sobral, Iguatu e Quixadá. Encontram-se em funcionamento os CEOS de Brejo Santo, Camocim, Canindé, Caucaia, Crateús, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Cascavel e Icó, assegurando o acesso da população no âmbito macrorregional e regional respectivamente, ampliando a capacidade de oferta de serviços resolutivos e de qualidade e, consequentemente, aumento da cobertura populacional.

No Hospital Regional do Norte, implantado neste ano, destaca-se a realização de cirurgias neurológicas a pacientes de Fortaleza, Santana do Acaraú e Camocim. É um hospital terciário, que assegura o acesso à população das Regiões de Saúde de Sobral, Tianguá, Camocim, Santana do Acaraú e Crateús, reduzindo o fluxo para a capital. Com menos de cinco meses de funcionamento, a emergência do Hospital Regional Norte - HRN já se aproxima da média diária de atendimentos do mesmo serviço no Hospital Regional do Cariri - HRC. Em 2013, até 30 de setembro, foram feitos 39.913 atendimentos de emergência no HRC em Juazeiro do Norte, e 14.538 atendimentos no HRN em Sobral, totalizando 54.451 atendimentos de emergência nos dois hospitais regionais. No HRC, a emergência funciona desde agosto de 2011. No primeiro ano de funcionamento, foram realizados 16.272 atendimentos, passando a 53.380 em 2012, e 39.913 até setembro de 2013, totalizando 109.565 atendimentos de emergência. Antes do Hospital Regional Norte, havia 64 leitos de UTI atendendo pelo Sistema Único de Saúde - SUS, agora são 94 leitos de UTI na macrorregião. Na neonatologia, a quantidade de leitos de UTIs atendendo bebês acresceu de quinze existentes na Santa Casa de Sobral para 25, com os dez leitos no Hospital Regional Norte. Na pediatria, a quantidade de UTIs subiu de dez existentes na Santa Casa para vinte, com os novos do HRN. Ainda na assistência à saúde da criança, há trinta berçários de médio risco no Hospital Regional Norte.

No ano, a média de atendimentos no Hospital Regional do Cariri é de 146,2 pacientes, enquanto o HRN realizou, em setembro, uma média diária de 143,2 atendimentos. Por dia, são quase 300 pacientes que têm assegurado atendimento de emergência no Cariri e na região Norte do Estado. Está em construção o terceiro hospital regional, em Quixeramobim, para atender a população do Sertão Central.

Vale salientar a implementação das Residências Multiprofissionais em Saúde nas 22 regionais de saúde com disponibilidade de 224 vagas em Saúde da Família e Comunidade, Saúde Mental Coletiva, Cancerologia e Saúde Coletiva. Tornou-se um dos quatro polos formadores do Brasil para médicos intercambistas do Programa Mais Médico, do MS, para atuação nos estados das regiões Norte e Nordeste.

Quanto aos indicadores monitorados na área da Saúde, destaca-se a Taxa de Mortalidade Infantil por 1.000 nascidos vivos - TMI, que apresenta tendência decrescente no período 2007-2012, podendo manter essa tendência em 2013. Essa situação epidemiológica da mortalidade infantil no Ceará acompanha o contexto nacional de redução progressiva. A evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) e seus componentes,

entre 2007 e 2012, mostra uma redução de 22,4%, passando de 16,1 em 2007 para 12,5 óbitos por mil nascidos vivos no ano de 2012 (Tabela 1). A redução observada da TMI se deve à expressiva queda do componente pós-neonatal, passando de 5,3 óbitos por mil nascidos vivos em 2008 para 3,4 em 2012, representando uma redução de 35,8% (Tabela 1).

Tabela 1 - Taxa de Mortalidade Infantil (TMI). Ceará, 2007 a 2013

Ano	Óbitos de < 1 ano (Nº)	Nascidos vivos (Nº)	TMI /1.000 NV
2007	2.157	133.839	16,1
2008	2.104	133.917	15,7
2009	2.039	131.393	15,5
2010	1.691	128.831	13,1
2011	1.750	128.592	13,6
2012	1.585	126.494	12,5
2013	1.366	101.960	13,4*

Nota: dados de 2013 parciais até novembro.
Fonte: SESA Coprom/Nuias- SIM e Sinasc.

No tocante à Razão da Mortalidade Materna (RMM), observa-se um aumento de 2011 para 2012, passando de 67,8 óbitos maternos por cem mil nascidos vivos em 2011 para 91,0 óbitos maternos por cem mil nascidos vivos em 2012, acréscimo de 34,2%. Em 2013, até 11 de novembro, foram registrados 92 óbitos maternos correspondendo a uma RMM de 74,9 (Tabela 2).

Salienta-se a melhoria da vigilância do óbito materno com ênfase na descentralização da busca ativa de óbitos de mulheres de idade fértil (10 a 49 anos), na implantação/implementação dos Comitês de Prevenção à Mortalidade Materna e Infantil, em articulação com o Fórum Estadual da Rede Cegonha, cujo objetivo é a articulação das políticas de saúde, propondo ações intersetoriais de intervenções eminentemente educativas para redução da mortalidade materna e infantil (Tabela 2).

Tabela 2 - RMM (por 100.000 hab). Ceará, 2007 a 2013

Ano	RMM/100 mil NV
2007	71,7
2008	70,9
2009	74,6
2010	79,2
2011	67,8
2012	91,0
2013	74,9

Nota: dados de 2013 parciais até novembro.
Fonte: SESA- Coprom/Nuvep-Nuias - SIM e Sinasc.

Quanto à taxa de internação por Acidente Vascular Cerebral na faixa de 30 a 49 anos de idade, que avalia de forma indireta a disponibilidade de ações básicas de prevenção e controle (tratamento com abordagem ampliada, não-restrita à prescrição de medicamentos,

envolvendo a equipe multiprofissional, promoção do autocuidado e cuidado compartilhado), observa-se a manutenção dessa taxa em torno de 5 internações por 10.000 habitantes, conforme dados da tabela 3.

Tabela 3 - Taxa de internação (por 10.000 hab) por Acidente Vascular Cerebral na faixa de 30 a 49 anos de idade. Ceará, 2008 a 2013

Ano	Nº internações	Taxa internação
2008	1.071	5,0
2009	1.129	5,2
2010	1.056	4,7
2011	1.257	5,5
2012	1.105	4,8
2013	622	2,7

Nota: dados de 2013 até 11 de novembro.
Fonte: SESA – SIH-SUS.

Registra-se uma pequena redução na Taxa de Detecção da Hanseníase, que apresenta uma situação de "muito alta" endemicidade, segundo os parâmetros da OMS/MS. Entre 2009 e 2013, foram notificados 9.978 casos novos de hanseníase (Tabela 4), média anual de 2.147 casos. Contribuiu para a detecção de casos novos a realização de cursos, treinamentos, oficinas de aperfeiçoamento e atualização em hanseníase para os profissionais da rede de Atenção do SUS nos municípios prioritários, para o controle da doença.

Quanto à Taxa de incidência de sífilis congênita, no ano de 2012, foram registrados 969 casos, com taxa de incidência de 7,7/1.000 nascidos vivos, consideradas elevadas frente à meta de eliminação, do Ministério da Saúde, que é de menos de um caso por mil nascidos vivos. No ano de 2013, foram notificados 633 casos, com taxa de incidência de 6,2/1000 nascidos vivos (Tabela 4). As capacitações para a detecção, notificação e investigação dos casos de sífilis congênita contribuem para o aumento da detecção de casos. A implantação da Rede Cegonha contribuirá para a agilidade do diagnóstico por meio da oferta do teste rápido de sífilis no pré-natal, possibilitando o tratamento em tempo hábil, assim como o tratamento do(s) parceiro(s). A meta do Estado é concluir até final do ano de 2014 a capacitação dos profissionais da atenção primária, para ampliar o acesso ao diagnóstico e ao tratamento precoce em mulheres gestantes na rede do SUS, conforme o protocolo do Ministério da Saúde (Tabela 4).

Tabela 4 – Nº e taxas (detecção hanseníase e incidência de tuberculose e sífilis congênita). Ceará, 2009 a 2013

Ano	Hanseníase		Tuberculose		Sífilis congênita	
	Nº de caso	Taxa de detecção (1)	Nº de caso	Taxa de incidência (2)	Nº de caso	Taxa de incidência (3)
2009	2.244	26,3	3.834	44,85	657	5,0
2010	2.175	25,7	3.597	42,56	689	5,3
2011	2.013	23,6	3.718	43,59	919	7,1
2012	2.157	25,1	3.506	40,74	969	7,7
2013	1.389	15,9	2.583	29,42	633	6,2

Nota: (1) e (2) por 100.000 hab.; (3) por 1.000 nascidos vivos; dados parciais.
Fonte: SESA/Coprom/Nuias – Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan).

Destaca-se a Taxa de incidência de tuberculose, que, no período de 2009 a 2012, apresentou um declínio, passando de 44,85 casos/100.000 habitantes em 2009 para 40,74 casos/100.00 habitantes em 2012 (Tabela 4). No entanto, pouco mais da metade dos casos (56,6%) em 2012 representa casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, o que significa que a transmissão se mantém ativa e os pacientes ainda estão sendo diagnosticados e tratados tardiamente. A confecção TB/HIV tem sido um dos agravantes para o aumento de casos e óbitos por tuberculose. Para aumentar as taxas de cura da doença e reduzir o abandono de tratamento, a SESA tem investido na capacitação de profissionais de saúde da atenção básica, com ênfase nos oito municípios prioritários (Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Itapipoca, Sobral, Juazeiro do Norte, Crato e Maranguape), que concentram 67% dos casos de tuberculose. Como estratégias de trabalho, acrescentam-se o monitoramento e avaliação do Programa da Tuberculose nas CRES e nos municípios e a integração com as Organizações da Sociedade Civil e outras Organizações Governamentais, por meio de reuniões mensais do Comitê Estadual de Controle da Tuberculose, criado através de portaria desde 2008.

No âmbito da cobertura de Consultas médicas especializadas e Exames especializados, observa-se redução da quantidade apresentada para 2013 em relação ao confirmado de 2012. Essa diferença se justifica pela aplicabilidade da base de cálculo na projeção, considerando informações emitidas pelo relatório do Sistema de Informações Ambulatoriais SIA/SUS, no período de janeiro a agosto/2013.

No que se refere ao percentual de transferência de pacientes regulados pela Central de Regulação do SUS do Estado do Ceará (CRESUS), verificou-se uma evolução de 66% em 2012 para 73% em 2013, representando aumento de 7%, relativo ao período analisado. Esse aumento deu-se com a expansão nas macrorregionais do Cariri e Norte, através do atendimento nos Hospitais Regionais e com a regulação das UPAS e policlínicas.

Ainda na esfera da política de saúde publica, os instrumentos da Gestão Participativa do SUS, que tem a função de orientar e subsidiar os gestores nas suas decisões mediante acompanhamento e análise permanente de seus indicadores, abrangeram 99,46% de municípios, representando grande avanço nessa modalidade de gestão, permeado por ações realizadas tanto na capacitação de gestores e técnicos das 21 Coordenadorias Regionais de Saúde - CRES e das 184 Secretarias Municipais de Saúde, como na sensibilização para acesso ao Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão – SARGSUS. Os resultados alcançados estão expressos em 100% dos municípios cadastrados no SARGSUS, em 96,7% de Conselhos Municipais de Saúde – CMS, cadastrados com 86,96% (158 municípios) dos Relatórios Anuais de Gestão – RAG aprovados em 2013.

Finalmente, no que tange os resultados da política implementada pela SESA, podem ser evidenciados, por meio do conjunto de indicadores, os avanços e conquistas nessa área.

Saúde
Evolução de Indicadores 2010 - 2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013*
Taxa de Mortalidade Infantil por 1.000 nascidos vivos	13,1	13,6	12,5	13,4*
Razão da Mortalidade Materna por 100.000 nascidos vivos	79,2	67,8	91,0	74,9*
Consultas Médicas Especializadas	2.260.456	2.420.593	2.490.603	2.502.146
Exames Especializados	20.456.797	20.994.638	21.291.037	21.368.747

(*) Dados parciais de 2013 sujeitos a revisão.
Fonte: SESA .

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 030 - GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS

O programa objetiva o aprimoramento das Políticas de Planejamento, gestão, regulação, avaliação, auditoria e controle, com vistas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas:

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Apoiar a implantação e fortalecimento das ouvidoriasdo SUS em 70% dos municípios cearenses com mais de 100 mil habitantes.	2	2	4
Implantar o sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação da gestão do SUS nas 21 Coordenadorias Regionais de Saúde.	8	21	21
Implantar um Sistema Integrado da Gestão da Força de Trabalho e da Educação na Saúde.	1	1	1
Implementar a Política de Educação Permanente em Saúde.	8	8	8
Implantar o Observatório em Saúde da SESA – Observar RH.	1	1	1
Capacitar 2.541 Trabalhadores do SUS e a comunidade – ESP/CE.	756	4.826	4.826
Garantir repasse financeiro para manutenção dos Consórcios Públicos em Saúde nas regiões de Saúde	21	20	20
Realizar eventos de interesse do controle social e gestão participativa no SUS	132	83	111

Fonte: SESA.

Principais Ações Realizadas

- Realização de 13 Oficinas de Relações Humanas e Motivação em 38% (oito) das CRES (Caucaia, Canindé, Itapipoca, Aracati, Tianguá, Tauá e Crateús), a fim de contribuir para um ambiente agradável e de relações refinadas;
- Implantação e funcionamento de Câmaras Técnicas em 95% (dezoito) das CRES (Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Baturité, Canindé, Itapipoca, Aracati, Quixadá, Russas, Limoeiro do Norte, Acaraú, Tianguá, Tauá, Crateús, Camocim, Icó, Iguatu, Brejo Santo), onde discutem temas de interesse relevante, favorecem a organização das ações e serviços nos municípios e nas regiões e apoiam as decisões dos gestores da saúde;
- Realização dos Fóruns Regionais de Conselheiros em 90% (dezenove) das CRES (Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Baturité, Canindé, Itapipoca, Aracati, Quixadá, Russas, Limoeiro do Norte, Sobral, Acaraú, Tianguá, Tauá, Crateús, Camocim Icó, Iguatu, Brejo Santo);

- Implantação e funcionamento das Ouvidorias da Saúde em 57% (doze) das CRES (Fortaleza, Canindé, Itapipoca, Aracati, Sobral, Tianguá, Crateús, Icó, Iguatu, Brejo Santo, Crato e Juazeiro do Norte), sendo que, nos 43% (nove) restantes, possuem interlocutores da Ouvidoria da SESA, para favorecer o pronto atendimento às demandas da Rede Estadual de Ouvidoria;

- Manutenção e funcionamento de vinte Consórcios Públicos em Saúde nas regiões de Caucaia, Maracanaú, Baturité, Canindé, Itapipoca, Quixadá, Russas, Limoeiro do Norte, Sobral, Acaraú, Tianguá, Tauá, Crateús, Camocim, Icó, Iguatu, Brejo Santo, Crato, Juazeiro do Norte e Cascavel, com repasse financeiro de recursos federais no total de R$ 5.312.483,30 e do Tesouro do Estado no valor de R$ 68.053.189,01, para a manutenção de 21 CEOs e dezoito Policlínicas;

- Execução do Plano Estadual de Educação Permanente das Ouvidorias do SUS – 2013, com a realização de seis Oficinas Interregionais de Implantação de Ouvidorias do SUS, com a presença de 130 municípios; duas Oficinas de Implementação de Ouvidorias do SUS, com a participação de 118 municípios; dois Encontros Estaduais do Fórum Cearense de Ouvidorias do SUS, com 280 participantes cada;

- Ampliação e qualificação da Rede de Ouvidorias da SESA, com a Implantação de seis novas ouvidorias nas unidades da Secretaria (Hospital Regional Norte, Unidade de Pronto Atendimento - UPAS/ ISGH, Policlínica Bernardo Félix da Silva/Policlínica Sobral, Policlínica Dr. Plácido Marinho de Andrade/Policlínica Acaraú, Policlínica Dr. José Hamilton Saraiva Barbosa/Policlínica Aracati, Policlínica Dra. Márcia Moreira de Meneses/Policlínica de Pacajus);

- Realização de treze Oficinas Regionais de Planejamento em Saúde, com frequência de 325 participantes entre gestores, assessores e técnicos de 109 Secretarias Municipais de Saúde e equipes regionais das CRES (Sobral, Baturité, Crato, Brejo Santo, Caucaia, Maracanaú, Quixadá, Camocim, Russas, Aracati, Tauá, Canindé e Limoeiro do Norte), com abordagem de conteúdo: Bases de Planejamento em Saúde; Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS e sua relação com os demais instrumentos de governo; e diagnóstico das necessidades, para a programação 2014;

- Formação de 453 agentes comunitários de saúde e 413 médicos residentes;

- Capacitação de 150 profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências - SAMU e Pré-Hospitalar Fixo em todos os Municípios do Ceará;

- Capacitação de 3.810 profissionais de saúde;

- Realização de 56 Fóruns Regionais de Conselheiros de Saúde com participação de 2.800 presentes;

- Implantação das Comissões de Saúde do Trabalhador, com realização de seis

seminários e com 295 participantes;

- Realização de dezesseis cursos de formação de conselheiros de saúde, com 557 participantes;
- Realização de uma Plenária Devolutiva da Conferência, com participação de 256 pessoas;
- Implantação de Núcleos de Comunicação dos Conselheiros Municipais de Saúde mediante realização de quatro oficinas, com 200 participantes;
- Participação de Conselheiros de Saúde e Técnicos da Secretaria Executiva em dez eventos, com vinte participantes;
- Disponibilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Observatório em Saúde da SESA – Observar RH da SESA (www.ead.saude.ce.gov.br);
- Implantação do Sistema de Automação de Bibliotecas – GNUTECA;
- Conclusão da 1ª turma do Curso de Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde;
- Efetivação do Programa Bolsa de Incentivo à Educação na Rede SESA - PROENSINO SESA, como espaço de construção e troca de saberes sistematizados entre serviço e instituição de ensino;
- Conclusão das turmas do Curso de Aperfeiçoamento em Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria, pactuadas na Reunião Ordinária da CIES;
- Realização da I Semana Integrada de Enfermagem da Rede de Unidades da SESA, com 275 participantes;
- Realização do Curso de Capacitação de Revisão Sistemática e Metanálise de Ensaios Clínicos Randomizados;
- Realização do Curso de Formação de Preceptores dos graduandos selecionados no Programa PROENSINO-SESA; do Curso de Formação dos Apoiadores da Política Estadual de Humanização; e do Curso de Formação dos Preceptores do PROENSINO - SESA;
- Realização de cursos de forma descentralizada nas Macrorregiões de Saúde de Fortaleza, Sobral e Cariri;
- Conclusão de quatro turmas de cursos de especialização, nove turmas de curso de aperfeiçoamento na Macrorregião de Saúde de Fortaleza;
- Elaboração da Matriz de Competências das Oficinas de Atenção Primária à Saúde, Rede Cegonha, Saúde da Criança, Saúde da Mulher do Projeto QUALISUS; da Matriz de Competências do Curso de Formação dos Apoiadores da Política Estadual de Humanização; e da Matriz de Competências do Curso de Formação dos Preceptores do PROENSINO - SESA.

PROGRAMA 037 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

O programa objetiva a organização das ações e serviços de saúde em rede, visando à integralidade da atenção à saúde. Apresenta as seguintes metas prioritárias e ações realizadas .

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Garantir o abastecimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada – PPI da Assistência Farmacêutica Básica e Secundária aos 184 municípios	80%	100%	100%
Apoiar 100% dos municípios com população maior que 100 mil habitantes na implantação da atenção domiciliar	03	05(1)	08(2)
Apoiar os 184 municípios para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (1)	184	184(1)	184
Monitorar 34 hospitais-polo, nove hospitais estratégicos e 64 hospitais de pequeno porte, para garantia de atendimento aos pacientes encaminhados pela AtençãoPrimária	112	107	107
Estruturar três redes temáticas: Rede Cegonha, Urgência e Emergência e Psicossocial em 22 regiões	57	57	57
Apoiar os 184 municípios cearenses na implantação implementações de ações voltadas ao enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas	184	184	184
Ampliar a Rede de Atenção Psicossocial para as 22 regiões de Saúde do Estado do Ceará	22	22	22
Implantar 10 Centros de Especialidades Odontológicas	10	9	9
Garantir a implementação de sete serviços de saúde do trabalhador e a implantação de 04 novos serviços especializados	2	2	9

(1) Em 2013, 182 municípios cearenses atingiram a meta de cobertura mínima de 70% do SISVAN.
Fonte: SESA.

Principais Ações Realizadas

- Implantação de duas Farmácias Vivas, localizadas respectivamente em Fortaleza (modelo I) e Orós (modelo II);
- Capacitação para 71 profissionais atuantes em Fitoterapia e realização de estágio curricular para 120 alunos da UFC e UNIFOR;
- Implantação do Projeto de Cooperação Técnica aos 184 municípios, por meio da realização da Primeira Fase - Avaliação e Diagnóstico para Acompanhamento das Ações de Assistência Farmacêutica;
- Realização de visitas técnicas às 22 Regionais de Saúde, Unidades de Referência da SESA (especializada) e aos municípios, para implantações do Hórus Módulos Componente Básico e Especializado;
- Realização de ações educativas para promoção do Uso Racional de Medicamentos e fortalecimento do Centro de Estudos e Informações sobre Medicamentos;
- Capacitação para farmacêuticos, sobre a utilização correta dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde de Esquizofrenia e Alzheimer;
- Realização de três Fóruns Macrorregionais de Atenção Primária à Saúde nas macrorregiões de Fortaleza, Crato e Quixadá, abordando o

tema "Atenção Domiciliar", com participação de gestores regionais e municipais de saúde, coordenadores regionais e municipais da Atenção Básica, trabalhadores da Estratégia Saúde da Família e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, representantes do controle social e da ouvidoria do SUS, abrangendo 700 pessoas;

- Promoção de uma Mostra de Experiências Exitosas, no âmbito do Fórum Macrorregional de Atenção Primária à Saúde, realizado no Município de Crato, com a inclusão de um eixo destinado aos relatos de experiência sobre Atenção Domiciliar;
- Realização do Curso de Aperfeiçoamento sobre Vigilância Alimentar e Nutricional, com capacitação de oitenta trabalhadores do SUS;
- Realização de um Encontro Intersetorial, envolvendo Saúde, Educação e Assistência Social, dos 184 municípios cearenses, totalizando 1.400 profissionais;
- Capacitação dos 184 municípios cearenses para participação na V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Realização de dois Fóruns Macrorregionais de Atenção Primária à Saúde nas macrorregiões de Fortaleza e Crato, tendo como tema "Alimentação e Nutrição", com participação de gestores regionais e municipais de saúde, coordenadores regionais e municipais da Atenção Básica, trabalhadores da Estratégia Saúde da Família e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, representantes do controle social e da ouvidoria do SUS, abrangendo 500 pessoas;
- Realização de três Fóruns Estaduais da Rede Cegonha para discutir suas principais diretrizes: Vinculação, Boas Práticas na Atenção ao Parto e Nascimento e Direito ao Acompanhante;
- Realização de treze Fóruns Regionais da Rede Cegonha nas regiões: Fortaleza-Cascavel, Maracanaú-Baturité, Canindé-Tauá, Itapipoca, Quixadá, Sobral, Russas-Aracati-Limoeiro, Acaraú, Icó, Iguatu, Brejo Santo, Crato e Juazeiro do Norte;
- Implantação da ferramenta Acolhimento com Classificação de Risco, nos serviços de atenção obstétrica de doze maternidades classificadas como referência regional;
- Confecção, distribuição de material educativo e apoio na organização dos serviços de atenção ao manejo da Dengue nos 184 municípios do Estado;
- Capacitação em Gestão do Cuidado e Organização dos Serviços em Dengue para profissionais das 22 Coordenadorias Regionais de Saúde;
- Elaboração do Plano Estadual da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência;
- Realização de Seminário Saúde da Pessoa com Deficiência;
- Realização de Oficina de Multiplicadores da Capacitação da Saúde Ocular, no âmbito do Projeto Olhar Brasil;
- Realização de sete Oficinas de Práticas Educativas e Vida Independente – PEVI, para pessoas com Deficiência visual, familiares e profissionais de saúde de 57 municípios do Estado;
- Concessão de cem bengalas para pessoas com deficiência visual;
- Contratação de sessenta vagas em comunidades terapêuticas, para o

atendimento de dependentes químicos, através de quinze vagas femininas e 45 vagas masculinas;

- Realização do I Encontro com os técnicos de saúde bucal das 22 CRES (27 participantes); de quatro Oficinas Macrorregionais de Calibração, Monitoramento e Avaliação dos Indicadores de Saúde Bucal (178 participantes); da XVI Jornada Acadêmica de Odontologia, em parceria com a Universidade de Fortaleza (300 participantes); do II Encontro Estadual de Monitoramento e Avaliação em Saúde Bucal (183 participantes);
- • Realização do Curso de Habilitação em Analgesia Inalatória em Parceria com a ABO e os Consórcios Públicos de Saúde (trinta participantes);
- • Realização de dezessete oficinas para profissionais atuantes nas ações de Saúde do Trabalhador, com abordagem de conteúdo sobre prevenção de acidentes e agravos, protocolos, vigilância em acidentes com produtos perigosos e atendimento às emergências químicas, proteção, preservação e recuperação da integridade física e mental da saúde das crianças e adolescentes em situação de Trabalho e Projeto Pro-catadores, totalizando 134 horas;
- Monitoramento mensal dos registros dos agravos de notificação de Saúde do Trabalhador junto ao Sistema de Informação do SUS;
- Elaboração do Boletim Epidemiológico sobre Saúde do Trabalhador.

PROGRAMA 065 - PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA À SAÚDE

O Programa objetiva a observação e análise permanente da situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações, garantindo a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva. A vigilância tem como componentes as áreas de Vigilância Epidemiológica, Ambiental, Sanitária e Saúde do Trabalhador, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas:

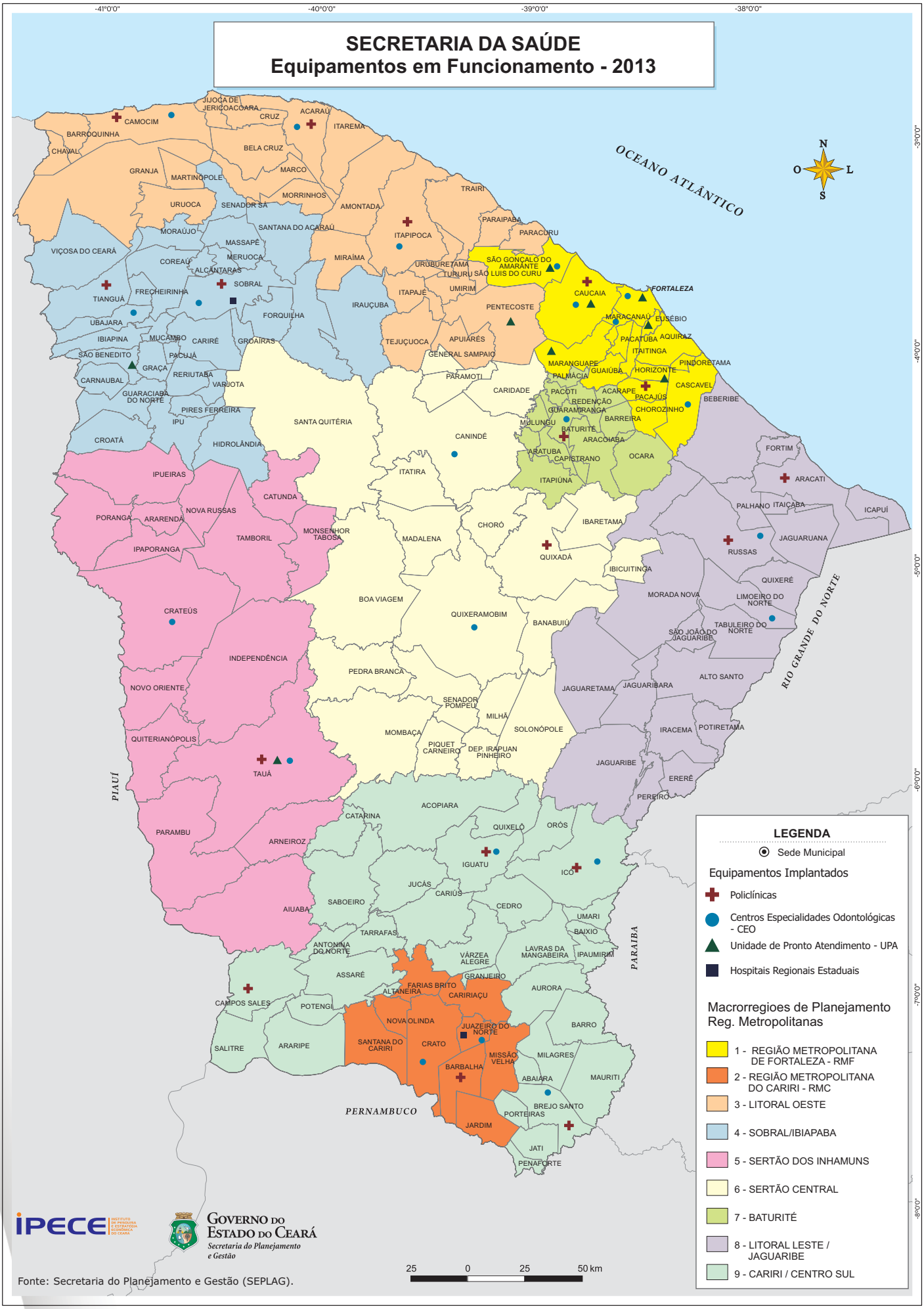
Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Implementar o sistema de Prevenção e Controle de Infecção nos 7 (sete) hospitais da Rede SESA	07	07	07
Implementar o Programa de Vigilância de populações expostas às substâncias químicas em 96 municípios do Estado.	10	-	10
Qualificar 5.000 profissionais da área de Vigilância em Saúde	1.907	8.360	9.860
Estruturar e manter os Lab. Central e Regionais de Saúde Pública e o Serviço de Verificação de Óbito – SVO	08	08	08
Estruturar as 22 Microrregiões de Saúde para o desenvolvimento de ações de prevenção e controle de zoonoses e DTV	22	22	22
Estruturar 22 Laboratórios de Entomologia e Base de UBV	03	03	04

Fonte: SESA.

Principais Ações Realizadas

- Elaboração do Plano de Amostragem para a Vigilância Ambiental e Sanitária de Resíduos de Agrotóxicos em água e alimentos;
- Realização de 9.678 testes rápidos para diagnóstico de HIV, Sífilis e Hepatites Virais, através das "Mobilizações Fique Sabendo", na capital e interior do Estado;
- Realização da Pesquisa Entomológica e malacológica nos municípios impactados pela transposição do Rio São Francisco;
- Normatização, através da portaria estadual nº 1773/2013, do funcionamento dos serviços em regime residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas voltadas para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, no âmbito do Estado do Ceará;
- Implantação da Rede Interagencial de Informações em Saúde – RIPSA/Ceará visando à sistematização de dados e informações em saúde no âmbito do Estado;
- Realização da Campanha de Hanseníase e Geohelmintíases para escolares de cinco a quatorze anos, nas Escolas Públicas, já tendo sido beneficiados 29 municípios.



Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Desenvolvimento
Social e Trabalho

As políticas públicas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar, inseridas no Eixo de Governo "Sociedade Justa e Solidária", são coordenadas e executadas pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, que é a responsável pelo desenvolvimento do planejamento estadual dessas políticas, cujos objetivos, metas e iniciativas são organizados nos seguintes Programas: Trabalho, Emprego e Renda; Assistência Social; Segurança Alimentar e Nutricional e Atenção ao Segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Concernente à política de geração de trabalho, emprego e renda, que tem por finalidade contribuir para a ampliação das oportunidades de geração de ocupação, trabalho e renda, por meio de ações de educação social e profissional, merecem ênfase os projetos implementados por essa política, tais como: Trabalho Competitivo Alcançando a Empregabilidade; Desenvolvimento e Gestão de Políticas da Juventude; Inclusão Produtiva de Famílias Cadastradas no CadÚnico; Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária e Desenvolvimento do Empreendedorismo.

Neste contexto, destaca-se o Programa Trabalho, Emprego e Renda, que se insere no Sistema Nacional de Emprego – SINE, em parceria com o Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, e tem como funções o atendimento para o seguro-desemprego, qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra, estudos e pesquisas, somando esforços para a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, levando-se em consideração o conceito de trabalho decente.

Ressaltam-se ainda, os projetos comprometidos com a ampliação da capacidade de conhecimentos e competências da população juvenil, tais como o "E-Jovem", "Primeiro Passo", "CE-Jovem" e "Juventude Empreendedora", direcionados à capacitação de jovens e inserção no mercado de trabalho, na condição de aprendiz, bolsista, estagiário e trabalhadores em condições de serem inseridos produtivamente.

Embora o público-alvo da política do trabalho sejam os trabalhadores em geral, definem-se os seguintes públicos prioritários: jovens da escola pública sem experiência de trabalho, beneficiários dos programas sociais do governo, com ênfase no CadÚnico, trabalhadores desempregados, subempregados, autônomos, população socialmente vulnerabilizada, segmentos considerados excluídos, tais como deficientes, afrodescendentes, os indígenas e o público LGBTT, população essa com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, consequentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

A STDS atua ainda em sintonia com a política de educação profissional, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, que busca promover gradativamente a universalização do direito do cidadão à qualificação.

O projeto Inclusão Social e Produtiva de Famílias Cearenses Cadastradas no CadÚnico, desenvolve seis subprojetos: Caprinocultura Leiteira, Cajucultura/Apicultura, Centro de Formação e Inserção Social pelo Trabalho, Reciclagens de Resíduos Sólidos, Reciclagem de Óleos e Gorduras Residuais e Artesanato. Estes têm como foco ações emancipatórias, comprometidas com a criação de condições para autonomização dos mais pobres.

Considerando a importância do artesanato cearense como atividade econômica inclusiva, com vocação produtiva natural e forte potencial de geração de ocupação, trabalho e renda, foi implementado o Programa de Desenvolvimento

do Artesanato, a fim de integrar a cadeia produtiva local, valorizar a identidade cultural cearense, promover inserção socioprodutiva do artesão, estimular práticas associativistas, promover a inserção da mulher e do jovem no setor produtivo e comercial, além de fixar o artesão no seu local de origem.

O Programa de Desenvolvimento do Artesanato conta com uma estrutura de sete lojas, sob a gestão da Central de Artesanato do Ceará – CEART, sendo cinco localizadas no município de Fortaleza e duas no interior do Estado (Aracati/ Canoa Quebrada e Guaramiranga). No ano de 2013, foram comercializadas 115.800 mil peças artesanais, com vendas da ordem de R$ 2,25 milhões.

No âmbito da prática socioprodutiva, destaca-se a economia solidária, que tem por base o modelo de organização da produção, distribuição e consumo baseado na igualdade de direitos e responsabilidades coletiva, contando, nos seus processos decisórios, com a participação de todos os envolvidos, ou seja, os empreendimentos econômicos solidários e as entidades que os compõem. Na busca pelo fortalecimento da economia solidária, foram executadas metas de qualificação social e profissional com a participação de 660 empreendedores solidários, realizados eventos com vistas ao escoamento, distribuição e consumo de produtos e serviços e organizadas as demandas sociais.

Com o objetivo de difundir a política pública de empreendedorismo, com base nas estratégias de apoio à capacitação, formalização de empresas, apoio técnico e facilitação do acesso ao microcrédito, podem ser destacadas algumas ações: aquisição da Unidade Móvel do Empreendedorismo, caminhão-baú climatizado e programado para atender ao empreendedor no Estado; participação no Fórum Regional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Ceará; realização do Encontro Estadual de Empreendedorismo, com 400 participantes, com a finalidade de possibilitar a troca de experiências entre empreendedores, ampliar o debate sobre essa temática e apresentar projetos exitosos; realização de cinquenta cursos sobre gestão de empreendimentos e de onze eventos de comercialização; realização do Encontro Regional em Fortaleza; realização de 600 horas de visitas a empreendedores e de 300 encontros de sensibilização e mobilização; e concessão de 5.000 contratos de crédito produtivo, sem utilização do fundo de aval.

A política de assistência social tem por objetivo a superação da extrema pobreza, o enfrentamento das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida das famílias, especialmente aquelas mais vulnerabilizadas. Apresenta como principal instrumento de implementação o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como modelo de gestão descentralizado e participativo que pressupõe gestão compartilhada, com cofinanciamento pelas três esferas de governo e com definição clara das competências técnico-políticas de cada uma (União, Estados e Municípios), conforme Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.

Assim, cabe ao Estado a coordenação do Sistema Estadual de Assistência Social, que deve assegurar a implantação e implementação do SUAS e "prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em riscos e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade que as famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana" (NOB/SUAS), fundamentando-se nas diretrizes da Política e cuidando para cumprir o pacto federativo, que define as atribuições da União, Estados e Municípios, respeitando-se a autonomia de cada um deles.

As ações de Proteção Social Básica - PSB dedicadas à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social, são desenvolvidas por 373 Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, distribuídos nos 184 municípios, sendo 171 cofinanciados pelo Estado. Destacam-se ainda as ações de cofinanciamento, em 151 municípios, dos benefícios eventuais que financiam despesas relativas ao pagamento de auxílio natalidade e funeral, bem como a subvenção social de 49 entidades conveniadas, atuando nos segmentos de crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e LGBTT, assegurando o acesso aos serviços socioassistenciais prestados pela rede não-governamental no Estado e selecionadas por intermédio de Edital Público.

A Proteção Social Especial - PSE tem suas ações voltadas a crianças, adolescentes, famílias e indivíduos com direitos violados, mediante serviços de média e alta complexidade, prestados pelos Centros de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS, unidades de atendimento especializadas, de abrangência municipal ou regional, e pelos Centros Educacionais de Medidas Socioeducativas e Unidades de Acolhimento. Nesses espaços, são ofertados serviços de proteção a indivíduos e famílias vítimas de violência, maus tratos e outras formas de violação de direitos.

No Estado do Ceará, foi implantado um total de 111 CREAS, dos quais 109 são municipais, cofinanciados pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, e dois são regionais, sendo um em Fortaleza, para atendimento à população de Acarape, Barreira, Chorozinho e Pindoretama, e o outro em Missão Velha, atendendo demandas de Abaiara, Granjeiro, Jati, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Entre as ações da PSE, destaca-se ainda a continuidade do trabalho de redimensionamento do sistema socioeducativo, através de Unidades de Atendimento a Adolescentes, em cumprimento de Medidas Socioeducativas, estando em construção a de Fortaleza (Bairro de Canindezinho), e a unidade de privação de liberdade, com recursos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. Em funcionamento desde julho de 2013, também em Fortaleza (Bairro Sapiranga), tem-se a Unidade de Semiliberdade Mártir Francisca, construída no âmbito do PROARES II e com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e a Unidade de Internação Provisória para adolescentes do sexo masculino, no Município de Sobral, devidamente concluída, cuja inauguração está prevista para o início de 2014.

As Unidades de medidas socioeducativas são construídas de acordo com os parâmetros arquitetônicos e pedagógicos definidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que regulamenta o atendimento socioeducativo, conforme estabelecido no Art. 112 do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

Além desses serviços, conta-se ainda com o apoio de diversas entidades da sociedade civil, que recebem recursos a título de subvenções sociais e desenvolvem ações como serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, voltadas a crianças, adolescentes, pessoas com deficiência – PcD, idosos. Essa estratégia amplia o leque de oportunidades e fortalece as potencialidades familiares, promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

Merece destaque o Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES II, que contribui efetivamente para o fortalecimento da política da assistência social, viabilizando a ampliação da rede de atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, com ações pertinentes a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Em 2013, o PROARES II implantou e inaugurou quinze equipamentos sociais, beneficiando treze municípios, com capacidade de atendimento a 7.965 pessoas, entre crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Por outro lado, surge a política pública de segurança alimentar e nutricional, com a finalidade de combater a fome e a desnutrição, abrangendo direitos do cidadão, com princípios e diretrizes nacionais fundamentados no Art. 6º da Constituição Federal e na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Essa política é implementada pelo Programa de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, que tem suas ações organizadas em três eixos de atuação: apoio à produção, à comercialização e ao consumo, além de estar estruturado para desenvolver projetos e metas intersetoriais envolvendo Governo e Sociedade, com vistas a difundir a Política e garantir o acesso a alimentos por parte da população em situação de vulnerabilidade.

A STDS participa da implementação do SISAN, apoiando a construção dos marcos regulatórios municipais, a formação de agentes locais e o desenvolvimento de capacitações junto às famílias atendidas em equipamentos públicos de SAN, através de oficinas que abordam temáticas de segurança alimentar e nutricional, hábitos de consumo saudáveis e ações de ampliação do acesso à alimentação, contribuindo para assegurar o direito humano a alimentação adequada – DHAA.

Merece destaque a ação desenvolvida no Restaurante Popular "Mesa do Povo", que presta serviço de oferta de alimentos de baixo custo, tendo ofertado 351.573 refeições, em 2013, cujo público beneficiário é formado por trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de risco, de insegurança alimentar e nutricional.

A política pública para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTT, da STDS, é o lócus de execução de ações voltadas para esse segmento da população, mediante a articulação e atendimento de demandas com foco no enfrentamento aos obstáculos históricos e aos estigmas sociais, gerados por preconceito e discriminação à população LGBTT cearense, buscando a promoção dos Direitos Humanos.

O Conselho Consultivo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP permanece disponibilizando recursos financeiros complementares para o desenvolvimento de ações governamentais, na perspectiva de fortalecer as políticas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar junto às populações pobres com renda per capita de até ·:· salário mínimo, possibilitando-lhes, em curto prazo, condições mínimas de sobrevivência e, em médio e longo prazos, o desenvolvimento socioprodutivo.

Vale salientar que, em 2013, foram alocados pelo FECOP recursos da ordem de R$ 77,0 milhões em 34 projetos, sendo vinte na área da Assistência Social, dois voltados para a Segurança Alimentar e Nutricional e doze no

âmbito da Inclusão Produtiva, por meio de ações de capacitação e de fomento.

Quanto aos indicadores monitorados pela STDS, destacam-se Famílias com renda ampliada e acesso a Assistência Social, que apresenta evolução continuada no período, passando de 1.019.600 em 2012 para 1.103.201 em 2013, evidenciando avanço na capacidade de prestação de serviços a sociedade.

No caso da indicação de Trabalhadores colocados e recolocados no mercado de trabalho, constata-se que, de 2010 para 2011, houve um declínio, mas, de 2011 para 2013, o crescimento foi significativo, passando de 78.466 para 85.336, respectivamente. No geral, pode-se considerar que o desempenho foi positivo e reflete a retomada da dinâmica da economia cearense.

No que se refere ao indicador Trabalhadores qualificados, de 2010 para 2011, houve significativo aumento no número de beneficiados, porém ocorreu uma visível queda em 2012, ocasionada pela impossibilidade de realização das ações contempladas no Plano Territorial de Qualificação – PlanTeq, tendo em vista atrasos no repasse de recursos por parte do MTE e no processo licitatório para contratação das entidades executoras (quadro Evolução de Indicadores 2010-2013).

Por fim, os avanços de resultados alcançados pelos Programas podem ser evidenciados por meio da evolução dos seguintes indicadores:

Desenvolvimento Social e Trabalho
Evolução de Indicadores 2010-2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Famílias com renda ampliada e acesso a Assistência Social	1.019.600	1.076.763	1.102.921	1.103.201
Trabalhadores colocados e recolocados no mercado de trabalho	91.616	78.466	80.298	85.336
Trabalhadores qualificados	44.671	61.832	46.960	61.727

Fonte: STDS.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 049 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA

O Programa objetiva coordenar, executar e monitorar atividades referentes ao processo de atendimento ao trabalhador em todo o território cearense, através das ações de orientação e intermediação para emprego, qualificação social e profissional, atendimento do seguro desemprego, fomento ao artesanato, empreendedorismo e economia solidária, acesso ao crédito e a produção de informações sobre o mercado de trabalho, em consonância com as diretrizes do Programa SINE, do MTE, apresentando resultados, conforme metas prioritárias e ações realizadas, mostrados a seguir.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Inserir 320.000 trabalhadores no mercado de trabalho	72.268	85.336	166.748
Realizar 48 pesquisas de emprego e desemprego			
Habilitar 720.000 trabalhadores ao benefício de	12	12	24
Seguro-desemprego	122.360	202.004	385.355
Qualificar e requalificar 26.272 trabalhadores	4.878	5.509	12.200
Qualificar 1.800 jovens em atividades empreendedoras	450	415	851
Qualificar 7.195 artesãos	7.195	7.850	14.917
Apoiar 340 entidades artesanais e grupos produtivos	85	290	290
Cadastrar 20.102 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos	5.500	4.450	8.600
Realizar 9.000 operações de microcrédito	3.500	9.241	14.241
Capacitar 10.000 microempreendedores	5.800	5.800	10.000

Fonte: STDS.

Principais Ações Realizadas

- Implementação da Cooperação Técnica e Financeira do BID com o Governo do Estado/SEPLAG/STDS, objetivando a operacionalização do Programa de Apoio à Inserção de Grupos Vulneráveis no Mercado de Trabalho;
- Realização de cinco Oficinas Regionais do PRONATEC com a participação das entidades ofertantes dos cursos (Sistema S e IFCE) e das equipes técnicas municipais da área de Assistência Social (CRAS e Secretarias);
- Cadastramento de 170.376 trabalhadores para encaminhamento ao emprego;
- Participação de 28.882 trabalhadores nas Oficinas de Orientação para o Trabalho e de 918 trabalhadores autônomos nos serviços prestados pelo Centro do Trabalhador Autônomo – CTA;
- Inserção de 85.336 trabalhadores no mercado de trabalho;
- Emissão de 95.438 carteiras do trabalho e previdência social para os trabalhadores;
- Encaminhamento de 2.678 trabalhadores para Educação Profissional;
- Realização de atendimentos aos trabalhadores do Seguro-Desemprego, habilitando-se 202.004 pessoas ao benefício;
- Realização de doze Pesquisas de Emprego Desemprego na Região Metropolitana de Fortaleza, com periodicidade mensal;
- Qualificação de 25.451 pessoas (jovens, pessoas com deficiência, desempregados e outros trabalhadores);
- Concessão de 1.538 kits instrumentais de trabalho;
- Participação de 4.704 crianças e adolescentes em atividades esportivas, culturais e de lazer, nos CITS;
- Capacitação de 7.850 artesãos nas diferentes tipologias artesanais; de 650 empreendedores solidários; e de 13.318 empreendedores;

- Credenciamento 139 entidades artesanais no Programa Estadual;
- Realização de 4.450 cadastros de artesãos;
- Comercialização de 115.000 peças artesanais;
- Realização e/ou apoio a 69 eventos de promoção do artesanato;
- Apoio a 66 empreendedores solidários;
- Formalização de 3.481 microempresas e de 2.844 empreendedores individuais;
- Beneficiados 9.241 empreendedores com crédito orientado.

PROGRAMA 050 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Programa objetiva implementar ações de vigilância socioassistencial, a defesa de direitos e a proteção social, concernente ao que determina a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, que é "prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em riscos e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade que às famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana", por meio de ações socioassistenciais em forma de benefícios, serviços, programas e projetos, cujos resultados de metas prioritárias e ações realizadas são vistos a seguir.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 e 2013
Prestar Assessoramento Técnico aos 184 Municípios	100	102	131
Capacitar 7.380 profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO	1.771	4.933	6.741
Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias — PAIF nos 184 municípios, através dos CRAS	148	148	148
Atender 156.550 famílias por meio do PAIF e do Estação Família	41.014	41.000	74.509
Ampliar para 104 o número de CREAS com o serviço de atendimento das medidas em meio aberto	45	45	45
Atender 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS municipais e regionais	50.934	44.697	84.795
Qualificar 5.242 adolescentes, jovens e agentes públicos	1.233	1.233	2.775
Atender 100 adolescentes e jovens usuários de substâncias psicoativas	25	90	113
Acolher e proteger socialmente 8.606 pessoas em situação de risco	2.152	2.382	2.382
Qualificar 800 jovens com cursos profissionalizantes	800	831	1.691
Atender 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros — PROARES	14.930	10.540	14.540
Atender 17.000 famílias em situação de vulnerabilidade social nos Centros de Referência da Assistência Social — PROARES	9.500	6.500	15.500

Fonte: STDS.

Principais Ações Realizadas

- Capacitação de 1.915 gestores, técnicos e conselheiros; de 4.933 técnicos das equipes municipais responsáveis pela Proteção Social Básica, Cadastramento Único e Programa Bolsa Família de 184 municípios; de 250 técnicos e socioeducadores das Unidades de Medidas Socioeducativas; e de duzentos técnicos e gestores municipais das Unidades implantadas (PROARES II);
- Realização do Encontro Estadual sobre as políticas coordenadas pela STDS, com 491 participantes entre gestores e técnicos representantes de 171 municípios;
- Monitoramento de 373 CRAS, em 184 municípios, visando a consolidação do SUAS no âmbito da Proteção Social Básica;
- Cofinanciamento das ações do Serviço de Atendimento Integral às Famílias - PAIF em 140 municípios, beneficiando 170 CRAS;
- Cofinanciamento dos Benefícios Eventuais em 151 municípios;
- Fortalecimento da Rede Socioassistencial, assegurando o acesso de 4.310 pessoas aos serviços, através de 49 entidades conveniadas;
- Apoio ao atendimento de 41.000 famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio do Projeto Estação Família, em 73 municípios e do Serviço de Atendimento Integral às Famílias – PAIF, em 148 municípios;
- Atendimento a 14.400 pessoas (Crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) através dos Projetos "Famílias: Desafio e Inclusão Social; Ceará", "Espaço de Vida, Arte e Educação" e "Inclusão Social com Arte, Esporte e Educação, em Fortaleza";
- Apoio à gestão do Programa Bolsa Família nos 184 municípios do Estado, com ações de assessoramento, mobilização e acompanhamento das condicionalidades, resultando em 1.103.201 famílias atendidas com transferência de renda;
- Vínculos, acompanhados pelo CREAS, resgatados e fortalecidos de 1.447 crianças e adolescentes, na capacidade protetiva das famílias;
- Acolhimento de noventa adolescentes e jovens usuários de substâncias psicoativas;
- Garantia de direitos a 722 crianças, adolescentes e suas famílias;
- Ressocialização e reintegração de seis adolescentes às famílias e à comunidade;
- Realização de 951 encaminhamentos;
- Concessão de 114 cestas básicas às famílias, em caráter emergencial;
- Atendimentos em serviços socioassistenciais a 1.184 crianças, adolescentes e famílias abordadas nas ruas;
- Acolhimento de 208 Crianças, Adolescentes e Idosos (Subvenção Social);
- Implantação da 2ª turma do Curso de Especialização "Lato Sensu" em Gestão Social para quarenta gestores municipais e estaduais;
- Instalação e inauguração de dezessete equipamentos sociais em treze municípios beneficiados pelo PROARES II;
- Instalação e inauguração de duas Unidades de Medidas Socioeducativas: uma em Fortaleza (Unidade de semiliberdade Mártir Francisca) e a outra em Sobral (Unidade provisória), financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

- Realização de cinco Seminários Regionais de divulgação do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, com a participação de 420 profissionais;
- Elaboração e publicação do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo.

PROGRAMA 051 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa objetiva desenvolver ações, programas e projetos voltados à difusão da segurança alimentar e nutricional, como direito fundamental do ser humano, cujos resultados de metas prioritárias e ações realizadas são mostrados a seguir.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Implantar, em 92 municípios, mecanismos de gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	23	21	26
Instituir processos continuados de Educação Alimentar e Nutricional e Direitos Humanos à Alimentação Adequada, com o desenvolvimento de 97 ações de capacitação	16	83	133
Assessorar os 184 municípios do Estado na implementação dos conselhos estadual e municipais de segurança alimentar e nutricional	48	94	138
Fornecer 1.478.400 refeições para público em situação de insegurança alimentar e nutricional no Restaurante Popular Mesa do Povo	369.600	351.573	699.198

Fonte: STDS.

Principais Ações Realizadas

- Funcionamento sistemático da Câmara Intersetorial de SAN-CAISAN Ceará, marco regulatório fundamental impulsionador do processo de implementação do SISAN;
- Construção do Sistema de Monitoramento das ações de SAN no Estado;
- Realização do 2º Curso de Formação em SAN na modalidade de Educação a Distância, com a participação de 225 pessoas, entre gestores, técnicos, conselheiros e sociedade civil, em parceria com a Escola de Gestão Pública;
- Produção de Material didático em SAN para subsidiar as ações de assessoramento e capacitação dos diversos atores envolvidos com a política, quais sejam, Guia de Dinâmicas em SAN e Manual de Orientações para implantação da Política de SAN em âmbito municipal, Passo a Passo para implantação de Conselhos Municipais de SAN;
- Assessoramento a Municípios para criação dos marcos regulatórios para implantação do SISAN no Estado;
- Finalização da Execução do projeto de Capacitação Integrada em SAN, em parceria com MDS, e inicio de outro projeto na mesma linha temática, financiado pelo FECOP, envolvendo os profissionais de equipamentos públicos de alimentação e

nutrição (cozinhas comunitárias, restaurantes populares e bancos de alimentos) em 32 e dezesseis municípios, respectivamente;

- Continuidade do funcionamento do Restaurante Popular, proporcionando acesso diário a refeições nutricionalmente balanceadas e a preço acessível a 1.400 pessoas.

PROGRAMA 052 – APOIO AO SEGMENTO LGBTT

O Programa objetiva enfrentar todos os tipos de preconceitos e discriminações à população LGBTT cearense, buscando a promoção dos Direitos Humanos. Os resultados obtidos nas metas prioritárias e ações realizadas estão mostrados a seguir.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado / Acumulado 2012-2013
Implantação da primeira Rede Estadual de recebimento, acom-panhamento e encaminhamentos de denúncias de violações de direitos humanos, crimes correlatos por homofobia.	01	01	01
Realizar 64 campanhas educativas de prevenção às DST/HIV e enfrentamento à homofobia.	13	32	58

Fonte: STDS.

Principais Ações Realizadas

- Capacitação, de 21 pessoas em Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e na legislação vigente no Estado do Ceará e no Brasil;
- Realização de onze eventos culturais, com a participação de 1.750.000 pessoas sensibilizadas para o enfrentamento da homofobia através da arte e do conhecimento da cultura LGBTT cearense;
- Atendimento a 18.950 pessoas com ações de Prevenção as DST/HIV/AIDS, mediante a realização de 32 eventos;
- Implantação da primeira rede Estadual de recebimento/acompanhamento / encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos/crimes correlatos por homofobia, com atendimento a sessenta pessoas.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Cultura

O Estado do Ceará implementa sua política pública cultural por meio da Secretaria da Cultura - SECULT, que a conduz em consonância com a política cultural desenvolvida pela União e norteada pelo Plano e Sistema Nacional de Cultura, que materializa a articulação, organização e integração das administrações federal, distrital, estaduais e municipais, como também abrange os demais atores sociais e culturais da sociedade brasileira e age mutuamente com eles.

Em 2013, foi dado prosseguimento às ações previstas no Plano de Cultura do quadriênio 2012-2015, embasado por valores éticos, transparência e busca pela eficiência e eficácia na execução de seus projetos e da aplicação dos recursos públicos. Procurou-se ofertar, junto aos estímulos, os incentivos financeiros à pesquisa em arte e cultura, o apoio à criação, à expansão e ao fortalecimento das estruturas da sociedade civil voltadas para a criação, produção e difusão artística e cultural.

Na busca pela preservação da memória documental, a implantação do Sistema Estadual de Documentação e Arquivos do Estado do Ceará – SEDARQ-CE, programado para ser concluído em 2014, possibilitará, em sua primeira fase, mapear e diagnosticar o acervo documental das prefeituras, câmaras municipais, fóruns, paróquias e cartórios, e tem a finalidade de subsidiar os poderes locais na criação e manutenção de arquivos públicos, dos municípios de Sobral, Aracati, Quixeramobim, Tauá, Granja, Icó, Camocim, Russas, Crato e Juazeiro do Norte. Outra vertente de implantação do SEDARQ-CE é buscar subsidiar as Secretarias do Governo do Estado do Ceará na formação de suas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos - CPADs e na elaboração de Planos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade de Atividades Finalísticas. Já foi prestada assessoria técnica às Secretarias das Cidades, de Desenvolvimento Agrário, de Turismo, de Cultura e Controladoria Geral do Estado.

Para fomentar as atividades artísticas e culturais, a SECULT conta com o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura cujo objetivo é financiar e estimular projetos desenvolvidos por grupos locais. Durante o ano de 2013, foram apoiados 173 projetos no V Editais Mecenas, 58 projetos do Edital de Carnaval, quarenta projetos do Edital Ceará da Paixão e 115 projetos do Edital Ceará Junino. O lançamento do I Edital Humor do Ceará contou com o apoio de 23 projetos e, no Edital Natal de Luzes, quarenta projetos foram contemplados. No total, realizaram-se investimentos culturais da ordem de R$18,3 milhões, alcançando diretamente um público estimado de 274 mil pessoas.

A SECULT realizou a III Conferência Estadual de Cultura, com o tema "Uma Política de Estado para a Cultura - Desafios do Sistema Nacional de Cultura", que foi precedida de conferências em 136 municípios. O Estado de Ceará, dentre os demais estados da Federação, foi o primeiro a repassar dados de seu Sistema de Informações Culturais - SINF, para o Ministério da Cultura, que coordena a criação e a implementação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC. Mencionado sistema possibilita o compartilhamento de dados entre estados e União, tornando factível e ágil o mapeamento e a criação de indicadores culturais.

No que se refere aos equipamentos culturais, a SECULT atua na realização de reforma, conservação, restauração e manutenção, com recurso estadual de R$ 57 milhões, assegurado para as seguintes obras, que deverão estar concluídas até o mês de dezembro do ano de 2014: Theatro José de Alencar (iniciadas); Cine São Luiz (ordem de serviço assinada);

Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel; Museu do Ceará; Arquivo Público e Arquivo Intermediário do Estado (em fase de licitação); Casa de Antônio Conselheiro, situada em Quixeramobim (em fase conclusiva de projeto e orçamento); Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (obras da 1ª fase em processo de conclusão); Centro Cultural Bom Jardim (licitado e contrato assinado); Memorial do Cego Aderaldo no município de Quixadá (obra em andamento).

A documentação de transferência da Pinacoteca do Estado do Ceará, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, para o Governo do Estado do Ceará, que contará com uma área de 25.000 m², sete galpões, estacionamento e ateliês livres, encontra-se em fase de assinatura, tendo seus projetos arquitetônicos finalizados e aprovados pelo IPHAN. Também já foi concluído o projeto conceitual e o de reserva técnica, que abrigará, inicialmente, um acervo superior a 2.000 obras de arte.

Foi iniciada a implantação de Centros Regionais de Artes e Cultura, com a finalidade de promoção, difusão e formação cultural no Município de Fortaleza, onde se estabelece nos Galpões da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (Praça da Estação – João Felipe), local que passa também a funcionar o Centro de Gravuras do Ceará, o Museu da Imagem e do Som e a Pinacoteca do Estado do Ceará.

No ano de 2013, os indicadores de resultados setoriais da política cultural, influenciados pelas ações dos programas temáticos Memória Cultural, Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará e Incentivo à Leitura e ao Conhecimento, apresentaram os resultados abaixo destacados:

Cultura
Evolução de Indicadores 2010-2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Entidades da cultura apoiadas	681	686	610	590
Pessoas assistidas em ações de formação cultural (1)	38.789	15.689	11.107	15.526
Profissionais da cultura apoiados	3.934	15.579	15.659	12.104
Eventos culturais realizados	8.889	2.320	3.288	2.138
Equipamentos culturais disponibilizados	202	212	212	210

(1) Ano de finalização do Programa Formação em Rede.
Fonte: SECULT.

Percebe-se que, dos cinco indicadores apresentados, dois apresentaram crescimento, destacando-se "Profissionais da cultura apoiados", que evoluiu de 3,9 mil para 12,1 mil, com uma variação de 207,6%, no período 2010-2013, e "Equipamentos culturais disponibilizados", que mostrou um incremento relativo de 4,0 % no mesmo período.

A Secretaria da Cultura, com seus equipamentos em completa condição de uso e com novos projetos para estimular o exercício do direito à cidade, por meio da cultura e da arte, reforçará sua contribuição para a plena cidadania cultural, para o acesso democrático e popular aos bens simbólicos e culturais, para a geração de desenvolvimento por intermédio da economia da cultura e do fomento às atividades já realizadas pela sociedade civil, cumprindo sua missão de beneficiar o cidadão com mais cultura, arte e qualidade de vida.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 006 - MEMÓRIA CULTURAL

O Programa objetiva modernizar, ampliar e

difundir os acervos de informações culturais e reconhecer, registrar e preservar os patrimônios material e imaterial, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas:

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Recuperar 12 prédios históricos nas macrorregiões do Estado	02	04	08
Incentivar, assessorar e monitorar a implantação de 16 Arquivos Públicos(1)	03	04	14
Incentivar, assessorar e monitorar 96 museus no Estado do Ceará cadastrados no SEM/CE(2)	96	112	112
Realizar quatro Assembléias e dois Fórum de Museus	01	01	01
Selecionar, reconhecer e apoiar, por ano: sessenta Mestres da Cultura Tradicional Popular até 2015(3)	60	60	60

(1) As ações tiveram início em 2012, devendo ser concluídas em 2015;
(2) Meta não-acumulativa;
(3) A meta foi atingida com a inclusão de dois Mestres da Cultura através de seleção.=
Fonte: SECULT.

Principais Ações Realizadas

- Digitalização de 108.656 documentos históricos para futuras consultas públicas;
- Realização de cinco capacitações e 106 eventos culturais, promovidos pelo Museu do Ceará durante o IV Fórum Estadual de Museus, para 22.085 pessoas.

PROGRAMA 007 - INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ

O Programa objetiva democratizar o acesso aos recursos, produtos e serviços da arte e cultura, favorecendo o desenvolvimento social, cultural e econômico do Estado do Ceará.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Realizar a Conferência Estadual de Cultura em Fortaleza	1	1	1
Realizar e apoiar 32 ações culturais regionais	8	8	16
Realizar e apoiar quarenta eventos do calendário cultural do Estado	10	10	18
Apoiar os cem novos pontos selecionados no II Edital Pontos de Cultura do Estado do Ceará	100	51	100
Lançar 32 editais de incentivo às artes no Estado do Ceará, previstos pela Lei 13.811 do Sistema de Incentivo Estadual da Cultura – SIEC (oito ao ano para todo o Estado)	8	6	13
Conceder 04 Prêmios Alberto Nepomuceno, de música, e 04 Prêmios Chico Albuquerque, de fotografia, para todo o Estado, por meio de seleção pública.	2	0	2
Apoiar 300 projetos de demandas espontâneas nos diversos segmentos culturais.	84	55	109

Fonte: SECULT.

Principais Ações Realizadas

- Reformulação da Lei do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura;
- Elaboração do Plano Estadual de Cultura, para nortear as políticas públicas de cultura para o Estado, a partir das proposições resultantes das conferências municipais e estadual;
- Realização do X Festival de Música na Ibiapaba, na cidade de Viçosa do Ceará. O evento ofertou cursos e oficinas musicais e shows diários de artistas locais e nacionais para seiscentos alunos e um público de 4.000 pessoas;
- Realização do Encontro Mestres do Mundo, no Município do Crato, compreendendo Roda de Conversas, Seminários e apresentações Artísticas e Culturais, dentre outros, para um público estimado em 5.000 pessoas;
- Realização da VII Edição do Festival dos Inhamuns – Circo, Bonecos e Artes de Rua. O projeto transporta ao sertão cearense a riqueza das manifestações de arte popular e de rua, com apresentações de palhaços, artes circenses, bonecos, teatro e arte de rua, para um público de 6.000 pessoas;
- Realização do Festival Nordestino de Guaramiranga – evento com dez dias de duração, para um público estimado em 12.000 pessoas de diversos municípios e estados do Nordeste do Brasil;
- Comemoração do Dia Nacional da Cultura, com a promoção de programação especial, com a participação de mais de quinhentos artistas em atividades culturais realizadas nas principais Praças do Centro de Fortaleza e sessão especial na Assembleia Legislativa.

PROGRAMA 008 - INCENTIVO À LEITURA E AO CONHECIMENTO

O Programa objetiva implantar e modernizar as bibliotecas municipais que compõem o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará e promover o livro, a leitura e a biblioteca na sociedade, por meio de estratégias diversas.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Participar de 04 eventos nacionais e 02 eventos internacionais	1	1	4
Realizar 64 cursos de Formação na área de Biblioteca, capacitando 1.552 profissionais de Bibliotecas Públicas	16	30	32

Fonte: SECULT.

Principais Ações Realizadas

- Promoção de 43 eventos e trinta capacitações, pela Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, para 1.100 pessoas;
- Realização da II Feira Mundial da Palavra de Cabo Verde, com exibição de vídeos, palestras, contações de histórias, lançamentos de livros, saraus, oficinas e promoção de grupos de trabalho, entre universidades brasileiras e cabo-verdianas.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Esporte e Lazer

A Secretaria do Esporte - SESPORTE, cuja missão é promover e incentivar o esporte e lazer em todo o Estado, tem investido na construção da Política Estadual do Esporte e Lazer como indutora do desenvolvimento humano, da formação integral do cidadão, da melhoria da qualidade de vida e da solidariedade entre as pessoas. Desta forma, suas ações são voltadas para a inclusão e o bem-estar social das camadas da população em situação de vulnerabilidade, sempre buscando a eficiência, excelência, otimização de processos, inovação e aperfeiçoamento tecnológico. Sua atuação se dá por meio de três grandes programas: Segundo Tempo, Bolsa Esporte e Bolsa de Alto Rendimento.

No Programa Segundo Tempo, iniciativa conjunta do Ministério do Esporte e da SESPORTE, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva nos estabelecimentos de ensino formal e não-formal, foram beneficiadas 46.600 crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contraturno escolar. Com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção à saúde e ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes residentes em comunidades carentes, foram investidos R$ 7 milhões em 2013.

Com a destinação de recursos da ordem de R$ 2,8 milhões, foi dada continuidade aos Programas Bolsa Esporte e Bolsa de Alto Rendimento, assegurando uma renda fixa às crianças, adolescentes e jovens atletas com a oferta de bolsas de esporte para 1.767 atletas da categoria estudante e cinquenta nas categorias nacional e internacional, possibilitando tranquilidade aos atletas para treinarem e se dedicarem ao seu aperfeiçoamento.

Com o objetivo de formar atletas do Norte-Nordeste em 26 modalidades esportivas para as olimpíadas de 2016, foi adquirido um terreno para a construção do Centro de Formação Olímpica do Nordeste CFO-NE, ao custo de R$ 43,2 milhões além de R$ 5 milhões destinados ao apoio a eventos esportivos e obras públicas (construções, reformas de estádios e quadras esportivas, dentre outros).

As Vilas Olímpicas geram esporte, lazer e convívio para cerca de 8 mil pessoas, nos bairros do Canindezinho, Genibaú, Messejana, Conjunto Ceará e no Município de São Benedito, beneficiando aproximadamente 2,5 mil crianças, adolescentes, jovens e idosos por mês, nos turnos manhã, tarde e noite. As Vilas Olímpicas são equipamentos compostos de campo de futebol, quadra poliesportiva coberta, pista de atletismo, pista de skate (Conjunto Ceará), piscina (Messejana e Conjunto Ceará), ambientes para o desenvolvimento de práticas esportivas nas diversas modalidades de esportes, danças, músicas, lutas, prática de ginástica rítmica, ginástica para melhor idade, atividades lúdicas e acompanhamento pedagógico, contemplado com atividades de lazer, recreação, jogos pré-desportivos, de iniciação e treinamento.

Diversos eventos foram realizados durante o ano de 2013, destacando-se os Jogos Escolares, com a descoberta de talentos esportivos em diversas modalidades. Este é um exemplo real de que as políticas públicas para a juventude têm lugar de destaque na agenda governamental, uma vez que se trata de ação voltada para mais de 20% da população cearense. A intervenção nessa área foi promovida em parceria com a Secretaria da Educação - SEDUC, como medida intersetorial necessária para promover transformações no âmbito da inclusão social pelo Esporte. Foram beneficiados 6.393 jovens atletas, 670 escolas públicas e 211 particulares representantes de 139 municípios cearenses.

Desta forma, somente em 2013, foram

beneficiadas cerca de 260 mil pessoas com diversas atividades de esporte e lazer, cujo investimento total foi da ordem de R$ 58 milhões. Merece destaque a construção de 309 equipamentos de esporte e lazer no período de 2010-2013, possibilitando realizar competições cada vez melhores, incentivar a juventude à prática esportiva, formar novos atletas, além de capacitar e qualificar profissionais de educação física. Os resultados alcançados nos últimos anos na promoção do esporte e lazer, apresentados no quadro a seguir, evidenciam um número significativo de pessoas beneficiadas.

Esporte e Lazer
Evolução de Indicadores 2010 - 2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Público em eventos de esporte e lazer (nº)	1.891.415	877.680	884.643	182.500
Pessoas beneficiadas em ações e equipamentos públicos de esporte e lazer (nº)	1.065.033	1.079.570	1.167.890	78.772
Equipamentos de esporte e lazer (nº)	140	147	17	5

Fonte: SESPORTE.

A queda expressiva dos indicadores relacionados ao Esporte e Lazer, em 2013, é reflexo de algumas mudanças ocorridas. Os eventos que aconteciam na "Arena Castelão" passaram a ser realizados pela Secretaria Especial da Copa - SECOPA, criada neste ano, além das dificuldades em implantar as chamadas públicas para realização de 85% dos eventos previstos, prática que não ocorria até 2012.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 071 – ESPORTE, EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER

O Programa visa fortalecer e ampliar a prática esportiva educacional e de lazer, suprindo a carência de políticas públicas e sociais que atendam às necessidades e demandas da população por atividades esportivas e de lazer e educacional.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Implantar e monitorar 500 núcleos em todo o Estado.	466	466	466
Atender 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos.	46.600	48.388	48.388
Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.	2000	1.767	1.767
Capacitar 4.000 educadores esportivos.	1.000	0	958

Fonte: SESPORTE.

Principais Ações Realizadas

- Manutenção de 466 núcleos esportivos nos 184 municípios do Estado, gerando emprego e renda para 958 profissionais envolvidos, por meio do Programa Segundo Tempo.

PROGRAMA 092 – CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO

O Programa objetiva apoiar atletas por meio da Bolsa Atleta de Alto Rendimento e também por meio da concessão de passagens aéreas, contribuindo diretamente para os bons resultados do Ceará nos jogos e competições realizadas no cenário nacional e internacional.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Conceder 400 bolsas para atletas com resultados expressivos nos rankings nacional e internacional	50	50	100
Promover 60 eventos esportivos de aventura e natureza	10	5	11

Fonte: SESPORTE.

Principais Ações Realizadas

- Realização de eventos de esportes de rendimento: Ceará World Cup Skate Board - Mundial de Skate Street, Campeonato Brasileiro de Supercross e Copa Sobral de Bicicross, Circuito Cearense de Surf e Circuito Cearense de Skate, com um público alvo de aproximadamente 6.000 pessoas;
- Concessão de 454 passagens aéreas para atletas de todo o Estado, a fim de participarem de campeonatos/eventos nacionais e internacionais em diversas modalidades esportivas.

PROGRAMA 093 – INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER

O Programa visa democratizar o acesso às práticas esportivas por meio de atividades de esporte e lazer, com ações de implantação e modernização de infraestrutura para esporte recreativo e lazer.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Construir, reformar e modernizar equipamentos esportivos em municípios com população acima de 50 mil habitantes	10	4	16
Construir e manter 5 Vilas Olímpicas	5	5	5

Fonte: SESPORTE.

Principais Ações Realizadas

- Manutenção das Vilas Olímpicas do Genibaú, Messejana, Canindezinho, Conjunto Ceará e São Benedito.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Segurança Pública

O Sistema de Segurança Pública cearense, considerando a complexidade que envolve a prevenção e repressão à criminalidade, pautou suas diretrizes de forma que suas ações proporcionassem resultados eficientes e eficazes em todas as áreas de sua atuação. Para tanto, as instituições vinculadas à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) - Polícia Civil (PC), Polícia Militar (PM), Corpo de Bombeiros Militar (CBM), Perícia Forense (PEFOCE) e Academia Estadual de Segurança Pública (AESP) – vem desenvolvendo suas atividades de forma articulada e com o apoio dos demais setores do poder público e da sociedade.

Para proporcionar um atendimento com qualidade e presteza aos cidadãos e melhores condições à força de trabalho, priorizaram-se a ampliação e modernização dos equipamentos de segurança pública. Neste sentido, foram adquiridas: 75 motocicletas para o Batalhão Raio da PM, viabilizando uma maior atuação daquela unidade e aumento do número de equipes de patrulhamento nas ruas; 39 viaturas do tipo SRV, destinadas ao policiamento ostensivo realizado no interior do Estado, especialmente nos municípios que apresentavam índices de criminalidade de maior complexidade; 1.643 pistolas do tipo .40, 4.619 coletes a prova de bala, para suprir a demanda representada pelo ingresso dos novos policiais militares, e 518 coletes para a Polícia Civil.

A Polícia Civil implantou dez novas delegacias, sendo duas Delegacias de Defesa da Mulher (Pacatuba e Quixadá) e oito Delegacias Municipais no interior do Estado (Icapuí, Independência, Jericoacoara, Novo Oriente, Pacujá, Paraipaba, Solonópoles e Varjota), além de reinaugurar o 16º Distrito Policial em Fortaleza, criando uma unidade avançada desse equipamento de segurança no Aeroporto Internacional Pinto Martins.

O Corpo de Bombeiros, com foco no combate a incêndio e resgate de pessoas, investiu em veículos de grande porte e de grande impacto na sua atividade operacional, mediante aquisição de cinco viaturas do tipo Auto Bomba Tanque - ABT e dois para Resgate, além da aquisição de equipamentos na área da tecnologia da informação.

A Perícia Forense do Estado do Ceará - PEFOCE contribuiu para o desempenho das ações realizadas pelas instituições de segurança buscando implementar uma política voltada para a realização de pesquisas e estudos a respeito de perícias técnico-científicas no campo da medicina legal, análise laboratorial, criminalística, identificação humana, perícias biométricas, cibernética e outras áreas de atuação criminal. Destaca-se a construção do Núcleo de Ciências Forense da Região do Inhamuns, localizado no Município de Tauá, para viabilizar o acesso da população de forma mais rápida, fácil e descentralizada.

Já a Academia Estadual de Segurança Pública, órgão responsável pela formação e capacitação dos servidores do sistema de segurança pública, deu um importante avanço na estruturação das atividades pedagógicas de ensino e extensão firmando um convênio com a Universidade Federal do Ceará para o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas. A AESP também recebeu a chancela para ofertar e credenciar cursos de pós-graduação lato sensu do Conselho Estadual de Educação do Ceará, além de propiciar a formação inicial para 1.508 alunos da PM e PC e capacitação continuada para 7.954 profissionais de segurança pública.

Outro componente fundamental para a melhoria dos serviços foi a contratação de novos profissionais de segurança pública, possibilitando uma maior cobertura da ação policial no Estado, com a abertura de novo

concurso público com 200 vagas para a Polícia Militar e 300 para o Corpo de Bombeiros. Também foram convocados para formação mais 1.100 candidatos do concurso de 2011 - Curso de Formação Profissional para ingresso na carreira de praças da Polícia Militar.

A prevenção ao uso indevido de drogas é uma das estratégias mais eficientes adotada pela SSPDS no enfrentamento da violência. É operacionalizada pela PM por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, que apresenta os malefícios causados pelas drogas e os mecanismos que devem ser adotados para evitá-las. Com o mesmo objetivo, a Polícia Civil capacita multiplicadores para a prevenção à violência e ao uso indevido de drogas e o Corpo de Bombeiros, por meio do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário, desenvolve atividades voltadas ao trabalho de prevenção a incêndio e ao desenvolvimento da vida comportamental em sociedade.

Dentro do conceito de prevenção e participação social, destaca-se ainda a ação promovida pelos Conselhos Comunitários de Defesa Social - CCDS, cuja missão precípua é a aproximação da população aos órgãos de segurança pública por meio de suas lideranças comunitárias. Atualmente, as 216 entidades distribuídas em todo o Estado do Ceará formam uma verdadeira rede social, que tem por objetivo fomentar a cultura de paz na sociedade por meio de diversos programas sociais (Segurança Integrada, Comunidade Empreendedora e Caravana da Paz), bem como realizar fóruns de Segurança Pública Cidadã.

É importante ressaltar que, para dar vazão a todo esse processo de mudança estrutural, a contratação de novos profissionais de segurança pública teve continuidade no ano de 2013. A formação de Inspetores e Soldados para as polícias civil e militar possibilitou uma maior cobertura da ação policial no Estado. Foram lançados dois concursos públicos, um para os cargos de Oficiais e Soldados do Corpo de Bombeiros e o outro para Oficiais da Polícia Militar, ambos com previsão de início do curso de formação para julho de 2014.

No campo da repressão, destaca-se o combate à comercialização das drogas ilícitas, resultando em uma apreensão de 28.985 kg de cocaína, maconha, psicotrópicos etc. e de 4.502 armas de fogo, realizada pela Polícia Militar (até setembro de 2013).

A ação ostensiva da segurança pública também teve a participação contínua, ostensiva, em todo o Estado do Ceará, inclusive com a presença permanente de aeronaves nas regiões sul e norte do Estado, possibilitando o atendimento a 2.104 ocorrências (até outubro de 2013). As missões realizadas possuem naturezas diversas, seja no campo policial ostensivo ou investigativo, de busca e salvamento, de defesa civil e de transporte de aeromédicos, dignitários, tropa e órgãos humanos para transplante. Para dinamizar cada vez mais o trabalho, foram adquiridos, no ano de 2013, três aeronaves do tipo helicóptero BK 117 OU EC145, com estrutura física e tecnológica consideradas entre as mais avançadas do mundo

O Corpo de Bombeiros também exerceu uma atuação importante para o alcance dos resultados apresentados pelo sistema de segurança pública, com o atendimento de 45.627 chamados de atendimento relacionados a busca, salvamento e resgate, 5.526 chamados de natureza pré-hospitalar e 5.220 ocorrências de incêndios, liberação de gases e prevenção a sinistros, sendo que, nessa última modalidade, 7.701 pessoas foram beneficiadas com a realização de vistoria fiscalizadora para renovação de habite-se, análise e reanálise dos projetos das edificações do Estado.

Na área da Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros desenvolveu diversas ações, particularmente as que têm relação com a estiagem e a seca no interior cearense, que resultaram na distribuição de 39.804 cestas básicas, abastecimento com carros pipas em 55 municípios, doação de 89.959 filtros de polietileno, equipagem e limpeza de 345 poços artesianos, beneficiando com todas as ações 815.176 pessoas.

A SSPDS, objetivando a melhoria contínua de suas estratégias, políticas e ações, monitora diversos indicadores dentre os quais se destacam os da tabela a seguir.

Segurança Pública
Evolução de Indicadores 2010 - 2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013 (*)
Tempo médio de reposta no atendimento de ocorrências (minuto)	14,41	14,49	13,56	12,48
Taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes	31,59	31,27	41,47	49,54
Taxa de roubo de veículos por 100 mil habitantes	47,51	44,20	72,33	109,89
Taxa de roubo de veículos por 10 mil veículos	23,54	19,27	29,20	40,90

(*) Dados estimados, considerando que as informações de novembro e dezembro ainda não estão disponíveis.
Fonte: SSPDS.

O indicador relacionado ao tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências apresentou uma redução de quase dois minutos em relação a 2010, decorrente do avanço do policiamento ostensivo feito pela PM, principalmente no que tange à distribuição do aparato policial, observando os locais que figuram nas estatísticas com maiores índices de criminalidade.

Apesar dos esforços empreendidos pelo sistema de segurança para reduzir o número de homicídios dolosos, estes passaram de 31,59 em 2010 para 49,54 em 2013. Observa-se que o consumo e a comercialização de drogas estão fortemente relacionados a esse tipo de delito, pois tem sido cada vez mais comum a execução de membros de gangues rivais e usuários de drogas em dívida com os traficantes.

O comércio ilegal de armas também aparece nesse cenário como fenômeno facilitador para a ocorrência dessa modalidade criminosa. No entanto, deve-se ressaltar o número crescente de armas apreendidas em 2013, de mais de 6.000 armas. As prisões em flagrante, decorrentes dessas apreensões e diversos outros crimes, inclusive dos homicídios, também comprovam que a SSPDS está atenta ao crescimento desse tipo de crime e tomando providências para mudar essa tendência.

O número de roubo de veículos também vem crescendo a partir de 2012, após uma ligeira queda em 2011. Em 2010, a taxa de roubo de veículos por 100 mil habitantes era 47,51 e passou para 109,89 em 2013, representando um acréscimo de mais de 130% no período. Quando se observa a taxa de roubo de veículos por 10 mil veículos, a situação é a mesma, passando de 23,54 para 40,90 no mesmo período. Esse crescimento ocorrido a partir de 2012 pode ser explicado, em parte, pela relação desproporcional de crescimento entre habitantes e o número de veículos (carro e motocicleta),

pois, enquanto a população cresceu a taxas anuais entre 1% e 1,5%, o aumento da frota cearense de veículos cresceu entre 8,5% e 10% ao ano.

Por conta dessa situação, o público delinquente viu no veículo automotor o principal mecanismo para o cometimento de outros crimes. O fato é que, mesmo sendo utilizado apenas como um trampolim para a efetivação de outros crimes, pois, por via de regra, o veículo é abandonado posteriormente, o crime de "roubo de veículo" já foi registrado, fazendo aumentar os indicadores relacionados.

Por fim, a SSPDS, apesar do crescimento dos indicadores citados, continua empenhando-se cada vez mais na busca de melhores resultados, que tragam uma melhor qualidade de vida para os cidadãos.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 012 - SEGURANÇA PÚBLICA COMUNITÁRIA

O Programa tem por objetivo expandir e aperfeiçoar a atuação comunitária da SSPDS, para fortalecer a sua relação com a comunidade, bem como a preservação da ordem pública, contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Atender 400.000 crianças e adolescentes em palestras de prevenção à violência.	100.000	80.000	177.000

Fonte: SSPDS.

Principais Ações Realizadas

- Capacitação de 654 multiplicadores para a prevenção a violência e ao uso indevido de drogas, por meio de cursos e palestras realizadas pela Divisão de Proteção ao Estudante (DIPRE) da Polícia Civil;
- Capacitação de 3.435 jovens em atividades voltadas ao trabalho de prevenção a incêndio e ao desenvolvimento da vida comportamental em sociedade, realizada por meio do projeto Jovem Bombeiro Voluntário; e
- Implantação de nove Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS).

PROGRAMA 015 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

Visa desenvolver ações de edificação, modernização, reestruturação, manutenção e implementação de atividades de produção de conhecimento científico e tecnológico de forma integrada entre os órgãos de segurança.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Adquirir 2 helicópteros	3	3	3
Oferecer formação inicial a 4.000 profissionais de segurança pública aprovados em concurso público, seguindo as diretrizes da Matriz Curricular Nacional	1.649	1.508	3.241
Oferecer cursos de formação continuada para 8.000 profissionais de segurança pública do Estado do Ceará	11.639	7.954	19.439
Construir 6 núcleos regionais de perícia forense.	1	1	1
Aumentar em 4.000 o número de policiais militares.	4.000	1.977	1.977
Aperfeiçoar e nivelar 4.000 policiais militares nas áreas de defesa pessoal, técnica policial militar, abordagem e tiro defensivo.	4.000	1.977	1.977
Adquirir 20 viaturas de combate a incêndio para o Corpo de Bombeiros Militar	-	5	5

Fonte: SSPDS.

Principais Ações Realizadas

- Realização de 49.141 exames médicos legais, 12.179 exames laboratoriais e 17.787 perícias criminais;
- Emissão de 443.339 carteiras de identidade, 281.178 atestados de antecedentes criminais;
- Formação de 1.097 candidatos ao cargo de Soldado da Polícia Militar e de 411 candidatos ao cargo de Inspetores da Polícia Civil;
- Abertura de duzentas vagas para Ingresso na Carreira de Oficiais da Polícia Militar, 270 vagas para Ingresso na Carreira de Praças e trinta vagas para Oficiais do Corpo de Bombeiros;
- Convocação de 1.100 candidatos do concurso de 2011 - Curso de Formação Profissional - para ingresso na carreira de praças da Polícia Militar.

PROGRAMA 016 - GESTÃO DE RISCO E DESASTRE

Tem por objetivo promover ações preventivas e de resposta a situações emergenciais, bem como realizar ações de preservação do meio ambiente que coloquem em risco a segurança da população.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Auxiliar municípios atingidos por desastres, para socorro e assistências às vítimas e reabilitação e recuperação de cenários.	-	176	176

Fonte: SSPDS.

Principais Ações Realizadas

- Recuperação de 291 poços;
- Instalação e equipamento de 339 poços, sendo 279 poços com chafariz e sessenta poços com dessalinizador;
- Operação Carro Pipa para abastecimento emergencial d'água transportada em 68 caminhões, beneficiando 213.309 pessoas dos municípios em reconhecida Situação de Emergência.

Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Justiça e Cidadania

A administração do sistema prisional do Estado do Ceará e a execução da política estadual de preservação da ordem jurídica, da defesa da cidadania e das garantias constitucionais são de responsabilidade da Secretaria da Justiça e Cidadania - SEJUS. Para tanto, conta com a atuação de diversos colegiados: Conselho de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CEDEF, Conselho Penitenciário do Estado do Ceará - COPEN, Conselho Deliberativo do PROVITA, Coordenação Estadual do Programa de Proteção aos Defensores(as) de Direitos Humanos - PPDDH, implantado no ano de 2012, além do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

Destaca-se o lançamento, em 2013, do Conselho Gestor do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - PPCAAM, responsável pelas ações de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, tendo como principal objetivo a preservação da vida, garantindo, na medida do possível, os vínculos familiares e afetivos, bem como a inserção social segura. Entre os objetivos do projeto, está também a garantia de acesso à saúde, educação e demais serviços, direitos, em geral, ausentes entre adolescentes envolvidos em violência.

Para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, a SEJUS mantém um posto avançado no Aeroporto Internacional Pinto Martins, onde realiza encaminhamentos, monitora denúncias, além de prestar atendimento às vítimas e familiares desse tipo de crime. Já as vítimas de crimes violentos, tais como homicídio, latrocínio, lesão corporal grave, tortura e crimes sexuais contam com o apoio, orientação e atendimentos psicológico, social e jurídico prestados pelo Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência - CRAVV.

No que se refere à Gestão Penitenciária, a SEJUS iniciou, no ano de 2013, o censo penitenciário, projeto que visa traçar o perfil dos internos do sistema penitenciário no Ceará, propiciando a elaboração de políticas públicas de prevenção, repressão e ressocialização, bem como garantindo a efetivação do princípio da individualização da pena.

A formação educacional dos apenados, internos e egressos do sistema penitenciário visa à elevação da escolaridade, de forma a prepará-los para o ingresso no mundo do trabalho após o cumprimento da pena. É desenvolvida, em parceria com a Secretaria da Educação Básica - SEDUC, por meio do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, com o apoio de 98 professores do ensino fundamental e ensino médio. Em 2013, foram matriculados 2.497 detentos de 62 estabelecimentos prisionais, sendo que 585 foram inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio Prisional - Enem Prisional. Esse número representa um crescimento de quase 70% em relação à quantidade de candidatos inscritos em 2012.

O trabalho prisional, além de evitar o ócio dentro das Unidades Prisionais, contribui para manutenção da ordem, melhora a autoestima dos internos, possibilita o recebimento de recursos para atender às suas necessidades e de suas famílias e oportuniza o aprendizado de um ofício para exercê-lo quando receber a liberdade. Dessa forma, em 2013, houve um significativo aumento de vagas de trabalho para presos e apenados, através de convênios com instituições públicas e privadas, para absorção da mão-de-obra carcerária, totalizando 25,86% do total de presos em atividades laborais, destacando-

se o Programa Mãos que Constroem, para as obras relativas à Copa do Mundo, e o Batalhão Ambiental.

Compreendendo a importância de ações voltadas à justiça e cidadania para o desenvolvimento individual e social dos cidadãos, a gestão governamental, nos últimos anos, estabeleceu como meta para o setor o alcance de resultados que podem ser evidenciados pelos seguintes indicadores:

Justiça e Cidadania
Evolução de Indicadores 2010 - 2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Pessoas Beneficiadas com Atendimentos em Cidadania (nº)	358.554	370.017	377.297	326.612
Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário	1,44	1,56	1,55	1,82

Fonte: SEJUS

Em 2013, foram atendidas 326.612 pessoas nas seis unidades de atendimento ao cidadão, sendo três Casas do Cidadão (Fortaleza) e três Caminhões do Cidadão, que circulam pelo Estado emitindo 323.770 documentos diversos. Embora tenha havido uma redução de atendimentos em relação ao ano anterior, a prestação de serviço não sofreu descontinuidade, existindo, para 2014, a perspectiva de um novo contrato para ampliação dos serviços através da aquisição de cinco veículos para dar suporte às demandas de atendimento ao cidadão no Estado do Ceará.

A evolução histórica do indicador referente à Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário, no período de 2010 a 2013, demonstra o aumento crescente do déficit de vagas em função do grande afluxo de presos sem que haja a mesma proporção de vagas disponibilizadas. Em 2013, o valor de tal indicador foi de 1,82, tendo como base os 19.121 presos nas unidades penitenciárias e cadeias públicas, divididos pelas 10.488 vagas ofertadas.

Para reverter essa situação, a SEJUS prevê a construção de seis novas unidades, proporcionando um aumento de 4.039 novas vagas no sistema prisional cearense: Cadeia Pública Masculina, com 600 vagas - Itaitinga; Cadeia Pública Feminina, com 502 vagas - Aquiraz; Cadeia Pública, com 705 vagas - Horizonte; Casa de Privação Provisória de Liberdade - CPPL V, com 1.016 vagas - Itaitinga; Unidade Semi-aberto, com 944 vagas - Itaitinga e Cadeia Pública, com 272 vagas - Juazeiro do Norte.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 076 - PROTEÇÃO E CIDADANIA

O Programa objetiva promover o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, através da ação integrada entre o Governo Estadual e a sociedade, competindo-lhe zelar pelo livre exercício dos poderes constituídos; superintender e

executar a política estadual de preservação da ordem jurídica, da defesa, da cidadania e das garantias constitucionais; desenvolver estudos e propor medidas referentes aos direitos civis, políticos, sociais e econômicos, às liberdades públicas e à promoção da igualdade de direitos e oportunidades; atuar em parceria com as instituições que defendem os direitos humanos; promover a articulação, cooperação e integração das políticas públicas setoriais que garantam plena cidadania às vítimas ou testemunhas ameaçadas.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Atender 394.400 cidadãos por meio das ações dos Caminhões do Cidadão	96.500	54.474	153.524
Atender 1.256.000 cidadãos nas Casas do Cidadão	292.900	269.296	627.156
Atender 20.000 cidadãos nos conselhos e comitês vinculados	3.596	2.842	11.692

Fonte: SEJUS

Principais Ações Realizadas

- Oferta de 28 serviços, pelo "Balcão da Cidadania", beneficiando 1.066 pessoas, destacando-se: Oficinas Socioeducativas, Cine Debate, Palestras; Orientação e Emissão do Passe Livre do Idoso; Orientação Jurídica – Educação em Direitos; Orientação Jurídica ao Consumidor, Abertura de Reclamação e Distribuição do Código de Defesa do Consumidor; Orientação sobre os Direitos Humanos; Atendimento do Conselho Tutelar; Teatro de Fantoches, entre outros;
- Atendimento a 592 vítimas de violência e às famílias, visando abrandar os efeitos pessoais e sociais negativos decorrentes da violência sofrida e assegurando o exercício dos direitos das vítimas de violência;
- Realização de 41 ações de caráter preventivo no enfrentamento à violência, através da realização de apresentações institucionais, capacitações, palestras, oficinas socioeducativas e rodas de conversas destinadas aos diversos públicos (crianças, adolescentes, idosos, famílias, profissionais) localizados na capital e interior do Estado;
- Atendimento de 164 pessoas no Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, no Aeroporto Internacional Pinto Martins referentes ao atendimento a deportados, inadmitidos e migrantes em geral, informando sobre direitos e deveres no exterior;
- Realização de palestras, seminários, capacitações e acompanhamento a 3.251 pessoas sobre o desenvolvimento das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, visando à atuação integrada dos órgãos públicos e da sociedade civil;
- Realização de oficinas com os estudantes do "Projeto Primeiro Passo", da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS;
- Capacitação de Mediadores Comunitários visando à formação de multiplicadores nas comunidades;

- Realização de ações preventivas noturnas com as/os profissionais do sexo;
- Realização de sete inspeções em Estabelecimentos Prisionais; Formação Profissional de 1.724 agentes penitenciários, no período de maio a agosto, oriundos do concurso público.

PROGRAMA 077 - INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA

O programa objetiva a melhoria da Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário a partir da construção, reforma e modernização de unidades prisionais; a promoção da assistência básica, da assistência jurídica, da qualificação profissional e apoio à empregabilidade dos indivíduos em conflito com a lei e sob a tutela do Estado; e a modernização da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização.

Tabela 3: Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Criar 43 novas unidades no Sistema Prisional	13	03	07
Matricular 9.200 presos e egressos nas turmas do ensino fundamental, médio e superior	2.125	2.497	5.321
Qualificar profissionalmente 5.200 presos e egressos	1.527	957	1.575
Apoiar 4.000 presos e egressos a empregabilidade	833	492	1.992

Fonte: SEJUS

Principais Ações Realizadas

- Realização do PROJOVEM prisional na penitenciária Hélio Viana com a oferta de 80 vagas para o curso de turismo e hospitalidade e 80 vagas no Instituto Penal Feminino para o curso de serviços pessoais;
- Realização do curso de alfabetização digital através do programa Luz do Saber nas unidades com laboratório de informática (IPF, IPPOO II, PFHVA, CPPL III e CPPL IV);
- Realização de 283 inscrições no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens – ENCCEJA, sendo 182 na região metropolitana e 101 nos demais municípios;
- Participação de sete unidades prisionais na Olimpíada Brasileira de Matemática, resultando em 38 aprovados para a 2ª etapa;
- Execução das obras de construção das Cadeias Públicas (FE 18-24), no Município de Horizonte; Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL V), no Município de Itaitinga; Unidade Semi-aberto, na região metropolitana (Itaitinga); e da Cadeia Pública, no município de Juazeiro do Norte;
- Conclusão da construção das novas cadeias públicas, com capacidade para 32 vagas, nos municípios de Jati, Cruz e Milhã;
- Execução em andamento da reforma da Penitenciária Industrial Regional de Sobral – PIRS e da Cadeia Pública de Novo Oriente;
- Recuperação concluída das cadeias públicas de Horizonte e Paraipaba;

- Desativação concluída do IPPS e IPPOO I, resultando na transferência de 298 presos do IPPS e 54 IPPOO I para outras UPs;
- Monitoramento de 64 apenados do regime semiaberto por meio de tornozeleiras eletrônicas;
- Realização de Mutirões de Assistência Jurídica dentro dos Presídios, sendo atendidos 2.258 detentos no Mutirão DP e 4.310 atendimentos nas UPs;
- Apreensão de 47.173 materiais ilícitos, entre drogas, armas e telefones celulares, dentro de unidades prisionais;
- Realização de 26.200 atendimentos médicos; 71.760 atendimentos de enfermagem; 198.793 procedimentos de enfermagem; 1.509 atendimentos psiquiátricos; 5.797 atendimentos psicológicos; 22.421 atendimentos de serviço social; 441.000 atendimentos de terapia ocupacional; 1.123 atendimentos de fisioterapia; 25.722 atendimentos em odontologia; 12.150 exames laboratoriais; 1.430 controles de tuberculose; 116 controles de Hansen; 705 controles DSTs – HIV; 369 controles de hepatites; 2.146 controles de hipertensão; 628 controles de diabetes; 345 atendimentos à saúde da mulher; 13.512 atendimentos de odontologia para mulheres; 243 atividades da saúde da mulher; 11.751 imunizações de presos;
- Participação de 4.944 internos em atividades de trabalho nas unidades, o que representa um percentual de 25,86% do total de presos;
- Qualificação/capacitação de 1.075 internos por meio de diversos projetos e parcerias nas áreas da construção civil, pintura de parede, artesanato, culinária, informática, beleza, grafite, produção de bolas e redes esportivas, música, limpeza do Parque do Cocó, jardinagem e paisagismo;
- Execução do "Projeto Arca das Letras", em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, para confecção de 240 minibibliotecas para entrega nos assentamentos rurais do Estado, sendo qualificados dezessete internos;
- Celebração de convênios com as construtoras para execução do "Programa Mãos que Constroem", que visa empregar a mão-de-obra egressa nas grandes obras do Estado (Construção da Arena Castelão, Centro Olímpico, VLT e Programa Minha Casa, Minha Vida), tendo sido empregados 55 egressos;
- Celebração de convênios para o encaminhamento de 492 egressos ao mercado formal de trabalho (Empresa ISM, ONG O Caminho, Teatro José de Alencar, Defensoria Pública do Estado, Replante Paisagismo, Amêndoas do Brasil etc.);
- Realizadas a qualificação e certificação de 639 servidores das unidades da Secretaria da Justiça e Cidadania em temas relacionados à segurança, disciplina e administração penitenciária,
- Criação do ROP - 1º Ronda de Operações Penitenciários, equipe composta de 24 Agentes penitenciários para pronto atendimento e segurança da CPPL-I;
- Aquisição de 10.735 equipamentos de segurança e de Proteção individual para os agentes penitenciários;
- Nomeação de 800 novos Agentes Penitenciários.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Acesso à Justiça

O dever de assegurar aos cidadãos menos favorecidos economicamente o acesso a defesa e a garantia de seus direitos e interesses é atribuição da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - DPGE. Para tanto, vêm sendo implementadas diversas ações com vistas a aperfeiçoar os padrões de administração gerencial e fomentar o processo de inserção da DPGE na gestão por excelência.

O contínuo aperfeiçoamento da assistência jurídica prestada à sociedade perpassa pela modernização dos Núcleos da DPGE. Do ponto de vista da estrutura física, foram iniciadas a reforma das unidades da DPGE situadas no Fórum Clóvis Beviláqua e a construção do Núcleo do Adolescente em Conflito com a Lei. A interiorização das ações foi fortalecida com a inauguração dos três primeiros Núcleos-modelo situados em Sobral, Caucaia e Aracati, previsão de inauguração dos Núcleos de Juazeiro do Norte e Barbalha para breve e aquisição de terrenos para construção de sedes próprias em Quixadá, Crato e Itapipoca.

A integração com os Movimentos Sociais, que expressa o perfil democrático e reafirma o compromisso social da DPGE, foi assegurada pelo fortalecimento da Ouvidoria Externa e por vários eventos e campanhas voltados à integração com segmentos da sociedade e outras instituições dotadas de atribuições afeitas à salvaguarda da cidadania plena e à afirmação dos direitos humanos de minorias e grupos socialmente vulneráveis. Além disso, foram disponibilizadas todas as atas de sessões do Conselho Superior no Portal da DPGE, criados Boletins Informativos semanais e divulgado o trabalho dos Defensores Públicos no Projeto "Defensor em Pauta".

O aperfeiçoamento do Painel Gerencial, com disponibilização de informações a quaisquer interessados na internet, com gráficos, planilhas e estatísticas contendo indicadores institucionais de gestão estratégica e de resultado (Governança Corporativa), também contribui para ampliar a comunicação e o controle social, visando agregar mais transparência e democratizar o ambiente institucional, bem como aperfeiçoar a interface de comunicação com a sociedade.

Na área de tecnologia, foram implementadas diversas ações estratégicas, destacando-se a renovação do parque tecnológico, com distribuição de notebooks para todos os Defensores Públicos, instalação de monitores duplos para Defensores que atuam com processos virtuais, modernização do Data Center, ampliação da adesão da DPGE ao cinturão digital, desenvolvimento de novos sistemas, criação da Central Help Desk de suporte e atendimento ao usuário.

Desta forma, os investimentos maciços em equipamentos de informática, desenvolvimento de sistemas, reformas, mobiliário, infraestrutura, brinquedoteca, redesenho de fluxos, aperfeiçoamento dos processos e capacitação dos colaboradores têm contribuído para que a DPGE aprimore o acolhimento aos seus usuários, além de aumentar sua produtividade, passando dos 19 mil procedimentos em 2011 para mais de setenta mil procedimentos previstos em 2013.

Todas essas ações se refletiram na satisfação do cidadão que busca os serviços prestados pela DPGE tanto no que se refere às novas instalações como à metodologia de atendimento. Conforme Pesquisa de Satisfação do Usuário realizada com 205 entrevistados, 100% disseram-se satisfeitos com o atendimento recebido da recepção e dos Defensores Públicos, com o tempo de

atendimento e com as condições de estrutura e ambiente.

A política de aperfeiçoamento intelectual, fundamental para a prestação de um serviço de qualidade, teve como destaque a criação da Escola Superior da Defensoria Pública pela Resolução nº 86/2013 do Conselho Superior da DPGE.

Compreendendo a importância da atuação nesta área temática, a gestão governamental estabeleceu como meta nos últimos anos o alcance de resultados que podem ser evidenciados pela série histórica 2010-2013 abaixo discriminada.

Acesso à Justiça
Evolução de Indicadores 2010 - 2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Média mensal de procedimentos por defensor público	163	153	180	211
Pessoas beneficiadas diretamente com serviço de assistência jurídica integral e gratuita	411.950	524.871	627.569	649.333
Pessoas beneficiadas indiretamente com serviço de assistência jurídica integral e gratuita	1.483.002	1.889.536	2.259.248	2.337.598

Fonte: DPGE.

Observa-se que todos os indicadores de resultado vêm apresentando uma melhoria constante desde 2010, o que reflete as ações desenvolvidas pela DPGE na busca pela qualidade da sua gestão.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 088 - PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA

O programa objetiva ampliar e modernizar o serviço de assistência jurídica integral e gratuita a todas as pessoas necessitadas.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Incrementar em 5% ao ano o número de pessoas beneficiadas diretamente com a assistência jurídica integral e gratuita nos locais já contemplados com serviços da DPGE	5,0%	3,4%	23%
Contemplar com os serviços da DPGE 100% das comarcas do Estado do Ceará	51	56	56
Ampliar e modernizar quatro núcleos descentralizados em Fortaleza	1	1	2
Implantar, ampliar e/ou modernizar dez Núcleos Especializados: do Consumidor, da Igualdade Racial, da Moradia e Habitação, dos Presos Condenados, dos Presos Provisórios, da Pessoa com Deficiência, do Idoso, da Defesa da Mulher, da Criança e Adolescente.	8	5	9

Fonte: DPGE.

Principais Ações Realizadas

- Ampliação do atendimento beneficiando diretamente quase 650 mil pessoas em todo o Estado;
- Realização periódica de Encontros de Supervisores da Capital e do Interior, Encontros Regionais e Reuniões Setoriais, proporcionando intercâmbio de experiências, aumento do diálogo institucional, planejamento de ações conjuntas e democratização das ações da administração;
- Modernização do Portal Digital da DPGE, desenvolvimento e implantação do Sistema de Atendimento ao Cidadão em vários Núcleos da DPGE;
- Desenvolvimento de sistema de automação para elaboração das dez petições mais recorrentes da Petição Inicial e Implantação da Equipe de Racionalização dos Atendimentos, no âmbito do projeto "Fila Zero", com vistas a agregar eficiência e celeridade no atendimento dos cidadãos;
- Criação da Central Help Desk de suporte ao usuário de TI, para criação do sistema de ponto único de contato em demandas de TI, padronização e profissionalização do atendimento, atendimento remoto ao usuário e produção de informações gerenciais;
- Desenvolvimento de Sistemas para Núcleos Especializados - Direitos Humanos e Ações Coletivas, Habitação e Moradia e Núcleo de Assistência à Infância e Juventude;
- Interiorização das ações do Centro de Estudos com o Projeto "Defensoria em Discussão", que percorreu todas as regiões do Estado;
- Realização de Encontros Regionais em todas as regiões do interior do Estado, facilitando a comunicação e integração entre Defensores Públicos do Interior e a Administração.

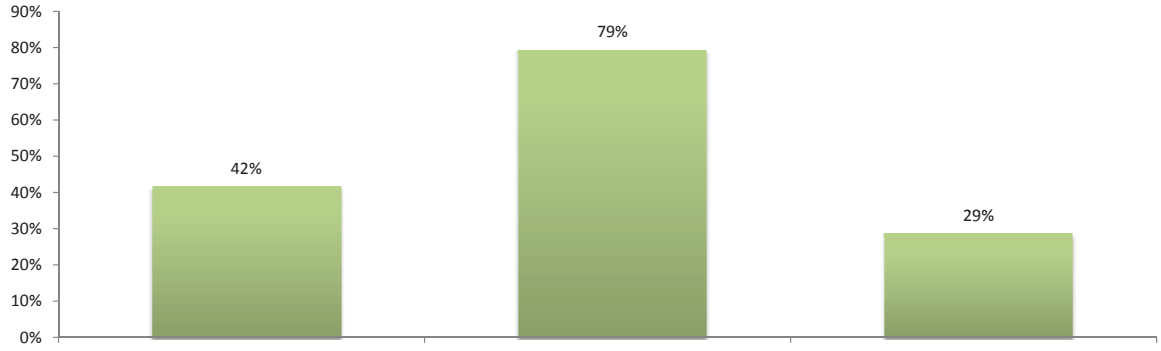
DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

O Eixo Economia Para Uma Vida Melhor volta-se ao crescimento econômico, ancorado no avanço do setor industrial, na promoção do turismo sustentável, na modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural, pelo fortalecimento da agricultura familiar. Sua estruturação efetiva-se pela participação das seguintes áreas temáticas: Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária; Aquicultura e Pesca; Recursos Hídricos; Infraestrutura e Logística; Turismo; Desenvolvimento Urbano e Integração Regional; Meio Ambiente; e Copa 2014.

Essas áreas temáticas têm sua política implementada a partir de ações realizadas por nove Secretarias de Estado e suas Vinculadas, por meio de 23 Programas Temáticos Setoriais e os Programas de Gestão e Manutenção, envolvendo recursos da ordem de R$ 2.099,9 milhões.

Eixo 2 - Economia Para Uma Vida Melhor
Percentual de Exceução Orçamentária por Fonte



(*) Dados parciais, sujeitos a alterações.
Fonte: SEPLAG/SIOF.

Eixo 2 - Economia Para Uma Vida Melhor

	TOTAL (R$ mil)		TESOURO (R$ mil)		OUTRAS FONTES (R$ mil)	
ÁREAS E PROGRAMAS TEMÁTICOS	PROGRAMADO	EMPENHADO	PROGRAMADO	EMPENHADO	PROGRAMADO	EMPENHADO
Infraestrutura e Logística	2,065,443.69	1,006,836.66	501,360.69	386,970.19	1,564,083.00	619,866.48
003 - Transporte e Logística do Estado do Ceará	1,963,862.69	947,980.25	454,256.91	341,015.96	1,509,605.78	606,964.28
004 - Matriz Energética do Estado do Ceará	31,699.35	8,567.33	8,767.35	8,567.33	22,932.00	0.00
005 - Infraestrutura Complementar das Regiões do Estado do Ceará	35,989.08	32,915.04	33,505.88	32,683.06	2,483.20	231.98
054 - Edificações e Obras Públicas do Estado do Ceará	33,892.56	17,374.05	4,830.54	4,703.84	29,062.02	12,670.21
Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária	640,397.24	280,121.88	223,233.61	143,898.28	417,163.63	136,223.60
028 - Desenvolvimento Agropecuário	277,761.27	143,026.32	126,410.18	99,566.34	151,351.08	43,459.99
029 - Enfrentamento à Pobreza Rural	337,438.72	129,566.64	88,873.31	39,579.42	248,565.40	89,987.22
067 - Desenvolvimento Territorial Rural	25,197.26	7,528.92	7,950.12	4,752.52	17,247.14	2,776.39
Aquicultura e Pesca	26,126.22	2,065.01	3,551.36	1,670.02	22,574.86	394.99
036 - Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	26,126.22	2,065.01	3,551.36	1,670.02	22,574.86	394.99
Recursos Hídricos	518,296.73	137,004.02	77,028.16	64,937.13	441,268.57	72,066.88
039 - Transferência Hídrica e Suprimento de Água	469,823.14	117,832.28	55,798.87	45,837.56	414,024.27	71,994.72
040 - Acumulação Hídrica						
041 - Gestão dos Recursos Hídricos	45,223.35	18,808.14	20,654.80	18,735.98	24,568.55	72.16
Turismo	3,250.23	363.60	574.48	363.60	2,675.75	0.00
075 - Construção e Desenvolvimento do	339,249.23	143,104.43	75,473.57	69,622.19	263,775.66	73,482.23
Destino Turístico "CEARÁ"	339,249.23	143,104.43	75,473.57	69,622.19	263,775.66	73,482.23
Desenvolvimento Urbano E Integração Regional	952,072.99	159,390.39	144,460.19	108,433.07	807,612.80	50,957.32
031 - Desenvolvimento Urbano	240,201.13	84,053.25	78,922.87	63,816.39	161,278.26	20,236.87
032 - Saneamento Ambiental	256,211.42	22,008.28	17,702.11	9,528.57	238,509.31	12,479.71
033 - Habitacional	327,665.14	38,767.00	40,607.33	30,050.14	287,057.82	8,716.87
034 - Desenvolvimento Regional	127,025.67	13,820.96	6,258.26	4,297.10	120,767.41	9,523.87
091 - Desenvolvimento Institucional das Cidades	969.63	740.88	969.63	740.88	0.00	0.00
Meio Ambiente	30,487.30	12,383.08	22,914.13	10,231.91	7,573.17	2,151.17
082 - Gestão da Qualidade dos Recursos	25,144.16	10,962.44	21,353.13	9,669.31	3,791.03	1,293.13
Naturais e Ambientais	334.00	259.81	334.00	259.81	0.00	0.00
084 - Educação Ambiental	5,009.14	1,160.83	1,227.00	302.79	3,782.14	858.04
090 - Desenvolvimento Sustentado dos Territórios	95,801.96	76,512.44	77,903.10	76,512.44	17,898.86	0.00
Desenvolvimento Econômico	95,801.96	76,512.44	77,903.10	76,512.44	17,898.86	0.00
078 - Indústria, Serviços, Mineração e Agronegócio	367,037.70	282,530.08	181,065.97	175,004.70	185,971.74	107,525.38
Copa 2014	215,104.36	212,026.27	112,468.24	109,390.15	102,636.12	102,636.12
089 - Promoção e Realização da Copa 2014	151,933.34	70,503.80	68,597.72	65,614.54	83,335.62	4,889.26
093 – Infraestrutura Esportiva e de Lazer	5,034,913.05	2,099,947.98	1,306,990.77	1,037,279.94	3,727,922.28	1,062,668.05

(*) Dados parciais, sujeitos a alterações.
Fonte: SEPLAG/SIOF.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Desenvolvimento
Econômico

As estratégias da atuação governamental no âmbito do desenvolvimento econômico têm como foco o desafio de conjugar o crescimento econômico com a melhoria da qualidade de vida da população cearense, atraindo investimentos com ênfase na geração de emprego e renda, em bases sustentáveis. A gestão de tais estratégias é realizada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE e suas entidades vinculadas, Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE, Empresa Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Pecém – ZPE Ceará e a Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODECE.

Nesse contexto, em 2013, o CEDE buscou dinamizar a política econômica em curso, por um lado, viabilizando e fortalecendo o envolvimento de todos os segmentos afetos à economia nos mais diversos setores e, por outro, disponibilizando instrumentos e meios mediante o incentivo à atração de investimentos, para implantação, ampliação, diversificação, recuperação e modernização de empreendimentos de médio e grande portes, além da disponibilização e melhoria da infraestrutura de apoio a esses investimentos. A política em implementação considera o aproveitamento dos potenciais econômicos do Estado, fortalecendo as atividades que possuem forte competitividade e, ao mesmo tempo, promovendo a interiorização de projetos e investimentos como vetor de distribuição espacial de renda e bem-estar social.

Verificando os indicadores de resultados estratégicos relacionados ao desenvolvimento econômico, depreende-se que, em 2013, o desempenho daqueles que derivam dos incentivos fiscais foi satisfatório, se comparado ao do ano anterior. Essa situação é constatada em relação ao número de empresas implantadas, empregos gerados e, em especial, ao volume de investimentos realizados, que se mostrou expressivamente acima do de 2012, em torno de 269%. No tocante às empresas atraídas, com seu número superando em 12% o registrado em 2012, envolvem investimentos privados da ordem de R$ 6,8 bilhões, com potencial de geração de 14.381 empregos diretos, sinalizando uma tendência favorável de retomada do desempenho nos níveis verificados em 2010 e 2011, que foram influenciados por intensiva demanda de empresas de energias alternativas.

Dos empreendimentos incentivados, em 2013, através do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, principal mecanismo de apoio à captação de investimentos privados para o Estado, merece destaque a implantação de dez empresas voltadas para a produção de energia alternativa, sendo cinco unidades da Empresa Eólica FAISA, no Município de Trairi, e cinco unidades da Empresa Novos Ventos, três das quais em Tianguá e outras duas em Ubajara, totalizando investimentos privados da ordem de R$ 1,22 bilhão, com oitenta postos de trabalho.

Como resultado desse mesmo mecanismo de incentivo, cumpre destacar dois projetos em fase de implantação, de grande relevância para o desenvolvimento econômico do Estado: a SILAT – Siderúrgica Latino-americana S/A e a Siderúrgica Aço Cearense S/A, totalizando investimento da ordem de R$ 2,5 bilhões, ambos no Município de Caucaia. Encontram-se também em fase de implantação mais três importantes empreendimentos: a VALE Pecém, na produção de minérios de ferro, em São Gonçalo do

Amarante, na área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP; a Endesa Brasil S/A, de geração de energia, no Município de Caucaia, e uma filial da Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda., em Horizonte, englobando investimentos da ordem de R$ 1,13 bilhão e 702 empregos diretos.

Quanto ao indicador de resultado, valor das exportações do agronegócio cearense, cabe referência ao seu desempenho no contexto, em nível nacional. A safra agrícola brasileira (cereais, leguminosas e oleaginosas), até outubro de 2013, em sua oitava estimativa da safra nacional, totalizou 187,3 milhões de toneladas, superior em 15,7% à safra obtida em 2012 (161,9 milhões de toneladas). A estimativa da área a ser colhida em 2013, de 52,7 milhões de hectares apresenta acréscimo de 8,0% em relação a 2012. O arroz, o milho e a soja destacam-se como os três principais produtos, representando 92,7% da produção total e 86,1% da área plantada.

Em relação à região Nordeste, a produção prevista de 12,2 milhões de toneladas responde por 6,5% da safra brasileira de grãos, conferindo um acréscimo de 2,7% sobre a safra de 2012, apesar da seca que continua a assolar a região. A safra cearense de grãos tem apenas 0,2% de participação na safra nacional.

O Estado do Ceará sofre com o segundo ano de seca e, em consequência, registra a segunda pior safra de cereais, leguminosas e oleaginosas dos últimos 18 anos (17º lugar), apresentando, em sua décima estimativa (outubro/2013), projeção de 256.930 toneladas, superior apenas à safra de 2012 (233.857 toneladas), em 9,87%. Basta citar a safra recorde de 2011, de 1,3 milhão de toneladas, para se avaliar o tamanho da queda de safra em 2012.

Por outro lado, é cada vez mais importante considerar a contribuição da agricultura irrigada no desempenho do setor agropecuário cearense. Segundo dados de 2011 (ADECE), a agricultura irrigada no Estado, com apenas 4,2% da área total, era responsável por 30,7% da produção agrícola estadual.

Quanto ao desempenho das exportações cearenses, a expectativa de alcançar US$ 1.291,70 milhão se revela favorável, se comparado ao resultado obtido no ano anterior, de US$ 1.267,00 milhão.

As exportações brasileiras mostram um leve declínio (-0,9%) no período de janeiro a outubro, com relação ao mesmo período do ano passado, apontando para valores próximos das exportações de 2012, confirmando-se as estimativas dos valores de novembro e dezembro de 2013.

De acordo com os dados de janeiro a outubro de 2013, em relação a igual período de 2012, todos os estados da região Nordeste tiveram suas exportações reduzidas, em média 15%, com exceção do Ceará, que, ainda modestamente, aumentou suas exportações em 2,9%. Mesmo não alcançando os patamares de 2011 (US$ 1,4 bilhão), as exportações cearenses podem aproximar-se de US$ 1,3 bilhão em 2013, tendo como principais responsáveis os combustíveis minerais e alguns setores que mostraram avanço no ano, como frutas, lagostas, máquinas e equipamentos e móveis. De outra forma, grande parte dos produtos está sofrendo redução - em maior grau, a castanha de caju, os têxteis, a cera de carnaúba, os produtos minerais, o LCC – Líquido da Castanha de Caju e o mel de abelhas; e, em menor escala, calçados, couros e peles, suco de frutas e confecções (Tabelas 1 , 2 e 3).

Exportações Totais: Comparativo do Ceará com o Nordeste e Brasil
(Valor em US$ milhão FOB)

Estados	2010 (Jan-Dez)	2011 (Jan-Dez)	2012 (Jan-Dez)	2012 (Jan-Out)	2013 (Jan-Out)	Variação % 2013/2012 (Jan-Out)
Bahia	8.886,0	11.016,3	11.267,8	9.455,3	8.532,5	-9,8
Maranhão	2.920,3	3.047,1	3.024,7	2.699,0	2.031,6	-24,7
Ceará	1.269,5	1.403,3	1.267,0	1.045,8	1.076,4	2,9
Pernambuco	1.112,5	1.199,0	1.320,0	1.121,2	657,0	-41,4
Alagoas	971,0	1.371,5	1.014,4	786,6	617,8	-21,5
Rio G. do Norte	284,7	281,2	261,2	202,2	189,9	-6,0
Paraíba	217,8	225,2	243,4	195,8	148,4	-24,2
Piauí	129,2	164,3	225,7	207,4	137,3	-33,8
Sergipe	76,6	122,4	149,1	124,0	68,6	-44,7
TOTAL NORDESTE	15.867,7	18.830,3	18.773,2	15.837,2	13.459,4	-15,0
Ceará/Nordeste	8,00%	7,45%	6,75%	6,60%	8,00%	
TOTAL BRASIL	201.915,3	256.039,6	242.579,8	202.357,8	200.471,5	-0,9
Ceará/Brasil	0,63%	0,55%	0,52%	0,52%	0,54%	
Nordeste/Brasil	7,86%	7,35%	7,74%	7,83%	6,71%	

Elaboração: ADECE
Fonte: MDIC/ALICE.

Exportações Totais Cearenses - Principais Produtos
(US$ milhão FOB)

Produtos (*)	2010 (Jan-Dez)	2011 (Jan-Dez)	2012 (Jan-Dez)	2012 (Jan-Out)	2013 Partic. 2012 (%)	2013 (Jan-Out)	2013 Partic. 2013 (%)	Variação 2013/12 (Jan-Out)(%)
1. Calçados	403,5	366,0	338,6	278,6	26,6	266,4	26,7	-4,4
2. Couros e peles	165,9	184,1	205,9	172,6	16,5	161,4	16,8	-6,5
3. Combustíveis minerais	2,4	83,4	18,8	18,8	1,8	132,8	12,3	608,1
4. Castanha de Caju	182,0	176,0	148,6	128,0	12,2	90,6	10,0	-29,2
5. Frutas (1)	99,2	102,5	108,3	74,6	7,1	78,2	6,9	4,8
6. Têxteis	70,7	86,9	72,7	63,7	6,1	50,5	4,7	-20,7
7. Cera de Carnaúba	43,6	58,2	66,8	58,2	5,6	43,7	4,1	-24,9
8. Sucos de Frutas	29,6	39,9	45,8	39,6	3,8	38,3	3,6	-3,2
9. Lagosta	60,2	50,1	29,0	24,0	2,3	32,0	3,0	33,0
10. Máq.,equip. elétricos	14,3	9,3	17,1	10,0	1,0	27,3	2,5	0,8
11. Produtos Minerais	30,2	46,5	44,4	39,3	3,8	20,1	1,9	-48,8
12. Máq., equip. mecânicos	11,6	12,5	11,3	7,8	0,7	10,0	0,9	29,1
13. Extrato Vegetal (LCC) (2)	8,7	13,8	10,8	8,0	0,8	5,5	0,5	-31,4
14. Mel de Abelhas	9,7	12,8	8,2	6,5	0,6	4,7	0,4	-27,5
15. Confecções	8,3	11,3	7,6	4,6	0,4	4,3	0,4	-7,6
16. Flores/Prod.Flori-cultura	3,3	5,0	4,3	4,2	0,4	3,6	0,3	-14,1
17. Móveis	1,8	1,8	2,0	1,6	0,2	1,7	0,2	5,4
Demais setores	124,6	143,1	126,7	105,7	10,1	105,1	9,8	-0,6
Ceará	1.269,5	1.403,3	1.267,0	1.045,8	100,0	1.076,4	100,0	2,9

(*) Produtos organizados do maior para o menor em 2013.
(1) Frutas frescas e elaboradas, constantes no Capítulo 8 (NCM), exceto castanhas, amêndoas, avelãs, nozes e frutas rijas;
(2) L.C.C. - Líquido da Castanha de Caju.
Fonte: CEDE

Desenvolvimento Econômico
Evolução de Indicadores 2010 - 2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013 (*)
Empresas atraídas	101	92	75	84
Empresas implantadas	46	41	31	32
Empregos provenientes de empresas implantadas	4.662	4.647	1.352	1.373
Volume de Investimento realizado (R$ mil	2.605.986,32	2.131.140,38	542.170,00	2.002.130,00
Valor de exportações do agronegócio (US$ FOB milhão)	603,50	648,30	631,0	555,00
Valor das exportações do Ceará (US$ FOB milhão)	1.269,50	1.403,30	1.267,00	1.291,70

(*) Dados projetados.
Fonte: CEDE/ADECE.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 078 - INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO

O programa objetiva o fortalecimento dos setores da indústria, serviços, mineração e agronegócio, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento econômico do Estado, com prioridade para as metas.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Implantar 105 empreendimentos de médio e grande porte	24	32	63
Implantar a Zona de Processamento de Exportação – ZPE do Pecém	01	01	01
Disponibilizar 341,0 hectares para implantação de empreendimentos industriais	-	11,2	163,0
Instalar cinco novas câmaras setoriais	01	02	06

Fonte: CEDE

Principais Ações Realizadas

- Alfandegamento da Zona de Processamento de Exportação - ZPE, autorizado pela Receita Federal do Brasil, de 572 hectares, dos 4.271 hectares previstos, com operações iniciadas para implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP, primeira indústria a se instalar na ZPE, com investimentos na ordem de US$ 8,1 bilhões, sendo US$ 5,1 bilhões destinados à implantação da primeira fase, com previsão de gerar 15 mil empregos diretos e 8 mil indiretos e produção anual de 3 milhões de toneladas de aço. Presentemente, a Companhia conta com 4 mil funcionários trabalhando na área da planta industrial;
- Missão de visita a parques tecnológicos do interior do Estado de São Paulo (Campinas, Sorocaba, São Carlos, Atibaia e São José

dos Campos), organizada pela Câmara Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará, com a participação de representantes de entidades públicas, privadas e da academia, com vistas a subsidiar as discussões para implantação de um Parque Tecnológico no Ceará;

- Participação em 28 feiras e eventos, com o objetivo de fortalecer os setores econômicos, atrair investidores e prospectar novos negócios, em áreas como gestão da inovação tecnológica, comércio, indústria, agricultura, pesca, turismo, energias renováveis, responsabilidade social, logística;

- Criação de duas Câmaras Setoriais: a Câmara Setorial Imobiliária, direcionada à Cadeia Produtiva da Indústria Imobiliária do Estado do Ceará, e a Câmara Setorial da Ovinocaprinocultura, integrando um total de 21 Câmaras Setoriais e uma Câmara Temática;

- Elaboração de Planejamento Estratégico da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Vestuário e proposta de ações e projetos voltados ao desenvolvimento do Setor do Vestuário Cearense; de diagnóstico, em parceria com a Câmara Setorial de Camarão e SEBRAE, para dimensionar o mercado de Tilápia do Ceará, com realização de pesquisa de mercado; de Plano de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Caju para os anos de 2013 a 2025, atendendo a demanda da Câmara Setorial do produto, constituindo-se como estudo base para a implantação de projetos estratégicos para o setor; de Agenda Estratégica do Leite, estabelecendo ações para o setor no período de 2012 a 2025, em atendimento à demanda da Câmara Setorial do Leite e Derivados e servindo de base para a elaboração do PROGRAMA LEITE CEARÁ, aprovado pelo Governo Estadual; de Projeto de Gestão e Inovação para o Desenvolvimento de Flores e Plantas Ornamentais do Estado do Ceará, numa parceria entre SEBRAE, ADECE e INSTITUTO AGROPOLOS, que visa à melhoria do setor nos 4 polos de produção do Ceará: Maciço de Baturité, Região Metropolitana, Cariri e Ibiapaba, com ações previstas para 2013, 2014 e 2015;

- Avaliação do Desempenho Agronômico das Culturas da Pereira, Macieira e Cacaueiro, para avaliar o desenvolvimento e a qualidade dos produtos obtidos a partir de espécies frutíferas de clima temperado e tropical, em diversas regiões do Estado. Projeto realizado em parceria com a EMBRAPA SEMIÁRIDO, produtores de frutas do Ceará e UNIVALE – UNIÃO, tendo sido iniciada a 2ª etapa do projeto que envolve a avaliação econômica das espécies plantadas;

- Continuidade do Projeto Teste e Seleção de Espécies Arbóreas para a Indústria Moveleira de Marco-CE, iniciativa inédita no Brasil, realizada pela Embrapa com a parceria do Governo do Estado no âmbito do Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú. Para tanto, foi Iniciada a 2ª etapa do projeto, relativa à análise econômica das quarenta espécies plantadas;

- Continuidade do Estudo que visa conter o avanço e a dominância da espécie exótica invasora Cryptostesiamadagascariensis ("boca-de-leão") sobre as matas de carnaúba do Estado do Ceará;

- Participação no Plano Nacional de Cultura Exportadora – PNCE, em parceria com o MDIC. Sob a coordenação do Ponto Focal do Ceará, foi elaborada a matriz com as ações planejadas para o Estado do Ceará em 2014;

- Participação no evento ENCOMEX FORTALEZA, realizado no Centro de Eventos do Ceará, com cerca de 1.100 participantes, patrocinado pelo MDIC e apoiado pelo Governo do Estado através da ADECE;

- Elaboração do Perfil da Produção de Frutas do Ceará 2013 – Produção Mundial de Frutas, Produção Brasileira de Frutas Frescas, Principais Indicadores da Agricultura do Ceará, Polos de Produção de Frutas Irrigadas e Caju do Ceará, Ranking Nacional de Frutas, Área, Produção, Rendimento Médio e Valor Bruto da Produção das frutas por município do Ceará, Exportações de Frutas do Ceará. Elaborado especialmente para o FRUTAL 2013 e publicado no site da ADECE;

- Elaboração de diversos estudos de mercado de frutas no Ceará, atendendo solicitações de empresários que querem investir no setor, com a procedência de produtos, o comportamento de preços e volumes no Mercado Atacadista, com base nas estatísticas geradas pela CEASA-CE;

- Implantação do Programa Leite Ceará, através de vários projetos e subprojetos, envolvendo as instituições que atuam no setor (governamentais e não-governamentais), com a proposta de atender a 6.800 produtores;

- Implantação de projeto de carcinicultura de pequenos produtores no Perímetro Irrigado de Jaguaruana, em parceria com o DNOCS e Prefeitura Municipal desse município, para o que foi elaborado projeto técnico financeiro e georreferenciamento de 21 lotes para fins de licenciamento em âmbitos federal e estadual;

- Apoio na criação de uma associação/centro de comercialização e elaboração da documentação para licenciamento ambiental junto a SEMACE, de 35 pequenos produtores em Jaguaruana-CE, tendo sido elaborado o georreferenciamento e iniciada a confecção das plantas;

- Atualização do Atlas Eólico do Ceará e do Fundo de Incentivo a Energia Solar – FIES, duas ferramentas importantes para desenvolver ainda mais o setor de energias renováveis no Estado;

- Realização de obras de infraestrutura básica (terraplenagem) para implantação da empresa AERIS – Energia S.A., gerando 340 empregos na primeira fase de implantação;

- Execução dos serviços de pavimentação, urbanização e pátio de acesso para empresa AJA Agroindustrial, gerando cinquenta empregos na fase inicial e 66 na fase de expansão; de infraestrutura básica para implantação de unidades comerciais na cidade do atacado, no Município de Caucaia; dos serviços de infraestrutura básica (drenagem), destinados a apoiar a implantação da Indústria Eternit, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, no Município de São Gonçalo do Amarante;

- Aquisição de um galpão de 3.488,00m² para um empreendimento industrial no município de Massapê; e de uma faixa de terreno medindo 6,16 ha, para implantação do Distrito Industrial, em Nova Jaguaribara;

- Cessão, em comodato, de um total de 22,19 ha, com galpões industriais ocupando 6,43 ha, beneficiando empreendimentos com 8.059 empregos diretos, em vinte municípios.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Desenvolvimento
Agrário, Agricultura
e Pecuária

A Política de Desenvolvimento Rural Sustentável, implementada em âmbito estadual pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA e suas vinculadas, tem por base a política do Governo Federal executada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, órgão responsável pelo tratamento das ações de reforma agrária e promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, por meio da agricultura familiar, e de identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Nessa perspectiva, a SDA e suas vinculadas executam a política agrícola do Estado, voltada à sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar, envolvendo as seguintes estratégias: direito e inclusão social; democratização do acesso à terra; apoio à produção, beneficiamento e comercialização, renovados com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PDRSS 2012 – 2015. As ações desenvolvidas em parceria com o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, governos municipais, sociedade civil e movimentos sociais, contribuíram significativamente para o alcance dos resultados estratégicos, assegurando ampla participação dos atores sociais, conforme preconiza o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PDRSS.

Para o desenvolvimento dessas ações, a SDA tem adotado, em consonância com o Governo Federal, a abordagem estratégica de Território Rural, compreendendo o território como um espaço dinâmico que contempla áreas rurais e urbanas, com uma diversidade de atores sociais, com um profundo sentimento de identidade sociocultural e capacidade de se organizarem em busca de um projeto de desenvolvimento sustentável.

Objetivando fortalecer a agricultura familiar de forma sustentável, com uma economia forte e propiciando uma melhor qualidade de vida aos agricultores familiares, a SDA, articulada com as deliberações dos colegiados territoriais, tem discutido e implementado programas como o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, que beneficiou 2.025 agricultores com a aquisição e distribuição da produção, apoiou a comercialização dos produtos da agricultura familiar, por meio das feiras de socioeconomia solidária nos Territórios, e a realização de eventos como a Feira Cearense da Agricultura Familiar – FECEAF, Agricultura Urbana e Periurbana - UAP, gerando renda e ocupação para 600 famílias da Região Metropolitana de Fortaleza, com foco na produção agroecológica/orgânica de alimentos, o que propiciou a criação de espaços de promoção, divulgação e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Por outro lado, as baixas precipitações pluviométricas ocorridas em 2013 causaram significativas reduções nas produções das principais culturas agrícolas do Estado, sobretudo do milho e feijão-caupi, além de efeitos negativos ao rebanho bovino, com a morte de inúmeros animais por falta de forragem, e a aquisição de grandes quantidades de milho de outras regiões, principalmente da região Centro-Oeste. Com referência à produção de grãos, observou-se uma redução de 80,7% se comparada à safra de 2011. Com o intuito de minimizar tal situação, em 2013, o Programa Hora de Plantar distribuiu 3.164 toneladas de sementes de milho, feijão, sorgo e mamona, além de 375.255 mudas de cajueiro-anão-precoce, 3.419 m³ de manivas de mandioca e 3,2 milhões de raquetes de palma forrageira, beneficiando

um total de 108.009 agricultores familiares.

De forma mais ampla, para minimizar os efeitos negativos da seca, a SDA coordena o Comitê Integrado da Seca, do qual participam instituições como APRECE, CEDEC, COGERH, NUTEC, ABIN, AL, FAEC, SRH, EB, CONAB, FUNCEME, FETRAECE, FUNASA, MADA, SESA, CAGECE, SSPDS, CPRM, BNB, EMATERCE, SOHIDRA, STDS, ADECE e CBMCE, tendo suas principais ações voltadas para a segurança hídrica, a segurança alimentar e a transferência de renda, que, no período de 2012-2013, envolveram recursos aproximados de R$ 1,2 bilhão, R$ 123 milhões e R$ 4 bilhões, respectivamente.

No âmbito do Programa Garantia Safra, que assegura renda mínima ao agricultor familiar, foram beneficiados 303.887 agricultores, com a quantia de R$ 760,00, como forma de antecipar a ajuda aos agricultores participantes desse programa. No total, foram destinados aos municípios recursos da ordem de R$ 230,9 milhões, o que contribuiu para evitar tensões sociais no meio rural, como invasões a armazéns e saques a carros carregados com gêneros alimentícios, eventos frequentes em outras épocas de seca.

Merecem destaque também as parcerias com o Governo Federal, através do Programa Água para Todos, que tem como objetivo a implantação de cisternas e sistemas simplificados de abastecimento d'água, e do Programa 2ª Água Construção de Quintais Produtivos, com a construção de cisternas de enxurradas e barragens subterrâneas, com foco nas famílias que vivem no Semiárido cearense e têm dificuldades de acesso a água para produção de alimentos para autoconsumo. Em relação a esse último programa, ressalta-se que, em 2013, foram implantados 1.767 quintais produtivos.

No segmento da pecuária, a assistência técnica aos produtores de leite bovino e caprino foi direcionada para as práticas de reserva alimentar, melhoramento genético e boas práticas de ordenha, sem interromper o acompanhamento e a implantação de tanques de resfriamento de leite, instrumentos fundamentais para a comercialização dos produtos do Leite Fome Zero. Como resultado dessas ações, foram beneficiadas 2.351 famílias do segmento da bovinocultura e da caprinocultura de leite; adquiridos e distribuídos 10,60 milhões de litros de leite bovino e 287,5 mil litros de leite caprino para famílias em estado de insegurança alimentar e nutricional, em 178 municípios do Estado.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - PDRS/Projeto São José III (1ª fase – 2012/2016) conta com o investimento de 150 milhões de dólares, sendo US$ 100 milhões financiados pelo BIRD e US$ 50 milhões de contrapartida nacional. Esse Projeto tem como foco a melhoria da sustentabilidade da produção rural, com geração de emprego e renda e, ainda, contribuindo para a universalização da água nos treze territórios do Estado do Ceará. O Projeto visa atender, em todo o Estado, 28,3 mil famílias com a implantação de 585 projetos, sendo 445 projetos produtivos atendendo a 18,3 mil famílias, 140 de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, beneficiando 10 mil famílias de comunidades de agricultores familiares rurais, representados por suas organizações, como associações comunitárias, associações de produtores, cooperativas, condomínios e outros tipos de organizações legalmente constituídas.

Ainda, objetivando reduzir a pobreza e elevar o padrão de vida de agricultores familiares residentes em 31 municípios cearenses, por meio do desenvolvimento do capital social e humano, da produção sustentável para aumento da renda

de fontes agrícolas e não-agrícolas, com foco nos jovens e mulheres, o Governo do Estado do Ceará, por meio da SDA, celebrou, com o Governo Federal, um Acordo de Empréstimo com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, organismo vinculado às Nações Unidas.

Em relação ao apoio para o etnodesenvolvimento de comunidades tradicionais (indígenas, pescadores artesanais e quilombolas), ressalta-se o incentivo concedido às comunidades quilombolas e ao seu protagonismo por meio da construção do capital social e acesso às políticas públicas, visando à implantação do Projeto Zumbi, cuja finalidade é o desenvolvimento de projetos produtivos aproveitando as potencialidades dessas comunidades.

O contínuo crescimento do percentual de animais vacinados demonstra o interesse dos produtores e a efetividade do trabalho de campo dos fiscais e agentes rurais no combate e erradicação da Febre Aftosa no Ceará.

O Estado do Ceará foi elevado do Status Sanitário de Febre Aftosa de Médio Risco para Livre com Vacinação, bem como manteve o de Área Livre de Sigatoka Negra, tornando-se Área Livre de Moko da Bananeira em 6.700 hectares de bananas monitorados, mantendo o status de Área Livre de Anastrepha Grandis, com o monitoramento de 5.676 km², e foi credenciado, pelo governo do Chile, para exportar melão e melancia produzidos nessa Área Livre.

No que se refere às atividades de abastecimento alimentar do Estado do Ceará, desenvolvidas por intermédio da Central de Abastecimento do Ceará - CEASA/CE, podem ser citadas as ações de fortalecimento da comercialização da horticultura do Ceará, que, apesar da seca, participou com 50,5% do volume comercializado, registrando um aumento de 3,1% em relação ao ano de 2012, injetando na economia recursos na ordem de R$ 897,41 milhões, representando um aumento de 13% em relação a 2012.

As ações realizadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATERCE são alicerçadas no planejamento estratégico, construído de forma participativa com os agricultores/as familiares e demais atores do setor primário da economia do Estado, tendo como principal objetivo o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, de forma a melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

Em 2013, foi prestada assistência técnica e extensão rural a 240.635 agricultores(as) familiares, representando 70,46% do total de agricultores(as) familiares do Ceará, sendo 106.622 atendidos de forma intensiva em suas diversas cadeias produtivas, nas linhas de ações estruturantes e integradoras, e 134.013 agricultores(as) familiares atendidos em alguma política pública para o meio rural, fortalecendo a agricultura familiar de forma sustentável.

Mesmo diante de um quadro de elevadas perdas na agricultura de sequeiro, decorrentes de mais um período de seca, pode-se considerar que as ações de ATER obtiveram resultados eficazes na minimização dos efeitos da estiagem, possibilitando a segurança alimentar e nutricional dos agricultores(as) familiares. Dentre tais ações, ressalta-se a implementação de projetos produtivos, de pequenas irrigações de frutas e hortaliças, apicultura e criação de aves caipiras; assistência na produção de forragem,

produção arbórea com raleamento de caatinga, manejo agroflorestal e na formação de reservas estratégicas, com destaque para a silagem, com 504.994 t e produção de 206.996 t de palma forrageira; cadastramento de agricultores afetados pela estiagem para compra subsidiada de milho no âmbito do Programa do Milho Ração, 32.694 dos quais adquiriram 29.935 toneladas em 176 municípios, e do Programa de Venda de Milho em Balcão, na Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com 5.887 agricultores cadastrados e com acesso a 143.522 sacas de 60 kg de milho para suplementação alimentar dos rebanhos; orientação a 6.537 a agricultores(as) familiares para acesso ao crédito emergencial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com R$ 69,9 milhões em recursos utilizados para investimento e custeio em atividades produtivas e de convivência com a estiagem; além de ações de assistência técnica e de inclusão produtiva de famílias em situação de extrema pobreza, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria - PBSM.

Em relação à regularização fundiária executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em parceria com o MDA, foi realizado o cadastro georreferenciado de 16.679 imóveis rurais, com a titulação das posses levantadas, disponibilização de plantas e memoriais descritivos aos proprietários de terras.

As ações desenvolvidas pela SDA no âmbito da política de desenvolvimento rural convergem para o alcance de resultados que são expressos pelos indicadores apresentados no quadro seguinte.

Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária
Evolução de Indicadores 2010-2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Agricultor participante do Programa Garantia Safra	290.105	272.581	239.982	303.887
Hectares implantados com oleaginosas – Programa Biodiesel	30.159	55.824	28.579	10.727
Famílias beneficiadas com regularização fundiária	64.716	57.889	26.113	16.679
Pessoas beneficiadas, diariamente, com a distribuição de leite	56.068	72.450	80.239	61.589
Produtores assistidos com assistência técnica e extensão rural	136.283	179.891	191.246	240.635
Percentual de animais vacinados contra a febre aftosa	87,51	92,20	93,14	94,03

Fonte: SDA.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 028 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

O Programa objetiva incentivar as atividades de base familiar e apoiar as cadeias produtivas na utilização de técnicas de proteção ambiental e agroecológicas, através de capacitações ao pequeno produtor, assistência técnica, implantação de estruturas produtivas, realização de eventos promocionais do setor agropecuário, implantação de projetos produtivos e de infraestrutura para aumentar a produção por competitividade, gerando emprego e renda

na zona rural, contribuindo assim para o desenvolvimento agropecuário do Estado, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Beneficiar 130.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas.	130.000	108.009	125.810
Apoiar a Implantação de 130.881 ha de oleaginosas	14.794	10.727	39.306
Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia Safra	300.000	303.887	303.887
Comercializar 2.456.000 t de produtos hortigranjeiros	614.000	584.115	1.150.667
Vacinar 90% dos rebanhos bovinos e bubalinos contra Febre Aftosa	2.784.350	2.458.494	2.538.353
Fiscalizar 384.000 trânsitos de animais e vegetais	96.000	61.616	233.105
Atender a 239.057 agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas	239.057	240.635	240.635
Atender a 34.560 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica para a produção irrigada	24.192	30.082	30.082
Capacitar 55.364 agricultores(as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos	38.755	15.562	38.755
Implantar 7.200 quintais produtivos, mantidos por cisternas de enxurradas e barragens subterrâneas	6.286	1.767	2.676

Fonte: SDA.

Principais Ações Realizadas

- Distribuição de 3.091,3 t de sementes e mudas selecionadas para a produção de grãos, 3,2 milhões de raquetes de palma forrageira, 3.419 m³ de manivas de mandioca e 375.255 mudas de cajueiro, beneficiando 108.009 agricultores familiares;
- Realização de ações de incentivo no âmbito do Programa Biodiesel, para implantação de 10.727 ha de oleaginosas, envolvendo 4.200 produtores e operacionalização de vinte biofábricas de produção de composto orgânico, beneficiando 1.167 famílias;
- Recuperação de 3.977 ha de cajueiros improdutivos através da substituição de copas, beneficiando 371 produtores;
- Classificação de 1.106.920 t de produtos de origem vegetal padronizados;
- Implantação e modernização de dezesseis agroindústrias de mandioca, beneficiando 506 famílias;
- Distribuição de 319 kits de medidores horo-sazonais em 58 municípios;
- Implantação de 53 projetos integrados Mandallas em trinta municípios, beneficiando 159 famílias;

- Capacitação de 1.374 famílias e 126 técnicos nas cadeias produtivas do caju, mandioca e mamona (biodiesel), nos projetos Mandalla e na classificação de produtos vegetais;
- Implantação de 74 quintais produtivos, onze viveiros de produção de mudas; construção de dezesseis barragens subterrâneas, correção de solo em 178 ha, escarificação de solo em 272 ha, captação in situ em trinta ha; implantação de dois hectares de cordão de pedra e de um sistema agroflorestal através do projeto de práticas agrícolas de convivência com o Semiárido, beneficiando 1.503 famílias, envolvendo recursos de R$ 1,2 milhão;
- Implantação de 224 quintais produtivos, beneficiando 672 famílias nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF;
- Implantação e acompanhamento de 390 hectares de pastagem irrigada no Perímetro Irrigado do Mandacaru, Castanhão, beneficiando 130 famílias;
- Implantação do Projeto de Crédito Fundiário do Perímetro Alagamar, no Castanhão, beneficiando 82 famílias, financiado pelo Banco do Nordeste e complementado com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP;
- Acompanhamento a 124 ha de fruticultura no perímetro Curupati, 1ª etapa, no Castanhão, beneficiando 69 famílias;
- Recuperação e implantação do Perímetro Irrigado do Xiquexique, com instalação de pivôs centrais, no total de noventa hectares, no Município de Alto Santo, beneficiando 26 famílias;
- Acompanhamento e monitoramento de 221 tanques de resfriamento de leite bovino e dez de leite caprino, implantados no Estado do Ceará;
- Realização de três capacitações em inseminação artificial, visando à melhoria genética do rebanho bovino de sessenta produtores familiares e oito capacitações em técnicas de produção higiênica do leite, manejo de ordenha, reserva alimentar, contemplando 160 produtores de leite bovino;
- Realização de três missões técnicas com agricultores familiares, voltadas para os produtores da bovinocultura, ovinocaprinocultura, apicultura e meliponicultura;
- Acompanhamento e monitoramento de quarenta unidades de extração de mel;
- Realização de treze exposições agropecuárias, com a participação de 586 expositores, e exposição de 10.189 animais;
- Realização de três cursos de manejo apícola para oitenta apicultores das regiões de Amontada, Potengi e Caucaia;
- Realização de dois fóruns da Cadeia Apícola nos municípios de Meruoca e Tauá;
- Realização de quatro capacitações para produtores e técnicos da ovinocaprinocultura, envolvendo oitenta produtores da agricultura familiar; de vinte treinamentos com a participação de 140 técnicos de prefeituras e secretarias de agricultura, para elaboração do processo de registro de marcas; de dez eventos de capacitação para parceiros do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF e técnicos da Unidade Técnica Estadual – UTE, com 429 participantes; da VI Feira Cearense da Agricultura Familiar –

FECEAF, com a participação de 280 agentes produtivos; de 69 eventos de capacitação voltados para 4.839 agricultores, em treze territórios do Estado do Ceará;

- Concessão de benefícios a 303.887 famílias de agricultores familiares por meio do Programa Garantia Safra, em 181 municípios;
- Apoio à contratação de crédito emergencial para 1.200 projetos de agricultores familiares, através do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF, no valor de R$ 4,84 milhões, além da assinatura de 62 convênios no valor de R$ 1,98 milhão para implantação de 846 quintais produtivos;
- Concessão de financiamento para atividades produtivas para trinta famílias de agricultores familiares beneficiários do Crédito Fundiário, com recursos do PRONAF A;
- Implantação de 1.767 quintais produtivos, mantidos por cisternas de enxurradas, beneficiando 8.835 agricultores familiares;
- Implantação dos serviços de Assistência Técnica em 36 municípios, atendendo 1.882 famílias assentadas;
- Comercialização de 584,1 mil t de hortigranjeiros, através da CEASA;
- Realização de ações que permitiram ao Estado, em 2013, um recorde no índice de vacinação dos bovinos e bubalinos de 94,03%, com um total de 2.458.494 cabeças;
- Reconhecimento do Estado com o título Livre de Febre Aftosa com Vacinação, pelo resultado negativo da análise de soro epidemiológico em 14.258 coletas de sangue, examinadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA;
- Fiscalização de 61.616 trânsitos de animais e vegetais, a fim de verificar a qualidade e legalidade dos produtos zoofitossanitários;
- Fiscalização em 188 eventos agropecuários: feiras, exposições, vaquejadas, missa de vaqueiro, cavalgadas etc., número este superior em 25% em relação ao ano de 2012;
- Emissão de 129.102 Guias de Trânsito Animal; de 21.602 Certificados Fitossanitários de Origem - CFOs; e de 8.917 Permissões de Trânsito de Vegetais - PTVs para a cultura da banana;
- Fiscalização de 853 ha de mamão e monitoramento de 6.700 ha de banana, livres de Sigatoka Negra e do uso legal de agrotóxicos, com emissão de 209 Termos de Fiscalização e trinta Autos de Interdição em todo o Estado;
- Assistência técnica (ATER) para a agricultura de sequeiro irrigada dirigida a agricultores(as) familiares em diversas culturas: 70.941 t de culturas agroindustriais (oleaginosas, mandioca e sisal), para 15.225 beneficiados; 23.161 t de grãos (arroz, milho, feijão e sorgo), para 136.231 favorecidos; 9.559 t de frutas (banana e caju-anão e comum, abacaxi, acerola e maracujá orgânicos e coco, para 8.852 agricultores(as) familiares; e distribuição de 121.285 mudas de caju-anão-precoce para 594 beneficiados;
- Assistência técnica (ATER) para 128 agricultores(as) familiares em atividades extrativas, na comercialização de 22.900 centos de pequi, 97.800 kg de coco babaçu e 42.650 kg de pó de carnaúba;
- Assistência técnica (ATER) dirigida a 30.082 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica existente para produção irrigada;

- Assistência técnica (ATER) para agricultura irrigada, beneficiando agricultores(as) familiares na implantação de culturas diversas, com destaque para a produção de 95.645 flores/folhagens e plantas ornamentais para 49 beneficiados; 38.612,4 t de frutas para 1.300 beneficiados; 1.245,0 t de olerícolas orgânicas para 160 agricultores(as) de base familiar; 18.353,8 t de culturas olerícolas diversas para 1.969 agricultores(as) familiares; 1.316,2 t de cana de açúcar para 37 beneficiados; 4.193,4 t de grãos para 828 agricultores(as) de base familiar e 11.668 agricultores(as) beneficiados com 26.215 ha irrigados com forrageiras;

- Assistência técnica (ATER) para atividades não-agrícolas, dirigida a 917 agricultores(as) familiares na produção de artesanato, com 1.132.524 peças produzidas em couro e peles, fibras vegetais, argila e areia, madeira e têxteis, e a 154 agricultores(as) familiares em turismo rural;

- Assistência técnica (ATER) voltada para a pecuária, com produção de 110,23 milhões de litros de leite, sendo 12.071 agricultores(as) familiares beneficiados com higienização e resfriamento do leite; 2.194 apicultores(as) familiares com produção de 388,3 t de mel de abelha; 14.994 ovinocaprinocultores(as) familiares com apoio à comercialização de 62.393 animais; 15.033 criadores(as) familiares de aves caipiras com apoio à comercialização de 262.969 aves e 10,7 milhões de ovos caipiras; 946 piscicultores(as) familiares para criação de peixes em 40,3 ha de espelho d'água, treze açudes povoados com 205.126 alevinos e produção anual de 1.777,19 t de pescado; 14.628 agricultores(as) familiares beneficiando uma área de 986 ha com raleamento de caatinga, 998 ha de palma forrageira e 26.215 ha de pastagens cultivadas e capineiras com produção de 206.995 t; 1.319 agricultores(as) familiares com prática de armazenamento de forragem, com produção de 506.335 t de silagem e feno;

- Assistência técnica (ATER) para crédito rural envolvendo recursos da ordem de R$ 44,3 milhões destinados a projetos de investimento/custeio para agricultores(as) familiares, com 48.213 operações de crédito extensivas às atividades agrícola e pecuária;

- Assistência técnica (ATER) a 6.537 agricultores(as) familiares na implementação da Linha Especial de Crédito para agricultores familiares afetados pela seca, com recursos de R$ 69,9 milhões destinados a investimento e custeio em atividades produtivas e de convivência com a estiagem;

- Assistência técnica (ATER) para crédito fundiário em apoio a 1.350 famílias de assentados em 142 imóveis, com a contratação de dezenove Subprojetos de Investimento Comunitário - SIC, atendendo 80 agricultores(as) familiares, e elaboração de sete Subprojetos de Aquisição de Terra - PICS, atendendo nove agricultores(as) familiares com recursos financiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário;

- Assistência técnica (ATER) a 7.672 agricultores(as) familiares em práticas de convivência com o Semiárido, resultando em 51 barragens subterrâneas, doze microbacias revitalizadas e 9.809 ha de áreas beneficiadas com terraços de retenção, cordões de pedra, com captação in situ, escarificação, plantio direto, recomposição da mata ciliar, correção e adubação verde e orgânica;

- Assistência técnica (ATER) para gestão socioambiental a agricultores(as) familiares, através do Programa de Gestão Socioambiental, assim distribuídos:
  - Em práticas para transição agroecológica foram atendidos 1.774 agricultores(as) em 543 quintais produtivos; 601 ha de área implantada com sistema agroflorestal; 170 mandalas instaladas; 548,5 ha beneficiados com utilização de inseticidas naturais; 52 ha assistidos com sistema agroflorestal; 190.447 kg de compostagem; e produção, utilização e comercialização de 5.142 kg de plantas medicinais, aromáticas e condimentares;
  - Em práticas de adequação ambiental (energia eólica e solar, medidor horosazonal, irrigação sustentável dos aluviões, recomposição da mata ciliar, reflorestamento, viveiros de produção de mudas, controle de queimadas), foram atendidos 12.315 agricultores(as) com ações para minimizar as agressões ao meio ambiente em 15.257 ha de área assistida e/ou recomposta, com orientação no uso de 419 medidores horosazonais, beneficiando 405 pequenas propriedades e produção de 352.123 mudas em três viveiros;
  - Em ações de gestão da habitabilidade, foram assistidos 19.705 agricultores(as) familiares, beneficiando 2.387 famílias com 166 sistemas de abastecimento d'água, construção/melhoramento de 774 moradias, construção, manutenção e limpeza de 11.445 cisternas de placa, 4.365 coletas seletivas e proteção de 2.416 fontes de água;
  - Em práticas de segurança alimentar e nutricional, foram orientados 35.830 agricultores(as) familiares sobre o consumo de alimentos em quantidade e qualidade, armazenamento adequado para o consumo familiar e fortalecimento da diversidade de produtos na alimentação;
- Assistência técnica (ATER) para agroindústria familiar a 2.330 agricultores(as) familiares, em 299 agroindústrias instaladas, sendo 36 para beneficiamento de frutos tropicais e mel de abelhas, com uma produção anual de 4.099,6 t de produto beneficiado e 263 agroindústrias de processamento de caju, doce de cana, frutos tropicais, leite, mandioca e peixe, produzindo 2.607,6 kg de produção processada;
- Assistência técnica (ATER) a 2.580 agricultores(as) familiares, sendo 1.080 na comercialização de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e 1.500 no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, beneficiando 379 entidades socioassistenciais, com uma produção comercializada de 960,2 t de alimentos para o PNAE (Merenda Escolar) e 2.105,2 t para o PAA, totalizando 3.065,4 t de alimentos comercializados da agricultura familiar;
- Assistência técnica (ATER) para capacitação de 15.562 agricultores(as) familiares e 1.520 técnicos (com repetição), em 1.082 eventos, incluindo cursos, encontros, excursões/missões, intercâmbios, seminários, oficinas, feiras e dias de campo.

PROGRAMA 029 - ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

O Programa viabiliza o acesso a terra, moradia e estrutura básica produtiva, especialmente hídrica, buscando a permanência das famílias no campo, através da aquisição de produtos dos agricultores (as) familiares cearenses e melhorando a qualidade de vida nas comunidades rurais, incentivando o desenvolvimento do meio rural e contribuindo no combate á fome e à pobreza.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição de leite	100.000	61.589	141.828
Beneficiar 8.268 agricultores(as) familiares com aquisição de sua produção	1.837	2.025	3.534
Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos	23.940	124.704	374.489
Implantar 320 Casas Digitais	80	20	90
Beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário – PNCF	662	220	518
Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais	20.360	31.302	49.073
Implantar 1.543 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais	12	34	85
Construir 12.000 kits sanitários	380	64	151
Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar (Plano Brasil Sem Miséria)	16.400	16.200	16.200
Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária	127.484	106.622	111.549

Fonte: SDA.

Principais Ações Realizadas

- Distribuição diária de leite para 61.589 beneficiados, incluindo crianças de dois a sete anos, gestantes, idosos de sessenta ou mais anos, nutrizes até seis meses, em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- Realização de várias ações no âmbito do Programa Leite Fome Zero: acompanhamento e monitoramento em visitas a 180 pontos de distribuição de leite; realização de seis Fóruns, para 300 participantes, e do Seminário Estadual do Programa, para 100 participantes; e capacitação para oitenta gestores municipais;
- Implantação do Programa de Aquisição de Alimentos em 76 municípios dos Territórios da Cidadania, adquirindo a produção de 2.025 agricultores e beneficiando, com a doação de alimentos, 790 entidades que desenvolvem ações com 124.704 pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional;
- Implantação de vinte Casas Digitais nos Territórios Sertão Central, Cariri, Litoral Leste e Oeste, Sobral e Inhamuns/Crateús, beneficiando 5.200 moradores rurais; e de 240 bibliotecas rurais nos treze Territórios (cidadania e rurais), beneficiando 38.400 pessoas;
- Capacitação de 2.800 agentes comunitários

em informática básica e gestão compartilhada (orientação para sustentabilidade do projeto) e resgate sociocultural; e de 240 agentes de leitura;

- Apoio a 220 famílias de agricultores de onze municípios com aquisição de 4.983 ha de terra, proporcionando ingresso financeiro de R$ 10,2 milhões no Estado, dos quais R$ 6,7 milhões não-reembolsáveis, destinados a investimentos comunitários nos imóveis adquiridos pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF;
- Construção de 82 habitações rurais em nove imóveis adquiridos pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, situados em nove municípios, com recursos da ordem de R$ 1,64 milhão, sendo R$ 1,092 milhão de recursos do FECOP, R$ 384 mil do PNCF e R$ 164 mil dos beneficiários;
- Implantação de 31.302 cisternas, sendo 17.269 de polietileno, beneficiando o total de 156.500 pessoas;
- Implantação de onze sistemas de abastecimento de água em assentamentos rurais beneficiando 921 famílias e 23 sistemas de abastecimento de água simplificado e esgotamento sanitário, beneficiando 1.928 famílias em 23 comunidades de dezesseis municípios em onze territórios do Estado do Ceará, envolvendo os recursos de R$ 3,92 milhões;
- Construção de 64 kits sanitários em localidades com precárias condições sanitárias;
- Implantação de nove projetos de apoio à produção e comercialização em sete municípios, com a finalidade de aproveitar as potencialidades das comunidades quilombolas;
- Construção de vinte habitações rurais e reforma de 63 em assentamentos estaduais pelo Projeto Concessão de Crédito, em parceria com o INCRA;
- Assistência técnica (ATER) a 3.200 famílias em situação de extrema pobreza, através do Plano Brasil Sem Miséria - PBSM, nos Territórios da Cidadania do Cariri e Inhamuns/Crateús, possibilitando a inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar. A aquisição de insumos, equipamentos e remuneração da mão-de-obra ampliaram as atividades produtivas, promovendo geração de renda e ampliação do acesso aos mercados;
- Assistência técnica e extensão rural (ATER) a 13.000 famílias de agricultores(as) familiares em situação de extrema pobreza, selecionadas em 147 municípios, com recursos oriundos do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado do Ceará/MDS/MDA, através do Plano Brasil Sem Miséria – ACT;
- Assistência técnica (ATER) e extensão rural a 106.622 agricultores(as) familiares na produção agroecológica e solidária de alimentos, com ênfase nas práticas de convivência com o semiárido e gestão socioambiental, visando à produção de alimentos saudáveis, proteção ao meio ambiente e sustentabilidade da produção agropecuária, garantindo a segurança alimentar das famílias e redução dos níveis de pobreza;
- Assistência técnica (ATER) a 7.109 agricultores(as) familiares, sendo 6.968 beneficiados com 421 projetos de crédito São José, assim distribuídos: 391 utilizados para mecanização agrícola, 23 para agroindústria e 07 produtivos; e 141 agricultores(as)

familiares contemplados com 117 projetos de crédito do FEDAF para apoio à agricultura familiar.

PROGRAMA 067 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

O Programa tem por objetivo apoiar as instâncias de planejamento e gestão dos colegiados, a mobilização de movimentos sociais e do Poder Público no âmbito dos territórios rurais e implantar projetos de infraestrutura social e produtiva para a agricultura familiar, visando ao desenvolvimento dos treze territórios rurais do Estado do Ceará.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Realizado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Realizar 104 eventos de capacitação para apoiar os colegiados territoriais na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e solidário	26	27	54
Implantar 104 projetos de infraestrutura nos territórios rurais.	26	170	178
Cadastrar, georreferenciar e regularizar 57.060 imóveis rurais	12.800	16.679	42.792
Titular 51.809 posses de imóveis rurais	20.683	8.022	34.135
Vistoriar e avaliar 652 imóveis rurais	179	85	143

Fonte: SDA.

Principais Ações Realizadas

- Realização de 27 eventos de capacitação para apoiar os colegiados territoriais; de treze conferências territoriais de desenvolvimento rural sustentável; de treze plenárias territoriais, sendo sete para discussão das ações orçamentárias de apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais – PROINF, e seis para a apresentação da matriz de atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário para os territórios da cidadania; e de uma conferência estadual de desenvolvimento rural sustentável, com a participação de 1.855 atores sociais;
- Distribuição de 156 kits de beneficiamento de castanha, no território Litoral Leste e Maciço de Baturité; de seis tratores com 60 implementos, para fortalecimento da cadeia produtiva da mandiocultura do território Litoral Extremo-Oeste; e de dois conjuntos de máquinas para beneficiamento do caju e produção de cajuína para o território Maciço de Baturité;
- Elaboração de 16.679 cadastros georreferenciados de imóveis rurais de uso multifinalitário, em 44 municípios;
- Regularização fundiária de 8.022 imóveis rurais, por meio da concessão do título de propriedade, em 44 municípios do Estado;
- Realização de 85 vistorias, avaliações e georrefereciamento de imóveis rurais, beneficiando 770 famílias em 44 municípios do Estado.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Aquicultura e Pesca

A Secretaria da Pesca e Aquicultura - SPA implementa a política de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará em sinergia com a política nacional executada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, que tem como missão desenvolver e fomentar a produção pesqueira e aquícola buscando a sustentabilidade ambiental e a melhoria da renda dos produtores, bem como elevar a qualidade do produto ofertado à população.

Segundo dados oficiais do Ministério da Pesca e Aquicultura, a produção total de pescado (peixes, camarões, lagostas e outros) do Estado do Ceará, tanto da pesca extrativista quanto da aqüicultura, deve ultrapassar as 108.328 toneladas no ano de 2013, representando um crescimento de 17,49% em relação à produção do ano de 2010. Boa parte desse crescimento se deve ao Programa de Governo da Secretaria da Pesca e Aquicultura, que tem realizado ações para expandir e modernizar a infraestrutura de apoio a essas atividades, visando ao aumento da produção e comercialização. Para tanto, foram investidos recursos que garantiram ações de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, atendendo a 859 pescadores e 120 aquicultores familiares, como ainda a implantação e acompanhamento de projetos de piscicultura familiar.

Atualmente, o Estado do Ceará destaca-se como o maior produtor da aquicultura marinha no Brasil, com produção anual de 29.095 toneladas provenientes da carcinicultura, e o 5º (quinto) estado na produção da aquicultura continental, com produção anual de 36.066 toneladas provenientes da tilapicultura, de acordo com o MPA. Além disso, o Ceará é o maior exportador de lagosta do Brasil, gerando divisas de mais de 30 milhões de dólares em 2013.

No que se refere à qualidade do produto ofertado à população, a SPA intensificou a fiscalização e a inspeção de pescados e seus derivados, passando a controlar e a rastrear a produção nas indústrias e a comercialização dos produtos por meio da implantação do Selo do Serviço de Inspeção Estadual - SIE do pescado e seus derivados. Referidas ações permitiram a criação do Certificado de Rastreamento para Transporte Intermunicipal - CRTI do pescado, a realização permanente de visitas técnicas para acompanhar e orientar os estabelecimentos de pescado, as apreensões de pescado ilegal e o cadastramento de embarcações e veículos que transportam pescados no Estado do Ceará procedentes de outros Estados.

Neste ano de 2013, alcançaram-se resultados significativos, ressaltando-se o repovoamento realizado em 56 açudes estaduais com a distribuição de 1.309.000 alevinos. Essa ação fortalece a oferta de alimentos com proteína de origem animal de boa qualidade, contribuindo para a melhoria do padrão nutricional do homem do campo e minimizando os efeitos causados aos estoques pesqueiros pelas irregularidades climáticas, como também incentiva o desenvolvimento da piscicultura extensiva em reservatórios. São utilizadas espécies adaptadas às nossas condições ambientais, como: Tilápia do Nilo, Carpa Comum, Curimatã, Tambaqui e Pescada do Piauí. Em 2013, os números alcançados pelo repovoamento foram inferiores ao do ano anterior devido às condições climáticas decorrentes da seca.

Visando ao incremento do consumo per capita de pescado, a SPA, em parceria com o Ministério da

Pesca, adotou estratégias como: levar o pescado aos bairros a preços mais acessíveis por meio do "Caminhão do Peixe" e veiculação de campanhas de marketing em diversos eventos técnicos e gastronômicos. Nesse contexto, o consumo per capita de pescado (peixes, camarões, lagostas e outros), no Estado do Ceará, tem aumentado gradativamente, passando de 11,40 kg/hab/ano em 2010 para 12,20 kg/hab/ano em 2013.

Observando-se o comportamento do indicador valor das exportações de pescado no Estado do Ceará, expresso em dólares americanos (US$), ao longo do período de 2010 a 2013, verifica-se uma tendência de queda devido à redução da produção da pesca da lagosta ocorrida nos dois últimos anos do referido período.

Aquicultura e Pesca
Evolução de Indicadores 2010 - 2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Consumo per capita de pescado (kg/hab/ano	11,40	12,00	12,20 (1)	12,20 (1)
Produção de pescado (t)	92.200,60	98.256,80	103.169,64 (1)	108.328,00 (1)
Valor das exportações de pescado (US$ 1.000)	60.350,00	54.239,00	38.000,00	39.250,62 (1)

(1) Dados projetados sujeitos a alterações.
Fonte: SPA.

Programa Temático Setorial

PROGRAMA 036 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

O Programa objetiva fortalecer o segmento pesqueiro e aquícola em bases ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o aumento da oferta de alimentos através do incremento da produção pesqueira advinda da pesca extrativa e da aquicultura marinha e continental, com vistas ao aumento e à geração de emprego e renda dos pescadores e aquicultores.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 -2013
Distribuir 29.000.000 alevinos em 1.200 açudes, beneficiando 30.000 famílias	7.000.000	1.309.000	7.809.000
Beneficiar 5.500 pescadores artesanais continentais	1.200	1.463	3.363
Realizar 192 operações de fiscalização de atividade de pesca e da aquicultura	48	575	805
Capacitar 4.915 pescadores artesanais (sendo 600 para atuar na pesca em águas profundas e oceânicas)	1.437	425	1.025
Prestar assistência técnica a 9.569 pescadores e aquicultores	2.085	979	4.320

Fonte: SPA.

Principais Ações Realizadas

- Distribuição de 1.309.000 alevinos para repovoar 56 açudes em doze municípios, beneficiando 3.175 famílias;
- Atendimento a 635 pescadores artesanais continentais nas ações de repovoamento de açudes;
- Capacitação de 859 pescadores artesanais marítimos e continentais e de 120 aquicultores;
- Realização e participação em nove eventos de apoio à pesca e aquicultura;
- Prestação de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola a 788 pescadores e 120 aquicultores;
- Realização de três Regatas beneficiando diretamente 720 pescadores artesanais marítimos;
- Recuperação de 180 embarcações a vela utilizadas na pesca artesanal marítima;
- Realização de três palestras sobre aquarismo e aquicultura ornamental e duas exposições aquariófilas em dois shoppings de Fortaleza, estimulando o hobby e a expansão do setor aquarístico;
- Realização de 22 cursos para pescadores artesanais na área de tecnologia do pescado e gastronomia; de seis cursos modulados para estabelecimentos de processamento do pescado; e de um treinamento de recursos humanos para atuação em sanidade de animais aquáticos;
- Realização de 575 visitas de acompanhamento e orientação técnica a estabelecimentos de manipulação do pescado;
- Implantação do Serviço de Inspeção Estadual do Pescado – SIE/PE em dezessete unidades de beneficiamento do pescado no Estado do Ceará;
- Solicitação de 82 Cadastros do Certificado de Rastreamento Para Transporte Intermunicipal – CRTI;
- Solicitação de dezessete novos Registros e renovação de dezoito Registros de atividades pesqueiras;
- Realização de dez Cadastros de veículos para fins de conhecimento da circulação do pescado que entra no Estado do Ceará, procedente da pesca artesanal; de dez cadastros de estabelecimentos de revenda de pescado e seus derivados;
- Implantação de um entreposto de pesca com fábrica de gelo (em processo);
- Realização de 240 análises laboratoriais em indústrias de pescado no Estado e de três colheitas e envio para outros estados de amostras para análise e diagnóstico de resíduos de animais aquáticos.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Turismo

O Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Turismo – SETUR, realiza, desde 2007, a implantação de uma política setorial voltada à consolidação do Ceará como um destino turístico de referência por meio da qualificação de espaços e de pessoas. Assim, vêm sendo fortalecidos os segmentos de lazer, negócios e eventos, aventura, cultura, entre outros, visando, com a diversificação do produto ofertado, atenuar a sazonalidade da demanda turística, a redução de ociosidade temporária de equipamentos turísticos, principalmente na rede hoteleira, e a oscilação do emprego e da mão-de-obra.

Em 2013, foi responsável por 10,9% do Produto Interno Bruto (PIB) cearense (número equivalente aos níveis de participação do turismo no PIB mundial), criou novas oportunidades de crescimento, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Agregados Turísticos do Ceará 2006-2013

Agregados	Período		Variação (%)	
	2006	2013	Total	Anual
Demanda Turística por via de Fortaleza	2.062.493	3.161.653	53,3	6,3
– Nacional	1.794.369	2.924.529	63,0	7,2
– Internacional	268.124	237.124	- 11,6	- 1,7
Demanda Hoteleira de Fortaleza	1.082.274	1.724.234	59,3	6,9
Taxa de ocupação hoteleira (%)	57,4	70,2	22,3	2,9
Gastos per capita (R$)	1.214,6	1.780,0	46,5	5,6
Renda turística direta (R$ milhões)	2.496,9	5.627,7	125,4	12,3
Renda gerada (R$ milhões)	4.369,6	9.848,5	125,4	12,3
– Impacto sobre o PIB (%)	9,4	10,9	16,4	2,2
– Impacto no Setor Serviços (PIB)	13,9	15,4	11,0	1,5
Oferta hoteleira no Ceará (Uhs)	24.294	29.694	22,2	2,9
Empregos (hotelaria e alimentação)	117.997	140.000	18,6	2,5
Movimento no aeroporto (mil Pax)	2.950	6.200	110,2	11,2

Nota: a) o impacto sobre o PIB é obtido pela relação entre a Receita Turística e o PIB; b) a receita é obtida pelo produto entre gasto per capita e demanda turística por via de Fortaleza; c) o multiplicador dos gastos turísticos utilizado foi 1,75; e d) os dados de 2013 são estimados.

Fonte: SETUR/CE.

Nesta perspectiva, o nível de empregos nos setores produtores de bens e serviços de consumo turístico (alojamento e alimentação), no período 2006-2013, cresceu em média 2,5% ao ano. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, assim como em 2012, o Estado ocupa o primeiro lugar do ranking da Região Nordeste em números de postos de trabalhos gerados, com 16.159 novos postos de trabalho gerados entre janeiro e outubro de 2013. Seus principais concorrentes, Bahia e Pernambuco, têm saldos positivos de 13.248 e 12.003, respectivamente.

O bom resultado também se repete na comparação entre as principais regiões metropolitanas do Nordeste: Fortaleza, Recife e Salvador. A capital cearense, no período de janeiro a outubro, ocupou a primeira colocação, com saldo positivo de 9.767 vagas, sucedida por Recife (8.180) e Salvador (3.965).

No que se refere aos indicadores de resultado da política de Turismo no Estado, observa-se que o

Prazo médio de permanência do turista durante a visita ao Ceará manteve-se praticamente estável entre 2012 e 2013, variando de 10,9 dias para 11,0 dias.

Com relação ao Índice de interiorização do turismo, evidencia-se um incremento, de 2012 para 2013, de 68,3% para 69,0%, o que demonstra que, apesar do crescimento, é necessário intensificar as campanhas publicitárias e a participação em feiras nacionais e internacionais, a fim de promover o destino turístico "Ceará" em toda sua diversidade, valorizando as vocações cearenses. Entre essas potencialidades, destacam-se os segmentos de turismo religioso, de aventura, de sol e praia e, sobretudo, o de eventos, graças ao pleno funcionamento do Centro de Eventos do Ceará - CEC e a implantação, em 2014, dos centros de convenções de Iguatu e Crato. Além desses, outros equipamentos, como os aeroportos de Aracati e Jericoacoara, as duplicações das rodovias CE 040 e CE 085, entre outros, contribuirão fortemente para o incremento desse indicador setorial.

O Fluxo turístico por via de Fortaleza, nacional e internacional, teve um acréscimo de 5,6% em 2013, passando de 2.995.024 em 2012 para 3.161.653 visitantes. Assim, embora se considere igualmente importante a qualidade da demanda, esse é o principal parâmetro utilizado para avaliar o crescimento da atividade turística em uma localidade, o que reflete também o desempenho do setor, demonstrando que o Ceará, além de se manter em posição de destaque no mercado nacional como um dos principais destinos turísticos brasileiros, apresenta uma demanda significativa de fluxo turístico oriunda de outros países, o que torna essa atividade estratégica na economia cearense. Neste aspecto, os principais países emissores de turistas para o Ceará são Itália, Portugal, França e Espanha.

Tal atratividade do Ceará é alcançada, sobretudo, pelas campanhas publicitárias, as quais investem na atração de um público diferenciado, formado por turistas de negócio, de famílias, e centram-se na divulgação de um local saudável e atrativo para a prática de esportes de aventura, exaltando os potenciais e belezas do Estado.

Desta forma, no ano de 2013, a SETUR investiu aproximadamente R$ 5 milhões em ações de promoção, publicidade, merchandising, entre outros, nos mercados local, nacional e internacional. Tais ações de promoção e divulgação são fatores decisivos para o incremento do fluxo turístico, como também para permanência do Estado como destino turístico consolidado.

Além disso, para a verificação dessa evolução da atividade turística, a SETUR dispõe do Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH, por meio do qual se verificou um incremento no Índice de ocupação hoteleira, de 69,9% para 70,2%, entre 2012 e 2013.

Com base na evolução dos indicadores estratégicos apontados, pode-se verificar a manutenção da consolidação do Ceará como destino turístico de referência nos cenários nacional e internacional. Assim, consciente da necessidade da permanência desse status, a SETUR vem realizando periodicamente pesquisas com o objetivo de avaliar e acompanhar a evolução do índice e grau de satisfação do turista e, com base nos resultados apurados, procurado minimizar ou solucionar as deficiências apontadas pelos nossos visitantes.

Além disso, o Governo Estadual tem empreendido esforços para consolidar o Estado como destino turístico de negócios e eventos, reduzindo os efeitos da sazonalidade da atividade turística. Prova disso é que o Centro de Eventos do Ceará - CEC, inaugurado em agosto

de 2012 e que, segundo estudos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, contribuirá com um incremento de 1% no PIB estadual, recebeu mais de 150 eventos, entre feiras, congressos, palestras, convenções e espetáculos, que atraíram cerca de 1,5 milhão de pessoas, desde a sua inauguração.

Os visitantes desse segmento têm permanência e gasto médio, per capita, de 6,1 dias e R$ 2.196,75 (R$ 360,12/dia), respectivamente. Esses valores ultrapassam o dobro dos apresentados pelo segmento lazer: 10,9 dias e R$ 150,38/dia.

Por outro lado, o Governo do Estado, com o propósito de adequar a infraestrutura turística à demanda crescente, investiu recursos na ordem de R$ 220 milhões, oriundos dos Governos Estadual e Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Andino de Fomento – CAF.

Nessa perspectiva, foi assinado em agosto de 2013 o contrato de financiamento internacional, junto à CAF, no valor de US$ 160 milhões, sendo US$ 48 milhões de contrapartida do Estado, destinado ao Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFTUR, o qual contempla ações estratégicas de diversas naturezas, sendo as mais importantes: duplicação da CE 085 (entre Fortaleza e Paracuru), implantação do Aeroporto Internacional de Jericoacoara, saneamento básico nas praias de Taíba (São Gonçalo do Amarante) e Flecheiras (Trairi) e recuperação do acesso à Praia do Preá, em Cruz, e o trecho de Barroquinha até Bitupitá.

Ao todo, estão previstas dezessete intervenções urbanísticas e ambientais em doze municípios de relevância turística da região. São elas: urbanização da faixa de praia com calçadão, ciclovia, jardins paisagísticos e iluminação cênica; mobiliário urbano; criação de espaços para a prática esportiva e construção e/ou duplicação de acesso a praias.

Evolução de Indicadores 2010-2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013 (*)
Prazo médio de Permanência do turista (dia)	10,5	10,6	10,9	11,0
Índice de interiorização do turismo (%)	64,6	66,1	68,3	69,0
Fluxo turístico por via de Fortaleza	2.726.092	2.863.300	2.995.024	3.161.653
Taxa de ocupação hoteleira (%)	66,5	68,1	69,9	70,2

(*) Dados estimados.
Fonte: SETUR.

Programa Temático Setorial

PROGRAMA 075 – CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO DO "CEARÁ"

Tem por objetivo construir um destino turístico sustentável, através da implantação e/ou melhoramento da infraestrutura viária, aeroportuária, saneamento básico, energia, telecomunicações, implementação das microestruturas, da requalificação e urbanização das localidades de pontos de convivência de moradores e visitantes, como orlas, lagoas, rios, centros históricos, e de capacitação e treinamento de jovens e adultos de forma compatível, para gerar renda e tornar o Ceará melhor para todos e pleno de oportunidades no setor turístico.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Duplicar 203 quilômetros de estrada	35,0	19,8	29,5
Implantar 02 aeroportos turísticos	1	0	1
Realizar 1.200 eventos de negócios	180	148	344
Capacitar 15.000 pessoas	2.100	2.800	4.027
Participar de 200 eventos	30	19	46
Recepcionar público visitante de 3,3 milhões nos equipamentos turísticos	2	1,5	4,8

Fonte: SETUR.

Principais Ações Realizadas

- Execução de quase 91,2% das obras do Centro de Convenções de Iguatu;
- Execução das obras de Duplicação da Rodovia CE 085: 16,45% dos 21,86 km do trecho I (entroncamento da CE 090, em Caucaia – Ponte Rio Cauípe), 81,27% dos 12,56 km do trecho II (km 26,2 – km 36,2 da CE 085) e 68,64% dos 27,84 km do trecho III (variante CE 085 – entroncamento da CE 341, em Paracuru);
- Execução de mais de 83% do hangar no Aeroporto de Aracati;
- Execução de 99,5% da pista de pouso e de mais de 32,8% da construção do terminal de passageiros do Aeroporto de Jericoacoara;
- Elaboração de 20 projetos para valorização de destinos turísticos do Estado;
- Conclusão da elaboração de estudos e projetos para a duplicação da CE-187;
- Execução da obra de infraestrutura de energia elétrica no "Aquiraz Riviera Resort";
- Elaboração do Plano de Marketing Turísticos de Três Polos do Ceará: Litoral Leste, Ibiapaba e Baturité;
- Execução de 27,4% do Acquario Ceará;
- Promoção do Ceará, em parceria com a Companhia Aérea TAP, através da Revista de bordo "UP";
- Participação em nove feiras nacionais e onze internacionais, sendo: Nacionais: Workshop CVC, Braztoa, AVIRRP, Aviestur, FESTIVAL (Jornada Mundial da Juventude), Lançamento voo Azul FOR/GYN, ABAV, Festival do Turismo de Gramado, BNTM; e Internacionais: FIT, Road Show TOP DEST, Goal To Brasil Peru, TTG Rimini, WTM, Leisure, Goal To Brasil Lisboa, Goal To Brasil Madri, FITUR, BIT, EIBTM.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Recursos Hídricos

A Política Estadual dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará é desenvolvida pela Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH e suas vinculadas, Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA e Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, orientada pela Lei Estadual dos Recursos Hídricos nº 14.844/2010 e em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Pacto das Águas, implementados por meio de uma gestão participativa, integrada e descentralizada.

Com base na lei, consciente da importância da água na vida de todos e conhecedor das restrições da região semiárida na qual está inserida, o Governo do Estado do Ceará vem implantando um complexo sistema de integração de recursos hídricos composto por barragens, adutoras e eixos de integração, visando à ampliação da oferta hídrica de qualidade para o abastecimento humano e desenvolvimento social e econômico. Com foco nesse objetivo, a SRH busca o alcance dos seguintes resultados setoriais: a ampliação da acumulação hídrica; a ampliação da capacidade de transferência hídrica; garantia do abastecimento de água da população rural difusa e aumento da participação da sociedade organizada na gestão dos recursos hídricos.

No que se refere à acumulação hídrica, o Estado atualmente possui uma capacidade de 7,51 bilhões de m³, considerando apenas os açudes estaduais. O incremento foi de 79,56 milhões de m³ de água com a conclusão de três barragens, anteriormente previstas para o exercício de 2012, mas finalizadas em 2013. Estima-se que 100.000 pessoas sejam beneficiadas direta e indiretamente com água para consumo humano e animal, irrigação e lazer, bem como com a perenização dos vales dos rios correspondentes.

Com relação à transferência hídrica e suprimento de água do Estado, a SRH vem realizando, nos últimos anos, ações direcionadas à implementação da infraestrutura hídrica, visando à integração de bacias, abastecimento de água aos municípios e às comunidades rurais. A atual capacidade de transferência hídrica do Estado do Ceará é de 32,68 m³/s. Destaca-se, como ação estratégica do Estado, a construção do Eixo de Integração, responsável pela transposição das águas do Açude Castanhão para a Região Metropolitana de Fortaleza e Porto do Pecém, interligando as bacias do Jaguaribe e Metropolitana, perfazendo uma extensão total de 257,60 km em seus cinco trechos. Encontram-se concluídos quatro trechos, já abastecendo a grande Fortaleza com uma vazão de 9 m³/s. A conclusão do último trecho, com 57,60 km de extensão e vazão de 9 m³/s, está prevista para abril de 2014.

Ainda contribuindo para o aumento da capacidade de transferência hídrica do Estado, em 2012, foi prevista a conclusão de quatro adutoras, ocorrida efetivamente somente em 2013 juntamente com uma nova obra, totalizando cinco, além de oito adutoras para abastecimento em caráter emergencial. A construção dessas obras resultou em um aumento de 466,44 l/s na capacidade de transferência hídrica do Estado, beneficiando direta e indiretamente mais de 300.000 pessoas com água bruta de qualidade para múltiplos usos.

Com ênfase no suprimento hídrico para a população rural, a SOHIDRA implementou inúmeras obras difusas, beneficiando diretamente 11.790 famílias, em 2013, com a construção de 340 poços, instalação de 46 sistemas simplificados de abastecimento de água e revitalização de sete dessalinizadores.

Em relação à gestão dos recursos hídricos,

a COGERH vem desenvolvendo ações de forma integrada, descentralizada e participativa, juntamente com a SRH, os Comitês de Bacias Hidrográficas e o apoio das Comissões Gestoras. Tais ações são de suma importância para o sistema, principalmente com a existência da crescente demanda de água, os períodos de eventos extremos de secas e cheias, a contaminação dos corpos hídricos e as divergências dos diversos usuários.

Efetivando o envolvimento da sociedade organizada na implementação dos instrumentos de gestão participativa, o Estado do Ceará possui atualmente 12 Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos. Em 2013, a SRH/COGERH criou mais três Comissões Gestoras, totalizando 56 organismos de bacia desse tipo, gerenciadas pelo Sistema Integrado dos Recursos Hídricos do Ceará - SIGERH.

No que se refere à operação e manutenção da infraestrutura hídrica, foi alcançado um total de 144 açudes públicos gerenciados no Estado até o ano de 2013, dos quais cinco foram incluídos nesse período. O monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos realiza um controle de qualidade da água ofertada pelos principais açudes e eixos de transferência, contemplando ações constantes de identificação dos estoques de água e das vazões liberadas, como também gerando e divulgando boletins diariamente.

Quanto à implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, a SRH concedeu, em 2013, um total de 1.752 outorgas de uso de água bruta, tendo como finalidade o uso racional da água. Também foram realizadas 1.542 fiscalizações.

Foram realizados estudos e projetos nas diversas bacias hidrográficas do Estado, englobando estudos hidrológicos, hidrogeológicos, hidráulicos e ambientais, contemplando águas superficiais e subterrâneas, com destaque para o monitoramento quantitativo e qualitativo dos aquíferos da fonte Guaribas.

Recursos Hídricos
Evolução de Indicadores 2010 - 2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Capacidade hídrica dos açudes estaduais (bilhões de m^3)	7,22	7,40	7,43	7,51
Capacidade de transferência hídrica (m^3/s)	31,93	32,07	32,10	32,68
Famílias rurais beneficiadas com abastecimento dágua	10.240	8.170	12.660	11.790
Número de pessoas envolvidas nos comitês de bacias	474	483	494	494

Fonte: SRH.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 039 – TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA

O programa propõe atender às necessidades de abastecimento de água em regiões com pouca disponibilidade de recursos hídricos, através da interligação de bacias, construção de adutoras e construção de pequenos sistemas simplificados de abastecimento de água.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 - 2013
Construir 407 km de adutoras	0	214,89	367,14
Concluir 13,0 km de Eixos de Integração	1	1	13
Instalar 780 pequenos sistemas de abastecimento d'água em todo Estado do Ceará	158	46	174
Revitalizar 600 pequenos sistemas de abastecimento d'água em todo o Estado do Ceará	182	7	272
Construir 970 poços em todo o Estado do Ceará	220	340	575

Fonte: SRH.

Principais Ações Realizadas

- Construção do Eixo de Integração, trecho 5: trajeto Açude Gavião-Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, com 57,60 km de extensão e vazão final de 9 m^3/s (98% realizados);
- Conclusão das Adutoras: Antonina do Norte (com 13,94 km, vazão de 18,85 l/s, 8.000 pessoas beneficiadas); Madalena (43,18 km, vazão de 34,43 l/s, 18.000 pessoas beneficiadas); Ipueiras (7,12 km, vazão de 33,60 l/s, 18.300 pessoas beneficiadas); Amontada (13,60 km, vazão de 36,12 l/s, 15.800 pessoas beneficiadas), com previsão para conclusão em 2012, mas entregue efetivamente à sociedade em 2013;
- Conclusão da Estação de Tratamento de Água – ETA da Adutora de Nova Olinda (20,00 km, vazão de 32,5 l/s, 13.166 pessoas beneficiadas);
- Conclusão da Adutora de Itapipoca (30,30 km, vazão de 131,48 l/s, 66.895 pessoas beneficiadas);
- Construção da Adutora de Ipaumirim/Baixio/Umari (35,59 km, vazão de 40,82 l/s, 19.054 pessoas beneficiadas, 80% realizados);
- Conclusão das adutoras emergenciais: Crateús (13 km, vazão 26,62 l/s, 73.102 pessoas beneficiadas); Coreaú, Moraújo, Senador Sá, Uruoca (17,5 km, vazão 26,94 l/s, 49.949 pessoas beneficiadas); Tauá (25 km, vazão de 62,5 l/s, 55.716 pessoas beneficiadas); Beberibe (13 km, vazão 26,94 l/s, 21.611 pessoas beneficiadas); Caridade (3,5 km, vazão 14,44 l/s, 20.020 pessoas beneficiadas); Canindé (21 km, vazão 97,22 l/s, 46.875 pessoas beneficiadas); Pecém (10 km, vazão 6,25 l/s, 7.450 pessoas beneficiadas); Acopiara (26 km, vazão 50 l/s, 51.171 pessoas beneficiadas);
- Conclusão da instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água em diversas localidades, beneficiando 11.790 famílias em 2013, com a construção de 340 poços, instalação de 46 sistemas simplificados de abastecimento d'água e revitalização de sete dessalinizadores.

PROGRAMA 040 – ACUMULAÇÃO HÍDRICA

O programa objetiva ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos, com

a construção de barramentos ao longo de rios e riachos, servindo como fonte hídrica para o abastecimento humano e desenvolvimento econômico.

Meta Prioritária

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 - 2013
Construir 12 barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m^3	0	3	4

Fonte: SRH.

Principais Ações Realizadas

- Conclusão e entrega das barragens: Gameleira (Itapipoca - 52,642 milhões de m^3); Jatobá (Ipueiras - 6,240 milhões de m^3); e Mamoeiro (Antonina do Norte - 20,680 milhões de m^3).

PROGRAMA 041 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O programa busca alcançar a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e quantidade, através do monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos e da operação e manutenção das estruturas existentes. Visa também garantir a participação da sociedade organizada nas decisões relativas a água no Estado do Ceará e ainda efetivar a implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012 - 2013
Realizar 1.200 vistorias	300	1542	2437
Emitir 1.400 outorgas	350	1752	2743
Criar 20 Comissões Gestoras	3	3	10
Apoiar os 12 Comitês de Bacias implantados (reuniões)	12	12	12

Fonte: SRH.

Principais Ações Realizadas

- Elaboração do Projeto executivo e construção do sistema de abastecimento da Siderúrgica Latino-Americana - SILAT;
- Aquisições de transformador a seco da bomba 4 da Estação de Bombeamento - EB do Canal da Integração e de bomba para EB do Eixão das Águas;
- Recuperação do sistema adutor do município de Milhã;
- Implantação do sistema de monitoramento quantitativo e qualitativo por telemetria: da DMZ (zona desmilitalizada ou rede de perímetro); de software para Inventário de TI - OCS Inventory; e de sete plataformas de coleta de dados para o monitoramento qualitativo em tempo real;

- Realização do monitoramento qualitativo e quantitativo de 144 açudes (federais e estaduais);
- Elaboração da batimetria dos açudes: Iara (Município de Barro), Jaburu II e Barra Velha (Independência), Flor do Campo (Novo Oriente), Favelas (Tauá), Jenipapo (Meruoca), Escuridão, Sousa, São Mateus, Baixa Fria e Caracas (Canindé), São Domingos II (Caririaçu), São José II (Piquet Carneiro), Alegre (Jaguaretama), Angicos (Coreaú), Carnaubal (Crateús), Facundo e Parambu (Parambu), Itapajé (Itapajé), Jatobá (Milhã), Jenipapeiro (Deputado Irapuan Pinheiro), Jerimum (Irauçuba), João Luís (Araripe), Mamoeiro (Antonina do Norte), Mazinho Rufino (Acopiara), Monte Belo (Umari), Pau Preto (Potengi), Potiretama (Potiretama), Santo Antônio de Russas (Russas), Sítios Novos (Caucaia), Trapiá II (Pedra Branca) e Umari (Caridade);
- Implantação e modernização, em parceria com a Agência Nacional de Águas, de 11 plataformas de coleta de dados do sistema de alerta de cheias em tempo real;
- Realização do projeto básico e licitação da recuperação das barragens do Arrebita (Forquilha), Castro (Itapiúna), Canafístula (Iracema), Carnaubal (Crateús), Colinas (Quiterianópolis), Coronel (Antonina do Norte), Jaburu II (Independência), Martinópole (Martinópole), Muquém (Cariús), Olho-d'água (Várzea Alegre), Sítios Novos (Caucaia), Pacajus (Pacajus), Souza (Canindé), Tigre (Solonópole), Vieirão (Boa Viagem) e Pinga (Alcântaras);
- Elaboração do inventário ambiental do açude Várzea da Volta; do projeto de recuperação da barragem Antônio da Silva Medeiros, nos Municípios de Beberibe/Palhano; do termo de referência para o projeto de reabilitação da barragem Jaburu I, no Município de Tianguá;
- Instalação da tubulação do medidor da CAGECE no Município de Cariús;
- Realização de montagem da válvula dispersora do açude Carnaubal, no Município de Crateús; dos equipamentos hidromecânicos do açude Taquara, no Município de Cariré;
- Monitoramento quantitativo e qualitativo de águias superficiais e subterrâneas – fonte Guaribas, no Município de Poranga.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Infraestrutura e Logística

Responsável, institucionalmente, pela implementação da política pública de infraestrutura e logística no âmbito estadual, a Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA, juntamente com seus órgãos e empresas vinculadas, tem utilizado todos os meios disponíveis para a consecução do seu objetivo de garantir ao Estado do Ceará a promoção do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos para o crescimento da economia, aumento da produtividade e da competitividade e consequente superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais.

Na área de transporte e logística, vêm sendo utilizados instrumentos de análise no que se refere ao suporte no planejamento de intervenções públicas e privadas na infraestrutura e organização dos transportes. Destaca-se o desenvolvimento do Plano Diretor Rodoviário, instrumento de planejamento das intervenções na malha rodoviária, e o Plano Estadual de Logística e Transporte, que norteará a gestão da rede logística do Estado.

Esses instrumentos de planejamento estão permitindo a definição de indicadores econômicos, de produtividade e de eficiência operacional, bem como a avaliação dos custos operacionais e de logística capazes de refletir os resultados conseguidos a partir dos investimentos em infraestrutura, propiciando, dessa maneira, o balizamento das ações relacionadas à gestão do sistema de transporte estadual e da rede logística em geral.

Resultado de uma política de gestão portuária focada no aumento da produtividade e da eficiência operacional, o Terminal Portuário do Pecém encerra o ano de 2013 com uma movimentação de cargas da ordem de 6,2 milhões de toneladas, apresentando um incremento superior a 50% em relação a 2012, como resultado, em parte, do aumento da sua capacidade operacional, proporcionado pela construção do Terminal de Múltiplas Utilidades – TMUT e pela instalação de um sistema de carga e descarga e de transporte de granéis sólidos.

No ano de 2013, foram feitos importantes investimentos por meio de convênio com a Secretaria Especial de Portos do Governo Federal, com vistas à otimização das instalações e equipamentos do Terminal, constando de scanner, estação de tratamento de esgoto, novo pátio de cargas perigosas, ampliação do prédio administrativo, ampliação do pátio de contêineres vazios, ampliação de grupo de geradores, dentre outras melhorias. Mais investimentos serão feitos ainda, em 2014, na aquisição e instalação de equipamentos de descarregamento de minério de ferro, carvão mineral e outros granéis sólidos, além de equipamentos de embarque de placas.

Entretanto, considerando-se a dinâmica do processo de melhoria da produtividade e da eficiência operacional e a adequação do terminal para as crescentes demandas decorrentes da implantação de indústrias de grande porte no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, os investimentos em melhorias têm de obedecer a um processo continuado de ações com planejamento de longo prazo e constante adequação a novas situações. Assim é que, após um demorado período de entraves burocráticos, foi iniciada a segunda etapa de ampliação do porto, obra de grande porte, a ser executada no prazo de trinta meses, e de sensível repercussão na produtividade e eficiência operacional.

No transporte rodoviário, teve sequência o processo de ampliação, renovação e adequação da malha rodoviária, sem descuidar da manutenção, tendo em vista integrá-la definitivamente à rede logística estadual. Com esse objetivo, já estão sendo desenvolvidos projetos de engenharia prevendo duplicações, melhorias na geometria, principalmente na

largura da plataforma e contornos de zonas urbanas, contemplando rodovias de integração de polos regionais, ligações aos corredores logísticos principais, bem como acessos às instalações portuárias do Pecém e de Fortaleza.

Mesmo em um ano de transição de programas de investimentos, a malha rodoviária estadual recebeu um acréscimo de cerca de 160 km de novas pavimentações, já alcançando a extensão de 7.070 km de rodovias. Além disso, mantém-se a política de recuperação e manutenção, com a restauração de mais de 90 km de pavimentos, e a realização de recuperação funcional em mais de 320 km, através de um novo programa pelo qual os pavimentos estão obtendo uma sobrevida média de cinco anos, a um custo inferior a 20% do preço por quilômetro das restaurações convencionais. Essas ações, aliadas à prática de uma conservação rotineira de boa qualidade, vêm permitindo manter-se, nos últimos anos, um estado de conservação da malha pavimentada estadual com um índice "bom" sempre ao redor de 75%. Isso representa economia substancial tanto em termos de custo operacional dos veículos quanto em relação aos custos de manutenção.

Dando continuidade aos investimentos na área, foi iniciado o Programa Viário de Integração e Logística do Estado do Ceará – Ceará IV, mediante financiamento parcial pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o qual deverá acrescentar cerca de 480 km de estradas pavimentadas ao Sistema Rodoviário Estadual e restaurar mais de 1.300 km de rodovias ao longo dos próximos cinco anos. Investimentos estão sendo feitos também, por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR, em duplicações de rodovias no litoral e na região da Ibiapaba.

Quanto ao sistema aeroportuário, o Governo do Estado prosseguiu na ampliação e melhoria da Rede Estadual de Aeródromos, tendo concluído o aeroporto de São Benedito e o de Jericoacoara, ambos de ampla relevância comercial e turística. Esses investimentos, baseados no Plano Aeroviário Estadual – PAECE e no Plano de Investimento em Logística – PIL, do Governo Federal, proporcionarão que se encontre um aeroporto a uma distância máxima de 100 km a partir de qualquer ponto do território cearense.

Paralelamente às ações concernentes ao transporte de cargas e à logística, importantes avanços foram alcançados nos projetos metroferroviários, com melhorias significativas na qualidade do transporte e na mobilidade urbana da Região Metropolitana de Fortaleza, assim como no Cariri, contemplando diretamente as cidades de Juazeiro do Norte e Crato, e em Sobral, contribuindo para a requalificação dos centros urbanos dessas cidades e possibilitando a formulação de mudanças do sistema de transporte urbano.

Como destaque, a Linha Sul do metrô de Fortaleza, em sua integralidade, desde a estação Carlito Benevides, em Pacatuba, à central Chico da Silva, funcionando em sistema de operação assistida, interligando dezesseis estações, com previsão de funcionamento comercial ainda no primeiro semestre de 2014. A Linha Oeste, por sua vez, ligando o centro de Fortaleza a Caucaia, totalmente remodelada e em pleno funcionamento comercial, juntamente com o Metrô do Cariri, que serve às cidades de Crato e Juazeiro, transportaram, em 2013, quase três milhões de passageiros. Já o Metrô de Sobral, que utilizará o mesmo sistema de veículo leve sobre trilhos em funcionamento no Cariri, está prestes a funcionar comercialmente, contribuindo de modo relevante para a melhoria da qualidade do transporte público e da mobilidade urbana do povo sobralense.

Complementando os investimentos em transporte metroferroviário, a Linha Leste, com percurso totalmente subterrâneo de cerca de 12,4 km, ligando o centro de Fortaleza ao bairro Edson Queiroz, está com máquinas tuneladoras adquiridas e obras contratadas, e o VLT Parangaba-Mucuripe, em fase de obras bastante adiantada.

No trânsito, com foco na segurança e na redução do índice de acidentes, prosseguiram as ações voltadas para a educação, por meio de frequentes campanhas publicitárias, institucionais e educativas, utilizando-se de diferentes meios de comunicação, bem como de cursos, palestras, Blitze educativas, peças teatrais, eventos esses que foram intensificados após a abertura da Escola de Educação no Trânsito, na Sede da Maraponga. Intensificaram-se também as ações fiscalizatórias, contando, inclusive, com equipamentos de suporte para melhoria nas atividades de fiscalização de trânsito (bafômetros, etilômetros, cones, etc.), assim como os investimentos em implantação, recuperação e manutenção de sinalização vertical, horizontal e dispositivos de segurança nas rodovias estaduais.

Paralelamente a essas ações institucionais, foram feitos investimentos para o fortalecimento da estrutura administrativo-operacional e descentralização do atendimento aos usuários dos serviços de trânsito, destacando-se a construção de Postos de Fiscalização Rodoviária da Polícia Rodoviária Estadual - PRE, de Sedes Regionais de Trânsito, de Áreas de Exames de Prática de Direção nas cidades de Crateús, Sobral, Juazeiro do Norte, Morada Nova, Russas, Tauá e Tianguá, além de Escolas de Educação para o Trânsito em Sobral e Juazeiro do Norte.

Convém ressaltar o desempenho do Programa Popular de Formação, Educação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, o qual já beneficiou 149 municípios, selecionando cerca de 170 mil candidatos aptos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação - CNH e habilitando, até o final de 2013, mais de 71 mil condutores. Soma-se a isso, de boa repercussão social, o recém-criado Programa de Educação e Defesa da Vida dos Condutores de Motocicletas e Motonetas – PROMOTOS, que, ao longo do último ano, ofereceu vários cursos gratuitos aos profissionais que utilizam esses veículos como atividade remunerada.

Das políticas implementadas na infraestrutura de transportes, na área energética e na mobilidade urbana resultaram os avanços e conquistas apresentados no quadro a seguir:

Infraestrutura e Logística
Evolução de Indicadores 2010-2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013 (*)
Domicílios rurais atendidos com energia elétrica (%)	97,0	99,2	97,72	(**)
Potência de energia eólica instalada (inclui termoelétrica) (mW)	1.272,3	1272,3	1272,30	2.607,3
Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (1.000 t/ano)	3.213,1	3.413,3	4.095,0	6.265,5
Extensão da malha rodoviária pavimentada em condição "BOA" (% de bom estado)	73,8	72,00	74,16	75,6
Nº de Vítimas Fatais no Trânsito p/100.000 habitantes (1)	19,50	24,51	27,92	30,55

(*) Dados por ano, incluindo estimativa de dezembro de 2013;
(**) Programa considerado universalizado em 2012, restando um residual de cerca de 2% de instalações esporádicas sob a responsabilidade da COELCE, mas sem recursos do Estado.
(1) Aumento explicado pelo crescimento de 9,36% na frota de veículos e de 9,30% no número de habilitados.
Fonte: SEINFRA.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 003 - TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo o fortalecimento da infraestrutura de transporte, compreendendo todos os modais, com ações em infraestrutura metroferroviária, portuária, aeroportuária e rodoviária, em consonância com o Plano Estadual de Logística e Transporte do Estado do Ceará.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Atender 506.000 usuários/ dia útil, ao final de 2015, na RMF.	26.000	23.000	53.000
Atender 5.000 usuários/ dia útil, ao final de 2015, na região do Cariri	2.000	1.500	2.550
Cadastrar 1.284.800 novos veículos, até 2015, na frota do Estado do Ceará	260.000	194.170	402.552
Habilitar 424.340 novos condutores de veículos automotores até 2015, no Estado do Ceará	110.000	129.384	243.330
Renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de 790.650 condutores de veículos automotores, até 2015, no Estado do Ceará	220.000	247.810	458.455
Sinalizar 3.460 km de vias pavimentadas nas rodovias estaduais do Ceará	995	1.968	2.833
Promover 2.400 eventos educativos de trânsito (cursos, palestras, seminários)	620	600	1.184
Transportar 9.452 t/dia de carga de granéis líquidos	2.285	4.925	6.353
Transportar 115.014 t/dia de carga de granéis sólidos	30.410		8.985
Transportar 3.726 TEUS/dia (contêineres por dia)	858	5.028	822
Conservar 11.323,34 km de rodovias	11.418,67	402	11.418,67
Restaurar 1.248,1 km de rodovias	7,79	11.418,67	173,45
Pavimentar (Implantar) 602,58 km de rodovias	159,04	90,62	366,80
Ampliar/reformar 08 aeroportos regionais aeródromos	2	159,04	2
Manter 13 aeroportos regionais/aeródromos	11	11	11

Fonte: SEINFRA.

Principais Ações Realizadas

INFRAESTRUTURA METROFERROVIÁRIA

Metrô de Fortaleza – Linhas Sul, Oeste, Leste e VLT

- Conclusão das obras civis da Linha Sul, com extensão de 24 km compreendida entre as estações Carlito Benevides e Chico da Silva – via e estações;
- Execução de 11% das obras civis do viaduto rodoviário da Rua Padre Cícero;
- Montagem dos sistemas fixos e catenária da Linha Sul;

- Execução de 45,5% da urbanização na área de influência do elevado de Parangaba e de 28% das obras civis das estações Juscelino Kubitschek e Padre Cícero;
- Recebimento de vinte Trens Unidade Elétrico - TUEs;
- Execução de operação assistida, com nove TUEs, entre as estações Carlito Benevides e Chico da Silva, desde julho de 2013;
- Operação comercial, na Linha Oeste, dos seis Veículos Leves sobre Trilhos - VLTs e dos 31 carros de passageiros do tipo "Pidner" entre a estação Chico da Silva e Caucaia;
- Aquisição de quatro tuneladoras para a construção da Linha Leste;
- Início dos trabalhos preliminares das obras civis da Linha Leste pelo Consórcio de empresas contratado;
- Execução de 30% das obras civis do VLT Parangaba – Mucuripe.

Metrô de Sobral

- Conclusão de 100% das obras civis das doze estações e de 98% das do Centro de Manutenção;
- Conclusão da via permanente dos trechos Cohab II – Sumaré e Centro de Manutenção – Coração de Jesus e de 98% no trecho Coração de Jesus – Cohab III.

INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

- Execução das obras de Ampliação do Grupo Gerador;
- Instalação do Scanner do Terminal Portuário do Pecém;
- Conclusão das obras do Pátio de Cargas Perigosas;
- Conclusão das obras da Estação de Tratamento de Efluentes;
- Implantação do Sistema de Iluminação Natural dos Armazéns do Porto do Pecém;
- Início das obras de ampliação do Terminal de Múltiplas Utilidades.

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E AEROPORTUÁRIA

- Pavimentação de 159,04 km de rodovias;
- Restauração de 90,62 km de rodovias pavimentadas;
- Recuperação funcional de 325,53 km de pavimentos rodoviários;
- Conclusão da pista de pouso e pátio de estacionamento dos aeroportos de Jericoacoara e São Benedito.

TRÂNSITO E TRANSPORTE

- Realização de 620 eventos educativos de trânsito e diversas campanhas publicitárias educativas, além de atendimento educacional da Escola de Trânsito, beneficiando diretamente 23.232 pessoas;
- Implantação de sinalização horizontal e vertical nas rodovias estaduais e dispositivos de segurança - 913.465 m2 de faixas horizontais, 16.164 m2 de placas verticais, 24.824 m de defensas metálicas, 480 unidades de colunas cônicas e 365.788 unidades de tachinhas/tachões;
- Realização de 7.570 Blitze fiscalizatórias, na capital e no interior, tendo sido fiscalizados 427.006 veículos, resultando na apreensão de 19.291 veículos e 7.102 CNHS, 6.553 autuações por embriaguez e 93.391 multas aplicadas;

- Realização de 5.145 perícias de trânsito, em acidentes com danos materiais;
- Implantação de 129.384 novas habilitações;
- Renovação de 247.810 exames de CNH;
- Implantação de 194.170 veículos novos;
- Realizações na área do Projeto de CNH Popular: expedidas 71.098 Carteiras de Habilitação, de um total de 583.916 candidatos inscritos e 168.505 selecionados, beneficiando 149 municípios.

PROGRAMA 004 - MATRIZ ENERGÉTICA NO ESTADO DO CEARÁ

O programa tem como objetivos disponibilizar energia elétrica no meio rural, elaborar estudos, planos e projetos para o desenvolvimento da área de energia do Estado do Ceará, dotar os grandes empreendimentos do Estado de sistemas de cogeração, de maneira a proporcionar redução significativa nos custos com energia e ampliar a oferta de gás natural através da expansão da rede e da introdução de novos modais de transporte, visando a proporcionar ao Estado do Ceará a utilização de um combustível ecologicamente correto.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Expandir em 193 km a rede de distribuição de gás natural	32	19,81	43,81
Ampliar de 448.000 m³/dia para 1.200.000 m³/dia o volume de gás natural distribuído	465.000	461.233	461.233

Fonte: SEINFRA.

Principais Ações Realizadas

- Expansão do mercado residencial e comercial, que, atualmente, atende 4.530 unidades residenciais e 124 clientes do segmento comercial, totalizando 4.654 unidades;
- Expansão do gasoduto em 19,81 km, para atendimento ao projeto residencial e comercial nos bairros Varjota, Beira-Mar, Meireles e Aldeota;
- Inicio da construção da Rede denominada "Linha Tronco", com extensão de 29 km, a qual deverá atender à Região Metropolitana de Fortaleza - RMF na garantia operacional do sistema.

PROGRAMA 005 – INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DAS REGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ

O programa objetiva prover a oferta de telefonia pública para comunidades rurais do Estado não-contempladas pelo Plano Geral de Metas da União, atender demandas das diversas áreas de atuação do governo estadual e dos municípios cearenses (construção, ampliação, reforma e recuperação de obras e equipamentos urbanos de interesse social) e realizar serviços de gerenciamento e apoio técnico às atividades da SEINFRA.

Meta Prioritária

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Atender com telefonia pública 200 localidades rurais do Estado do Ceará	50	33	83

Fonte: SEINFRA.

PROGRAMA 054 - EDIFICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ

O programa objetiva elaborar e analisar estudos e projetos arquitetônicos e de engenharia em atendimento às demandas das diversas áreas de atuação do governo estadual e dos municípios cearenses; atender demandas das diversas áreas de atuação do Governo e dos municípios cearenses direcionadas à construção, ampliação, reforma e recuperação de prédios públicos, de edificações de interesse social e de equipamentos urbanos; realizar avaliações de imóveis para fins de desapropriação; construir, ampliar e reformar edificações públicas e obras de infraestrutura física para descentralização e melhorias do sistema de trânsito e transporte do Estado do Ceará.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Elaborar 550 projetos de engenharia e de arquitetura em atendimento às demandas estaduais e municipais	150	288	408
Analisar 12 projetos arquitetônicos e de engenharia inerentes a obras públicas estaduais e municipais	60	138	188
Construir, ampliar, reformar e recuperar 30 equipamentos urbanos, prédios públicos e edificações de interesse social, em atendimento às demandas	8	5	7
Fiscalizar e gerenciar 496 obras de edificações públicas	150	179	399
Atender 100% da demanda direcionada ao DAE para emissão de laudos de avaliação de imóveis	100	95	97,5

Fonte: SEINFRA.

Principais Ações Realizadas

- Construção das sedes regionais de Crateús e Sobral; da Escola de Educação de Trânsito em Sobral e Juazeiro do Norte; e de 150 abrigos de passageiros nas paradas de ônibus nas rodovias estaduais;
- Conclusão das obras de ampliação do Posto de Atendimento no Município de Crato;
- Conclusão das áreas de exames de prática de direção nos municípios de Sobral, Juazeiro do Norte, Iguatu, Tauá, Russas, Morada Nova, Crateús e Tianguá;
- Elaboração do Projeto de Engenharia e Arquitetura para Construção do Edifício para sede do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE, da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE, Coordenadorias e Creche de Servidores;
- Elaboração e análise de Projetos de Engenharia e Arquitetura para execução e recuperação de obras públicas na área da educação - Escolas de Ensino Médio em Área Rural e Profissionalizantes na capital e no interior do Estado;
- Elaboração do projeto de Engenharia e Arquitetura para a construção do Centro de Formação Olímpica do Estado do Ceará;
- Elaboração e análise de projetos para construção e recuperação de obras públicas

na área da saúde: construção de Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, Hospitais Regionais, Centros de Especialidade Odontológica - CEOs;

- Elaboração e análise de projetos para construção e recuperação de obras públicas na área de segurança pública, justiça e cidadania: Construção de uma Unidade de Semiaberto na Região Metropolitana de Fortaleza; obra de intervenção para reforço na segurança física do CPPL II e CPPL III; reforma do Instituto Médico Legal; construção e reforma de delegacias municipais de Policia Civil; construção da sede da Perícia Forense; construção de Cadeias Públicas; construção do novo prédio da Coordenadoria Integrada de Operações e Segurança;

- Fiscalização e supervisão, na condição de interveniente técnico, de 179 obras de edificações públicas, demandadas por vários órgãos do Governo do Estado, em diferentes áreas setoriais.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Desenvolvimento Urbano e Integração Regional

A Secretaria das Cidades, estruturada em conformidade com as diretrizes do Ministério das Cidades, é responsável pela implementação das políticas de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento, apoiadas por um conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que vêm sendo construídos democraticamente desde a 1ª Conferência Nacional das Cidades realizada em 2003 e aperfeiçoados desde então.

As ações de desenvolvimento urbano, realizadas por meio de projetos especiais, objetivam proporcionar a melhoria das condições de vida da população residente nas cidades cearenses. Neste sentido, o Governo do Estado desenvolve, em parceria com o Governo Federal, os projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê, com ações integradas em áreas de grande extensão e densamente povoadas, situadas às margens de importantes rios da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF. Além das ações de urbanização que recuperam áreas degradadas reintegrando-as à malha urbana, os projetos preveem saneamento básico e as de cunho social, dentre as quais a remoção de famílias das áreas de risco e o seu reassentamento de forma digna em unidades habitacionais dotadas de infraestrutura em seu entorno, bem como da oferta de serviços públicos.

Saliente-se que os Projetos Rio Maranguapinho e Rio Cocó também incluem obras de barragem hídrica para a captação e contenção de águas das chuvas nos períodos de cheias, e o componente de dragagem para limpeza da calha desses afluentes.

No Projeto Rio Maranguapinho, em 2013, tiveram continuidade as obras de urbanização em quatro Trechos - I, II, III - A e III - B, que incluem a construção da via paisagística em ambas as margens, passeios, ciclovias e áreas com praças para a prática de esporte e lazer. Destaca-se a conclusão do Trecho I, compreendido entre a Av. Mister Hull e a Av. Fernandes Távora, com 1,7 km de extensão. Nesse Projeto, executado em parte com recursos do PAC 1, já foram realocadas um total de 5.452 famílias, das quais 2.625 reassentadas em unidades habitacionais, 40 beneficiadas com permutas de unidades habitacionais e 2.787 indenizadas para a liberação de áreas objetivando a continuidade das obras. O Projeto inclui os municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape e Maracanaú.

Destaque-se o início do trabalho social no Projeto Rio Maranguapinho, junto às famílias reassentadas nos Residenciais Raquel de Queiroz e Miguel Arraes, com a capacitação de 3.176 pessoas, sendo 3.085 pessoas, bem como junto às famílias remanescentes na área da urbanização, com a capacitação de 5.618 pessoas. As capacitações contemplaram atividades de Mobilização e Organização Comunitária e de Educação Sanitária e Ambiental.

O Projeto Rio Cocó registrou, em 2013, o início das obras de urbanização do Trecho III, da BR116 à Av. Paulino Rocha, e a continuidade dos trabalhos para conclusão da etapa de aprovação dos projetos executivos da Barragem Cocó e do Residencial Paupina. Destaca-se a revisão do diagnóstico socioeconômico do projeto social, que apontou o cadastramento de 3.543 famílias. A área de intervenção do Projeto inclui os municípios de Fortaleza, Pacatuba, Maracanaú e Itaitinga, beneficiando um total de 8.315 famílias.

No Projeto Dendê, em 2013, registra-se a apresentação dos projetos executivos de urbanização e habitacional, junto a Caixa Econômica Federal e a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA, da Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF.

Em 2013, as ações que objetivam estruturar e requalificar as cidades cearenses, por meio da implantação de obras urbanas e edificações públicas, possibilitaram a execução de 133 obras que beneficiaram 64 municípios do Estado. Merece destaque, entre as obras urbanas, a realização de 431.400,94 m² de pavimentação de vias.

No fortalecimento institucional dos municípios, por meio do apoio técnico e instrumental para o planejamento urbano municipal, o Instituto de

Desenvolvimento das Cidades do Ceará - IDECI beneficiou 46 municípios com a entrega de projetos de unidades habitacionais, com vistas à participação dos municípios no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, na modalidade do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. O IDECI também contribuiu para a qualificação da gestão municipal, com a realização de quatro capacitações, beneficiando 417 técnicos.

A atuação do Estado do Ceará em saneamento básico é orientada pelas diretrizes nacionais que destacam, entre outros princípios fundamentais, a universalização do acesso a esse serviço público para toda a população. As ações voltadas para a ampliação da oferta dos serviços de água tratada e de esgotamento sanitário são desenvolvidas pela Secretaria das Cidades, por meio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

Quanto ao abastecimento de água, o Estado registrou, em 2013, uma cobertura de 72,77% da população do Ceará atendida com esse serviço, beneficiando 6.338.307 habitantes.

Cobertura do Abastecimento de Água – Ceará

ABASTECIMENTO DE ÁGUA (*)	CAGECE (**) Área Urbana (150 Municípios)			Prefeituras/ SAAEs (***) Área Urbana (34 municípios)	SISAR Área Rural (***) (133 municípios)	Ceará (****)
	Fortaleza	Interior	Total			
Cobertura do abastecimento de água (%)	98,54%	97,39%	97,94%	86,82%	65,16%	72,77%
População beneficiada (hab.)	2.506.890	2.718.649	5.225.539	827.045	335.723	6.388.307

(*) Dados até setembro de 2013.
(**) Calculo da Cagece realizado com base na população coberta com o serviço.
(***)Calculo da cobertura com abastecimento de água de Prefeituras / SAAEs /SISARs realizado com base na projeção da população total dos municípios.
(****) Calculo da cobertura com abastecimento de água no Ceará realizado com base na projeção da população total do Estado.
Fonte: Secretaria das Cidades e CAGECE.

Em relação ao esgotamento sanitário, os investimentos em ações de melhoria, implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário alcançaram um percentual de 26,80% da população do Estado, considerando o perímetro de sua área de atuação, beneficiando 2.353.369 habitantes.

Cobertura do Esgotamento Sanitário - Ceará – 2012

ESGOTAMENTO SANITÁRIO (*)	CAGECE (**) Área Urbana (73 municípios)			Prefeituras/ SAAEs (***) Área Urbana (34 municípios)	Ceará (****)
	Fortaleza	Interior	Total		
Cobertura do esgotamento sanitário (%)	54,56%	25,09%	44,68%	27,82%	26,80%
População beneficiada (hab.)	1.387.908	700.415	2.088.323	265.046	2.353.369

(*) Dados até setembro de 2013,
(**) Calculo da Cagece realizado com base na população coberta com o serviço.
(***)Calculo da cobertura com esgotamento sanitário de Prefeituras / SAAEs realizado com base na projeção da população total dos municípios(****) Calculo da cobertura com esgotamento sanitário no Ceará realizado com base na projeção da
população total do Estado.
Fonte: Secretaria das Cidades e Cagece.

Destaca-se, em 2013, o trabalho socioambiental executado pela Cagece, com a realização de 82.456 ações, que reuniram 343.384 participantes, objetivando orientar a população para o uso adequado dos serviços de água e esgoto.

No sentido de cumprir a Lei Federal nº 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, prossegue o apoio aos municípios para a elaboração de trinta Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSBs, dos quais dez coordenados pela Secretaria das Cidades e vinte pela CAGECE. Além dos PMSBs, a Secretaria das Cidades atua na captação de recursos para elaboração de projetos executivos de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Nesse sentido, segue a elaboração dos projetos para as sedes de 22 municípios cearenses localizados na área de influência da transposição do Rio São Francisco, com previsão de conclusão em 2014.

Norteada pela política nacional de resíduos sólidos, a Secretaria das Cidades incentiva a realização de parcerias entre os municípios para a gestão consorciada de aterros sanitários regionais, com o objetivo de universalizar a destinação final adequada desses resíduos. Destaca-se a conclusão de dois projetos executivos de engenharia, com vistas à implantação de aterros sanitários regionais consorciados e suas unidades correlatas para atender aos consórcios públicos sediados nos municípios de Caririaçu e Paracuru.

As ações na área habitacional, promovidas pela Secretaria das Cidades, objetivam a oferta de moradia digna às famílias excluídas dos mecanismos de mercado para aquisição de casa própria. Também são ofertadas unidades habitacionais para reassentar famílias em situação irregular de moradia, a exemplo das ocupações em áreas de risco ambientalmente degradadas, recuperadas por meio da execução de projetos especiais urbanos.

No esforço de reduzir o déficit habitacional quantitativo, o Governo do Estado, em 2013, apoiou a construção e entrega de 3.140 unidades habitacionais de interesse social em 56 municípios, beneficiando aproximadamente 13.031 pessoas. As iniciativas que viabilizaram essa oferta foram levadas a efeito com apoio financeiro dos Programas Federais: Operações Coletivas, Subsídio à Habitação – PSH e Minha Casa Minha Vida - PMCMV, e da construção de habitações em parceria com Prefeituras Municipais. No âmbito do PMCMV do Governo Federal no Estado do Ceará, em 2013, foram contratadas 32.688 unidades habitacionais, cujas entregas ocorrerão a partir de 2014, com a expectativa de beneficiar mais de 135 mil pessoas em 85 municípios.

No esforço de contribuir para a redução do déficit habitacional qualitativo no Estado, a Secretaria das Cidades executa projetos de melhorias habitacionais, com destaque para os fogões sustentáveis e as reformas habitacionais.

O projeto Fogões Sustentáveis foi retomado após a reformulação da sua estratégia, que objetivou uma maior eficiência na prestação do serviço e na qualidade do produto ofertado às famílias. Nesse ano, foi realizada a entrega de 600 fogões sustentáveis, que beneficiaram aproximadamente 2.490 pessoas. No Projeto Reformas Habitacionais, são realizadas melhorias em unidades habitacionais de conjuntos de baixa renda, destinados a famílias

residentes na RMF. Em 2013, foram realizadas 150 reformas em unidades habitacionais no Município de Fortaleza, beneficiando aproximadamente 625 pessoas.

Na perspectiva regional, são desenvolvidas ações alinhadas com a política nacional de desenvolvimento regional, que tem por objetivo reduzir as desigualdades e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País.

Nesse sentido, vem sendo executado o Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará – Cidades do Ceará I, que atua na região do Cariri Central com financiamento pelo Banco Mundial/BIRD, e formalizado o início do Projeto de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará II, com a assinatura do contrato de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para execução de ações nas regiões do Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

No Projeto Cidades do Ceará I, em seu terceiro ano de execução, ressalta-se a conclusão da obra do Roteiro da Fé, em Juazeiro do Norte, a pavimentação e sinalização turística do centro histórico de Barbalha.

As ações desenvolvidas pela Secretaria das Cidades convergem para o alcance de resultados expressos pelos seguintes indicadores.

Desenvolvimento Urbano e Integração Regional
Evolução de Indicadores 2010-2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Famílias atendidas com habitação	2.117	5.232	5.045	3.140
População de Fortaleza beneficiada com água tratada (%)	98,29	98,43	98,48	98,54 (*)
População do interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com água tratada (%)	96,98	97,07	97,27	97,39 (*)
População de Fortaleza beneficiada com esgotamento sanitário (%)	53,60	53,45	53,71	54,56 (*)
População do interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com esgotamento sanitário (%)	22,78	22,84	24,28	25,09 (*)

(*) Dados até setembro/2013. População Urbana.
Fonte: Secretaria das Cidades / Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 031 - DESENVOLVIMENTO URBANO

O Programa foi desenvolvido com o objetivo de melhorar a estrutura urbana das cidades cearenses e requalificá-las, de modo a contribuir com os municípios para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Urbanizar o trecho I – margem esquerda do Projeto Rio Maranguapinho	100%	100%	100%
Executar 635 intervenções urbanas	150	133	277

Fonte: SCIDADES.

Principais Ações Realizadas

Projeto Rio Maranguapinho – Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 1 e PAC 2

- Conclusão da obra de Urbanização do Trecho I – margem esquerda, entre a Av. Mister Hull e a Av. Fernandes Távora (total 1,7 km);
- Execução de 23,75% da obra de Urbanização do Trecho II – margem direita, entre a Av. Fernandes Távora e a Av. Osório de Paiva, (total 4,67 km);
- Execução de 11,00% da obra de Urbanização do Trecho III-A – margem esquerda, entre a Avenida Osório de Paiva e a Avenida Jardim Fluminense (total 2,32 km);
- Execução de 19,00% da obra de Urbanização do Trecho III-B – margem esquerda e margem direita, entre a Av. Jardim Fluminense e o Anel Viário (total 6,57 km);
- Início da execução do trabalho social junto às famílias remanescentes na área da urbanização, com a capacitação de 5.618 pessoas em 34 atividades, sendo 2.519 em dezessete atividades de Mobilização e Organização Comunitária e 3.099 em dezessete atividades de Educação Sanitária e Ambiental;
- Conclusão do processo de licitação da obra de Urbanização do Trecho IV;
- Licenciamento para instalação do Trecho IV e solicitação à SEMACE da licença de instalação para o Trecho Zero;
- Apresentação, na Caixa Econômica Federal, do projeto de 561 unidades habitacionais previstas no projeto executivo do Trecho IV, a serem contratadas por meio do PMCMV;
- Recebimento da Autorização para Início de Obra da Caixa Econômica Federal – Trechos Zero e IV;
- Pagamento de 434 indenizações de benfeitorias e de 26 benefícios (aluguel social).

Projeto Rio Cocó

- Execução de 28% da obra de Urbanização do Trecho III - margem direita, entre a BR 116 e a Avenida Paulino Rocha (total 3,38 km);
- Licitação da Barragem Cocó, na modalidade Regime Diferenciado de Contratações;
- Revisão do diagnóstico socioeconômico do projeto social referente ao Projeto Rio Cocó, que apontou o cadastramento de 3.543 famílias;
- Pagamento de 59 indenizações de benfeitorias e de sessenta benefícios (aluguel social).

Projeto Dendê

- Realização da licitação do Residencial Dendê;
- Conclusão do Diagnóstico do Projeto Social.

Obras Urbanas e Edificações Públicas

- Conclusão de 69 pavimentações de vias públicas (asfáltica/paralelo/pedra tosca) em 36 municípios, totalizando 431.400,94 m2;
- Conclusão de 25 construções de praças e dez reformas de praças;
- Conclusão de nove construções de prédios públicos e quatro reformas de prédios públicos;
- Conclusão de duas urbanizações de margens de rio, quatro drenagens e dez obras de urbanização.

PROGRAMA 032 – SANEAMENTO AMBIENTAL

O Programa tem como objetivo a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento, compreendendo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e a destinação final adequada dos resíduos sólidos, de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Executar 51.848 ligações domiciliares de água	12.470	53.372	134.577
Executar 163.199 ligações domiciliares de esgoto	79.476	33.923	80.419

(*) As metas apresentadas referem-se ao somatório da SCIDADES e CAGECE.Fonte: SCIDADES.

Principais Ações Realizadas

Abastecimento de Água

- Conclusão da obra de Complementação do Sistema de Abastecimento de Água de Cajazeiras e Cacimba Funda, no Município de Aracati;
- •Conclusão da obra de Ampliação do Sistema Produtor e Recuperação da Subadutora e Ampliação do Macrossistema de Fortaleza - Setor Vila Brasil - Trecho 18-19;
- Conclusão da obra de Ampliação do Sistema Produtor e Recuperação da Subadutora e Ampliação do Macrossistema de Fortaleza – ETA Gavião;
- Conclusão da obra de Ampliação do Sistema Produtor e Recuperação da Subadutora e Ampliação do Macrossistema de Fortaleza – Aldeota/Mucuripe;
- Conclusão da obra de Execução do Serviço de Remanejamento da Adutora do Macrossistema de Fortaleza, no trecho que se encontra sob o estacionamento do Estádio Castelão, entre a Av. do Contorno com Av. Paulino Rocha e Av. Alberto Craveiro com Rua Adélia Feijó;
- Execução de 91,34% da Ampliação da Estação de Tratamento de Água Oeste; de 53,78% da Ampliação do Sistema Adutor de Ibiapaba; de 63,17% da obra de Substituição de adutora sob o Estádio Castelão – linha macrossistema – trecho 9-25; de 66,43%, Serviço de Readequação Pontuais na Rede de Distribuição de Água e Linha Adutora do Macrossistema de Fortaleza, Trecho Av. Alberto Craveiro; de 95% das obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da RMF – Setor Messejana, realizados 45,29% em 2013; de 75,9% das obras do Reforço de Rede do Sistema de Abastecimento de Água da Sede de Tauá, realizado 53,77% em 2013; de 91,7% das obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Tauá – Bairro Bezerra e Souza;

Esgotamento Sanitário

- Conclusão da obra de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Aracati, sendo executadas 5.340, beneficiando aproximadamente 19,2 mil habitantes;
- Realização de 10.565 ações socioambientais no Município de Aracati, com a participação de 19.052 pessoas;

- Execução de obras de implantação e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Maranguape, com a execução de 5.868 ligações domiciliares de esgoto, de um total de 8.773 ligações, que beneficiarão 31,6 mil habitantes;
- Realização de 625 ações socioambientais no Município de Maranguape, com a participação de 3.342 pessoas;
- Conclusão da obra de Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Quixadá, com execução de 7.241 ligações domiciliares, que beneficiam, aproximadamente, 27 mil habitantes (foram realizadas 6.088 ações socioambientais, com a participação de 20.261 pessoas, desde o início do projeto até outubro de 2013;
- Execução de 90,98% da obra de implantação do Macrossistema - SES de Fortaleza (Cocó/Interceptor);
- Execução de 49,79% das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Palmeira Comprida, Município de Tianguá, com a execução de 1.913 ligações domiciliares, de um total de 2.204 ligações, que beneficiarão aproximadamente 7,9 mil habitantes;
- Execução de 24,06% das obras de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Juazeiro do Norte – Lagoa Seca, com a execução de 54,60 metros de rede coletora, de um total de 985,75 metros;

Projeto Rio Maranguapinho

- Conclusão das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na área da Bacia SD-7, com execução de 12.996 ligações domiciliares de esgoto, beneficiando 46,7 mil habitantes;
- Conclusão das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na área da bacia SD-8, tendo sido realizadas 5.836 ligações domiciliares de esgoto, beneficiando 21 mil habitantes;
- Execução de 67% das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, na área da Bacia SE-2. São previstas 6.724 ligações, tendo sido realizadas 5.021 ligações domiciliares de esgoto, beneficiando aproximadamente 17,8 mil habitantes;
- Execução de 78% das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na área da Bacia SD-6. Das 13.493 ligações previstas, foram realizadas 9.488, beneficiando cerca de 34 mil habitantes.

Projeto Rio Cocó

- Execução de 48,65% das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na área da bacia CE-4, com execução de 7.383 ligações de esgoto, de um total de 13.323 ligações, beneficiando 25.840 mil habitantes. Realizadas 966 ações socioambientais, com a participação de 4.836 pessoas, desde o início do projeto até outubro de 2013;
- Execução de 54,28% das obras, (deste percentual, 1,28% foi realizado em 2013) da ampliação do SES na área da bacia CE-5, que prevê a execução de 10.904 ligações. Dessas, foram realizadas 6.814, beneficiando 23.849 mil habitantes Realizadas 134 ações socioambientais, com a participação de 670 pessoas, desde o início do projeto até outubro de 2013;

Projetos de SAA e SES – PAC São Francisco

- Elaboração, em andamento, dos Projetos de Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para 22 municípios inseridos na área de influência direta da interligação da Bacia do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional, no Estado do Ceará.

Trabalho Socioambiental

- Realização de 82.456 ações socioambientais em todo o Estado do Ceará, contando com 343.384 participantes, buscando a sensibilização para a educação ambiental.

Gestão de Saneamento

- Elaboração de Projetos Executivos das Unidades dos Sistemas Isolados Previstos no PDAA-FOR e de Projetos Executivos dos Distritos de Medição e Controle de Fortaleza – DMCs;
- Elaboração, em andamento, dos Projetos Executivos do Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário de Juazeiro do Norte e de Barbalha;
- Elaboração de dez Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs para municípios da Região do Cariri, com a orientação técnica da Secretaria das Cidades, e vinte PMSBs para municípios com população até 20 mil habitantes, oriundos da parceria entre Secretaria das Cidades, CAGECE, APRECE e ARCE.

Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos

- Conclusão de dois Projetos Executivos de Engenharia para Implantação de Aterros Sanitários Regionais Consorciados e suas Unidades Correlatas, objetivando atender os consórcios públicos sediados nos municípios de Caririaçu e Paracuru.
- Elaboração do processo licitatório para a contratação de serviços de Consultoria e Assessoria Técnica, para a realização de diagnósticos qualitativos e quantitativos de catadores(as) de materiais recicláveis e seus empreendimentos cooperativos, estruturação das organizações associativas, implantação de empreendimentos coletivos/cooperativas, qualificação de pessoas e capacitação de empreendedores em reciclagem de resíduos sólidos, do Projeto de Inclusão Social e Produtiva de Catadores(as) em Redes Solidárias no Estado do Ceará, em doze regionais, que beneficiarão 93 municípios do Estado.

PROGRAMA 033 – HABITACIONAL

As ações desenvolvidas por meio deste programa objetivam a oferta de moradia digna às famílias excluídas dos mecanismos de mercado para a aquisição da casa própria. Também são ofertadas unidades habitacionais para reassentar famílias em situação irregular de moradia, a exemplo das ocupações em áreas de risco ambientalmente degradadas, recuperadas por meio da execução de projetos especiais urbanos.

O Programa Habitacional é complementado por outras ações, a exemplo da urbanização e do saneamento básico. Neste contexto, também deve ser destacada a importância do trabalho social de orientação das comunidades, objetivando seu desenvolvimento e a melhoria das condições de vida.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Beneficiar 10.000 famílias com unidades habitacionais (CDHIS)*	4.000	3.140	6.580
Beneficiar 8.000 famílias com melhorias (reformas) habitacionais.	575	150	400
Beneficiar 20.000 famílias com fogões sustentáveis	7.000	600	600

*Não se incluem as unidades do projeto especial Rio Maranguapinho.
Fonte: SCIDADES.

Principais Ações Realizadas

- Entrega de 3.140 unidades habitacionais por intermédio dos programas Minha Casa Minha Vida, CCFGTS Operações Coletivas/Resolução 460 e Mutirão Habitacional (Leilão), beneficiando 13.031 pessoas;
- Contratação de 29.635 unidades habitacionais na modalidade PMCMV-FAR, voltada para Capitais, Região Metropolitana e Cidades com mais de 50 mil habitantes;
- Contratação de 591 unidades habitacionais na modalidade PMCMV-PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural;
- Contratação de 2.462 unidades habitacionais na modalidade PMCMV-SUB50, destinada aos municípios com população até 50 mil habitantes;
- Entrega de 600 fogões sustentáveis, beneficiando 2.490 pessoas;
- Capacitação de 3.000 pessoas para o uso adequado do novo fogão sustentável;
- Execução de 150 reformas, em Fortaleza, realizadas em parceria com Associações, beneficiando aproximadamente 625 pessoas;
- Realização do trabalho social com orientação e acompanhamento, para elaboração dos Projetos Sociais junto a 149 municípios cearenses contemplados no PMCMV (SUB50);
- Realização do trabalho social com mobilização e organização comunitária de 10.864 famílias, que residirão nos Empreendimentos Cidade Jardim, Independência, José Euclides e Orgulho do Ceará, âmbito do PMCMV – FAR;
- Início da execução do trabalho social no Projeto Rio Maranguapinho, junto às famílias reassentadas nos Residenciais Raquel de Queiroz e Miguel Arraes, com a capacitação de 3.176 pessoas em sete atividades, sendo 91 em uma atividade de Educação Sanitária e Ambiental e 3.085 em seis atividades de Mobilização e Organização Comunitária;
- Realização do trabalho social nos projetos de habitação relacionados ao Pro-Moradia, que beneficiaram 1.210 pessoas em oito atividades, sendo 591 pessoas em duas atividades de mobilização e organização comunitária e 619 pessoas em seis atividades de educação sanitária e ambiental;
- Indenização de benfeitorias de 74 famílias localizadas no terreno da CODECE, para implantação do Empreendimento Orgulho do Ceará II, no âmbito do PMCMV – FAR.

PROGRAMA 034 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O principal objetivo deste programa é reduzir as desigualdades regionais, por meio de ações para a ampliação da infraestrutura urbana, do estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas endógenas e do fortalecimento institucional dos municípios beneficiados, tendo em vista a ampliação da capacidade de investimento nessas regiões, promovendo, dessa forma, a desconcentração do desenvolvimento no Estado.(Tabela 7).

Principais Ações Realizadas

Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará – Cidades do Ceará – Cariri Central

- Conclusão da obra do Roteiro da Fé - I, no Município de Juazeiro do Norte;
- Conclusão da obra de pavimentação e sinalização turística do Centro Histórico de Barbalha;
- Conclusão dos serviços de assessoria técnica para planejamento e implementação da estratégia de desenvolvimento do Geopark Araripe;
- Conclusão do fornecimento, com a instalação de seis elevadores destinados ao Centro Multifuncional do Cariri, no Município de Juazeiro do Norte;

Arranjos Produtivos Locais e Projetos Produtivos

- Conclusão físico-financeira de quatro projetos produtivos em quatro municípios, com 954 produtores beneficiados;
- Acompanhamento de 59 projetos produtivos (I e II Edital) em 37 municípios cearenses, totalizando 69 visitas técnicas, atendendo 2.482 beneficiários.

Projeto Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará - Ibiapaba/ Sobral e Litoral Leste / Vale do Jaguaribe

- Assinatura do contrato de financiamento do Projeto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, em setembro/2013.

PROGRAMA 091 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES

As ações deste programa são desenvolvidas pelo Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará - IDECI, entidade vinculada à Secretaria das Cidades. Objetivam contribuir para a qualificação da gestão pública dos municípios cearenses, para a oferta de apoio técnico e instrumental, tendo em vista o planejamento e a gestão dos municípios e para a regularização fundiária, objetivando o ordenamento do espaço urbano dos municípios no Estado do Ceará.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Beneficiar 100 municípios com projetos de melhoria da gestão	30	114	114
Beneficiar 80 municípios com instrumentos de planejamento urbano*	0	46	46

* Apesar de não haver programação em 2013 para esta meta, houve apresentação de resultados pelo IDECI.
Fonte: SCIDADES.

Principais Ações Realizadas

Melhoria da Gestão Pública Municipal

- Capacitação no minicurso Captação de Recursos, no contexto do Programa de Desenvolvimento da Gestão para os Municípios - PRODEG-M, lançado em quinze regiões, que beneficiou um total de 2.173 servidores e gestores municipais dos

184 municípios do Estado, numa parceria do IDECI, Escola de Gestão Pública – EGP e o Tribunal de Contas dos Municípios – TCM;

- Capacitação em "Controle Interno" e em "Elaboração de Editais, Contratos e Convênios", beneficiando um total 65 servidores de 22 municípios.
- Capacitação em "Elaboração dos Planos Plurianuais Municipais – PPAs", que beneficiou 239 servidores de 85 municípios, em sete turmas, numa parceria do IDECI e Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG;
- Capacitação em "Orientações para Uso do Cinturão Digital do Ceará", para Prefeituras Municipais, segundo o edital de chamada pública nº 01/2013, que beneficiou um total de 113 técnicos de 66 municípios.

Fortalecimento do Planejamento Urbano Municipal

- Elaboração de projeto modelo de unidade habitacional para 46 municípios, com vistas à participação no Programa Minha Casa Minha Vida, na modalidade do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. O referido modelo inclui orçamentos e demais peças técnicas necessárias à aprovação dos projetos junto a Caixa Econômica Federal e prevê a construção de 4.000 unidades habitacionais, que irão beneficiar aproximadamente 20.000 pessoas.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Meio Ambiente

O Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM, criado por meio da Lei Estadual nº 13.875/2007, tem a Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE como autarquia especial vinculada, criada pela Lei nº 11.411/87, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, e o Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA como instância deliberativa e de controle social.

Enquanto ao CONPAM cabe a gestão da política ambiental estadual e a promoção da articulação interinstitucional nas esferas federal, estadual e municipal, à SEMACE cabe a execução das políticas públicas de meio ambiente compatíveis com o desenvolvimento sustentável, garantindo a preservação e melhoria da qualidade ambiental por meio das ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização no Estado do Ceará, dando cumprimento às normas vigentes e políticas de gestão orientadas pelo CONPAM. O COEMA colabora com a SEMACE e com outros órgãos públicos e particulares na solução dos problemas ambientais do Estado, bem como estabelece normas e diretrizes de controle e manutenção da qualidade do meio ambiente.

No âmbito da política ambiental do Ceará, no ano de 2013, foram elaborados o Plano de Regionalização da Política de Resíduos Sólidos, beneficiando 184 municípios do Estado, e a minuta da Lei Estadual de Resíduos Sólidos; desenvolvidos os Planos de Gestão Integrada - PGIS da orla marítima, nos 20 municípios costeiros do Ceará; e capacitados técnicos e agricultores para o uso sustentável de agrotóxicos.

Para realizar as atividades de fiscalização, a SEMACE conta com 25 equipes, que apuram ações lesivas ao meio ambiente no Estado, desenvolvidas na forma de operações planejadas, como as fiscalizações em pousadas, restaurantes e hotéis turísticos. A inspeção dos 29 empreendimentos de carcinicultura, dedicados à produção de camarão em cativeiro, e as ações fiscalizatórias sobre a fauna são executadas em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e com o Batalhão de Polícia Militar Ambiental - BPMA, sendo esse último parceiro também nas fiscalizações de poluição sonora.

Como resultado da fiscalização ambiental, até o mês de novembro de 2013, foram emitidas 278 ordens de fiscalização e formalizadas 3.027 ocorrências, das quais mais de 79% (2.392 ocorrências) foram atendidos.

O Programa Fumaça Negra, direcionado à fiscalização e monitoramento de veículos automotores movidos a diesel que estão fora dos padrões na emissão de gases, contribuiu para a redução de 30,35% desses veículos, no período de 2010 à outubro de 2013.

Dando continuidade às atividades de acompanhamento da balneabilidade das praias, a SEMACE realizou, no ano de 2013, monitoramento mensal em 65 pontos no Estado, sendo realizado semanalmente em 34 desses. Foram realizadas 4.184 análises de água, das quais 3.546 atenderam aos padrões exigidos pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 375/05, representando 84,75% do total.

O monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, realizado quadrimestralmente, contempla as onze bacias hidrográficas do Estado, totalizando 101 pontos de coleta, visando reduzir as fontes de contaminação, subsidiando a identificação e regularização de

fontes poluidoras, notadamente as originadas por descargas industriais, esgotos domésticos não-tratados e drenagem pluvial em áreas urbanas, para manter a qualidade dos 18 bilhões de metros cúbicos de água em barragens do Estado, constituindo-se principal fonte de água para uso doméstico, industrial e agrícola. Desta forma, verifica-se, desde 2010, que o índice de Qualidade de Água Bruta vem apresentando valores superiores a 80%, atendendo aos padrões exigidos pela Resolução CONAMA nº 375/05.

Destaca-se ainda o esforço estadual em implementar políticas ambientais que estimulem também a mobilização e a organização da sociedade civil em torno desse tema. Os resultados dessa vertente da política ambiental podem ser observados pelo número de denúncias, aos órgãos ambientais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Denúncias Registradas

Denúncias	1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI*	TOTAL
Infração contra a Fauna	8	24	18	5	55
Infração contra a Flora	59	55	104	60	278
Infração relativa à Poluição	140	129	72	68	409
Infração relativa à Licença Autorização e Outras Infrações Ambientais	383	501	419	259	1.562
Infração contra o Ordenamento Urbano e Patrimônio Cultural	39	52	23	8	122
Infração Administrativa Contra a Administração Ambiental	18	16	23	13	70
Infração Cometida Exclusivamente em Unidades de Conservação	16	1	2	1	20
Sistema DOF	177	111	125	109	522
Degradação /Extração Mineral	30	24	29	33	116
Total	870	913	815	556	3.154

*Dados de 21 de novembro de 2013.
Fonte: SEMACE.

No que se refere à educação ambiental, no ano de 2013, podem ser ressaltados três projetos: Educador Ambiental, destinado à capacitação de professores da rede pública municipal e estadual, aproximando as questões sociais e ambientais, estimulando a construção de projetos de cunho ambiental nas escolas e na comunidade escolar em que atuam; Multiplicador em Educação Ambiental, voltado para a sensibilização e capacitação de agentes multiplicadores capazes de disseminar os conteúdos e objetivos da educação ambiental, em que é elaborado um plano de ação pelos participantes, que, ao ser executado, será acompanhado pela equipe técnica; Eventos de Educação Ambiental, para sensibilização, repasse de conhecimento e motivação da população em geral, favorecendo a participação ativa do cidadão na conquista de melhores condições de vida.

Destacam-se também as ações no âmbito do Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga no Estado do Ceará - Projeto Mata Branca - voltadas para o fortalecimento da gestão do bioma Caatinga, por meio da criação e monitoramento de Unidades de Conservação e implantação de projetos produtivos sustentáveis.

Quanto às Unidades de Conservação - UCs, houve um avanço com a implementação do plano de ação para gestão integrada, conforme previsão no Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, em que as UCs se tornaram instrumentos públicos, possuindo recursos e gerenciamento próprio. Para a manutenção dessas UCs, em 2013, foram destinados aproximadamente R$ 10 milhões, tendo como principais ações concretizadas no ano a construção da sede da UC de Jijoca e a criação das Unidades de Conservação: Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN Almirante Renato de Miranda Monteiro e RPPN Neném Barros.

Devem-se mencionar também as ações de requalificação e reabertura do Parque Botânico, a recuperação do cercamento do Parque do Cocó e do Parque Estadual do Sitio Fundão, bem como a elaboração do inventário de gases de efeito estufa, com foco na Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.

Todas as ações desenvolvidas pelo CONPAM no âmbito da política de meio ambiente convergem para o alcance de resultados que são expressos pelos indicadores discriminados abaixo.

Meio Ambiente
Evolução de Indicadores 2010 - 2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Índice de qualidade de água bruta (%)	85,54	87,79	83,74	84,75
Área Protegida em Unidade de Conservação UCs (%)	22,06	22,06	22,06	22,06
Município certificado com Selo Município Verde	36	39	37	(1)

(1) Não houve certificação em 2013. Durante o ano, foram realizadas atividades de monitoramento e acompanhamento das certificações executadas nos anos anteriores. Foram realizadas, também, estudos para reformulação do projeto em âmbito estadual, com a proposta de que a certificação seja bienal.
Fonte: CONPAM.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 082 - GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS

O programa objetiva a proteção dos recursos naturais por meio da implementação de uma política de prevenção, controle e monitoramento do uso desses recursos, promovendo o desenvolvimento sustentável no Ceará, apresentando as seguintes metas prioritárias.

Meta Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012-2013
Manter e gerir 23 Unidades de Conservação do Estado	23	13	13
Elaborar quatorze Planos de Gestão de Resíduos Sólidos abrangendo todo o Estado do Ceará	11	0	3
Reduzir em 20% os focos de calor no Estado (nº de focos 2012 = 4.040)	20%	60%	60%
Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE ex ante copa 2014	100%	100%	100%
Implantar um sistema de monitoramento da poluição/contaminaçãodos recursos hídricos em 101 pontos das bacias hidrográficas	101	101	101
Implantar um sistema de monitoramento da poluição/contaminação dos 65 pontos do litoral cearense	65	65	65

Fonte: CONPAM.

Principais Ações Realizadas

- Realização de atividades de monitoramento e acompanhamento das certificações do Selo Município Verde executadas nos anos anteriores, com a proposta de reformulação do projeto no nível de Estado, para que a certificação seja bienal;
- Realização de onze oficinas regionalizadas, para construção do diagnóstico dos resíduos sólidos no Estado, envolvendo gestores municipais, representantes da sociedade civil, universidades, organizações não-governamentais e terceiro setor;
- Elaboração do Plano de Regionalização da Política de Resíduos Sólidos e minuta da Lei Estadual de Resíduos Sólidos;
- Avaliação dos municípios, para obtenção dos 2% do ICMS, relacionada ao indicador ambiental;
- Realização de cursos nas áreas de manejo sustentável (para técnicos da EMATERCE, FETRAECE e técnicos dos municípios que trabalham na área de agricultura, seguidos de vinte oficinas regionalizadas, para pequenos agricultores na área de manejo sustentável da agricultura e incentivo à prática da agricultura orgânica); de mudanças climáticas - Inventário de Gases de Efeito Estufa; de germoplasma, para a criação de bancos de germoplasma em UCs;
- Formação da brigada metropolitana, para atendimento às Unidades de Conservação, a fim de combater os possíveis incêndios florestais;
- Implantação do projeto de arvorismo no Parque do Cocó;
- Requalificação e reabertura do Parque Botânico, cercamento do Parque Estadual do Sitio Fundão, construção de sedes das Unidades de Ipu e recuperação da sede de Baturité;
- Realização de Seminários, encontros e conferências: Seminário das Unidades de Conservação do Araripe, com potencial para compor o Conselho do Mosaico Chapada do Araripe; I Encontro dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação Estaduais do Litoral Oeste; I Seminário Meio Ambiente e Sustentabilidade; IV Conferência Municipal Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente; II Seminário Integrador das Unidades de Conservação inseridas no território cearense;
- Reflorestamento do Parque Botânico;
- Elaboração do Mosaico das Áreas de Proteção Ambiental - APA do Pecém;
- Emissão de 2.368 licenças ambientais até outubro de 2013;
- Realização de 142 blitz pelo Programa Fumaça Negra, com vistoria de 19.014 veículos;
- Inicio das atividades para o novo Inventário Florestal do Estado e a implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR.

PROGRAMA 084 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O programa objetiva contribuir para a elaboração e suporte de políticas de gestão ambiental no Estado, incentivando os municípios a implementar políticas internas, que favoreçam a conscientização ambiental, para as presentes e futuras gerações, apresentando as seguintes metas prioritárias:

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012-2013
Realizar 20 cursos de Formação em Educação Ambiental	5	8	21
Capacitar 4.800 agentes multiplicadores em Educação Ambiental (1.200/ano)	1200	813	1.388
Realizar 600 eventos informativos e educativos (fóruns, congressos, seminários, campanhas educativas, exposições, blitz etc.) com a temática ambiental	155	153	285
Capacitar 1.200 pessoas (professores e gestores municipais) em Educação Ambiental	300	241	511
Adotar A3P modelo de gestão socioambiental nas secretarias municipais de 70 municípios do Estado do Ceará	70	6	57

Fonte: CONPAM.

Principais Ações Realizadas

- Formação de 35 professores dos municípios da região metropolitana de Fortaleza (Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba) e 45 professores no Município de Juazeiro do Norte, no âmbito do Projeto Educador Ambiental; e de 813 agentes multiplicadores, com realização de 34 cursos, com especial atenção para municípios que possuem Unidades de Conservação;
- Realização de 153 eventos de educação ambiental em municípios do Estado, com uma participação estimada de 5.397 pessoas; e do II Encontro de Gestores Municipais em 77 municípios;
- Capacitação em educação ambiental de 241 pessoas de formação diversa, nos seis municípios do GeoPark Araripe (Barbalha, Missão Velha, Crato, Juazeiro do Norte, Olinda e Santana do Cariri);
- Realização da Festa Anual das Árvores em seis municípios (Aratuba, Barreira, Baturité, Guaramiranga, Pacoti e Redenção) e da Semana Nacional do Meio Ambiente nos municípios de Alto Santo, Aquiraz, Aracati, Aratuba, Baturité, Beberibe, Capistrano, Caucaia, Crato, Eusébio, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Ibicuitinga, Itaitinga, Ipu, Jaguaribara, Jaguaruana, Jaguaretama, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Mulungu, Orós, Pacajus, Pacatuba, Pacoti, Palhano, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, Quixadá, Quixeré,Redenção, Russas, São Gonçalo de Amarante, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte;
- Realização da IV Conferência Estadual do Meio Ambiente em onze municípios sede das regionais (Acaraú, Aracati, Barreira, Crateús, Fortaleza, Iguatu, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Quixadá, Sobral), totalizando a participação de 179 municípios.

PROGRAMA 090 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DOS TERRITÓRIOS

O programa objetiva criar e implantar instrumentos de gestão para o fortalecimento da Política Ambiental, com foco na descentralização e na sustentabilidade ambiental das atividades econômicas no território cearense, incentivando os municípios na implementação de suas políticas ambientais.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012-2013
Certificar 50 municípios com o Selo Município Verde*.	0	0	37
Elaborar os Planos de Gestão Integrada da orla marítima em 20 municípios costeiros do Estado.	5	5	8
Implementar o monitoramento ambiental compartilhado em cinco açudes no Estado do Ceará (plano de práticas ambientais da aquicultura).	1	0	0
Monitorar 74 subprojetos na área de atuação do Projeto Mata Branca (implementação do plano de ação, para gestão integrada das UCs).	6	6	6
Implantar 2 unidades demonstrativas replicando o projeto Mata Branca.	7	2	2

*O período da certificação foi alterado; ocorrerá de forma bianual.
Fonte: CONPAM.

Principais Ações Realizadas

- Elaboração do Projeto de Monitoramento Ambiental, com foco na aquicultura, para os açudes Castanhão, Orós, Sítio Novos, General Sampaio, Pentecoste, Taquara, Mal Cozinhado e Aracoiaba;
- Realização de reuniões e um seminário com os ceramistas, para elaboração do Pacto, da eficiência energética nas indústrias cerâmicas do Baixo Jaguaribe; e de dez oficinas e três seminários, para elaboração dos Planos de Gestão Integrada da Orla nos municípios de Caucaia, Paracuru, Paraipaba, Itarema, Aracati e Fortim; de 1.760 cursos de capacitação para a população da área de Caatinga;
- Realização de estudos para a criação de Unidades de Conservação, em que foram identificados dois núcleos com potencial para criação de UCs, totalizando 13.813,35 ha na região do Sertão Central e Inhamuns;
- Elaboração e execução de 72 projetos, que beneficiam 2.113 famílias, a partir da transferência de tecnologias sociais: Sistema agroflorestal - SAF, Sistemas de Reuso de Água, Sistema Agroecológico - MANDALA, fogões ecoeficientes, levantamento de sítios arqueológicos e paleontológicos, criação de redes de coletas de sementes de espécies nativas.
- Elaboração do Projeto de Desenvolvimento de Práticas de Manejo Florestal Sustentável na Região do Baixo Jaguaribe, com a contratação de empresa para execução de dezessete planos de manejo florestal de uso múltiplo e planos de negócios, atendendo aproximadamente 404 famílias;
- Implementação do plano de ação, com vistas à gestão integrada das UCs, Parque Natural Municipal Temístocles Lins Fialho; Parque Municipal Cavaleiros da Esperança; RPPNs Almirante Renato de Miranda Monteiro, Neném Barros e Serra das Almas; Estação Ecológica de Aiuaba.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Copa 2014

A Copa do Mundo 2014 constitui-se um evento cuja magnitude requer o envolvimento de várias áreas de governo e, para tanto, a Secretaria Especial da Copa 2014 - SECOPA foi instituída com as atribuições de coordenação e acompanhamento das ações relativas à preparação do Estado do Ceará para o referido evento e para a Copa das Confederações 2013. A partir da Lei nº 15.365, de 04 de junho de 2013, tais atribuições foram ampliadas, incorporando também as ações relativas à consecução dos Jogos Olímpicos 2016.

Os eventos esportivos citados, por apresentarem uma abrangência cada vez maior, sendo assistidos por quase metade da população mundial, podem atrair investimentos e dinamizar a economia local, tornando-se indutores de desenvolvimento econômico e social.

No entanto, para que os benefícios dessa exposição do Estado no cenário mundial possam ser potencializados, o Governo do Ceará, por meio da SECOPA, vem realizando intervenções que englobam obras e empreendimentos, melhorias permanentes de tecnologia e comunicação, mobilidade urbana, energia, meio ambiente, estádios, turismo, segurança, saúde e qualificação profissional.

Durante a Copa das Confederações 2013, que foi o primeiro dos três eventos previstos, ocorrida entre 15 e 30 de junho, foram realizados três jogos na Arena Castelão (Brasil x México, Espanha x Nigéria e Itália x Espanha), que contaram com um público de mais de 165 mil torcedores e sendo acompanhados por, pelo menos, 86 milhões de pessoas dos mais diversos países.

Como resultado da realização dos jogos e, consequentemente, da favorável exposição do Estado na mídia nacional e internacional, o mês de junho de 2013 apresentou um crescimento no fluxo turístico de 13,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, recebendo 224.772 turistas. Este crescimento impacta diretamente os outros setores ligados à cadeia produtiva, como a taxa de ocupação dos meios de hospedagem, que cresceu 11% no mesmo período em relação ao ano anterior, atingindo uma média de 70% de ocupação.

Houve também um incremento de 4,5% no gasto per capita no período de estadia, passando de R$ 1.650,00 para R$ 1.725,00, e de 18,8% na receita turística e na renda gerada, totalizando R$ 387,7 milhões e 678,5 milhões, respectivamente.

Os números constatados reforçam a importância desses eventos para a dinamização da economia local, tornando-se uma excelente oportunidade para apresentar os produtos e serviços regionais, ampliando a capacidade de atrair investimentos e alavancar a economia e a arrecadação tributária.

Esse intenso fluxo turístico resulta em um aumento da demanda por qualificação profissional, que está sendo atendida pela SECOPA em parceria com o Ministério do Esporte, por meio do Programa Brasil Voluntário, no qual 1.755 pessoas participaram dos cursos de capacitação e das quais 930 foram aprovadas para participar efetivamente da Copa das Confederações 2013.

Destaca-se ainda o programa COPAMAIS, firmado em dezembro de 2013, voltado para a capacitação de jovens e a inserção no mercado de trabalho, cuja pretensão é formar até 12 mil pessoas em 33 cursos das mais diversas áreas relacionadas ao evento, contemplando as cadeias produtivas influenciadas pela movimentação econômica proporcionada pelos eventos.

Deve-se também mencionar que as ações de infraestrutura estão sendo desenvolvidas de forma a atender não apenas a eventos esportivos nacionais e internacionais. Por isso, a Arena Castelão foi estruturada para receber também a realização de shows, eventos culturais e religiosos, constituindo-se um sólido produto turístico para o Estado do Ceará.

No ano de 2013, foram realizadas a Copa das Confederações, mencionada anteriormente, a Copa do Nordeste, campeonato cearense, Copa do Brasil e campeonatos brasileiros das séries A, B, e C, totalizando 41 jogos, com um público pagante de 737.926 pessoas, além de

dois shows internacionais (Paul MacCartney e Beyoncé), atraindo um público superior a 85 mil pessoas.

A política de gestão da Arena Castelão prevê uma aproximação com a sociedade e a troca de experiências entre os mais diversos setores envolvidos nos eventos. Para tanto, a SECOPA realizou, durante o ano de 2013, inúmeras visitas técnicas e 188 visitas guiadas às dependências do estádio, com 13.795 alunos de escolas públicas.

Para garantir acesso à informação e transparência das ações para a sociedade, são também disponibilizados dados, fotos e acompanhamentos mensais das ações, por meio de sítios eletrônicos (www.secopa.ce.gov.br, www.transparencia.ce.gov.br e www.portaltransparencia.gov.br). Essas ações colocam o Ceará como o Estado com o melhor índice de transparência nos gastos do Mundial (65,22 pontos) entre as 12 cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, segundo pesquisa do Instituto Ethos.

Em consonância com o objetivo do Governo do Estado do Ceará de garantir o fortalecimento da política esportiva estadual, a SECOPA, além dos investimentos já realizados em infraestrutura, tecnologia e capital humano, iniciou as obras (15% de execução física) do Centro de Formação Olímpica do Ceará – CFONE, que, ao ser concluído, vai formar com a Arena Castelão o maior complexo esportivo do Brasil, com um total de 313.000m².

O equipamento abrigará 26 modalidades olímpicas e terá o maior ginásio esportivo do Brasil, que atuará em três eixos desportivos: desporto educacional, que estimulará os estudantes à prática esportiva; o desporto participativo, para que a comunidade tenha acesso a uma área de lazer de qualidade; e o desporto de alto rendimento, voltado para a prática de esporte competitivo. Será multiuso e terá capacidade para 17.100 pessoas sentadas (modo jogo) e vinte mil pessoas (modo evento), além de camarotes, bares, salão e sala tecnológica para transmissões, totalizando um investimento previsto de R$ 226.868.871,15.

Por fim, para cumprir seus objetivos, a Secretaria Especial da Copa 2014 atua por meio de intervenções interinstitucionais e em parceria com diversas instituições públicas e privadas. Suas ações são viabilizadas pelos seguintes programas setoriais: 89 – Promoção e Realização da Copa 2014 e 93 – Infraestrutura Esportiva e de Lazer.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 89 – PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014

O programa tem como objetivo a realização de ações de suporte para a consecução da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014 no Estado do Ceará, por meio de projetos, eventos, serviços e articulações interinstitucionais necessários ao sucesso dos eventos e a maximização dos legados proporcionados por eles.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Realizar 100% da reforma, modernização e ações de suporte para a consecução da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014 na Arena Castelão.	100,00%	100%	100,00%

Fonte: SECOPA

Principais Ações Realizadas

- Realização de 188 visitas guiadas de alunos de escolas públicas à Arena Castelão, com um público de 13.795 crianças;
- Capacitação de 1.755 voluntários no Programa Brasil Voluntário;
- Realização da 1ª Oficina Legados da Copa.

PROGRAMA 93 – INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER

O programa objetiva a democratização do acesso às práticas esportivas por meio de atividades de esporte e de lazer, com ações de implantação e modernização de infraestrutura para o esporte educacional, participativo e de alto rendimento, maximizando a preparação para os Jogos Olímpicos.

Metas Prioritárias

Meta Prioritária 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Construir 1 Centro de Excelência Esportiva em Fortaleza para preparação dos talentos esportivos cearenses.	14,12%	14,12%	14,12%

Fonte: SECOPA

Principais Ações Realizadas

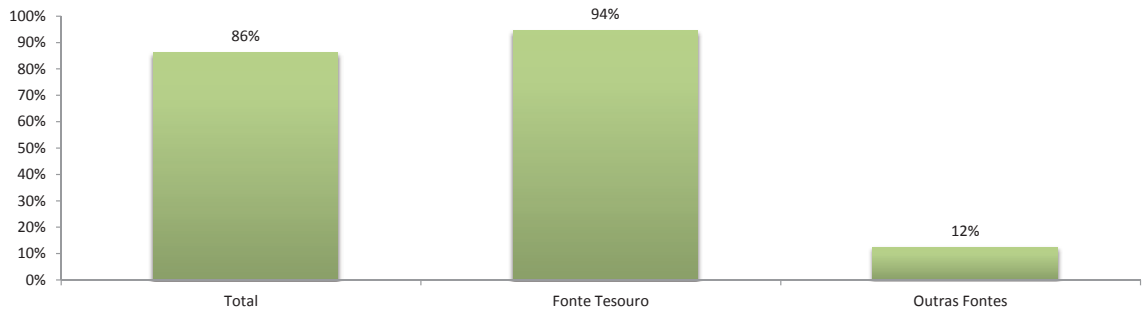
- Execução das obras civis do Centro de Formação Olímpica do Nordeste (14,12%).

GOVERNO PARTICIPATIVO ÉTICO E COMPETENTE

Buscando conferir ao Estado um novo padrão de eficiência na prestação de serviços à sociedade e à gestão da máquina administrativa estadual, o eixo de governo Gestão Ética, Eficiente e Participativa adota a premissa de ampliar a transparência das ações de governo e o estabelecimento de uma relação de diálogo entre governo e sociedade, aperfeiçoando o processo democrático, expandindo os espaços de participação e negociação, para uma sintonia entre o projeto de governo e as prioridades eleitas pela sociedade. Dessa maneira o cidadão assume o papel de colaborador do processo de consolidação da democracia e da gestão participativa na formulação e controle das políticas públicas.

A estruturação desse eixo se desenvolve por meio de cinco Áreas Temáticas: Planejamento e Gestão, Gestão Fiscal, Controladoria e Ouvidoria, Correição e Disciplina e Governo e Sociedade, executadas por nove Secretarias e vinte Programas, que consumiram recursos da ordem de R$ 2.591,7 milhões.

Eixo 3 - Governo Participativo, Ético e Competente
Percentual da execução Orçamentária por Fonte



(*) Dados parciais, sujeitos a alterações.
Fonte: SEPLAG/SIOF.

Eixo 3 - Governo Participativo, Ético e Competente

	TOTAL (R$ mil)		TESOURO (R$ mil)		OUTRAS FONTES (R$ mil)	
ÁREAS E PROGRAMAS TEMÁTICOS	PROGRAMADO	EMPENHADO	PROGRAMADO	EMPENHADO	PROGRAMADO	EMPENHADO
Planejamento e Gestão	2,625,816.41	2,302,575.17	2,432,667.33	2,298,569.03	193,149.07	4,006.14
001 - Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Administração Estadual	92,925.25	90,706.96	92,645.25	90,706.96	280.00	0.00
018 - Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica Estadual	19,677.64	10,244.66	6,641.27	6,600.03	13,036.37	3,644.63
019 - Coordenação do Planejamento Estadual	181,554.33	2,664.65	2,721.63	2,651.15	178,832.70	13.50
020 - Modernização da Gestão Estadual	11,754.50	10,410.65	10,754.50	10,062.64	1,000.00	348.01
074 - Gestão da Previdência Estadual	2,319,904.68	2,188,548.25	2,319,904.68	2,188,548.25	0.00	0.00
Gestão Fiscal	69,000.93	28,538.65	25,575.38	24,691.50	43,425.55	3,847.16
009 - Modernização da Gestão Fiscal	39,473.55	3,189.07	0.00	0.00	39,473.55	3,189.07
010 - Gestão Fiscal e Financeira	28,927.38	24,765.08	24,975.38	24,106.99	3,952.00	658.09
011 - Cidadania Fiscal	600.00	584.50	600.00	584.50	0.00	0.00
Controladoria e Ouvidoria	1,922.21	1,187.36	1,922.21	1,187.36	0.00	0.00
063 - Controle Interno Preventivo e Auditoria Governamental	519.84	70.92	519.84	70.92	0.00	0.00
064 - Participação e Controle Social	1,402.37	1,116.44	1,402.37	1,116.44	0.00	0.00
Correição e Disciplina						
096 - Controle Disciplinar da Segurança e Sistema Penitenciário	747.06	298.61	747.06	298.61	0.00	0.00
Governo e Sociedade	747.06	298.61	747.06	298.61	0.00	0.00
021 - Promoção da Juventude	310,809.29	259,127.38	244,677.19	229,693.81	66,132.09	29,433.57
022 - Equidade de Gênero	73,944.56	55,368.97	32,389.72	29,118.67	41,554.85	26,250.29
023 - Igualdade Étnico-Racial	745.03	497.81	545.13	423.66	199.90	74.15
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	1,389.80	938.59	166.27	38.54	1,223.54	900.05
025 - Enfrentamento às Drogas	55,353.32	35,967.90	37,127.57	35,846.38	18,225.75	121.52
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	1,805.40	722.92	1,010.99	567.60	794.42	155.32
027 - Atenção à Pessoa Idosa	15,024.66	12,556.17	13,499.33	12,131.41	1,525.33	424.76
035 - Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas	5,916.82	4,361.80	5,070.50	4,332.35	846.32	29.45
059 - Teledifusão Cultural e Informativa	154,286.88	147,002.32	152,636.88	145,578.47	1,650.00	1,423.86
	2,342.82	1,710.90	2,230.82	1,656.73	112.00	54.17

(*) Dados parciais, sujeitos a alterações.

Fonte: SEPLAG/SIOF.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

Planejamento e Gestão

A Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG, cujos resultados e programas se inserem no Eixo Governo Participativo, Ético e Competente, no desempenho de sua missão institucional, deu continuidade às principais atribuições, de promover e coordenar o planejamento e otimizar a gestão estadual.

Com esse objetivo, foram incorporadas novas metodologias, ferramentas e práticas modernas alinhadas às necessidades e realidades da administração pública estadual, contribuindo para o atendimento tempestivo das demandas e para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados ao cidadão.

Para tanto, tem sido dada a devida importância à produção e utilização de informações de qualidade, bem como às soluções e inovações em gestão, com vistas a subsidiar o planejamento e a gestão das políticas públicas, de forma a orientar as intervenções capazes de promover a alocação eficiente dos recursos públicos.

No âmbito do planejamento estadual, a SEPLAG tem consolidado o Sistema Estadual de Planejamento, com foco voltado para a gestão pública por resultados, destacando-se a orientação, a elaboração, a consolidação e o acompanhamento dos instrumentos de planejamento e da Mensagem Governamental 2013, bem como o Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários – MAPP.

Dentro da ótica da Gestão Pública por Resultados – GPR, o modelo implementado pelo Governo do Estado vem gradualmente evoluindo, com a definição de uma sistemática de monitoramento intensivo de indicadores, com o objetivo de focar os principais desafios e áreas prioritárias que necessitam de intervenção, definindo medidas complementares e/ou corretivas de rumo, buscando a efetividade dos resultados estratégicos pretendidos.

Nessa perspectiva, em 2013, iniciou-se o processo de remodelagem do monitoramento dos programas de governo, com a definição de metodologia e estruturação de sistema informatizado, objetivando relacionar as ações de governo com o alcance de resultados estratégicos.

No tocante à Gestão da Execução Orçamentária do Estado, o Governo vem perseguindo o objetivo de realizá-la pautado nos seguintes requisitos: controle, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos; qualidade do gasto público, associada às prioridades e ao planejamento de curto e médio prazo do Governo; e manutenção da estabilidade econômica, por meio dos ajustes fiscais. Do total empenhado até dezembro de 2013 (R$ 17.559.073.571,84), os maiores volumes de recursos por grupo de despesa foram destinados ao pagamento de pessoal (42,83%) e de outras despesas correntes (38,18%), enquanto os investimentos consumiram R$ 2.239.095.288,05, representando 12,75% do total, conforme tabela 1.

Tabela 1 - Execução Orçamentária – 2013

Grupo de Despesa	Empenhado (R$ mil)	%
Pessoal e Encargos Pessoais	7.521.335.055,83	42,83
Juros e Encargos da Dívida	245.858.634,6	1,40
Outras Despesas Correntes	6.703.548.083,66	38,18
Investimentos	2.239.095.288,05	12,75
Inversões Financeiras	323.191.160,44	1,84
Amortização da Dívida	526.045.349,27	3,00
Total Geral	17.559.073.571,84	100,00

* Dados parciais, sujeitos a alterações.
Fonte: SEPLAG/SIOF

No âmbito do acompanhamento das ações de governo, é importante destacar o papel da Rede Estadual de Planejamento, estrutura sistêmica que dá suporte ao cumprimento das funções e que abrange todo o ciclo de planejamento, objetivando a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas e políticas públicas. É coordenada pela SEPLAG e constituída pelos órgãos da administração pública estadual, representados por suas Unidades Setoriais de Planejamento - USP.

No ano de 2013, como parte do processo de assessoramento e orientação às secretarias na execução das políticas públicas setoriais, foram realizadas ações de capacitação em gerenciamento e monitoramento de projetos, elaboração, assessoramento e suporte na aplicação das metodologias, além do apoio técnico na execução físico-financeira dos projetos e atividades de todas as secretarias setoriais.

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP vem-se consolidando como um instrumento de referência no Estado, por viabilizar o desenvolvimento de projetos que possibilitam, em curto prazo, a melhoria na qualidade de vida de seus beneficiários e, em médio e longo prazo, a implantação de infraestrutura produtiva e o fortalecimento do capital humano e social, possibilitando a inclusão social e produtiva das pessoas em situação de pobreza.

A área de articulação e operacionalização de ações pertinentes à captação de recursos finaliza o ano de 2013 com uma carteira de operações de crédito contratadas composta por 25 projetos e com a perspectiva de contratação de mais dezoito. Nesse sentido, a SEPLAG tem atuado na articulação entre os órgãos responsáveis pelos projetos, os bancos e os demais entes envolvidos nas contratações. Aliado a isso, tem assessorado a implementação do Programa Estadual de Parcerias Público-privadas - PPP, processo iniciado com a PPP do Castelão, tendo sido ampliado para doze projetos, entre 2011 e 2013, além de coordenar o processo de celebração dos contratos de gestão entre os órgãos setoriais do Estado e as organizações sociais.

No tocante à Gestão Estratégica de Pessoas, elemento fundamental para o alcance dos resultados estratégicos do Governo, a SEPLAG tem adotado práticas inovadoras no suprimento e retenção de pessoas, mapeamento de competências, aproveitamento do capital intelectual existente no Estado e valorização do servidor, modernizando e desburocratizando os processos de gestão de pessoas.

No âmbito da Política Estadual de Desenvolvimento de Pessoas, a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará – EGP fortaleceu a parceria com as escolas que compõem a Rede Estadual de Escolas de Governo, ampliando de nove para treze o número de escolas participantes. Outrossim, manteve a parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, por meio de um Termo de Cooperação Técnica visando o oferecimento de cursos, presenciais e a distância, daquela Escola no Estado do Ceará.

No que diz respeito ao Programa de Ação Integrada para o Aposentado – PAI, cuja missão é integrar e socializar o aposentado da administração pública estadual, com foco na sua qualidade de vida e cidadania, estabeleceu como foco dos seus objetivos, para o ano de 2013, a ampliação e diversificação das ações socioeducativas e culturais, bem como a sua consolidação enquanto centro de estudos, pesquisas e estágios em nível de graduação e pós-graduação para os estudantes, nos temas voltados para a aposentadoria e envelhecimento, considerada a crescente demanda nesse

programa, pela referida população, nos últimos anos.

No tocante à Previdência Estadual, destaca-se a iniciativa adotada pelo Governo do Estado em garantir a sustentabilidade de longo prazo do Regime Próprio de Previdência Social/ Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - RPPS/SUPSEC, adequando-se à conformação previdenciária nacional corrente e ao equilíbrio financeiro e atuarial e à legislação vigente, com a institucionalização, por meio da Lei Complementar - LC nº 123/2013, de três planos de custeio previdenciário, a saber: Plano de Custeio Militar, operacionalizado através do fundo "PREVMILITAR"; Plano de Custeio Financeiro, operacionalizado através do fundo "FUNAPREV"; e Plano de Custeio Previdenciário, operacionalizado através do fundo "PREVID". Com a adoção dessa medida, além de colocar o Estado do Ceará na direção apontada pelo cenário previdenciário nacional vigente, diminuirá, no longo prazo, a alocação de recursos financeiros para cobrir as insuficiências do regime básico, o SUPSEC.

Na área da Perícia Médica, além da regulamentação e padronização dos procedimentos médicos periciais, destaca-se o fortalecimento da avaliação interdisciplinar por meio de especialista na área da Psiquiatria e do apoio de profissionais de saúde das áreas de Serviço Social, Psicologia e Fisioterapia, os quais atuam na orientação e trato de questões ligadas ao adoecimento no trabalho. Avança-se também na gradual modernização do sistema informatizado, viabilizando o acesso mais rápido dos setores de Gestão de Pessoas ou congêneres aos resultados da avaliação pericial.

Referente à Assistência à Saúde prestada por meio do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC, o Governo estadual tem investido cada vez mais para melhorar a qualidade de vida e de trabalho dos servidores públicos estaduais.

Atualmente, o ISSEC dispõe de uma vasta rede de atendimento credenciada, especializada e diversificada, composta por médicos, dentistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, hospitais, clínicas de exames especializados, laboratórios de análises clinicas e anátomo-patologia, e entidades para atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais, correspondendo a 1.279 credenciados.

No contexto da modernização organizacional da gestão estadual, a SEPLAG vem desenvolvendo esforço contínuo de otimização dos processos de trabalho e adequação dos modelos estruturais de órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual, visando aprimorar a máquina administrativa, tornando-a mais ágil, eficiente e compatível com as políticas e diretrizes da ação governamental e com os interesses da sociedade.

Destaca-se, no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, a realização anual do Prêmio Ceará Gestão Pública - PCGP, que tem como principal objetivo a promoção da gestão de excelência na administração pública, como meio de estímulo e reconhecimento a ações direcionadas para melhoria da gestão e desempenho institucional dos órgãos e entidades estaduais.

O modelo de Gestão das Compras Governamentais, no âmbito do Governo estadual, vem sendo aprimorado de forma sistemática, com a adoção de novas práticas e ferramentas. Nesse contexto, adota-se um conjunto de sistemas informatizados, destacando-se o desenvolvimento do módulo de compras do Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, cujo propósito é aperfeiçoar os processos de compras com a

implantação de sistemas mais modernos, quer seja em substituição de aplicações, como o Catálogo de Bens, Materiais e Serviços e o Cadastro de Fornecedores, quer seja na implantação de novas ferramentas, como o Sistema de Cotação Eletrônica, em funcionamento desde novembro de 2013.

O Patrimônio Público vivencia um cenário favorável à sua modernização, solidificação e consolidação da sua relevância na gestão pública para os Municípios, Estados e União. Tendo em vista esse novo cenário, o Governo do Estado deu início à modernização da gestão patrimonial, desenvolvendo ações para o levantamento, identificação e cadastro de todos os bens do Estado em sistema que atenda ao melhor gerenciamento, em todos os órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

Com o fim de regularizar os títulos de propriedade dos mutuários que adquiriram unidades habitacionais nos conjuntos construídos pela Companhia de Habitação Ceará - COHAB-CE, por meio de financiamento junto ao extinto Banco Nacional de Habitação/Sistema Financeiro de Habitação, o Governo do Estado, através da SEPLAG, firmou parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza e com o Tribunal de Justiça do Estado, com o objetivo de obter isenção de impostos e redução de custas cartorárias, visando sanar pendências administrativas, relacionadas à quitação dos financiamentos.

No tocante à pesquisa estratégica, em 2013, a criação de ideias inovadoras tem gerado subsídios para formulação das políticas públicas de desenvolvimento do Estado do Ceará, destacando-se a publicação e divulgação de informações e estudos sociais, econômicos e geográficos e a elaboração e divulgação de indicadores socioeconômicos.

Em 2013, por intermédio do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, a SEPLAG coordenou os trabalhos de preparação para uma operação de crédito com o Banco Mundial, no valor de US$ 350 milhões, relacionada com o Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR) do Ceará, que tem por objetivo garantir a continuidade dos investimentos em áreas estratégicas do Estado, de forma a promover um crescimento econômico que privilegie a inclusão social e seja ambientalmente sustentável.

Inserido no contexto em que a Tecnologia da Informação e Comunicação permeia a vida dos cidadãos e reconhecendo a importância da universalização dos serviços digitais, com sustentabilidade financeira, o Governo do Estado do Ceará, através da Empresa de Tecnologia de Informação do Estado – ETICE, tem realizado esforços no desenvolvimento de projetos que fomentam a inclusão digital da população do Estado do Ceará.

Dentre os projetos desenvolvidos pela ETICE, destaca-se o lançamento de uma infraestrutura de alta tecnologia, que permitirá a universalização da banda larga no Estado do Ceará, democratizando o acesso à informação digital e apoiando projetos do Governo em diversas áreas, o Cinturão Digital do Ceará – CDC. Esta rede de transmissão de dados, pioneira no país, permite a conectividade dos cidadãos em alta velocidade, possibilitando o acesso a serviços digitais e visando ao desenvolvimento socioeconômico do Estado, à modernização da gestão pública e à ampliação da prestação de serviços à população.

O desempenho dos indicadores definidos para o alcance dos resultados estratégicos da SEPLAG demonstra uma evolução satisfatória, conforme quadro abaixo.

Planejamento e Gestão
Evolução de Indicadores 2010-2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Valor total da ordem de compras governamentais por registro de preço (R$ milhão)	181,54	127,12	172,14	274,69
Municípios com cobertura de Banda Larga (nº)	58	72	99	100
Acessos externos aos serviços e informações do Governo pela internet (nº)	28.765.645	3.409.460	18.283.790	9.555.208
População urbana dos Centros Municipais com acesso ao serviço de internet-Banda Larga	4.177.839	4.387.816	4.580.950	4.757.105
Servidores públicos capacitados (nº)	57.004	36.011	15.565	18.518(*)

(*) Informações atualizadas até outubro/2013.
Fonte: SEPLAG.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 001 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

O Programa objetiva coordenar e modernizar o Sistema de Gestão de Pessoas, com foco na valorização da carreira e distinção do Servidor Público do Estado do Ceará, envolvendo ações de perícia médica, assistência médica, capacitação/formação, melhoria da qualidade de vida e, ainda, ações socioeducativas e culturais para integração e socialização do aposentado e de preparação para aposentadoria.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Ofertar 84.000 oportunidades de participação em eventos socioeducativos e culturais	21.000	35.144	67.971
Capacitar/formar 23.560 servidores dos diversos Órgãos do Estado	5.890	6.355	11.745
Promover a participação de 1.600 servidores dos diversos Órgãos do Estado em eventos de capacitação de curta duração (palestras, encontros, seminários, oficinas, fóruns e congressos)	400	1.521(*)	6.283
Realizar 365.184 atendimentos de assistência médico-hospitalar	91.296	89.639 (**)	191.250
Assistir 1.144.425 pessoas com assistência médica (consulta)	286.107	227.607	452.429

(*) Neste número, está estimada a participação de 635 pessoas, das 793 inscritas no Congresso Ceará Gestão Pública 2013, que se realizará no final de novembro.
(**) Dados até novembro/2013.
Fonte: SEPLAG.

Principais Ações Realizadas

- Análise de 10.653 processos, referentes a editais de concursos, informações para a PGE de casos sub judice, cessão e remoção de servidor, seleção de estagiários de nível médio e superior;
- Coordenação de 27 Concursos Públicos em fase de preparação e autorizados, visando a, aproximadamente, a 8.954 vagas;
- Participação no desenvolvimento e implantação do novo Sistema da Folha de Pagamento;
- Participação na elaboração de repercussão financeira de implantações de Plano de Cargos e Carreiras - PCC e gratificações aprovadas pelo Governo;
- Realização de 23.791 atos periciais (até novembro de 2013);
- Realização de perícias do interior in loco, em casos considerados especiais pela equipe médica;
- Implantação do agendamento de perícias médicas por via da web, visando à praticidade e à desburocratização;
- Universalização da biometria na rede credenciada, com a instalação de 877 leitores, dos quais 726 na capital e 151 na rede credenciada do interior;
- Implantação de biometria para autorização de procedimentos odontológicos;
- Realização de dezessete Campanhas Educativas Preventivas de Saúde;
- Elaboração e apresentação de estudos que subsidiam ao Governo a escolha de um novo modelo de assistência à saúde;
- Lançamento do novo Edital de Credenciamento, visando à ampliação da rede credenciada;
- Capacitação e aperfeiçoamento de 7.876 servidores em gestão pública, por meio de cursos, oficinas, palestras, seminários e congressos ofertados pela Escola de Gestão Pública;
- Oferta de escolarização a 357 servidores, viabilizando a continuidade de seus estudos em nível de ensino fundamental e médio;
- Viabilização de matrícula e mensalidade subsidiada para 284 pessoas em cursos de graduação nas faculdades particulares que mantêm cooperação técnica com a Escola de Gestão Pública - EGP;
- Viabilização da participação de 313 servidores estaduais em cursos de pós-graduação;
- Entrega do Prêmio Ceará Gestão Pública.

PROGRAMA 018 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA ESTADUAL

O Programa objetiva definir e executar estratégias de TIC, visando à melhoria da Gestão Pública, otimizar as aquisições de bens e serviços de TIC e fortalecer a Governança do Estado na prestação de serviços de TIC para Órgãos e Entidades Estaduais.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Analisar os processos de aquisições de bens e serviços de TIC acima do limite de dispensa, demandados por 100% dos órgãos/entidades do Estado	65	65	65
Implementar e acompanhar as estratégias de TIC em 100% dos Órgãos/Entidades do Estado	61	61	62
Prover cobertura do Cinturão Digital nos 184 municípios	88	100	100
Prover conectividade a 100% das sedes e unidades descentralizadas dos Órgãos/Entidades Estaduais	600	875	875

Fonte: SEPLAG.

Principais Ações Realizadas

- Acompanhamento e controle da execução de 45 projetos executivos na área de TIC, demandados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- Acompanhamento de 160 Planos de Ação de TIC das Setoriais;
- Realização de três eventos de Fomento à Utilização de Melhores Práticas de TIC, para um público de 153 servidores; de sete eventos entre seminários, treinamentos, cursos técnicos e workshops, formando e certificando 393 gestores e técnicos de TIC dos órgãos e entidades estaduais; e do Prêmio Ceará Cidadani@ Eletrônica 2013, destinado a todas as instituições públicas com sede no Estado do Ceará, com 45 projetos inscritos, sendo 38 projetos selecionados e dez projetos premiados em duas categorias;
- Formação de quarenta Gestores de TIC no Curso de Governança de TIC;
- Aquisição de um sistema de servidores em Blade, para suportar a solução de mineração de dados e centralizar a execução dos sistemas corporativos da SEPLAG, além de possibilitar a utilização da tecnologia de virtualização de servidores;
- Implantação do sistema Acesso Cidadão, que permite, por via do ambiente web, a consulta, pelo cidadão, dos serviços prestados pelas instituições públicas do Poder Executivo do Estado do Ceará;
- Integração dos sistemas LIMITE COGERF e S2GPR, garantindo maior consistência dos dados;
- Desenvolvimento em plataforma web do novo sistema de Folha de Pagamento do Governo do Estado, com migração dos dados da plataforma Mainframe;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades para o sistema SIGERH;
- Implantação do sistema SIPREV do Ministério da Previdência, para transferência de dados do SIGERH e da Folha de Pagamento para o Ministério da Previdência;
- Desenvolvimento do sistema Servidor On-line, visando facilitar e unificar serviços que serão disponibilizados ao servidor público;
- Ampliação de 258 clientes conectados à rede CDC, por meio de fibra óptica e/ou rádio, totalizando 875 clientes instalados;
- Expansão dos municípios beneficiados com a infraestrutura de fibra óptica do CDC, totalizando cem municípios;
- Elaboração do Projeto de Expansão do CDC para os demais municípios;
- Execução do remanejamento de fibra óptica em Guaramiranga;
- Realização da Conexão do Castelão ao Cinturão Digital com fibra óptica.

PROGRAMA 019 – COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTADUAL

O Programa objetiva coordenar as atividades do Sistema Estadual de Planejamento orientado para Resultados, disponibilizar informações para contribuir com as políticas e programas relacionados à redução da pobreza no Estado e assessorar os órgãos e entidades na Captação de Recursos, por meio de Operações de Crédito, e na contratação de Parcerias Público-Privadas e de Serviços Públicos, mediante Contratos de Gestão.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Assessorar 17 órgãos no Monitoramento e Gerenciamento de Projetos	17	17	17
Monitorar a execução física e financeira de 90 projetos/ano, financiados com recursos do FECOP	150	144	144
Reconhecer 40 municípios do estado que mais avançaram no alcance de Indicadores Sociais	20	20	20
Viabilizar a contratação de 14 Operações de Crédito	09	05	09
Viabilizar a contratação e o monitoramento de 12 Parcerias Público-privadas	05	05	06
Elaborar 60 estudos na área de desenvolvimento inclusivo	13	8	29
Elaborar 08 estudos de Avaliação de Impactos Econômicos e Sociais de ações no Estado do Ceará.	2	9	34
Elaborar 12 estudos tendo por base instrumentos de cartografia e georreferenciamento	2	3	9

Fonte: SEPLAG.

Principais Ações Realizadas

- Realização do "Curso Básico para Elaboração dos PPAs Municipais", em parceria com a Escola de Gestão Pública – EGP, Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, direcionado a técnicos e gestores municipais, com a participação de 86 municípios do Estado do Ceará;
- Elaboração da Mensagem 2013, entregue à Assembleia Legislativa em fevereiro de 2013;
- Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (Lei nº 15.406, de 05 de agosto de 2013), estabelecendo as prioridades, os objetivos e as estratégias da administração pública estadual para o exercício financeiro subsequente;
- Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014;
- Desenvolvimento de metodologia de Monitoramento Intensivo de Resultados Estratégicos Setoriais e das regras de negócio para estruturação de Sistema Informatizado, que contribuirão para a tomada de decisão da alta gestão de governo;
- Desenvolvimento de metodologia de Monitoramento do Plano Plurianual 2012-2015 e das regras de negócio para desenvolvimento do Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação;
- Realização do Curso Orientações para Elaboração de Projetos do FECOP, com 20h/aula, capacitando 72 técnicos de dez Secretarias Setoriais;
- Elaboração de Relatório de Monitoria de cinco projetos financiados pelo FECOP;
- Elaboração de Relatório de Avaliação de Impacto, em parceria com o IPECE, de três projetos financiados com recursos do FECOP;
- Assessoramento na negociação e

contratação de projetos no valor aproximado de R$ 1,2 bilhão de reais;

- Assessoramento e análise de nove cartas-consultas para projetos que serão financiados por meio de operações de crédito em diversas áreas, totalizando o valor de, aproximadamente, R$ 2,8 bilhões de reais;
- Assessoramento a doze Projetos pertencentes ao Programa Estadual de Parcerias Público-privadas;
- Publicação de enfoques abordando assuntos relacionados à Balança comercial cearense; desempenho da produção da indústria do Ceará; mercado de trabalho; evolução das exportações cearenses, dentre outros;
- Acompanhamento da nova Lei do ICMS, que calcula e divulga os índices de repartição de 25% da cota-parte do ICMS destinada aos municípios cearenses;
- Publicação de estudos realizados sobre indicadores na área social, visando subsidiar as políticas voltadas para a redução das desigualdades socioeconômicas;
- Participação da criação da Rede Intergeracional de Informações para a Saúde - RIPSA do Ceará, com a SESA e demais órgãos convidados;
- Elaboração das seguintes publicações: Anuário Estatístico do Ceará, disponibilizando informações socioeconômicas e geográficas para a sociedade cearense; Ceará em Números, fornecendo uma síntese, de forma consolidada, do cenário econômico e social do Estado do Ceará; Ceará em Mapas, composto por um conjunto de informações georreferenciadas e espacializadas; Perfil Básico Municipal, que proporciona uma visão panorâmica dos diversos aspectos socioeconômicos e geográficos dos 184 municípios do Estado do Ceará; Perfil Básico das Macrorregiões de Planejamento, contemplando um conjunto de indicadores para as oito macrorregiões de planejamento do Estado, subsidiando a abordagem regional no planejamento de políticas públicas.

PROGRAMA 020 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ESTADUAL

O Programa objetiva coordenar, monitorar e controlar atividades voltadas à modernização da gestão, com ênfase na melhoria do atendimento ao cidadão, e incentivar os órgãos/entidades da Administração Pública a buscar a melhoria da gestão. Visa, também, implementar diretrizes relacionadas ao sistema de compras governamentais e à gestão do patrimônio público estadual.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias – 2013	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Realizar 04 ciclos do Prêmio Ceará Gestão Pública – PCGP	01	01	02
Realizar atualização e cadastramento de 7.000 imóveis	4.025	1.840	1.840
Atender 100% das demandas de atualização das estruturas organizacionais dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual	64	29	54
Atender 100% das demandas de redesenho de processos	64	04	10

Fonte: SEPLAG.

Principais Ações Realizadas

- Consultoria e elaboração de proposta de revisão estrutural de 29 Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual;
- Análise do Decreto de Regulamento de nove Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual;

- Mapeamento dos processos corporativos: Emergência dos Hospitais Albert Sabin – HIAS e Dr. Carlos Alberto Studart Gomes – HCASG; Gestão da Folha de Pagamento (SEPLAG);
- Redesenho do processo interno de Aquisição de Bens e Serviços – Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará – ISSEC;
- Acompanhamento do cadastro de 2.672 serviços prestados pelos órgãos e entidades estaduais no sistema Acesso Cidadão (antigo Catálogo Eletrônico);
- Realização do IV do Prêmio Ceará Gestão Pública – PCGP;
- Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Registro de Preços – SRP, adequando-o às novas demandas;
- Contratação do Sistema de Preços Referenciais;
- Implantação do Sistema de Gestão de Fornecedores e do Sistema de Cotação Eletrônica, ambos baseados na plataforma S2GPR;
- Elaboração de Laudos Técnicos e Avaliação dos 6.782 imóveis do Estado do Ceará;
- Redesenho dos processos de gestão patrimonial, atendendo a diretriz de governo de integração com o sistema S2GPR;
- Conclusão do novo Sistema de Gestão de Bens Imóveis – SGBI.

PROGRAMA 074 – GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL

O Programa objetiva aprimorar a gestão previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado do Ceará, bem como assegurar o pagamento das aposentadorias dos servidores públicos civis, dos agentes públicos e membros de Poder do Estado, dos subsídios dos militares estaduais transferidos para a reserva remunerada e reforma, bem como das pensões por morte aos respectivos dependentes do segurado falecido.

Metas Prioritárias

Meta Prioritária 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Manter o pagamento de 92.000 benefícios concedidos aos servidores públicos estaduais na forma prevista em lei	78.912	78.912	78.912

Fonte: SEPLAG.

Principais Ações Realizadas

- Análise, até novembro de 2013, de 14.833 processos de concessão de aposentadoria, reserva remunerada e reforma de militares, bem como de pensão post mortem de segurados do Sistema, incluindo análises de abono de permanência;
- Análise, até novembro de 2013, de 1.521 processos de emissão de certidões e declarações de natureza previdenciária, além de pronunciamentos relativos à averbação e desaverbação de tempo de contribuição;
- Realização, até novembro de 2013, de 7.478 procedimentos em folha de pagamento relacionados a pagamentos de benefícios previdenciários de aposentadoria, reserva, reforma, pensão previdenciária e abono de permanência.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

Gestão Fiscal

A Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ, incumbida da missão de "Captar e gerir os recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável do Estado e promover a cidadania fiscal", depara-se com um cenário desafiador, que contempla grande número de contribuintes exigindo iniciativas robustas que conduzam à eficiência das ações fiscais, indicadores macroeconômicos, eventualmente desfavoráveis, e demandas crescentes da população.

A instituição, desde 2007, vem acompanhando as mudanças de cenário que envolvem a atividade do Fisco e adequando-se a elas por meio da adoção do Planejamento Estratégico. Essa diretriz permite identificar tempestivamente oportunidades de implementação de ações que contemplem a modernização de sua estrutura tecnológica, o incremento de eficiência das ações fiscais, o aperfeiçoamento e a desburocratização de seus procedimentos e a melhoria da relação Fisco-Sociedade.

A Política Fiscal adotada pelo Governo do Estado, operacionalizada pela Secretaria da Fazenda, tem promovido o contínuo equilíbrio dos principais indicadores de gestão estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto tem garantido ao Governo do Estado do Ceará a autonomia financeira necessária à implantação de seus projetos estruturantes, além da capacidade para captar operações de crédito a fim de financiar grandes investimentos.

Os demonstrativos da Evolução da Receita Corrente Líquida e da Evolução do Resultado Primário, indicados abaixo (Quadros I e II), apresentam, respectivamente, o crescimento da Receita Corrente Líquida no período de 2007 a 2013, tendo como maior responsável os resultados crescentes da arrecadação própria e a contínua superação das metas de Resultado Primário.

Quadro 1 - Evolução da Receita Corrente Líquida - 2007 a 2013

Item	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
Receita Corrente Líquida – RCL (R$ Milhões)	6.560,10	7.886,59	8.400,94	9.664,27	10.966,44	12.130,62	13.343,37
Variação Acumulada	-	20%	28%	47%	67%	85%	103%

* Período nov/12 a out/13.
Fonte: SEFAZ.

Quadro 2 - Evolução do Resultado Primário - 2007 a 2013

Resultado Primário	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
Resultado Primário do Exercício (R$ milhão)	1.133,99	1.380,24	1.164,64	877,16	1.881,42	621,07	1.357,05
Meta de Resultado Primário prevista no Anexo de Metas Fiscais da LDO	257,00	238,08	238,08	150,00	1.099,64	262,00	313,46

* Dados de Jan/13 a Out/13.
Fonte: SEFAZ.

A margem para captação de recursos por meio de operações de crédito pode ser identificada pelos demonstrativos de Evolução da Dívida Consolidada Líquida e Evolução das Operações de Crédito (Quadros III e IV), onde fica demonstrado que o Estado do Ceará possui ampla capacidade de endividamento.

Quadro III - Evolução da Dívida Consolidada Líquida – 2007 a 2013

Dívida Consolidada Líquida (DCL)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
DCL (R$ Milhão)	2.512,03	1.857,04	1.446,62	2.680,11	3.221,72	3.360,36	3.443,05
% DCL/RCL	38,29%	23,55%	17,62%	27,73%	29,38%	27,70%	26,36%
Limite Fiscal	200%	200%	200%	200%	200%	200%	200%

* Dados de Jan/13 a Out/13.
Fonte: SEFAZ.

Quadro IV - Evolução das Operações de Crédito – 2007 a 2013

Operações de Crédito	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
Total das Operações de Crédito Interna e Externa (R$ Milhão)	227,92	135,95	635,14	1.063,16	913,07	811,53	566,08
% das Operações de Crédito	3,47%	1,72%	7,56%	11,00%	8,33%	6,69%	4,24%
Limite Fiscal	16%	16%	16%	16%	16%	16%	16%

* Operações de crédito – período jan/13 a out/13.
* RCL – Período nov/12 a out/13.
Fonte: SEFAZ.

Sob a óptica do aperfeiçoamento na gestão das finanças públicas, o Governo do Estado do Ceará cumpre os limites constitucionais. Em relação à Dívida Pública, destaca-se o nível de endividamento, quociente entre a Dívida Consolidada Líquida - DCL e a Receita Corrente Líquida - RCL. Em 2013, essa relação apresenta-se em torno de 0,26 (sujeita a alteração), tendo como limite até duas vezes a RCL (Resolução 43 do Senado Federal). Importante salientar que o Governo Estadual, apesar da ampla carteira de investimentos, mantém este indicador praticamente no mesmo limiar de grandeza, em virtude dos esforços para aumentar a Receita Tributária, garantindo uma trajetória sustentável para o endividamento público.

No âmbito macroeconômico, o Estado do Ceará manteve sua política de investimentos associada à política de redução da carga tributária, o que impulsiona o crescimento econômico. Sem comprometer o equilíbrio fiscal, o Ceará, mais uma vez, ultrapassou a meta de Resultado Primário, chegando ao valor de R$ 1.357,05 milhões (até outubro de 2013), de acordo com a metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, retirando do cálculo as despesas com os investimentos considerados estruturantes pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O Quadro V demonstra os avanços obtidos pela SEFAZ no cumprimento de seus resultados setoriais .

Quadro V - Gestão Fiscal - Evolução de Indicadores 2010-2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013 (*)
Capacidade de Endividamento (RLR-DC) (R$ milhão)	3.317,30	3.861,5	4.895,23	2.980,55
Capacidade de investimento do Tesouro (Receita Corrente – Despesa Corrente – Amortização) R$ milhão	952,40	1.503,70	784,53	2.075,19
Evolução Nominal do ICMS (%)	19,80	10,50	12,02	13,55 (**)
Resultado Primário (R$ milhão)	877,16	1.881,42	621,07	1.357,05
Nível de Endividamento – LRF (proporção da RCL)	0,28	0,29	0,28	0,26

(*) Os valores são referentes ao período de janeiro a outubro de 2013.
(**) Os valores da arrecadação de novembro e dezembro de 2013 são estimados, sujeitos a alterações.
Fonte: SEFAZ.

Uma aliada dessa política é a tecnologia, através da atualização de plataformas de bases de dados de sistemas. Entre outros avanços, podem ser citados: a possibilidade do cruzamento de informações fiscais; a criação de novas interfaces com os contribuintes; a adesão a novos procedimentos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, como a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica); o cadastro sincronizado; e o compartilhamento de informações com outras entidades. Tudo isso conduz ao ganho de eficiência dos procedimentos de fiscalização, arrecadação e monitoramento e de inteligência e, consequentemente, a novos patamares de resultados de arrecadação.

No que se refere à análise do desempenho da arrecadação tributária do Estado do Ceará, em 2013, atingiu o montante de R$ 9,325 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 92,55% da Receita de Arrecadação Própria. O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA contribuiu com 5,75%; o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCD com 0,66%; e as taxas e outras receitas tributárias com 1,04%. O montante tributário relativo à arrecadação própria obteve um crescimento nominal de 13,57%, comparado ao do exercício de 2012, quando se atingiu o valor de R$ 8,211 bilhões, conforme demonstrado no Quadro VI.

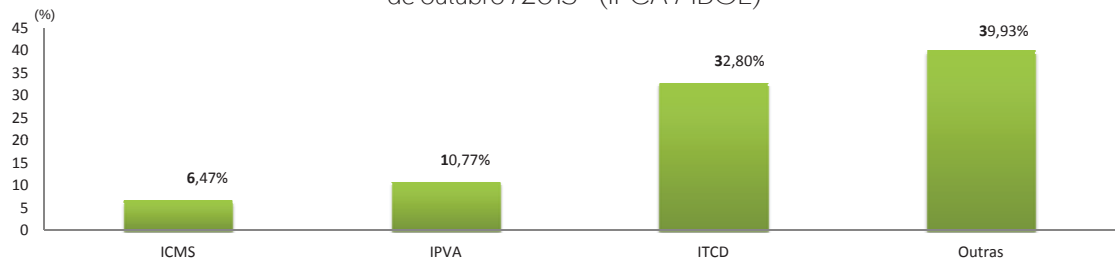
Quadro VI - Receitas de Arrecadação Própria - Valores Nominais

Receitas	2012	2013	Variação (2013 / 2012)	Participação (%)
ICMS	7.646.410.385,67	8.630.550.453,68	12,87%	92,55%
IPVA	455.660.189,68	536.221.245,80	17,68%	5,75%
ITCD	43.867.428,76	61.992.798,38	41,32%	0,66%
Multas autônomas / Taxas / Outras	65.246.948,70	96.804.961,17	48,37%	1,04%
Total	8.211.184.952,81	9.325.569.459,02	13,57%	100%

Nota1: nestes montantes, estão inclusos os valores referentes ao principal, multa e juros, Dívida Ativa e FECOP.
Nota 2: os valores da arrecadação de novembro e dezembro de 2013 são estimados, sujeitos a alterações.
Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC.

Considerando os valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE) de outubro de 2013, as receitas de arrecadação própria no exercício de 2013, no período de janeiro a dezembro, totalizaram R$ 9,448 bilhões, obtendo um acréscimo de 7,12% em termos reais, comparando com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Crescimento Real das Receitas de Arrecadação Própria Valores a preços de outubro /2013 - (IPCA / IBGE)



Fonte:

No que diz respeito às transferências constitucionais feitas ao Tesouro Estadual, estas atingiram R$ 4,923 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2013, com um acréscimo nominal de 5,53% relativamente ao mesmo período do ano passado, conforme demonstrado no Quadro VII. Destaca-se como a de maior representatividade a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que, no período supracitado, totalizou R$ 4,832 bilhões, com um acréscimo nominal de 6,31%, comparado com 2012.

Quadro VII - Receitas de Transferências Constitucionais
Valores Nominais

Receitas	2012	2013	Variação (2013 / 2012)	Participação (%)
FPE	4.545.620.948,57	4.832.514.692,96	6,31%	98,15%
CIDE	29.695.805,77	1.564.203,77	-94,73%	0,03%
ROYALTIES	32.615.195,86	36.936.859,44	13,25%	0,75%
IPI	27.785.366,89	28.817.882,12	3,72%	0,59%
LEI KANDIR	23.821.346,28	23.821.346,27	0,00%	0,48%
FUNDO DE EXPORTAÇÃO	6.100.672,50	-	-100,00%	0,00%
TOTAL	4.665.639.335,87	4.923.654.984,56	5,53%	100%

Nota1: os valores da arrecadação de novembro e dezembro de 2013 são estimados, sujeitos a alterações.
Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC.

Conforme demonstração dos valores corrigidos pelo IPCA (IBGE) de outubro de 2013, no Quadro VIII, as transferências constitucionais somaram R$ 4,991 bilhões, de janeiro a dezembro de 2013, enquanto, no mesmo período do ano anterior, totalizaram R$ 5,014 bilhões, apresentando um decréscimo real de 0,46%.

Quadro VIII - Receitas de Transferências Constitucionais
Valores a preço de outubro/2013 – (IPCA / IBGE)

Receitas	2012	Variação (2013 / 2012)	Variação (2013 / 2012)	Participação (%)
FPE	4.885.665.909,04	0,29%	0,29%	98,15%
CIDE	32.251.341,70	-95,06%	-95,06%	0,03%
ROYALTIES	35.060.090,08	6,75%	6,75%	0,75%
IPI	29.810.920,17	-2,08%	-2,08%	0,58%
LEI KANDIR	25.582.140,79	-5,90%	-5,90%	0,48%
FUNDO DE EXPORTAÇÃO	6.418.517,54	-100,00%	-100,00%	0,00%
TOTAL	5.014.789.019,32	-0,46%	-0,46%	100%

Nota1: os valores da arrecadação de novembro e dezembro de 2013 são estimados, sujeitos a alterações.
Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC

Por fim, considerando o somatório das receitas de arrecadação própria e as transferências constitucionais, o Estado arrecadou, no período de janeiro a dezembro de 2013, o valor de R$ 14,249 bilhões, com crescimento nominal de 10,66%, comparando-se ao mesmo período do ano passado, como demonstrado no Quadro IX. Destaca-se que o acréscimo real neste período foi de 4,37%.

Quadro IX
RECEITA TOTAL
Valores Nominais e Corrigidos a preço de outubro/2013 (IPCA /IBGE)

Receita Total	2012	2013	Variação (%) 2013/2012
Valores nominais	12.876.824.288,68	14.249.224.443,58	10,66%
Valores corrigidos a preços de outubro de 2013	13.835.663.646,83	14.440.760.005,17	4,37%

Nota 1: os valores da arrecadação de novembro e dezembro de 2013 são estimados, sujeitos a alterações.
Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC.

Quanto à arrecadação acumulada do ICMS, no período de janeiro a dezembro de 2013, totalizou, em termos nominais, o valor de R$ 8,630 bilhões, que corresponde a um incremento de 12,87% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a arrecadação atingiu o total de R$ 7,646 bilhões. Importante, também, foi o desempenho da arrecadação de ICMS nos exercícios de 2012 e 2013, constatando-se um acréscimo real de 6,47%, no período de janeiro a dezembro 2013, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

No que se refere ao ICMS por segmento econômico, constata-se que o segmento industrial obteve um crescimento nominal de 16,77%, quando comparado ao do exercício de 2012, totalizando um montante arrecadado de R$ 1,797 bilhão em 2013. O crescimento real desse mesmo segmento, entre 2012 e 2013, foi de 10,18%. Saliente-se que a arrecadação do referido segmento representou uma participação de 20,83% do total de ICMS arrecadado pelo Estado, conforme dados apresentados nos Quadros X e XI.

Observando-se o desempenho dos comércios atacadista e varejista, os números comprovam que o volume de vendas do comércio cearense continuou sua trajetória de crescimento durante o exercício, fato que repercutiu em uma taxa positiva de 16,70% em 2013, em termos nominais, quando comparado com o ano de 2012. O crescimento anual proporcionou incremento nominal da receita no valor de R$ 441,11 milhões, conforme apresentado no Quadro X. Destaca-se ainda que a variação positiva do comércio, em termos reais, atingiu 10,10% (IPCA-IBGE), conforme apresentado no Quadro XI.

Merece destaque o desempenho positivo dos macrossegmentos de Combustíveis, Comunicação e Energia Elétrica, com representatividade de 39,60% da arrecadação total do ICMS, que proporcionaram, no exercício de 2013, receita de R$ 3,417 bilhões, resultando em um incremento de 11,12%, em termos nominais, comparado com o ano de 2012, quando o total foi de R$ 3,075 bilhões (Quadro X). Em termos reais, esse incremento correspondeu ao percentual de 4,81% (Quadro XI).

Salienta-se que o crescimento dos macrossegmentos foi alavancado pelo segmento de combustíveis, no entanto, o segmento de energia elétrica apresentou uma queda de 8,73% em termos nominais, haja vista as reduções nas tarifas praticadas, conforme apresentado no Quadro X.

Quadro X - Receita de ICMS por Segmento Econômico
Valores Nominais

Segmento	2012	2013	Variação R$	Variação %	Part. 2013
Combustível	1.540.679.235,96	1.878.476.063,69	337.796.827,73	21,93%	21,77%
Industrial	1.539.564.501,13	1.797.716.193,81	258.151.692,68	16,77%	20,83%
Comerciante Atacadista	1.489.936.882,43	1.738.704.719,87	248.767.837,44	16,70%	20,15%
Comerciante Varejista	1.151.971.534,10	1.344.322.805,37	192.351.271,27	16,70%	15,58%
Serviço de Comunicação	723.289.781,20	798.392.939,08	75.103.157,88	10,38%	9,25%
Energia Elétrica	811.856.003,61	740.967.181,14	70.888.822,47	-8,73%	8,59%
Outros	389.112.447,24	331.970.550,72	57.141.896,52	-14,69%	3,85%
Total	7.646.410.385,67	8.630.550.453,68	984.140.068,01	12,87%	100%

Fonte: SEFAZ.

Quadro XI
Receitas de ICMS por Segmento Econômico
Valores a preços de Outubro/2013 – (IPCA / IBGE)

Segmento	2012	2013	Variação R$	Variação %	Part. 2013
Combustível	1.653.788.261,38	1.902.837.386,57	249.049.125,19	15,06%	21,77%
Industrial	1.651.664.007,78	1.819.852.114,25	168.188.106,47	10,18%	20,82%
Comerciante Atacadista	1.598.503.738,16	1.760.057.311,55	161.553.573,39	10,11%	20,14%
Comerciante Varejista	1.236.543.066.48	1.361.219.707.84	124.676.641,36	10,08%	15,58%
Serviço de Comunicação	777.110.631,67	808.625.210,28	31.514.578,61	4,06%	9,25%
Energia Elétrica	872.523.483.05	750.815.333,28	121.708.149,76	-13,95%	8,59%
Outros	418.243.950,11	336.192.079,68	82.051.870,43	-19,62%	3,85%
Total	8.208.377.138,63	8.739.599.143,47	531.222.004,84	6,47%	100%

Nota 1: nesses montantes, estão inclusos os valores referentes ao principal, multa e juros, Dívida Ativa e FECOP.
Nota 2: os valores da arrecadação de novembro e nezembro de 2013 são estimados, sujeitos a alterações.
Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC

A Secretaria da Fazenda vem buscando gerir os recursos de forma efetiva e, assim, atingir os objetivos que levam à consecução das suas atividades em benefício do "cidadão contribuinte" por meio dos seguintes Programas: 009 - Modernização da Gestão Fiscal; 010 - Gestão Fiscal e Financeira; e 011 – Cidadania Fiscal.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 009 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

O Programa tem como objetivo principal melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal, visando a: (i) aumentar a receita própria do Estado; (ii) aumentar a eficiência e a eficácia e melhorar o controle do gasto público; e (iii) prover melhores serviços ao cidadão. Metas prioritárias e ações realizadas:

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Modernizar 80% das Unidades Fazendárias da capital e do interior	25,58	55,88	86,11
Realizar 90% das inscrições de cadastro de contribuintes em até 72 horas	85,00	85,51(1)	85,51

(1) Dado atualizado até nov/2013.
Fonte: SEFAZ.

Principais Ações Realizadas

- Aquisição de cem terminais de autoatendimento com tela touch screen, para integrarem a rede de atendimento da SEFAZ, ampliando o número desses equipamentos nas unidades de atendimentos da SEFAZ;
- Expansão da solução de Circuito Fechado de Televisão - CFTVs das sedes da SEFAZ;
- Expansão de controle de acesso físico (leitor, catraca, cartão, câmera e botoeiras de emergência);
- Aquisição de equipamentos de rede (switches e acessórios);
- Início da operação do Equipamento de Raios-X de Carga, scanner fixo localizado no Posto Fiscal de Penaforte, visando combater a sonegação fiscal e o contrabando no posto de fiscalização localizado em Penaforte.
- Implantação de sistema de pesagem dinâmica de cargas, composto por balança, cancela eletrônica, câmeras OCR e do tipo Dome no Posto Fiscal de Aracati, instrumentos com tecnologia avançada, tornando mais ágil e eficiente o processo de controle e fiscalização de tributos nas divisas do Estado, previsto para dezembro de 2013.

PROGRAMA 010 - GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

O Programa objetiva aprimorar os processos fiscais, aparelhar e instrumentalizar as Unidades da SEFAZ, de forma a aperfeiçoar a gestão dos recursos financeiros do Estado, garantindo o equilíbrio fiscal e a eficiência do sistema de arrecadação.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Aparelhar 80% das Unidades da SEFAZ.	25,58	30,23	55,81
Aprimorar 03 processos fiscais.	1	3	3

Fonte: SEFAZ.

Principais Ações Realizadas

- Instituição do Programa de Refinanciamento Fiscal – REFIS 2013: a Lei nº 15.384 de 25 de julho 2013, publicada no D.O.E., de 31/07/2013, estabeleceu condições especiais aos contribuintes do ICM/ICMS, IPVA e ITCD para efetuarem a

regularização dos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/12/2012, inscritos ou não em Dívida Ativa. O prazo de adesão é até 30/12/2013. A arrecadação alcançada com os recolhimentos efetivos até outubro de 2013 foi de R$ 157,06 milhões;

- Consolidação do Projeto desenvolvido em parceria entre os Fiscos Estaduais e Federal, que abrange a Escrituração Digital – EFD e Nota Fiscal Eletrônica – NFe. Atualmente, 22.351 contribuintes estão obrigados à emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, sendo que, desse total, 5.048 contribuintes ingressaram no exercício de 2013. Destaca-se que, no período de janeiro a novembro de 2013, foram autorizadas 48,44 milhões de NFe pelo Fisco Cearense. O volume dessas operações representou o montante de R$ 164,949 bilhões;

- Ampliação da implementação do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe permitindo um controle maior das operações de trânsito de mercadorias, tendo em vista que as NFe são relacionadas em cada CTe emitido, o que facilita e agiliza o registro de passagem das mercadorias na entrada ou saída do Estado, reduzindo o tempo de permanência dos veículos das transportadoras nos Postos Fiscais de divisa, implicando na redução de custos operacionais. Atualmente, 551 transportadoras estão credenciadas à emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe, sendo que, deste total, 295 contribuintes já estão obrigados à emissão. Destaca-se , no período de janeiro a novembro de 2013, foram autorizadas 3,59 milhões de CTe pelo Fisco Cearense. O volume dessas operações representou o montante de R$ 937,79 milhões;

- Investimento de aproximadamente R$ 85 milhões nas áreas de infraestrutura, equipamentos e tecnologia, através do Projeto de Modernização do Trânsito de Mercadorias;

- Implantação do integrador da REDESIM na JUCEC, consoante com a política do Governo Estadual de desburocratização;

- Instituição do Regime de Substituição Tributária com Carga Líquida do ICMS nas Operações com Produtos de Informática, com o objetivo de ampliar o número de contribuintes e alavancar a arrecadação;

- Implantação da nova sistemática de tributação do ICMS nas operações de trigo;

- Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, com a lavratura de 6.529 Autos de Infração até novembro de 2013, no valor principal total corrigido de R$ 7,60 milhões e, considerando-se as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R$ 26,40 milhões;

- Fiscalização de empresas que resultou no lançamento do crédito tributário de ICMS, por meio de 7.158 Autos de Infração, no valor principal corrigido de R$ 1.849,23 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R$ 1.949,70 milhões;

- Monitoramento fiscal de 4.452 contribuintes, considerados de maior representatividade, com participação de 90% na arrecadação de ICMS do Estado do Ceará. O referido monitoramento visa acompanhar o cumprimento das obrigações principal e acessória dos contribuintes, bem como maximizar a receita de ICMS do Estado, mediante adoção eficiente de indicadores de performance, estruturação de forma padronizada dos procedimentos fiscais e utilização de ferramenta técnica e

gerencial informatizada. Como resultado do Monitoramento Fiscal, foi recolhido espontaneamente aos Cofres Públicos o montante de R$ 70,10 milhões. Os valores recolhidos pelos contribuintes foram decorrentes de notificações dos Agentes Fiscais;

- Pagamento de 41.682 Autos de Infração, que totalizaram R$ 200,71 milhões, incluindo principal, multa e juros, representando uma efetiva cobrança, bem como demonstrando uma excelente recuperação do crédito tributário;
- Monitoramento Fiscal de Substituição Tributária, no qual foram emitidas 108 notificações no valor total de R$ 90,54 milhões. Deste total, foram recuperados R$ 2,97 milhões, sendo 78% deste montante decorrente do REFIS;
- Lançamento do crédito tributário (ICMS, multa e juros) no âmbito da substituição tributária e comércio exterior, por meio de Auto de Infração, no valor de R$ 2,915 bilhões, sendo pagos R$ 27,46 milhões;
- Verificação da exatidão dos ressarcimentos e restituições de ICMS dos segmentos de peças, trigo e outros, totalizando 448 processos, que resultaram numa economia aos Cofres Públicos no valor de R$ 7,77 milhões;
- Monitoramento Fiscal do Comércio Exterior, sendo realizado o acompanhamento de 53 empresas durante o período de janeiro a novembro de 2013. Dessas ações foi recolhido aos cofres estaduais o montante de R$ 668 mil, tendo sido parcelados R$ 38 mil e autuados R$ 13,50 milhões;
- Analisados 6.232 processos de benefícios fiscais de ICMS importação, no prazo máximo de 48 horas, destacando-se a análise dos processos de diferimento, drawback e mandado judicial, que representam 85% dos processos analisados de janeiro a novembro de 2013;
- Lançamento do crédito tributário no macrossegmento energia, comunicação e combustíveis, no montante de R$ 208,7 milhões, no período de janeiro a outubro de 2013;
- Monitoramento Fiscal no macrossegmento energia, comunicação e combustíveis de 167 contribuintes, analisando as operações correntes e efetuando a cobrança de débitos pretéritos. Somente com a fruição dos benefícios do REFIS 2013, previstos na Lei nº 5.384/2013, foram recuperados em torno de R$ 26 milhões de ICMS;
- Supressão de receita tributária de ICMS no valor de R$ 19,69 milhões, que, acrescida dos valores correspondentes às penalidades pecuniárias legais, totalizou um montante de R$ 42,78 milhões devido ao Estado do Ceará, resultante de 269 representações fiscais e 338 autos de infração lavrados, todos com trânsito em julgado na via administrativa e devidamente inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- Realização de ações fiscais de Revisão Fiscal no exercício de 2013, resultando na lavratura de 101 Autos de Infração e o lançamento de R$ 39,22 milhões de ICMS e multa;
- Parcelamentos de débitos fiscais (ICMS e Autos de Infração) pela Internet, bem como o parcelamento do IPVA. O Parcelamento de Débitos Fiscais pela Internet vem dando uma contribuição imensurável para a eficiência no atendimento aos contribuintes de ICMS do Estado do Ceará, haja vista que a aplicação dessa ferramenta trouxe maior

comodidade e agilidade para o contribuinte e transparência na evidenciação dos débitos fiscais, o que permite, com facilidade, a regularização da sua situação Fiscal perante o órgão fazendário;

- Implantação do Projeto Piloto de Controle da arrecadação das receitas originárias dos órgãos da administração direta e indireta. Esse projeto compreende o desenvolvimento de aplicativo para registro, por meio de DAE, da entrada de recursos públicos arrecadados da Administração Direta e Indireta, de modo que se possibilite uma maior segurança na gestão da receita estadual e o acompanhamento do repasse das receitas públicas aos órgãos envolvidos;
- Implantação do Catálogo Eletrônico de Valor de Referência - CEVR, que permite criar um catálogo único de preços dos produtos, calcular médias parciais e totais dos produtos, gerar indícios de subfaturamento, subsidiar estudos para formação da pauta fiscal, mediante utilização intensiva das informações prestadas pelos contribuintes através de NF-e e SPED;
- Implantação do Projeto Piloto do Sistema de Gestão Tributária - SIGET para o fornecimento de dados e informações econômico-fiscais, possibilitando à Administração Tributária monitorar o cumprimento das obrigações tributárias e efetuar análises do desempenho fiscal dos contribuintes;.
- Implantação do Painel Fiscal, que consiste em um sistema de acompanhamento do desempenho dos tributos estaduais através de indicadores extraídos da base de dados corporativa da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ), possibilitando o registro e o acompanhamento de análises subjetivas e ações designadas por indicador e período, seus impactos nos resultados, em um ambiente de rede social integrada, além da integração desse software com os dados corporativos da SEFAZ;
- Emissão de 9.112 Certidões de Inteiro Teor; 22.914 Certidões Simplificadas; 3.998 Certidões Específicas; 8.176 Autenticações de Livros pela Junta Comercial.

PROGRAMA 011 – CIDADANIA FISCAL

O Programa tem por objetivo a conscientização dos cidadãos sobre a função social dos tributos e de sua responsabilidade no controle da aplicação desses recursos por meio de exercício da cidadania, buscando, assim, a constituição de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Sensibilizar, anualmente, 3.500 pessoas através das ações de Educação Fiscal	3.500	9.450	15.060
Capacitar, anualmente, 1.500 servidores públicos	1.500	1.599	3.166
Realizar, anualmente, 05 eventos educativos	5	79	150

Fonte: SEFAZ.

Principais Ações Realizadas

- Realização de curso on-line de Disseminadores de Educação Fiscal para 455 servidores públicos, em parceria com a Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF;
- Capacitação de 153 professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Iguatu e Aquiraz, que atuarão como multiplicadores nas escolas da rede pública municipal;
- Realização do Programa Cidadania e Controle Social, parceria do Tribunal de Contas do Município com a SEFAZ, capacitando 922 gestores e servidores públicos municipais, a fim de otimizar seu desempenho como gestor dos recursos públicos, bem como levar aos membros da sociedade civil o conhecimento básico para que o cidadão possa exercer sua função como agente transformador da sociedade;
- Realização de cursos de Tributação e Cidadania Fiscal para 104 alunos de contabilidade e escolas profissionalizantes integrantes do Conselho Regional de Contabilidade, 1.425 alunos e estagiários do Projeto Primeiro Passo, para 109 estudantes universitários de diversos cursos e para 41 moradores de comunidades, visando incentivar uma formação crítica e cidadã;
- Implementação do Projeto Educação Fiscal Itinerante, com a sensibilização de 229 servidores e colaboradores, objetivando disseminar, de forma crítica e reflexiva, os conteúdos da Educação Fiscal no local de trabalho;
- Realização de oficinas de formação cidadã, com a participação de 55 tutores do Curso de Disseminadores e do público infantil no Instituto Lourdes Viana e 3.400 alunos do ensino médio profissionalizante;
- Realização de 35 palestras, sensibilizando 2.374 servidores, estudantes de nível médio, estudantes universitários e ONGs, com o objetivo de levar à população o conhecimento básico e as ferramentas que possibilitem ao cidadão atuar como agente transformador da sociedade e conhecer os mecanismos de controle social dos recursos públicos.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

Controladoria
e Ouvidoria

No intuito de zelar pela qualidade e regularidade na aplicação dos recursos públicos, promover a transparência e incentivar a participação popular, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE assenta suas bases num conjunto de propostas de ações prioritárias e inovadoras, direcionadas à implantação do controle interno preventivo, à aplicação de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, bem como à consolidação da gestão democrática participativa.

O controle interno preventivo corresponde a uma moderna técnica, cujas atividades estão voltadas para a racionalização e o monitoramento de processos organizacionais, contribuindo para otimizar os níveis de eficiência e eficácia das ações governamentais. A implantação do controle interno preventivo proporcionará maior segurança administrativa na tomada de decisão pelos gestores estaduais, à medida que deverá reduzir a ocorrência de desvios que possam comprometer a eficiência no uso de recursos, a eficácia na disponibilização de bens e serviços e a conformidade legal dos atos administrativos, além de possibilitar a identificação e a disseminação de boas práticas de gestão.

As ações de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, por sua vez, consistem em atividades de auditoria focadas na avaliação dos controles internos e na gestão de riscos. Tais ações visam contribuir para a consolidação do controle interno preventivo, à medida que poderão aferir a eficácia dos controles implantados, propondo ações necessárias ao seu aprimoramento, em relação a processos específicos, programas de governo e áreas especializadas (obras e tecnologia da informação e comunicação), agregando valor às abordagens tradicionais de auditoria interna.

Em relação à gestão democrática participativa, destaque-se que se constitui na participação da sociedade no planejamento, acompanhamento e controle das políticas e ações de governo. A adoção desse modelo de gestão contribui para o fortalecimento das práticas de governança democrática e transparente, além de permitir alcançar níveis satisfatórios de legitimidade e qualidade na oferta de bens e serviços, assegurando o atendimento das demandas sociais.

Assim, de forma a adequar o modelo de atuação da CGE às modificações promovidas pela Emenda Constitucional Estadual no 75/2012 e Lei Complementar no 119/2012 e alterações, as quais compõem o arcabouço jurídico do novo macroprocesso de transferência de recursos, foi publicada a Lei no 15.360/2013, a qual alterou os dispositivos da Lei no 13.875/2007, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo Estadual.

Nesse sentido, registre-se que a Emenda no 75/2012 visa ao fortalecimento das atividades de controle interno. Ela atribui às atividades de controle o caráter de função essencial ao funcionamento da administração pública estadual, contemplando no seu âmbito de atuação as macrofunções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição.

Quanto à Lei Complementar no 119/2012 e alterações, dispõe sobre regras para a transferência de recursos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Nesse contexto, a Lei no 15.360/2013 modificou a estrutura da CGE e criou 39 cargos de articuladores do controle interno preventivo, que atuarão de forma descentralizada nos órgãos e entidades estaduais, no monitoramento do processo de contratos, convênios e congêneres. Tais cargos serão ocupados por servidores públicos estáveis e efetivos do Poder Executivo Estadual a partir de seleção pública interna.

Ainda em relação ao controle interno preventivo, foram desenvolvidas ações no sentido de disseminar, junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, parceiros públicos e privados, os conhecimentos acerca do novo macroprocesso de transferência de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Dentre os avanços e conquistas obtidos pela CGE nos últimos anos, destacam-se: a implementação do modelo de controle interno preventivo; a obtenção da certificação ISO NBR 9001:2008; a incorporação da Ouvidoria à Secretaria da Controladoria e sua regulamentação legal; a criação da Central de Atendimento Telefônico da Ouvidoria em Canindé; e a reestruturação da carreira de Auditor de Controle Interno.

No tocante às ações empreendidas pela CGE voltadas ao fortalecimento do capital intelectual, destaca-se a execução do Programa de Gestão Compartilhada de Pessoas.

O desempenho da atuação da CGE pode ser avaliado por meio de alguns indicadores de resultados, apresentados a seguir.

Evolução de Indicadores 2010-2013

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Recomendações Reincidentes de Auditoria (%)(1)	49,00	58,00	-	-
Percentual de Dias no Ano de Inscrição do Estado no CAUC(2)	88,00	89,61	83,48	97,26
Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respondidas no Prazo (%)(3)	-	94,96	92,27	93,12

(1) No exercício de 2013, não foi realizada atividade de monitoramento e acompanhamento do Plano de Ação para Sanar Fragilidades - PASF, em função do reduzido quadro de auditores. Além disso, essa atividade será adaptada com a implantação do controle interno preventivo;
(2) A data-base utilizada para obtenção do indicador foi 21/11/2013;
(3) Referem-se às manifestações procedentes registradas até 20/11/2013.
Fonte: CGE.

O indicador Recomendações Reincidentes de Auditoria expressa em que medida as ações implementadas pelos órgãos e entidades, para sanar fragilidades detectadas na realização de atividades de auditoria, foram eficazes. Em função do reduzido quadro de auditores, em 2013, a atividade de monitoramento e acompanhamento do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF não foi realizada, ficando a aferição desse indicador prejudicada. Entretanto, cabe salientar que essa atividade será adaptada com a implantação do controle interno preventivo.

O indicador Percentual de dias, no Ano de Inscrição do Estado no CAUC, expressa a quantidade de dias em que o Estado do Ceará permanece inscrito no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, em relação à quantidade de dias úteis do ano. O CAUC, mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional, apresenta os registros de informações que estiverem disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal, relativamente aos estados e municípios brasileiros. Entre os anos de 2012 e 2013, esse indicador apresentou um acréscimo, saindo de 83,48% para 97,26%, como resultado, notadamente, da pendência de uma única instituição da administração indireta, quanto à prestação de contas de recursos federais, que, isoladamente, permaneceu inscrita num período de 146 dias úteis. Em que pese a esse resultado, a CGE vem empreendendo esforço de forma a contribuir para a melhoria do indicador.

O indicador "Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respondidas no Prazo", que representa a quantidade de respostas, positivas ou negativas, que a ouvidoria encaminha ao cidadão-usuário, relativamente às manifestações procedentes registradas no Sistema de Ouvidoria – SOU, dentro do prazo definido legalmente, apresentou percentual de 93,12% em 2013, pouco menor que o registrado em 2011, indicando a necessidade de realizar ações que possam continuamente elevar esse percentual.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 063 – CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O programa tem como objetivo a implantação de ferramentas de controle interno preventivo no âmbito do Poder Executivo Estadual, bem como a implantação de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas.

Meta Prioritária

Meta Prioritária 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Realizar 28 auditorias especializadas no âmbito da Administração Pública Estadual	2	2	2

Fonte: CGE.

Principais Ações Realizadas

- Mapeamento, modelagem e validação dos processos de aquisições (contratos) e de transferência de recursos (convênios e congêneres);
- Criação de cargos de articuladores do controle interno preventivo vinculados à CGE;
- Regulamentação da legislação do processo de transferência de recursos por meio de convênios e congêneres;
- Elaboração do Relatório de Controle Interno Sobre as Contas Anuais de Governo de 2012;
- Monitoramento das ações do Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF), a partir das recomendações emitidas pelo TCE no âmbito da análise das Contas Anuais de Governo;
- Elaboração de relatórios de acompanhamento dos indicadores da gestão fiscal;
- Realização de noventa atividades de auditoria de regularidade de Contas de Gestão de 2012, na modalidade a distância, com a utilização do Sistema E-controle;
- Realização de 54 atividades de auditoria de instrução de Tomadas de Contas Especiais;
- Realização de oito atividades de auditoria especial de apuração de denúncias;
- Realização de duas atividades de auditoria de desempenho em programas prioritários do Governo do Estado: Ronda do Quarteirão e Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC;
- Encaminhamento de 100% das contas anuais de gestão em meio eletrônico, pelo sistema E-contas;

- Realização de três edições do Fórum Permanente de Controle Interno;
- Realização da VII Edição do Encontro Estadual de Controle Interno, com o tema "Sistemas de Informações, Auditoria Contínua e Controle Interno";
- Elaboração de 22 orientações técnicas em resposta a consultas formuladas pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual;
- Elaboração da proposta de regulamentação da gestão de CNPJs e Gestão do CAUC;
- Suporte tecnológico ao desenvolvimento do Sistema de Contratos e Convênios do S2GPR;
- Desenvolvimento e implantação do módulo de Sistema de Informação ao Cidadão (SIC/SOU).

PROGRAMA 064 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O programa tem como objetivo a disseminação de conhecimentos e práticas voltadas para a temática do Controle Social da Administração Pública, contribuindo para a Educação Social e exercício da Cidadania.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Realizar 192 ações educativas em Educação Social	120	122	154
Propor 124 intervenções aos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual	27	67	108

Fonte: CGE/CFOCS.

Principais Ações Realizadas

- Instituição do Código de Conduta e Ética do Servidor Público Civil;
- Obtenção, pelo Estado do Ceará, da maior nota no Ranking de Transparência dos Estados, na avaliação do Instituto Ethos, concernente às obras da Copa do Mundo de 2014, considerando, dentre outras variáveis, as informações apresentadas no Portal da Transparência;
- Implantação dos serviços de Controle da Qualidade nas respostas das manifestações, garantindo maior consistência das informações prestadas ao cidadão;
- Implantação da Avaliação de Desempenho das Ouvidorias Setoriais, com o primeiro processo avaliativo divulgado por meio da Portaria no 038/2013;
- Implantação do Projeto de Educação Social, em parceria com a Secretaria da Educação, com 122 palestras "Caminhos da Cidadania" para 8.621 alunos do ensino médio, abordando temas como: cidadania; controle social; ética; acesso à informação; combate à corrupção; Portal da Transparência; Ouvidoria; conselhos de políticas públicas; conferências; processo eleitoral; além de informar quais são os órgãos de controle e onde e como se pode ter acesso a informações e exercer o controle da gestão pública;
- Regulamentação do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e do Comitê Setorial de Acesso à Informação – CSAI.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

Governo e Sociedade

Compactuando com o modelo de desenvolvimento de uma sociedade sustentável, o governo estadual vem aperfeiçoando sua relação com a sociedade civil e com a iniciativa privada, proporcionando que estes setores assumam papéis cada vez mais relevantes, fortalecendo a governança democrática e transparente e o desenvolvimento do povo cearense.

Para tanto, o Governo tem estimulado a atuação integrada entre os órgãos que desempenham atividades de sustentação e apoio, incluindo-se os Gabinetes do Governador e do Vice-Governador, a Casa Civil, a Casa Militar e a Procuradoria Geral do Estado, que vêm atuando em seus respectivos setores, promovendo ações da gestão, articulação política e institucional, e apoio jurídico na defesa dos interesses do Estado. Assim, a sociedade, destinatária principal das ações de governo, terá alcançado ganhos de efetividade nas relações do diálogo, participação e transparência sobre as ações e investimentos públicos.

GABINETE DO GOVERNADOR

No intuito de assegurar os direitos, reduzir as desigualdades sociais e promover a melhoria das condições de vida do povo cearense, o Gabinete do Governador – GABGOV coordena, de forma estratégica, a implementação de políticas públicas transversais no Estado do Ceará, voltadas para a juventude, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, promoção da igualdade racial, proteção e promoção dos direitos humanos e a prevenção integral ao uso de drogas e à dependência química.

A política de promoção da juventude, executada pelo GABGOV, em conjunto com a Secretaria de Educação - SEDUC, Secretaria da Cultura - SECULT, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, Secretaria do Esporte - SESPORTE, Secretaria de Segurança e Defesa Social - SSPDS, contempla iniciativas que proporcionam aos jovens de quinze a 29 anos oportunidades de integração e inclusão social, sobretudo no que se refere às condições socioeconômicas, dificuldade de conhecimento, limitação de inserção no mercado de trabalho e padrões de mortalidade da juventude cearense, resultantes da violência e das drogas.

Por isso, as ações desenvolvidas para esse público-alvo objetivam desenvolver e implantar projetos (esportivos, educacionais, de empreendedorismo), de forma a: apoiar atividades e entidades privadas sem fins lucrativos que visem à formação sociocultural nas diversas áreas; democratizar o acesso ao livro e à leitura; desenvolver e expandir práticas educativas, sociais e artísticas; aproximar os profissionais de segurança pública e a juventude; qualificar e requalificar trabalhadores para sua inserção e reinserção no mercado de trabalho; conceder bolsas e auxílios financeiros; ofertar oportunidades de elevação de escolaridade do ensino fundamental e de qualificação profissional com formação inicial para jovens do campo e da cidade; implantar equipamentos e instrumentos públicos que ofereçam serviços de atendimento ao jovem; fortalecer os canais de participação de jovens na formulação de políticas públicas de juventude; e estimular o protagonismo da juventude.

A política estadual relacionada às mulheres está alinhada ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e tem gerado

expressivos resultados, especialmente no que se refere à ampliação e ao fortalecimento dos equipamentos da Rede Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Nesse sentido, no ano de 2013, foram implantadas novas delegacias especializadas. A estratégia adotada pelo GABGOV é executada em parceria com as Secretarias estaduais, especialmente, a STDS, a SEJUS, a SDA, a SESPORTE, a SSPDS e os órgãos do Sistema da Justiça (DPGE, MPE e TJCE), além de inúmeras parcerias com organizações da Sociedade Civil, tais como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Central Única das Favelas - CUFA, Instituto Maria da Penha, Associação dos Magistrados Brasileiros, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará - FETRAECE, entre outras.

As políticas públicas referentes à promoção da igualdade racial, por sua vez, promovem a formulação, a articulação e o acompanhamento de políticas afirmativas, na busca por uma gestão democrática. Para tanto, o GABGOV mantém um diálogo permanente com instituições da sociedade civil organizada, entre elas o Movimento Negro, Movimentos de Comunidades Tradicionais (Quilombolas, Indígenas, Matriz Africana e Cultura Cigana), ONGs, Fórum da Economia do Negro, Fórum Estadual Permanente de Educação para relações étnico-raciais, Fórum Intergovernamental para Promoção da Igualdade Racial - FIPIR, debatendo as demandas dos afrodescendentes e, em especial, para a construção de uma agenda com as comunidades quilombolas, com vistas à sua titulação, além da implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica.

No âmbito da politica de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, desenvolvida pelo Governo do Estado no ano de 2013, destaca-se a concretização do Centro de Referência dos Direitos Humanos, somada às ações do Projeto Educação em Direitos Humanos e do Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil – PAIR, que ocorreram in loco, sendo direcionadas para o fortalecimento das parcerias com as prefeituras dos 184 municípios do Ceará, promovendo a mobilização e a sensibilização.

Com essa finalidade, atuaram como multiplicadores dos direitos humanos, a STDS, com foco na capacitação e inserção do cidadão e do adolescente no mundo do trabalho e na ressocialização do adolescente em conflito com a lei; a SEJUS, focada no atendimento ao cidadão, nas denúncias, queixas e requerimentos que envolvam os direitos humanos, integrando e avaliando ações desenvolvidas pelo Conselho de Defesa dos Direitos Humanos; a SEDUC, no desenvolvimento de projetos e ações visando ao fortalecimento da escola como espaço de inclusão, de respeito à diversidade e da promoção da cultura de paz, por meio do Programa Geração da Paz.

Em face do grande desafio enfrentado nos últimos anos, com a disseminação das drogas no país, desenvolve-se a política de enfrentamento às drogas, com foco na prevenção, tratamento, reinserção social de usuários e dependentes de drogas e repressão ao tráfico, além da articulação, integração e organização das atividades relacionadas à atenção aos usuários e familiares. É importante mencionar também a atuação do Conselho Estadual de Segurança Pública, vinculado ao Gabinete do Governador, onde são realizadas discussões acerca da

Segurança Pública e de políticas eficazes de diminuição da criminalidade e da violência.

No que se refere à formulação e à implementação de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos de pessoas idosas e pessoas com deficiência, o Governo do Estado vem promovendo a articulação com a sociedade civil organizada e executando ações com vistas à garantia de direitos e à disseminação da cultura da acessibilidade e do envelhecimento saudável.

O GABGOV coordena o Programa Ceará Acessível e mobiliza seu Comitê Gestor, formado por representantes de Secretarias Estaduais, para o diálogo e troca de conhecimentos, priorizando os projetos e ações transversais num manejo gerencial de planejamento, monitoramento e avaliação.

Com essas premissas, a política de atenção à pessoa idosa tem por objetivos: articular e monitorar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – RENADI; apoiar tecnicamente a gestão municipal; assegurar direitos sociais aos idosos; fortalecer vínculos afetivos e familiares, criando condições para promover a autonomia, participação e integração na sociedade.

O Gabinete do Governador atua também em assuntos federativos e de cunho internacional, realizando articulações com instituições, visitas técnicas, acordos de cooperação e intercâmbio de experiências, para assegurar efetividade das ações de desenvolvimento econômico e social do Estado, fornecendo ainda suporte à Casa Civil na operacionalização do Programa de Cooperação Federativa – PCF, instrumento de aplicação descentralizada de parte dos recursos do Tesouro Estadual.

Entre as ações realizadas em 2013, pelo Gabinete do Governador, destacam-se: a articulação junto ao Ministério das Relações Exteriores, com vistas à organização e preparação da VI Cúpula dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e com a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE e Conselho de Desenvolvimento Econômico – CEDE, visando à captação de investimento; ao encaminhamento de 401 processos referentes ao Programa de Cooperação Federativa – PCF; à promoção da interiorização das atividades do CONSESP, em parceria com a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará, Ministério Público, Secretaria de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil; à criação do portal no sítio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, para interagir efetivamente com a sociedade no enfrentamento dos problemas relacionados à Segurança Publica Estadual; ao desenvolvimento dos sistemas de Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONFCEPPIR; e à Pré-inscrição do Seminário de Educação de Direitos Humanos.

Programas Temáticos Multissetoriais

PROGRAMA 021 – PROMOÇÃO DA JUVENTUDE

O Programa tem como objetivo o desenvolvimento e fortalecimento de ações voltadas ao segmento da juventude no Estado do Ceará, por meio da implementação, manutenção e monitoramento de Políticas Públicas de Estado, nas áreas de cultura, esporte, lazer, segurança, trabalho e empreendedorismo, garantindo, desta forma, também por intermédio de normatizações, a estabilidade dos direitos e deveres dos jovens na faixa de quinze a 29 anos.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 – 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
GABGOV			
Ofertar 6.000 vagas, em 67 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental	0	6000	6000
Estimular a ampliação, de 26 para 100, do número de Conselhos Municipais de Juventude	60	18	65
Elaborar 03 instrumentos legais referentes à temática de política da Juventude	2	2	5
SEDUC			
Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014	106	105	105
Apoiar 100% das escolas que demandarem projetos de empreendedorismo estudantil e atividades extracurriculares	100	100	100
SECULT			
Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e dez articuladores em 41 municípios de alto	290	258	525
Índice de Focalização de Agentes de Leitura – IFAL Apoiar quarenta projetos em todo o Estado	10	10	20
STDS			
Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores	19.570	15.450	26.359
Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho	7.500	10.804	18.116

Fonte: GABGOV.

Principais Ações Realizadas

- Articulação e fortalecimento do Conselho Estadual de Juventude - CONJUCE e do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Juventude do Ceará - FORJUCE;
- Atendimento de 13.188 jovens, em 110 municípios, com os Programas ProJovem Urbano III, ProJovem Urbano IV e o ProJovem Campo II - "Saberes da Terra";
- Captação de recursos junto à Secretaria-Geral da Presidência da República, para a implementação do Programa Estação da Juventude em doze municípios do interior do Estado, com a previsão de atendimento de 7.200 jovens no período de 24 meses, por meio da qualificação profissional e construção de projetos de vida;
- Realização de oito audiências públicas e dez reuniões consultivas com representantes dos três setores, para a regulamentação e implementação do Estatuto Estadual da Juventude;
- Atendimento a 6.525 famílias e 32.250 pessoas (crianças e adultos) no Projeto Agentes de Leitura, em 792 localidades de 43 municípios, por meio de atividades literárias desenvolvidas pelos 258 bolsistas denominados "Agentes de Leitura", abrangendo leitura de livros, iniciação à

leitura e empréstimos de 53.940 livros, totalizando 2.580 visitações escolares;

- Realização de seis capacitações de 27 Agentes de Leitura nos municípios de Cariús, Missão Velha, Jaguaribe, Solonópole, Milhã e Viçosa do Ceará e de 11 onze visitas de monitoramentos em cidades-polos, com a participação de 35 municípios;
- Apoio a dez projetos de entidades privadas sem fins lucrativos que visam à formação sociocultural de crianças, adolescentes e jovens nas diversas linguagens artísticas, em seis municípios do Estado do Ceará, com atendimento total de 1.140 pessoas;
- Qualificação profissional para 6.125 jovens e adolescentes do Projeto Primeiro Passo, em 245 cursos nas áreas de comércio, serviços e indústria, com a inserção de 7.652 jovens aprendizes e estagiários no mercado de trabalho e concessão de 3.520 bolsas aprendizagem;
- Atendimento a 5.650 jovens e adolescentes do Projeto CE-Jovem Aprendizagem em Serviço, em 226 cursos de qualificação profissional nas áreas de comércio, serviço e indústria, com a inserção de 3.152 jovens aprendizes e estagiários no mercado de trabalho e concessão de 1.400 bolsas estágio;
- Realização de 129 cursos de qualificação profissional para 3.225 jovens e adolescentes do Projeto Pró-jovem Trabalhador e Juventude Cidadã;
- Atendimento a 450 jovens e adolescentes no Projeto Juventude Empreendedora - JUVEMP em nove municípios do Estado do Ceará;
- Construção de oito praças da juventude, nos municípios de Iguatu, Juazeiro do Norte, Ubajara, Quixeramobim, Jaguaribe, Tauá, Maracanaú e Sobral, totalizando investimentos de mais de R$ 2 milhões.

PROGRAMA 022 – EQUIDADE DE GÊNERO

O Programa visa garantir o acesso às políticas públicas de proteção e enfrentamento das diversas violências contra a mulher, por meio da criação e fortalecimento de equipamentos sociais, ampliação da rede de atendimento e capacitação profissional para as mulheres.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
GABGOV Estimular a ampliação do número de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos das Mulheres, no Estado do Ceará, de 65 para 80 até dezembro de 2012, e de 80 para 110 até dezembro de 2015.	3	6	13
Estimular a ampliação do número de Órgãos Gestores Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres de 07 para 10, nas Prefeituras do Estado do Ceará, até 2015.	1	1	8
Estimular a implantação de equipamentos da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em dois municípios cearenses com mais de 60 mil habitantes, até 2015.	0	2	6
STDS Acolher, proteger e manter 240 famílias vítimas de violência doméstica.	60	65	136

Fonte: GABGOV.

Principais Ações Realizadas

- Adesão ao Programa Mulher Viver sem Violência da SPM/PR do Governo Federal;
- Criação de grupo de mulheres rurais (produtoras, quilombolas e indígenas) em parceria com a SDA e FETRAECE, para propor políticas públicas para as mulheres produtoras rurais;
- Realização de sete plenárias no interior do Estado, em parceria com a FETRAECE, com o intuito de ouvir as mulheres do campo e da floresta sobre suas demandas, com vistas à definição dos serviços a serem disponibilizados nas Unidades Móveis de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do campo e da floresta, doadas pelo Governo Federal;
- Publicização e participação na campanha Outubro Rosa, pelo Enfrentamento ao Câncer de Mama;
- Realização de Seminário Internacional sobre a Violência contra a Mulher, em parceria com a Secretaria Nacional de Mulheres da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB;
- Participação no Fórum Nacional de Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres, em Brasília; no Fórum Nacional de Gestoras do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; no II Encontro Nacional do Encarceramento Feminino, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ; no Comitê Estadual Gestor de Direitos Humanos, a fim de inserir, nas pautas de discussão e deliberação, as questões relacionadas à mulher; no Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o escopo de elaborar e acompanhar a política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Mulheres; e em debates sobre os direitos das mulheres em universidades, órgãos públicos e ONGs;
- Realização de palestra-show "Mulher de Lei, pelo Fim da Violência Contra a Mulher", com o objetivo de publicizar a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) no interior do Estado;
- Elaboração, em parceria com a SECULT e ONGs, do projeto Mulheres de Luz, que será executado em parceria com a Casa Civil;
- Acolhimento de dezenove mulheres e 37 filhos (crianças) na Unidade de Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, com realização de 79 atividades socioeducativas e encaminhamento de seis mulheres para cursos profissionalizantes.

PROGRAMA 023 – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

O Programa tem como principal propósito a implementação de políticas públicas que visam à promoção da igualdade étnico-racial, em atendimento às demandas dos movimentos sociais e do movimento negro, ampliando ainda o debate sobre questões que dizem respeito às diversas maneiras de manifestação do racismo e suas formas de enfrentamento.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
GABGOV			
Promover ações institucionais nos 25 municípios que aderiram ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), visando à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no currículo das escolas da rede pública estadual de ensino	8	127	209
SEDUC			
Atender, até 2015, a 100% das comunidades indígenas com construção, ampliação e reforma das unidades escolares	6	4	17
Atender, até 2015, a 100% dos professores e gestores das escolas indígenas com formação continuada e em serviço, observando as peculiaridades dessa modalidade de ensino	154	100	220
SDA			
Financiar 40 empreendimentos de infraestrutura, produtivos ou sociais para o desenvolvimento das comunidades quilombolas	10	9	13
Capacitar 2.000 pessoas em comunidades quilombolas	500	450	887
Beneficiar 9.440 famílias em comunidades tradicionais	3.426	2.695	2.897

Fonte: GABGOV.

Principais Ações Realizadas

- Realização do projeto "De Zumbi dos Palmares a Dragão do Mar", II Edição Cosme Bento das Chagas – 129 anos da Abolição da Escravatura no Estado do Ceará, em Sobral/CE, com participação de quinhentos atores sociais (representantes do movimento social negro, comunidades tradicionais) e gestores públicos;
- Realização da III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial - "Democracia e Desenvolvimento sem Racismo - Por um Brasil Afirmativo", totalizando 961 participantes;
- Realização de capacitação, seminário e conferência em oito encontros macrorregionais e dois encontros em Fortaleza, com o objetivo de propiciar a reelaboração do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial – PEPIER, criar o Conselho Estadual de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial - COEPPIR e capacitar 650 atores sociais da sociedade civil organizada (representantes do movimento social negro e de comunidades tradicionais) e os gestores públicos interessados em participar desse Conselho;
- Realização e participação nas reuniões bimestrais do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial – FIPIR, com a finalidade de promover políticas de igualdade racial nos municípios cearenses e estimular a criação dos conselhos municipais e dos planos municipais de promoção da igualdade racial;
- Realização do Seminário de Combate à discriminação no Ambiente de Trabalho, capacitando cinquenta empresas no Estado do Ceará, em parceria com a

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Ceará e com o SINE/IDT;

- Formação de 114 professores de ensino médio da SEDUC, nas áreas de conhecimento de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, objetivando sua inserção na organização do currículo escolar, contemplando uma educação para as relações étnico-raciais;
- Apoio a projetos pedagógicos para melhoria da proficiência dos alunos indígenas e do currículo, com repasse de recursos financeiros para implementação de projetos de permacultura em duas escolas indígenas, em Caucaia e Monsenhor Tabosa, com 1.064 alunos, 88 professores e gestores, visando à aprendizagem contextualizada e à busca de possibilidades de apropriação da realidade local e, posteriormente, ao desenvolvimento de projetos voltados para a região em que a escola está inserida;
- Realização de curso de habilitação de 75 professores indígenas para a docência nos anos iniciais do ensino fundamental, das escolas indígenas da rede pública do Ceará, localizadas nos municípios de Acaraú, Aquiraz, Maracanaú, Caucaia, Pacatuba, Itapipoca, Itarema, Canindé, Aratuba, Crateús, Poranga, Monsenhor Tabosa e Quiterianópolis;
- Produção de vídeo educativo com filmagens e registros fotográficos em aldeias, com a reconstituição da história dos povos indígenas no Ceará, envolvendo as etnias Tapeba, Pitaguary, Jenipapo-Kanindé, Anacé, Kanindé de Aratuba, Kanindé de Canindé, Tremembé, Potiguara, Gavião, Tubiba-Tapuia, Tabajara, Kalabaça, Tapuia-Kariri e Kariri;
- Implantação do Projeto Zumbi em nove Comunidades de sete municípios, contemplando 813 famílias, beneficiando 3.349 pessoas diretamente e com aplicação de recursos do FECOP no valor de R$ 379.112,58, bem como o levantamento de árvores genealógicas de famílias e recuperação de objetos significativos e imagens (mapas e fotografias), o que possibilitou a premiação de Tecnologia Social concedida pela Fundação Banco do Brasil;
- Capacitação de 450 famílias em comunidades tradicionais, de modo específico nas comunidades quilombolas, quando da implantação do Projeto Zumbi de apoio à produção e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, através de palestras e orientações técnicas;
- Implantação de projetos produtivos voltados para produção de alimentos, segurança alimentar e nutricional, acesso a mercados e organização social através dos serviços de assistência técnica e extensão rural – ATER, no âmbito das comunidades tradicionais, beneficiando 2.695 famílias.

PROGRAMA 024 – PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa tem como principal propósito a formulação de políticas públicas de direitos humanos, para a promoção dos direitos dos cidadãos, da criança, do adolescente, das pessoas em situação de rua, em situação de trabalho indecente e degradante, das minorias e de sua integração à vida comunitária e à educação e defesa dos direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
GABGOV Implantar 03 Centros de Referência em Direitos Humanos até 2015	1	1	1
SEDUC Atender a 200 escolas da rede pública estadual com projetos de promoção da Cultura de Paz até 2015	331	331	479
STDS Atender a 4.324 adolescentes em conflito com a lei nas unidades de semiliberdade, internação provisória e privação de liberdade	5.107	6.575	12.843
SEJUS Realizar 106 eventos em cidadania, dentre seminários, campanhas de divulgação, conferências estaduais e cursos voltados para a temática de Direitos Humanos, nos municípios cearenses	32	2	13
Gerir e manter o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos	1	1	1

Fonte: GABGOV.

Principais Ações Realizadas

- Participação na elaboração da Agenda de Convergência, visando à proteção infanto-juvenil na Copa das Confederações;
- Realização do evento em alusão ao 18 de Maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes), com a participação de 22 municípios do interior do Estado e Região Metropolitana;
- Instalação da Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/CE;
- Formação profissional de 170 adolescentes internos nas unidades socioeducativas;
- Realização de 6.575 atendimentos a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;
- Atuação do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, em parceria com a Defensoria Pública Geral do Estado, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza, Escritório de Defesa dos Direitos Humanos Frei Tito de Alencar, e Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, na realização de conferências, palestras, audiências públicas, seminários, entre outros eventos;
- Encontro de Sensibilização e Formação de Articuladores do Programa Geração da Paz com as escolas da SEFOR, com alcance de 132 escolas e formação de 396 articuladores das unidades de ensino participantes do evento;
- Realização de Workshop e assinatura de Termo de Parceria entre Ministério Público

Estadual, Terre des Hommes e Secretaria Estadual de Educação, com fins de ações complementares e integradas, relacionadas à mediação escolar e práticas restaurativas;

- Criação de desenho e projeto de implantação da Aprendizagem Cooperativa na SEDUC, constando do processo de capacitação, monitoramento, adaptação metodológica e publicações em parceria com o Programa Geração da Paz nas escolas.

PROGRAMA 025 – ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS

O Programa tem como propósito implementar políticas de prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, bem como favorecer aos assistidos em cumprimento de pena, com ações voltadas para o enfrentamento da droga-adicção e promoção da saúde mental.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
GABGOV Realizar 04 campanhas para disseminação de informações qualificadas relativas ao crack e outras drogas nas escolas da Rede Pública Estadual até 2015	1	8	8
Capacitar 2.000 pessoas envolvidas em ações de enfrentamento a drogas até 2015	1.000	5.890	5.890
SEJUS Realizar 80 cursos, eventos, campanhas e ações de divulgação	4	112	181
SESA Apoiar os 184 municípios cearenses na implantação/ implementação de ações voltadas para o enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas.	184	184	184
Capacitar 2.300 trabalhadores de saúde no enfrentamento da dependência do crack e outras drogas.	340	488	908

Fonte: GABGOV.

Principais Ações Realizadas

- Realização da I Jornada de Políticas Públicas sobre Drogas do Estado do Ceará, por meio de 22 encontros regionais, com a participação de gestores estaduais, municipais e da sociedade civil, representando os 184 municípios cearenses, incentivando a institucionalização dos Conselhos Municipais sobre Drogas e de órgãos municipais para coordenar e integrar as ações, com o objetivo de construir coletivamente as Políticas Públicas sobre Drogas do Estado do Ceará;
- Elaboração e distribuição de 6.625 exemplares da Cartilha "O Ceará Assume o Desafio de Enfrentar as Drogas: juntos, a gente vira esse jogo" para os 184 municípios cearenses;
- Celebração de 139 Termos de Compromisso

com os Municípios do Estado Ceará, com o objetivo de orientar os gestores em relação ao desenvolvimento de ações de políticas públicas sobre drogas no âmbito municipal, orientando-os para a implementação efetiva de ações nas áreas de saúde, de assistência social, de educação, de segurança, de cultura, de trabalho, de esporte, de lazer e de outros segmentos;

- Capacitação de 5.890 atores sociais na área de captação de recursos financeiros do Programa "Crack, É Possível Vencer";
- Criação e implantação do Comitê Gestor Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, pelo Decreto nº 31.171, de 15 de março de 2013;
- Reestruturação e implantação do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas – CEPOD, pela Lei nº 15.424/2013;
- Celebração de convênio, pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, para estruturação do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas - CEPOD; de dez contratos pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, de acordo com os objetivos e ações do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, ampliando para 239 vagas a prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa; de cooperação entre a União, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SENAD, do Ministério da Justiça – MJ, e o Estado do Ceará, por intermédio da AESPD, com a finalidade de descentralizar o acompanhamento da execução, fiscalização e controle das vagas em entidades contratadas para prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;
- Capacitação técnica para Comunidades Terapêuticas – CTs, com oitenta vagas, através de parceria da AESPD com o Conselho Regional de Administração - CRA, Conselho Regional de Contabilidade - CRC, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e Associação dos Jovens Empresários - AJE;
- Impressão de 6.000 cartilhas da Série "Por Dentro do Assunto Drogas", com autorização da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, do Ministério da Justiça - MJ, sendo 1.000 cartilhas para educadores; 1.000 sobre tabaco; 1.000 para os pais de crianças; 1.000 para os pais de adolescentes; 1.000 sobre maconha, cocaína e inalantes e 1.000 cartilhas "Mudando Comportamentos", distribuídas para os 184 municípios cearenses, para todas as Escolas Públicas Estaduais, Superintendências de Fortaleza - SEFOR e Centros Regionais de Educação – CREDE, da Secretaria da Educação - SEDUC e para Unidades Escolares particulares;
- Elaboração do projeto de implantação do Centro de Referência sobre Drogas – CRD, da AESPD e da Secretaria da Saúde - SESA, com o objetivo de integrar o poder público e a sociedade civil em ações de enfrentamento ao uso de álcool, crack e outras drogas no Estado do Ceará;
- Realização do I Encontro da Saúde Mental e Justiça, congregando a rede de Saúde Mental de Fortaleza e equipes de Saúde das Unidades Prisionais da SEJUS;
- Implementação de parcerias e ações conjugadas com instituições da rede social (Amor Exigente, Elo de Vida, Alcoólicos Anônimos - AA, Narcóticos Anônimos - NA,

NARANON, Celebrando Restauração e Comunidades Terapêuticas);

- Distribuição de 2.745 Cartilhas do Programa de Ações Continuadas de Assistência aos Drogadictos Dentro do Sistema Penitenciário – PACAD, da SEJUS, para internos e seus familiares, em Unidades Prisionais – Ups, da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF e interior do Estado, bem como a pessoas em cumprimento de penas alternativas e agentes penitenciários em curso de formação;
- Participação de 3.077 presos, egressos e familiares em cursos, palestras e outras atividades terapêuticas e/ou educacionais voltadas para a promoção da saúde mental e prevenção de agravos por drogadicção;
- Implantação do Programa de Recuperação Celebrando Restauração, da Igreja Batista Central – IBC, na Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo e no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, da SEJUS;
- Recebimento, pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS, de três conjuntos de Sistemas de Captação e Transmissão de Imagens em Vias Públicas (Bases de Videomonitoramento), compostos por sessenta câmeras de videomonitoramento, seis viaturas, seis motocicletas, 150 pistolas de condutividade elétrica e 450 espargidores de pimenta, para a realização de policiamento ostensivo nas regiões de consumo de crack e outras drogas ilícitas, a ser implantado no Município de Fortaleza, nos bairros do Genibaú, São Miguel e Vicente Pinzón, por convênio celebrado com a União, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça - MJ;
- Formação de 72.406 crianças, em 657 escolas, pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência – PROERD, da Polícia Militar do Estado do Ceará;
- Realização de 252 visitas pela Divisão de Proteção ao Estudante – DIPRE, da Polícia Civil - PC, às instituições públicas e privadas, desenvolvendo atividades de prevenção ao uso de drogas, com a participação de 72.717 crianças, adolescentes e familiares e capacitação de 654 multiplicadores;
- Finalização da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, do Estado do Ceará, para atendimento de pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, realizada pelo Núcleo de Atenção à Saúde Mental – NUSAM, da Secretaria da Saúde - SESA;
- Celebração de cinco convênios pela SESA, para custeio de sessenta vagas em comunidades terapêuticas, para o atendimento a dependentes químicos, sendo quinze vagas femininas e 45 masculinas;
- Lançamento do Edital de Seleção Pública nº 01/2013/SESA/CE, para prestação de serviço de acolhimento voluntário em regime de residência a pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, pela SESA, ampliando em 239 vagas o atendimento a pessoas portadoras de dependência química;
- Disciplinamento do funcionamento dos serviços de atenção em regime residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas que oferecem cuidados para adultos e adolescentes com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas no âmbito do Estado de Ceará, através da Portaria nº 1.773/2013, da Secretaria da Saúde - SESA;

- Realização de quatro cursos, com 560 vagas, no Centro Regional de Referência, aos Usuários de Crack e Outras Drogas da Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará - ESP/CE, sendo cem para o Sistema Único de Saúde - SUS/Sistema Único de Assistência Social - SUAS, cem para os Hospitais Gerais - HGs, oitenta para o Programa de Saúde da Família - PSF/ Núcleo de Atenção a Saúde da Família - NASF, oitenta para o Poder Judiciário - PJ, Ministério Público - MP e entidades de apoio e duzentas para o Consultório de Rua de Serviços de Urgência para profissionais da saúde de nível superior.

PROGRAMA 026 – ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Programa tem como principal propósito a articulação junto aos Governos Federal e Municipais para adesão e implantação, no Estado do Ceará, do Plano Nacional Viver Sem Limite, e, ainda, o fortalecimento da Política Pública e da Rede de Atendimento voltada para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012 - 2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
GABGOV			
Difundir, nos 184 municípios, a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Ceará	142	92	142
Estimular a ampliação, de 27 para 184, da quantidade de municípios cearenses com Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência	15	1	28
SESA			
Habilitar 03 serviços de reabilitação física nível intermediário, como Centro de referência em Medicina Física e Reabilitação para Atendimento à Pessoa com Deficiência	1	1	1
Apoiar os 31 municípios que prestam atendimento especializados a pessoa com deficiência	31	35	66
SSPDS			
Expandir o PROERD para 145 municípios do Estado — Polícia Militar	82	25	88
SEJUS			
Promover a qualificação de 148 conselheiros da rede de garantia de direitos da pessoa com deficiência nas 08 macrorregiões.	44	16	32
Fortalecer os 27 conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência, em cada ano	22	6	21
Assessorar a implantação de 75 novos conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência.	21	8	20
STDS			
Assegurar o apoio financeiro a 27 municípios na realização de serviços e projetos voltados para 4.250 pessoas com deficiência	854	1.484	3.176
Inserir 200 pessoas com deficiência no mercado de trabalho	50	50	100
SESPORTE			
Proporcionar a participação e acessibilidade das pessoas com necessidades especiais através da realização do Projeto Paraolímpico com atenção para 8.000 pessoas.	2000	0	500

Fonte: GABGOV.

Principais Ações Realizadas

- Articulação com o Governo Federal para a implantação de duas Centrais de Interpretação de Libras para os municípios de Fortaleza e Juazeiro do Norte;
- Capacitação e articulação de treze municípios do Estado por meio da participação em eventos locais de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência: Fortaleza, Pacatuba, Maranguape, Jaguaribe, Paramoti, Juazeiro do Norte, Umirim, Itapipoca, Jaguaribe, Canindé, Viçosa do Ceará, Tianguá e Maracanaú;
- Prestação de assessoria técnica às ações da Gráfica Braille da STDS, resultando na transcrição de cerca de 934 documentos, em atendimento a demandas do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CEDEF e outras entidades/setoriais;
- Realização de quatro Encontros Regionais para apresentação do Plano Nacional Viver sem Limite, com a presença em 63 municípios de 323 participantes nos polos: dois em Fortaleza, um em Quixadá e um em Sobral, com a participação de representante da Secretaria de Direitos Humanos - SDH/PR;
- Participação e representação estadual em seis eventos nacionais da temática de Direitos da Pessoa com Deficiência: 5º Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência – Tecnologia Assistiva – São Paulo/SP; Reabilitação Feira+Fórum – São Paulo/SP; III Reunião de Secretários Estaduais sobre Participação Social – Brasília/DF; Apresentação do Programa Ceará Acessível, no Encontro Nacional de Gestores Estaduais da Política da Pessoa com Deficiência – Brasília/DF; Seminário Nacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência: Avaliando cinco anos da Convenção – Brasília/DF; I Seminário Nacional de Políticas Públicas e Mulheres com Deficiência – Brasília/DF;
- Apoio técnico e/ou logístico na realização de eventos da Política Pública da Pessoa com Deficiência, entre eles: Lançamento do Programa Municipal Fortaleza Acessível – Fortaleza/CE; IV Fórum de Deficiência e Acessibilidade – Fortaleza/CE; Reunião de Mobilização do Ceará para o Fórum Mundial de Direitos Humanos – FMDH – Fortaleza/CE; Capacitações do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará; Semana da Pessoa com Deficiência/PMF – Fortaleza/CE;
- Articulação, com os Governos Federal e Municipais, para a implementação e fortalecimento do Eixo Acesso à Educação do Plano Viver Sem Limite no Ceará, contemplando: 152 ônibus acessíveis para 84 municípios; 1.349 escolas beneficiadas com salas de recursos multifuncionais; 1.586 escolas acessíveis com recursos garantidos; 850 kits de atualização adquiridos para escolas; Universidade Federal do Ceará, vinculada ao Programa Incluir; Adesão de 100% dos municípios cearenses ao Benefício de Prestação Continuada - BPC Escola;
- Articulação com os Governos Federal e Municipais para a implementação e fortalecimento do Eixo Acessibilidade do Plano Viver Sem Limite no Ceará, contemplando: um Centro Cão Guia em construção em Limoeiro do Norte; Instituto Federal do Ceará, vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Inovação em Tecnologia Assistiva; 95 operações de crédito efetivadas pelo Banco do Brasil;

- Articulação com os Governos Federal e Municipais para a implementação e fortalecimento do Eixo Atenção à Saúde do Plano Viver Sem Limite no Ceará, contemplando: dois Centros Especializados de Reabilitação – Tipo II: um CER Visual e Intelectual em Sobral (em construção) e um CER Visual e Física em Barbalha (em reforma); quatro Centros Especializados de Reabilitação – Tipo III: um CER Visual, Intelectual e Física em Fortaleza (em construção), 1 CER Visual, Intelectual e Auditiva em Fortaleza (em construção), um CER Visual, Intelectual e Física em Quixadá (em construção) e um CER Visual, Intelectual e Física em Eusébio (em construção); uma Oficina Ortopédica em Fortaleza (em construção); um Centro de Especialidades Odontológicas – CEO – Tipo I: um CEO instalado em Coreaú;

- Realização de parceria com a STDS no âmbito do Projeto Praça Acessível, em que foram contemplados dezenove municípios com instalação de rampas, piso podotátil, e instalação de equipamentos de baixo impacto, sendo que, em sete municípios, o trabalho já foi concluído e, em doze, está em fase de conclusão;

- Articulação junto às 184 prefeituras para adesão ao Programa Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola, em parceria com a STDS, SESA e SEDUC;

- Capacitação de 44 enfermeiros dos municípios do interior em ostomia e incontinência;

- Realização de sete Oficinas de Práticas Educativas e Vida Independente – PEVI, de Orientação e Mobilidade – OM, para pessoas com deficiência visual, familiares e profissionais de saúde, envolvendo 56 municípios das Regiões de Saúde: Fortaleza, Cascavel, Caucaia, Maracanaú, Brejo Santo, Crato e Juazeiro do Norte, com a participação de 84 pessoas com deficiência visual, vinte familiares de pessoas com deficiência visual e 56 profissionais de saúde;

- Realização de sete Oficinas de Multiplicadores da Capacitação de Saúde Ocular/Projeto Olhar Brasil no Programa de Saúde na Escola - PSE, envolvendo 97 municípios das Regiões de Saúde: Sobral, Tianguá, Crateús, Iguatu, Crato e Juazeiro do Norte;

- Apoio técnico a 96 municípios cearenses, para adesão e elaboração dos Planos Municipais de Saúde Ocular – Projeto Olhar Brasil; ao Município de Sobral, para habilitação do Centro Especializado de Reabilitação Física e Visual – CER II, pelo Ministério da Saúde – 1º CER habilitado junto à Rede de Cuidados à PCD; ao município de Fortaleza, para habilitação do Centro Especializado de Reabilitação Física e Auditiva – CER II pelo Ministério da Saúde;

- Assessoramento e articulação na implantação de oito novos Conselhos municipais dos direitos da Pessoa com Deficiência dos municípios de Quixeramobim, São João do Jaguaribe, Pacatuba, Ararendá, Barroquinha, Acopiara, Milhã e Santa Quitéria;

- Apoio técnico e financeiro a Prefeituras Municipais no atendimento a 3.176 pessoas com deficiência, por meio de edital público;

- Capacitação de 105 técnicos das equipes municipais e da Rede Socioassistencial em temas relativos à atuação do segmento junto às pessoas com deficiência;

- Garantia de acesso a serviços de educação, reabilitação e outras políticas públicas para 249 pessoas com deficiência, residentes em municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, garantindo vale-transporte para deslocamento à escola, tratamento de saúde e de reabilitação, tendo sido concedidas 155.557 unidades de vales-transporte;
- Realização das Paraolimpíadas Escolares, organizadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, com a participação de 32 para-atletas apoiados pela Secretaria do Esporte. Os para-atletas cearenses garantiram 26 medalhas, sendo treze de ouro, oito de prata e cinco de bronze.

PROGRAMA 027 – ATENÇÃO À PESSOA IDOSA

O Programa tem por objetivos: articular e monitorar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - RENADI; apoiar tecnicamente a gestão municipal; assegurar direitos sociais aos idosos; fortalecer os vínculos afetivos e familiares, criando condições para promover sua autonomia, participação e integração na sociedade.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
GABGOV			
Realizar articulação intersetorial com as 14 instâncias estaduais responsáveis pela execução das políticas de garantia dos direitos da pessoa idosa	25	4	4
Atender aos 184 municípios cearenses inseridos na Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos do Idoso – RENADI	13	12	28
Estimular a ampliação de 152 para 184 do número de Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa nos municípios	32	8	8
SESA			
Apoiar 100% dos municípios na implementação da saúde da pessoa idosa na atenção primária	100	100	100
Capacitar 750 cuidadores de pessoas idosas para rede de atenção primária à saúde	45	50	50
STDS			
Apoiar financeiramente o atendimento a 7.400 pessoas idosas nos municípios	2.000	3.890	6.874
SESPORTE			
Realizar 04 eventos para promover a acessibilidade das pessoas idosas nas atividades de esporte e lazer	1	0	1
Proporcionar a participação e acessibilidade das pessoas idosas através da realização do Projeto Felizidade, com atenção para 3.600 pessoas ao ano	3.600	0	600
DPGE			
Implantar, ampliar e/ou modernizar o Núcleo Especializado do Idoso	0	1	1

Fonte: GABGOV.

Principais Ações Realizadas

- Participação e representação estadual em três eventos nacionais da temática de Direitos da Pessoa Idosa: a III Reunião de Secretários Estaduais sobre Participação Social; a Participação no Congresso Norte-Nordeste de Geriatria e Gerontologia; e o 3º Encontro Ibero-Americano sobre Direitos Humanos das Pessoas Idosas;
- Participação e representação estadual em oito eventos estaduais/regionais da temática de Direitos da Pessoa Idosa: o I Encontro Estadual sobre a Política da Pessoa Idosa; a 1ª Caminhada Municipal de Repúdio à Violência contra a Pessoa Idosa; a X Conferência Estadual da Assistência Social; o Congresso Gespública 2013; a Audiência pública "Discussão do cenário do envelhecimento no Ceará e as políticas públicas por ocasião do Dia Internacional do Idoso"; o Seminário de Enfrentamento à Violência contra o Idoso, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado e SESA; as Reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Estadual de Direitos do Idoso – CEDI; as Reuniões periódicas do Fórum Permanente de Garantia dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – FID;
- Apoio técnico e/ou logístico na realização de eventos da Política Pública da Pessoa Idosa, entre eles: a Semana do Idoso - STDS; a Reunião de Mobilização do Ceará para o Fórum Mundial de Direitos Humanos – FMDH; a Confraternização Idoso Amado;
- Apoio técnico e financeiro a municípios, para o atendimento a 3.890 idosos por meio dos projetos selecionados;
- Capacitação de 237 técnicos das equipes municipais e da rede socioassistencial, para melhoria da qualidade técnica das ações junto aos idosos;
- Realização de ações de mobilização da sociedade em repúdio à violência contra o idoso e em respeito ao direito dos idosos, com a participação de 1.200 pessoas;
- Realização dos Seminários de Atenção à Pessoa Idosa, para agentes comunitários de Saúde da Região do Cariri e de Enfrentamento à Violência para profissionais da área de Saúde do Estado do Ceará;
- Realização de Cursos: Cuidador, para 50 profissionais de nível médio ou superior, com atuação na área de cuidado de idosos; de Gerontologia, para cem profissionais de nível superior;
- Realização de Oficinas: para Desenho de Cursos de Atenção Domiciliar e de Atenção à Saúde do Idoso (SICONV), em parceria com a Escola de Saúde Pública do Ceará; de Atenção Domiciliar, para oitenta Secretários de municípios com mais de 20.000 Habitantes e seus representantes.

CASA CIVIL

Com o objetivo de cumprir o que preceitua a área temática e assumindo o compromisso de oferecer maior transparência às suas ações, seja na publicização das suas informações, no relacionamento com os meios de comunicação, no diálogo com representações da sociedade, ou nas relações com os poderes constituídos, a Casa Civil, em 2013, conseguiu resultados significativos, tais como:

- Contribuição para o crescente desenvolvimento econômico do Estado, fortalecendo, por exemplo, a área de turismo regional e nacional por meio do desenvolvimento e da implantação de uma crescente política de comunicação e publicidade do Governo do Estado;
- Contribuição para a valorização da identidade cultural das regiões cearenses através da Fundação de Teleducação do Ceará - FUNTELC, que tem como atribuições: o avanço da democratização do conhecimento e fortalecimento do processo de modernização do parque técnico da TV Ceará, mantendo-a no patamar de primeira emissora pública de televisão digital do Brasil;
- Desenvolvimento e implementação de 39 campanhas/ações publicitárias, destacando-se os setores de turismo, saúde, educação, infraestrutura/mobilidade urbana e temas que abordaram diversos aspectos: escolas, empregos, programa Primeiro Passo, Agricultura Familiar, cultura, dentre outros;
- Realização de quatro estudos e pesquisas quantitativas/qualitativas das ações governamentais.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 035 – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa contribui de forma prioritária para a transparência das ações governamentais e o apoio à execução das políticas públicas do Estado.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado/Acumulado 2012-2013
Criar, produzir e veicular 120 campanhas/ações publicitárias	30	39	87
Realizar 2.400 eventos governamentais	600	469	919
Apoiar dois projetos de gestão multissetorial	2	2	2

Fonte: FUNTELC/CC.

Principais Ações Realizadas

- Monitoramento de setenta projetos prioritários do Governo, acompanhando os pontos críticos para a sua implantação, com destaque para os empreendimentos: Centro de Convenções do Cariri; Acquário do Ceará; Refinaria; Cinturão Digital; Metrô de Fortaleza; ampliação do Porto do Pecém;

duplicação de rodovias; aeroportos; obras de barragens e adutoras; Eixão e Cinturão das Águas; construção e recuperação de cadeias públicas; construção de escolas de ensino médio e profissionalizante; reforma do Teatro Carlos Câmara; Zona de Processamento de Exportação (ZPE); do Centro de Formação Olímpica CFO; e a Copa das Confederações;

- Elaboração e divulgação de clipping diário, com informações de interesse do Governo, totalizando 364 clippings;
- Monitoramento das notícias do Governo veiculadas nas mídias (imprensa, rádio, TV e web), contabilizando, destacando-se, dentre outras, 2.270 matérias publicadas no Portal do Governo (www.ceara.gov.br) com 14.571.600 acessos ao Portal;
- Realização de 469 eventos diversos, com destaque para: 93 eventos de inauguração; 17 ordens de serviço; 189 solenidades de secretarias e órgãos governamentais; duas coletivas de imprensa; duas avaliações dos programas prioritários (MAPPs); 29 apoios a campeonatos esportivos; 13 campanhas da área da saúde; apoio a 101 eventos culturais; oito seminários de capacitação, planejamento e ações; quatro audiências públicas e onze reuniões governamentais. Destaque para as inaugurações das Policlínicas, Delegacias, Escolas de Ensino Profissional, UPAS, Aeroporto de São Benedito, Rodovias Estaduais e da Zona de Processamento de Exportações - ZPE;
- Formalização de 225 convênios de interesse do Governo do Estado, com a finalidade de fomentar a implementação de políticas públicas, sendo firmados 63 com instituições e organizações da sociedade civil e 162 com outras esferas de governo;
- Divulgação de atos oficiais e legais dos diversos órgãos do Governo do Estado do Ceará em jornais de circulação regional, nacional e internacional e no Diário Oficial da União, atendendo a 100% da demanda;
- Emissão e divulgação de 240 edições do Diário Oficial do Estado, publicadas com 120.000 matérias de órgãos do Governo do Estado, Tribunal de Contas do Município, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e de interesse de particulares.

PROGRAMA 059 – TELEDIFUSÃO CULTURAL E INFORMATIVA

O principal objetivo deste Programa é implementar mecanismos de modernização e melhoria da transmissão de sinais de áudio e vídeo da TVC, visando à continuidade e qualidade dos programas veiculados.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado/Acumulado 2012-2013
Criar, produzir, repaginar e veicular 32 programas e documentários televisivos.	12	6	13
Produzir e gerar 960 matérias para veiculação em cadeia nacional.	240	240	480

Fonte: FUNTELC/CC.

Principais Ações Realizadas

- Grade de programação 24 horas da TV Ceará, com 15.795 exibições, sendo 11.483 programas transmitidos em cadeia com a TV Brasil e 4.312 programas locais, de produção própria ou produzidos em parceria, dos quais, dezessete especiais;
- Ingresso, na grade de programação da emissora, de três novos programas: UECE na TV, Hora K e O Ceará é pra Você.
- Repaginação de três programas: O Jornal da TVC, Com a Bola Toda e Cena Pública;
- Transmissão ao vivo do Réveillon de Fortaleza;
- Produção e geração de 240 matérias para veiculação em cadeia nacional.

CASA MILITAR

A Casa Militar tem como atribuição a garantia e o zelo pela integridade pessoal dos titulares do Poder Executivo Estadual e de seus familiares, bem como de autoridades e dignitários em visita oficial ao Estado do Ceará. Cabe-lhe também articular informações estratégicas junto às entidades governamentais e sociedade civil, contribuindo com as demais secretarias para a consecução das ações governamentais que relevem o pleno exercício do Poder Executivo.

Compete ainda à Casa Militar atuar no planejamento e na coordenação das atividades de segurança dos eventos que contam com a presença do Governador, do Vice-governador, de ex-governadores e de dignatários em visita oficial ao nosso Estado.

Principais Ações Realizadas

- Capacitação e aperfeiçoamento do efetivo para o desempenho das ações de segurança de autoridades.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Em consonância com o objetivo do Governo do Estado do Ceará de garantir o atendimento das necessidades do interesse público e a oferta dos serviços essenciais à população, a Procuradoria Geral do Estado do Ceará – PGE tem sua atuação voltada à representação judicial do Estado, defesa do patrimônio e da fazenda pública estadual, representação dos interesses junto ao contencioso administrativo e exercício das funções de consultoria jurídica do Executivo e da Administração Direta.

Nessa perspectiva, no ano de 2013, a PGE contribuiu com a execução de diversos empreendimentos, tais como: Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, Acquário, Policlínicas, Centros de Especialidades Odontológicas, Escolas Profissionalizantes, Metrô de Fortaleza (Metrofor), Ferrovia Transnordestina, PROMURB Cocó, PROMURB Maranguapinho e Eixão das Águas.

Essa contribuição reflete-se no assessoramento ao Governo por meio de acordos judiciais, extrajudiciais para desapropriações

e regularizações imobiliárias, elaborando instrumentos jurídicos necessários à implementação dos projetos (cessões de uso, doações, contratos de compra e venda etc.), apoiando a elaboração do projeto e a realização de audiências públicas (VLT), elaborando laudos e estimativas de valor (Acquário), dentre outras atividades.

Destaca-se também a contribuição da PGE na arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, como representante do Estado nos processos de inventário, arrolamento e partilha, arrecadação de bens de ausentes e herança jacente. Esse esforço resultou numa arrecadação, em 2013, de R$ 55 milhões.

A Procuradoria também atua com foco no aprimoramento das ações referentes aos gastos públicos, principalmente no que se refere a aquisição de bens e contratação de serviços.

Nesse sentido, a PGE constitui-se como órgão executor da política de compras governamentais, por meio da Central de Licitações do Estado, com vistas a melhorar a eficiência nas aquisições e alienações públicas. Alguns avanços já são observados, a saber: facilidade de fiscalização pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, a padronização dos procedimentos, maior controle sobre os gastos, conhecimento apurado do perfil dos fornecedores, facilidade na geração de dados estatísticos sobre compras/contratações e agilidade nas soluções de processos judiciais.

Além dos avanços já apontados, destacam-se, notadamente, o expressivo número de licitações concluídas e a crescente economia para os cofres públicos, que, no período de 2007 a 2013, ultrapassou R$ 6 bilhões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Processos Licitatórios – Todas as Modalidades - 2007 a 2013

ANO DE CONCLUSÃO	PROCESSOS CONCLUÍDOS	ESTIMADO (R$)	A SER CONTRATADO	ECONOMIA (R$)	ECONOMIA (%)
2007	749	660.654.744,31	430.188.166,47	230.466.577,84	34,88
2008	2.805	2.987.250.314,27	2.431.305.995,03	555.944.319,24	18,61
2009	2.670	5.020.206.685,25	3.932.757.837,87	1.087.448.847,38	21,66
2010	2.516	4.867.238.199,48	3.756.092.835,93	1.111.145.363,55	22,83
2011	2.369	3.897.315.671,72	3.038.919.749,62	858.395.922,10	22,03
2012	3.453	4.554.388.210,58	3.413.456.531,15	1.140.931.679,43	25,05
2013*	2.387	7849.561.543,30	6.510.490.525,03	1.339.071.018,27	17,06
Toral Geral	16.949	29.836.615.368,91	23.513.211.641,10	6.322.403.727,81	21,19

* Valores até outubro de 2013.
Fonte: PGE.

A atuação da PGE contempla também ações de recuperação dos créditos tributários e não-tributários de todos os órgãos e Poderes do Estado, que é implementada por meio da inscrição dos créditos públicos na Dívida Ativa, além da administração e supervisão de todos os créditos públicos e ajuizamento das execuções fiscais.

Nesse âmbito, foram implementadas, em 2013, atividades normativas, fiscalizatórias, executivas e operacionais, das quais se destacam: inscrição de 9.390 créditos tributários lançados na Dívida Ativa; recuperação de 15.669 créditos, referentes ao ano de 2013 e a períodos anteriores, totalizando uma arrecadação de R$ 49,8 milhões; e implantação da cobrança dos créditos

de natureza não-tributária, sendo recuperados R$ 3 milhões.

Por fim, para cumprir as atividades de representação jurídica e judicial, licitações e gestão da dívida ativa, a PGE conta com a parceria da Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará - ARCE, autarquia vinculada que oferta à sociedade as atividades de normatização, fiscalização, reajustamento e revisões de tarifas e atendimento ao usuário dos serviços delegados no Estado do Ceará, com o objetivo de equilibrar os interesses dos usuários do poder concedente e dos prestadores de serviços públicos delegados, atuando nos setores de energia elétrica, gás canalizado, transporte intermunicipal de passageiros e saneamento básico.

Programas Temáticos Setoriais

PROGRAMA 053 – REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Os principais objetivos do Programa envolvem a avaliação e a fiscalização da qualidade e eficiência dos serviços regulados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados - ARCE, o aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação econômica para assegurar tarifas adequadas para os usuários desses serviços e o fortalecimento dos instrumentos de ouvidoria e de controle social.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado Acumulado 2012-2013
Realizar fiscalizações em 80 municípios por ano para verificar a qualidade da água e do esgotamento sanitário.	80	54	126
Realizar 44 fiscalizações para verificar a qualidade dos serviços prestados pela concessionária de distribuição de energia elétrica.	11	9	17
Realizar oito fiscalizações junto à concessionária de distribuição de gás canalizado.	2	2	4
Realizar 68 audiências públicas presenciais e de intercâmbio documental.	17	10	19

* Dados atualizados até outubro de 2013.
Fonte: PGE.

Principais Ações Realizadas

- Realização de nove ações de fiscalização para verificar a qualidade dos serviços prestados pela concessionária de distribuição de energia elétrica, a aplicação dos subsídios para consumidores de baixa renda, a conformidade dos níveis de tensão, os indicadores e o Plano de Desenvolvimento da Distribuição;
- Fiscalização da geração de energia no Estado em 22 usinas eólicas e o monitoramento de quarenta empreendimentos de geração de energia eólica em fase de outorga e construção;
- Fiscalizações semestrais da Concessionária de distribuição de gás canalizado, com a finalidade de verificar o cumprimento do contrato de concessão e dos procedimentos previstos nos instrumentos normativos de regulação da atividade;

- Monitoramento operacional das empresas delegatárias do serviço de transporte intermunicipal de passageiros, incluindo o acompanhamento dos dados contidos nos Relatórios Estatísticos Operacionais encaminhados trimestralmente pelas transportadoras e do cumprimento das Resoluções da ARCE;
- Realização de dez audiências públicas proporcionando a participação da sociedade no processo de regulação, tais como revisão e reajuste tarifários, a produção de normas, o planejamento das fiscalizações e, em matéria em que seja importante, ouvir a sociedade civil;
- Realização de 24 audiências públicas no interior do Estado para apoio à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica entre a ARCE, APRECE, CAGECE e SCIDADES;
- Elaboração de novo modelo para o sistema de transporte público rodoviário metropolitano (serviço regular e serviço regular complementar) através da modelagem da oferta e demanda dos sistemas de transporte público rodoviário e metroviário;
- Experimentação do Projeto Usuário Voluntário em municípios do interior do Estado, com o objetivo estimular a parceria entre a Agência e os usuários dos serviços públicos para a melhoria na prestação dos serviços;
- Elaboração de bases de informações georreferenciadas para o Serviço Metropolitano e para o Serviço Interurbano de Transporte de Passageiros contendo informações socioeconômicas de cada região do Estado e as informações operacionais de cada tipo de serviço;
- Realização e publicação de pesquisa quantitativa para medir e avaliar o grau de conhecimento, de satisfação e qualidade dos serviços públicos prestados, tendo como amostra cinquenta municípios do Estado do Ceará.

DESEMPENHO
DAS AÇÕES
GOVERNAMENTAIS

GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

Correção e Disciplina

A Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário – CGD foi criada como órgão de controle externo disciplinar e estruturada como Secretaria de Estado com a missão de prevenir e reprimir os desvios de conduta dos integrantes dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Judiciária e Segurança Penitenciária). Sua atuação não se restringe a realizar (fazer; processar; instaurar; decidir), mas, também, a requisitar e avocar sindicâncias e processos administrativos referentes à apuração de responsabilidade disciplinar de todos os servidores, direta ou indiretamente ligados aos resultados no combate à criminalidade.

Buscando alcançar maior efetividade em suas ações e incremento da transparência da gestão governamental, a CGD foi estruturada para realizar o ciclo completo no tratamento da questão disciplinar, agindo com celeridade, seletividade e repressão qualificada. Isto permite uma resposta mais ágil e justa, além da necessária isenção à investigação e à instrução efetiva e eficaz dos processos administrativos disciplinares. Atuando de forma independente e não-corporativa, realiza ações de prevenção, apuração de desvios de conduta e aplicação das sanções cabíveis aos agentes de segurança que, com sua conduta, aviltam a dignidade da pessoa humana, resultando no combate à corrupção e ao abuso no exercício da atividade policial ou de segurança penitenciária, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Dentre as inovações do modelo de Controladoria implantado no Estado do Ceará, merecem destaque o enfrentamento ao corporativismo, as atividades de caráter preventivo, a criação da Delegacia de Assuntos Internos e o recebimento presencial de denúncias.

Para o enfrentamento do corporativismo, foram adotadas diversas medidas, como a que determina que o Controlador Geral pertença a instituição diversa das fiscalizadas, com o dever de corrigir, controlar e punir, além da publicação dos atos de instauração e resultado dos processos disciplinares no Diário Oficial do Estado, garantindo transparência e acesso às informações. Acrescente-se que, anteriormente à criação da CGD, nunca na história da policia militar, um oficial do último posto havia recebido uma sanção disciplinar.

As atividades de caráter preventivo, tais como fiscalização, controle e orientação das atividades policiais e penitenciárias, podem evitar ou minimizar substancialmente futuras irregularidades disciplinares, representam um avanço no modo como se enfrenta a questão do desvio de conduta policial.

A Delegacia de Assuntos Internos, tecnicamente subordinada à Controladoria Geral de Disciplina, destina-se à repressão qualificada das infrações penais perpetradas por integrantes da segurança pública e do sistema penitenciário.

O recebimento presencial de denúncias tem encorajado a população a exercer o direito de cidadania com relação aos desvios de conduta dos agentes da segurança pública, trazendo a credibilidade e a confiança da sociedade a essa nova estrutura governamental. Os dados apontam a evolução do número de denúncias, cujas médias mensais passaram de 73 denúncias em 2011 para 150 denúncias em 2013, representando um crescimento de mais de 100% no período.

Os resultados setoriais da CGD buscam reduzir os desvios de conduta nos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário mediante processos disciplinares que observam rigorosamente o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, de modo que todos os denunciados sejam devidamente investigados e, quando for o caso, punidos, visando sempre à melhoria e ao aperfeiçoamento da disciplina, além de uma resposta tempestiva e eficaz à sociedade. Desta forma, para efeito de cálculo dos indicadores de resultados, considerou-se o efetivo de servidores submetidos à Lei 98/2011, no total de 22.545 agentes públicos dos órgãos de segurança pública e sistema penitenciário.

Correição e Disciplina
Evolução de Indicadores 2011 - 2013

Indicadores	2011 (*)	2012	2013
Percentual de servidores denunciados	2,30%	6,00%	5,03%
Percentual de servidores submetidos a procedimentos disciplinares	--	14,30%	41,76%
Percentual de servidores punidos nos procedimentos disciplinares	--	0,90%	6,12%

(*) No percentual de servidores denunciados em 2011, somente foram consideradas as denúncias apresentadas após 20/06/11, data de publicação da Lei 98/2011, data da criação da CGD.
Fonte: CGD.

Programa Temático Setorial

PROGRAMA 096 – CONTROLE DISCIPLINAR DA SEGURANÇA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Objetiva fortalecer a infraestrutura tecnológica, física e logística da CGD, além da capacitação dos seus servidores, visando ao desempenho eficaz das atividades preventivas e repressivas de combate aos desvios de conduta dos servidores submetidos à Lei 98/2011, apresentando as seguintes metas prioritárias:

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2013	Realizado 2013	Realizado/Acumulado 2012-2013
Deliberar 80% dos processos de desvios de conduta cadastrados no período 2012 - 2015	29	520	1.473
Realizar correição preventiva e repressiva em 10% das delegacias da Polícia Civil	3	2	2
Deliberar 50% dos processos oriundos da Corregedoria Geral	195	1.725	3.741
Instruir 100% dos processos de sindicância no prazo de sessenta dias	0	492	615
Instruir 100% dos processos administrativos disciplinares no prazo de 120 dias	0	172	302

Fonte: CGD.

Principais Ações Realizadas

- Reaparelhamento e modernização da área de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Capacitação de 56 servidores no curso de Nivelamento Operacional do Grupo Tático de Atividades Correicionais;
- Participação de integrantes da CGD nos cursos de formação e de aperfeiçoamento de servidores ministrados pela AESP.

PERSPECTIVA DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL PARA 2014

PERSPECTIVA
DA ATUAÇÃO
GOVERNAMENTAL
PARA 2014

TENDÊNCIA ECONÔMICA

A economia cearense vem apresentando um ritmo de crescimento maior do que o nacional desde 2008. Para o ano de 2013, a tendência é que esse ritmo se mantenha, pois, segundo o Banco Central [1], a previsão para o PIB do Brasil em 2013 é de 2,3%. Dado que o PIB do Ceará já acumula até o terceiro trimestre um crescimento de 3,22% (Tabela 1), a perspectiva é que, para o ano de 2013, o Ceará apresente um crescimento de 3,5% com a possibilidade de variar num intervalo entre 3,0% a 4,0% (Tabela 1)

Tabela 1 – Taxas de crescimento (%) do
PIB e Valor Adicionado por atividades - Ceará - 2013 (*)

Setores e Atividades	1° Trim (**)	2° Trim (**)	3° Trim (**)	Acumulado no ano (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	-5,94	5,97	-3,11	-1,03	-2,91
Indústria	4,08	7,59	6,98	6,22	5,33
Extrativa Mineral	18,21	60,30	37,30	38,60	26,26
Transformação	2,00	7,50	6,11	5,20	3,89
Construção Civil	4,46	5,70	6,77	5,64	4,90
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	6,23	4,70	5,94	5,62	5,94
Serviços	2,26	3,69	2,27	2,74	3,57
Comércio	5,14	3,47	-1,55	2,35	3,75
Alojamento e Alimentação	1,41	3,66	2,93	2,67	3,13
Transportes	2,86	9,65	4,13	5,55	6,64
Intermediação Financeira	0,55	4,31	5,86	3,57	3,81
Administração Pública	1,67	2,22	1,83	1,91	1,83
Outros Serviços	0,68	3,53	4,52	2,91	4,95
VA a preços básicos	1,88	4,17	3,87	3,31	3,61
PIB pm	1,94	3,95	3,76	3,22	3,54

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;
(**) Em comparação a igual período do ano anterior;
(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Fonte: IPECE e IBGE.

O setor da indústria é o que vem demonstrando o melhor desempenho em 2013 (Tabela 1), pois apresentou a maior taxa de crescimento nos três trimestres do ano, registrando inclusive uma taxa acumulada de 6,22% até setembro.

O setor de serviços vem logo em seguida, com uma taxa acumulada de 2,74%. Destaca-se que a atividade do comércio teve uma queda de 1,55% no terceiro trimestre em decorrência do alto nível de endividamento das famílias e do aumento da taxa de juros Selic. Esses fatores tornam o crédito mais caro, diminuindo o consumo das famílias e prejudicando a atividade de comércio.

Já a agropecuária é o único setor que vem apresentando taxas de crescimento negativas, apesar de, no segundo trimestre, ter apresentado

[1] Estimativa de dezembro de 2013 apresentada no relatório de inflação do Banco Central do Brasil.

um crescimento de 5,97%. Além disso, no acumulado do valor adicionado até setembro, o setor apresentou uma queda de 1,03% em decorrência do terceiro ano consecutivo de forte estiagem.

Para o ano de 2014, a projeção de crescimento do PIB do Ceará é de uma taxa positiva de 4,5%, devendo oscilar em um intervalo de 4,0% a 5,0%. A Tabela 2 apresenta as projeções para os anos de 2013 e 2014. Verifica-se uma taxa de crescimento do PIB, em 2014, de 4,5% para o Ceará e de 2,0% para o Brasil, mantendo assim a tendência de crescimento do PIB cearense acima do brasileiro. Já para o valor corrente do PIB, em 2014, o valor esperado é de R$ 5.131.464 milhões para o Brasil e de R$ 116.887 milhões para o Ceará, representando 2,28% do PIB brasileiro. Em relação ao PIB per capita, em 2014, a projeção para o Brasil é de R$ 25.307 e do Ceará é de R$ 13.217, representando 52,23% em relação ao Brasil (Tabela 2).

Tabela 2 - Estimativa do PIB pm e PIB per capita - Brasil e Ceará – 2013 - 2014

	2013		2014	
Indicadores Selecionados	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
PIB (R$ milhões correntes)	105.582	4.748.770	116.887	5.131.464
Crescimento Real do PIB (%)	3,5	2,3	4,5	2,0
PIB per capita (R$)	12.026	23.622	13.217	25.307

Fonte: IPECE; IBGE e Relatório FOCUS 20/12/13

Em 2014 a dinâmica da economia cearense será potencializada pelos investimentos em infraestrutura por parte do governo estadual dado um volume histórico de pouco mais de R$ 9,44 bilhões. Além disso, a Copa do Mundo e o calendário do ano eleitoral serão elementos de maior impulso para o setor de serviços, dada a sua magnitude na economia local.

O ano de 2013 foi marcado pelo prolongamento da estiagem e o agravamento das condições socioeconômicas da área rural, repetindo assim o mesmo quadro de 2012, mas de forma mais contundente, à medida que as reservas hídricas se esgotam e outras variáveis se deterioram com o decorrer do tempo, como as próprias condições do solo, incluindo perda de umidade e de cobertura vegetal.

Dessa forma, mesmo com a quadra chuvosa de 2013 tendo apresentado um volume de chuvas um pouco superior que o mesmo período de 2012, verificou-se uma intensificação dos efeitos da estiagem, justamente pelo efeito incremental do decorrer do período de seca. O risco de desabastecimento hídrico é um dos resultados mais perceptíveis da seca em 2013, visto que os prejuízos e vulnerabilidades decorrentes da estiagem deixaram de ser um problema da área rural, passando a ameaçar também as áreas urbanas de vários municípios do Ceará fora da Região Metropolitana de Fortaleza.

Tal situação atingiu grande parte dos estados da Região Nordeste, levando a uma quebra de safra, especialmente da produção de grãos, a qual tem sua produção fortemente dependente das precipitações.

Para 2014, já se observam algumas sinalizações positivas para as condições climáticas em relação ao que foi verificado para 2013 no Nordeste, visto que algumas variáveis determinantes de chuvas para a região, como os valores da Temperatura da Superfície do Mar – TSM do

Atlântico Norte e do Atlântico Sul, apresentam-se mais favoráveis que no ano anterior. Enquanto os prognósticos para o período de janeiro a março de 2013 indicavam uma probabilidade de 40% para a ocorrência de chuvas abaixo da média, para o mesmo período de 2014, os prognósticos apontam uma probabilidade de 40% para chuvas dentro da média.

Com isso, é possível que, em 2014, a produção agrícola, especificamente a produção de grãos, apresente um desempenho superior ao observado em 2012 e 2013, ainda devendo considerarem-se as indefinições climáticas até o momento.

A indústria continuará sendo puxada, em 2014, tanto pela indústria de transformação quanto pela construção civil. No caso da indústria de transformação, no cenário em que a demanda doméstica deverá apresentar um menor ritmo de crescimento, acompanhado de melhoria no ritmo das exportações, bem como por uma menor pressão dos produtos importados, a perspectiva é de que ela mantenha trajetória de crescimento, mas em um ritmo não superior ao do ano de 2013. Para que esse quadro se reverta, o aumento da competitividade da indústria será o ponto-chave. Esse aumento estará associado à capacidade de ampliação da produtividade da mão-de-obra, especialmente em um ambiente de mercado de trabalho estabilizado, com pequena taxa de desemprego e expansão da folha de pagamento.

Em 2013, a atividade da construção civil manteve o bom desempenho dos anos anteriores. Quanto a 2014, as expectativas se mantêm positivas, com preservação do ritmo de crescimento. A continuidade dos investimentos públicos, elemento-chave para o crescimento do setor nos anos anteriores, associado à manutenção dos estímulos do Governo Federal, continuarão a influenciar positivamente o resultado da atividade.

As principais expectativas do Comércio/Varejo, subsetor dos serviços, giram em torno da manutenção do ritmo de expansão para o crédito, menor em 2014 (14,5%) do que em 2013 (14,6%). Além disso, um fator positivo é o reajuste de 6,78% do salário mínimo, levemente acima da inflação acumulada em 2013, quando foi mantida a regra de reajuste com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e da variação do PIB de dois anos atrás. O novo valor do salário mínimo tem vigência a partir de janeiro de 2014, passando de R$ 678,00 para R$ 724,00. É esperada também, para 2014, uma maior taxa de crescimento do varejo cearense, em função da baixa base de comparação e também devido a novos fatores que estarão presentes na economia do Estado, a exemplo do evento da Copa do Mundo e também do elevado volume de investimentos recorde previsto pelo Governo do Estado para esse ano.

No mercado de trabalho cearense, é esperada para 2014 uma elevação na geração de empregos no setor de Serviços, que é o que sofre os efeitos mais diretos, devido ao aumento do fluxo turístico esperado para o mês de junho próximo em razão da Copa do Mundo. Outro setor que será destaque é o da Construção Civil, que continuará aquecido, em parte, em função da necessidade de acelerar o término das obras da Copa e também em função do aumento de volume de negócios esperado, ligados ao setor imobiliário. A Indústria de Transformação também gerará mais empregos em consequência da demanda dos demais setores da economia.

Em relação ao comércio exterior do Ceará, espera-se que, em 2014, as exportações cearenses, que vinham apresentando trajetória de crescimento moderada ao longo dos últimos anos, retomem o ritmo de crescimento, uma vez que os principais mercados consumidores,

que são os Estados Unidos, países europeus e Argentina, tenderam a aquecer a demanda pelos produtos cearenses, melhorando, portanto, o desempenho do setor.

Outra expectativa de impulso das exportações cearenses é sinalizada pela Zona de Processamento de Exportações – ZPE do Pecém. Inaugurada em agosto de 2013, as estimativas são de que a sua atuação se consolide em 2014 e, já em 2015, exporte US$ 2 bilhões.

Com relação às importações cearenses, estas manterão a mesma tendência de continuarem superiores às exportações, devido à demanda de insumos industriais destinados às atividades produtivas e aos investimentos que estão sendo implementados no Estado tanto pelo setor público como privado, com destaque para as obras de infraestrutura da Copa do Mundo, energia, rodovias, aeroportos e Eixão das Águas. De fato, esses investimentos vêm demandando produtos importados, como gás natural, outras turbinas, laminados de ferro, dentre outros.

Quanto às principais origens das importações cearenses, a China continua mantendo sua posição em primeiro lugar no ano de 2013, com um crescimento de 93,94% despontando como uma forte parceira para 2014. Estados Unidos e Argentina, apesar de terem apresentado uma queda nas vendas para o Ceará, ainda continuarão sendo países de destaque nas importações cearenses.

De um modo geral, as estimativas ainda indicam um saldo deficitário da Balança Comercial cearense em 2014, devido ao maior incremento das importações em relação às exportações, trajetória resultante principalmente da manutenção dos investimentos do atual modelo de desenvolvimento do Estado.

Ao contrário de anos anteriores, 2014 iniciará sem o risco de mudanças em leis que possam afetar significativamente as finanças públicas estaduais. Nesse sentido, deve-se observar que foram votadas, em 2013, as novas regras de distribuição dos royalties do petróleo e da distribuição do Fundo de Participação dos Estados – FPE. Entretanto, a implementação da primeira norma foi contestada na Justiça por estados que perderiam recursos. Já as discussões sobre a regulamentação do ICMS arrefeceram durante o ano de 2013 e, ao menos aparentemente, não deverá ser votada no ano de 2014, dada a falta de consenso sobre o modelo a ser adotado.

Assim, os principais riscos para as finanças públicas estaduais são os de ordem econômica. O primeiro desses riscos refere-se ao desempenho da economia nacional, que, conforme já abordado, será de aproximadamente 2% em 2014, inferior ao esperado para 2013. Dado esse baixo crescimento da economia nacional, é de esperar um fraco desempenho nos repasses do FPE para o Estado do Ceará, repetindo o fraco desempenho dessa fonte no ano de 2013.

O segundo risco está relacionado ao comportamento da economia local no ano de 2014. Conforme mencionado anteriormente, espera-se um crescimento de 3,5% do PIB cearense, o que reflete uma maior restrição ao crescimento das receitas tributárias estaduais como um cenário pouco provável.

Um terceiro risco para as finanças públicas estaduais refere-se à taxa de câmbio[2], dado que, no final de 2012, 40,8% das operações de crédito[3] do Ceará eram de origem externa, isto

[2] As expectativas de mercado, captadas pelo relatório Focus, de 13/12/2013, apontam para uma taxa de câmbio de R$ 2,43 / US$ 1,00 para o final de 2014.

[3] O que totalizava 2,1 bilhões de Reais, segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

é, contratadas junto a organismos internacionais. Assim, uma depreciação da moeda nacional impactaria as finanças públicas de duas formas. A primeira delas na forma de maiores desembolsos para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, enquanto a segunda seria o incremento da dívida pública estadual, mesmo sem novas contratações de crédito, dado o maior valor da taxa de câmbio. Vale lembrar que, no 2º bimestre de 2013, a Dívida Consolidada Líquida – DCL do Estado era de R$ 3,4 bilhões, o que representava 26,36% das Receitas Correntes Líquidas – RCL estaduais. Como a DCL pode ser de até 200% da RCL, pode-se concluir que esse impacto não seria dos mais significativos para as finanças públicas estaduais.

Em relação aos investimentos públicos estaduais em infraestrutura, 2014 se caracterizará por um volume histórico de aproximadamente R$ 9,44 bilhões, sendo R$ 1,4 bilhão desse total oriundo do próprio Tesouro Estadual, R$ 3,8 bilhões resultantes de transferências federais, R$ 2,8 bilhões de operações de crédito e R$ 1,3 bilhão de outras fontes de financiamento.

Por fim, espera-se que o Governo Federal, segundo o que vem sendo anunciado no final de 2013, venha a exigir um maior superávit primário dos estados brasileiros em 2014. Nesse sentido, pode-se esperar que o Governo cearense enfrente pressões para que reduza as despesas estaduais.

PERSPECTIVA
DA ATUAÇÃO
GOVERNAMENTAL
PARA 2014

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2014

O Governo do Estado do Ceará tem assegurado, para o exercício de 2014, conforme autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 15.495 de 27 de dezembro de 2013, um montante de recursos da ordem de R$ 21,30 bilhões, dos quais R$ 16,19 bilhões (76,01%) são destinados às ações do Executivo Estadual. Integram ainda a programação orçamentária do ano (Tabela 1) os valores consignados aos poderes Judiciário, Legislativo e ao Ministério Público, perfazendo um total de R$ 1,56 bilhão, cerca de 7,31% do total, além das despesas referentes aos Encargos Gerais do Estado (previstas para, dentre outras finalidades, transferências constitucionais aos municípios e serviços da Dívida) e à Reserva de Contingência, que somam R$ 3,55 bilhões, equivalentes a uma participação de 16,68% do total orçado.

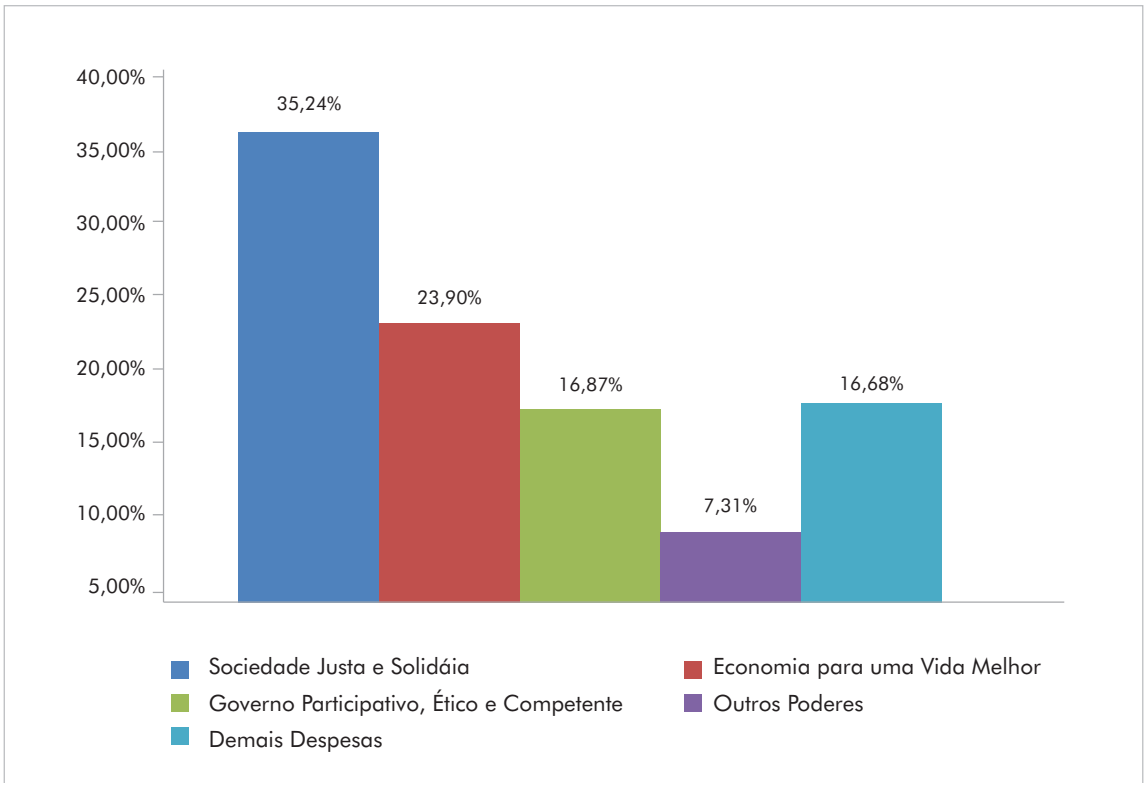
Tabela 1
Orçamento do Estado do Ceará - 2014

DISCRIMINAÇAO	R$ (milhão)
Executivo Estadual	16.193,58
Eixo Sociedade Justa e Solidária	7.507,35
Eixo Economia para uma Vida Melhor	5.092,10
Eixo Governo Participativo, Ético e Competente	3.594,13
Outros Poderes (1)	1.557,67
Demais Despesas (2)	3.553,06
Total do Orçamento 2013	21.304,31

(1) Assembleia Legislativa (AL), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Tribunal de Justiça (TJ) e Procuradoria Geral de Justiça (PGJ);
(2) Encargos Gerais do Estado (EGE) e Reserva de Contingência (RC).
Fonte: SEPLAG/SIOF.

A alocação do montante de recursos previstos para o poder Executivo se deu atendendo ao cumprimento das despesas obrigatórias e aos projetos prioritários na composição das despesas discricionárias da administração estadual. Desta forma, segundo a ótica dos eixos de atuação política, foram alocados R$ 7,51 bilhões no Eixo Sociedade Justa e Solidária, que absorveu a maior parcela dos recursos programados, 38,06%. Ao Eixo Economia para uma Vida Melhor, coube a importância de R$ 5,09 bilhões, equivalente a 26,19% dos valores previstos, e ao Eixo Governo Participativo, Ético e Competente, correspondeu uma programação de despesas da ordem de R$ 3,59 bilhões, 17,76% do Orçamento Estadual.

Gráfico 1
Distribuição percentual da programação orçamentária – 2014



Atuação Finalística do Estado

A análise dos recursos programados para o ano de 2014 demonstra uma atuação primordial do Governo voltada ao cidadão, evidenciada nos valores referentes aos dois primeiros eixos de atuação política. Confirmando essa análise, a Tabela 2 apresenta os valores previstos para as despesas de custeio e investimento, de caráter finalístico, ou seja, aquelas despesas que asseguram a oferta de bens e serviços diretamente à sociedade.

Tabela 2
Despesas finalísticas, por Eixo de Atuação – 2014

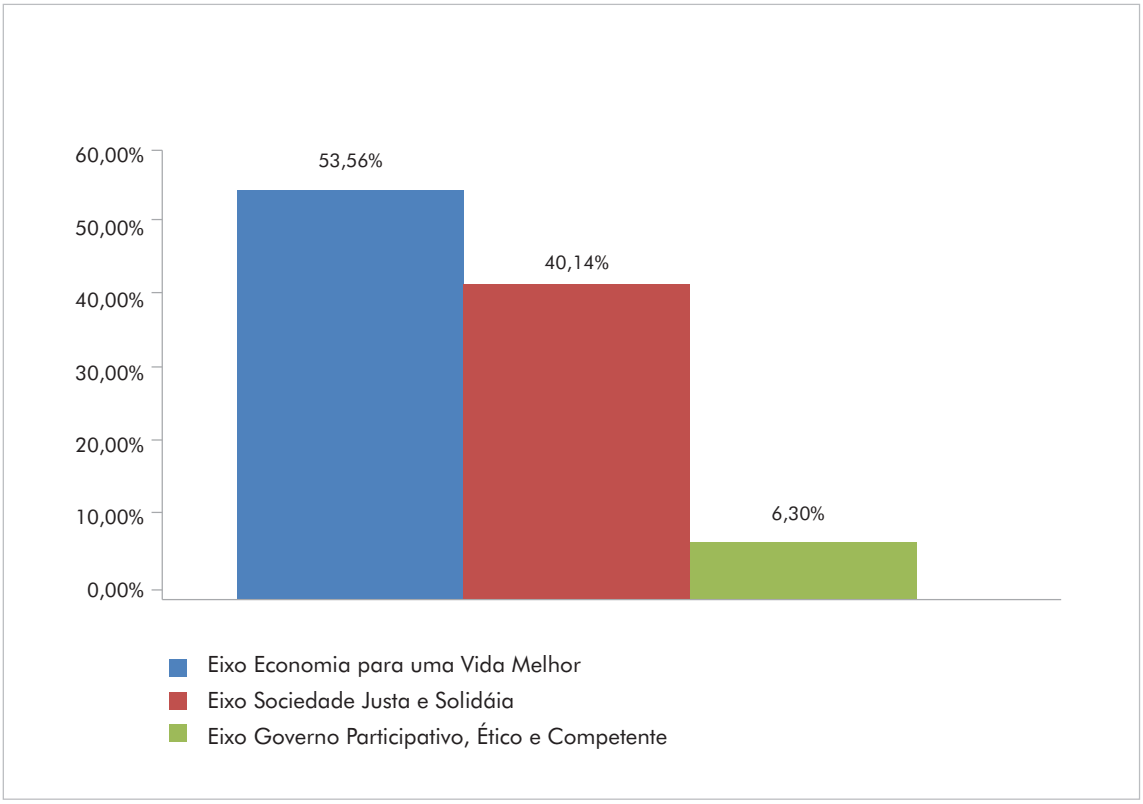
DISCRIMINAÇÃO	R$ (milhão)
Eixo Economia para uma Vida Melhor	4.688,49
Eixo Sociedade Justa e Solidária	3.514,47
Eixo Governo Participativo, Ético e Competente	551,53
Total das Despesas Finalísticas 2014	8.754,48

Fonte: SEPLAG/SIOF.

Para contabilizar as despesas finalísticas de custeio e investimento, considera-se o total das despesas autorizadas, deduzidos os recursos referentes aos Encargos Gerais do Estado, à Reserva de Contingência e aqueles destinados à manutenção e funcionamento administrativos dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Porém, cumpre destacar que, nesse último grupo de despesas, incluem-se os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, nos quais têm

participação expressiva os servidores ligados às áreas de educação, saúde e segurança pública que realizam um trabalho de atendimento direto à população, concluindo-se ser bastante superior a aplicação total de recursos para a execução das ações finalísticas a cargo do governo estadual.

Gráfico 2
Distribuição percentual das despesas finalísticas, por Eixo de Atuação – 2014



Fonte: SEPLAG/SIOF.

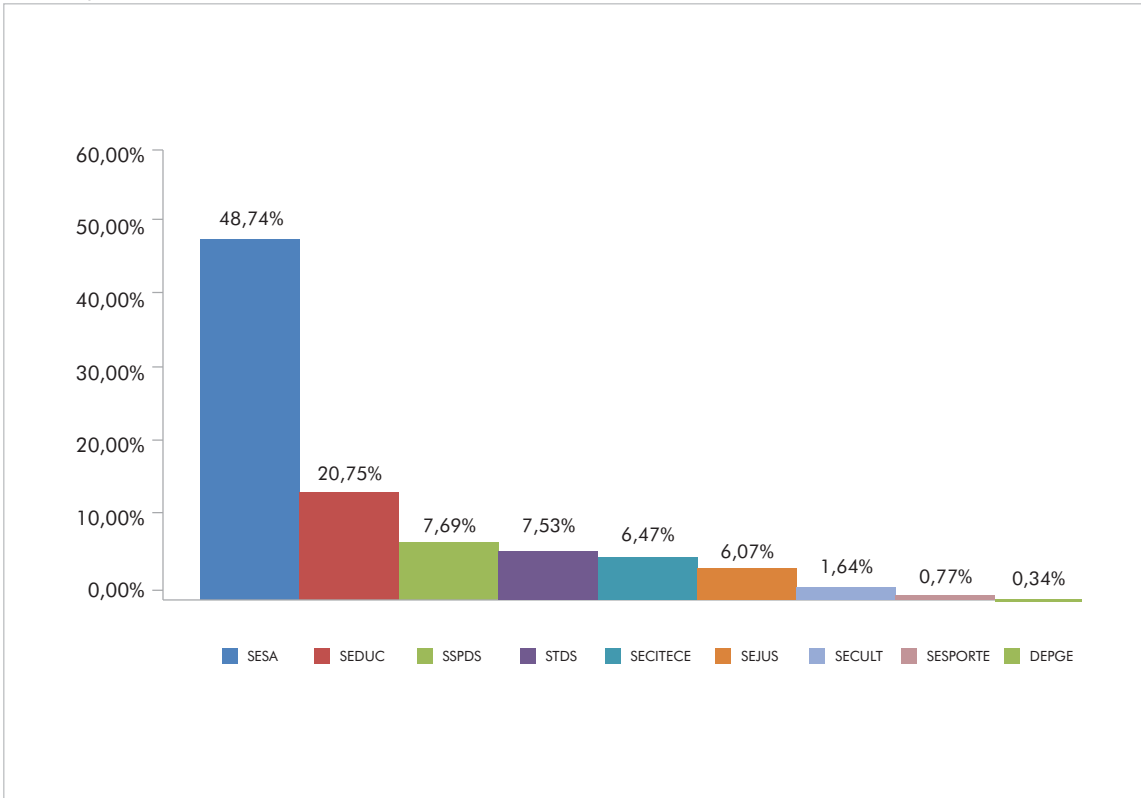
Sociedade Justa e Solidária

Para garantir à população a oferta direta de bens e serviços nas áreas sociais como educação, saúde, esporte, cultura e assistência social, entre outras, componentes do Eixo Sociedade Justa e Solidária, foi programado um dispêndio de mais de R$ 3,51 bilhões, perfazendo 40,14% do total orçado neste grupo de despesas.

Diferentemente do eixo Economia para uma Vida Melhor, as despesas finalísticas deste eixo não chegam aos 50% do total orçado para o Executivo Estadual, posição que se inverte quando considerado o volume de recursos destinados a outros grupos de despesas, como é o caso de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, sobretudo nas áreas da educação, saúde e segurança pública, que concentram aproximadamente 87% do total de servidores ativos do Estado, a grande maioria realizando seu trabalho na prestação do atendimento direto à população.

Da programação orçamentária deste eixo, mais de 48,74% foram alocados para as despesas da Secretaria da Saúde - SESA e 20,75 para as da Secretaria da Educação - SEDUC. As despesas das demais secretarias integrantes deste eixo somam um percentual 30,51% (vide Gráfico 3).

Gráfico 3
Sociedade Justa e Solidária – 2014
Distribuição percentual das despesas finalísticas, por Secretaria



Fonte: SEPLAG/SIOF.

Convém salientar que, do total de R$ 1,7 bilhão fixado para a área da saúde, quase 90% destinam-se às atividades e projetos do programa de Atenção à Saúde Integral e de Qualidade. Tal programa contempla as despesas alocadas na manutenção de todos os hospitais estaduais, como o Hospital Geral de Fortaleza - HGF, Hospital de Messejana, Hospital Infantil Albert Sabin - HIAS, Hospital Waldemar de Alcântara e Hospital Regional do Cariri - HRC, Hospital do Sertão Central - HSC, de policlínicas, de Unidades de Pronto Atendimento - UPA, de Centros de Especialidades Odontológicas – CEO, e na aquisição de medicamentos, além da implantação dos demais equipamentos públicos da saúde.

Em seguida, com 20,75% do total, encontra-se o montante de recursos destinados à área da educação (R$ 729,14 milhões), aproximadamente 54,6% dos quais estão no programa Organização e Gestão da Educação Básica, que abrange, dentre outras, despesas relativas à manutenção das escolas estaduais de educação básica e das escolas regulares, incluindo o transporte e a merenda escolar. Outro importante programa nessa área é o de Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, cujas principais ações são: construção e manutenção das escolas estaduais de educação profissional, aquisição de equipamentos e mobiliário e seleção e contratação de professores.

Na área de segurança pública, os principais programas, em termos orçamentários, são: Segurança Pública Integrada e Segurança Pública Comunitária, que, juntos, representam 97,56% do volume de recursos destinados a essa política setorial. Com R$ 226,39 milhões, o primeiro programa incorpora: a manutenção

de unidades de segurança pública, como delegacias municipais, Divisão de Homicídios e Academia Estadual de Segurança Pública; a expansão da atuação do governo nessa área, como implantação do novo prédio da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança - CIOPS e da Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas; a ampliação do Sistema de Identificação Civil; e reforma e estruturação de delegacias especializadas e regionais.

Já na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, as ações que mais se destacam constam dos programas Assistência Social (34,67%), Emprego e Renda (25,84%) e Promoção e Proteção dos Direitos Humanos (20,37%). Nesse conjunto, torna-se importante salientar: os projetos componentes do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças, Adolescentes e Jovens no Ceará - PROARES, a manutenção de unidades de Proteção Social Especial, de unidades de promoção de medidas socioeducativas e dos Centros de Inclusão Tecnológica e Social - CITS e realização de ações de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho.

Na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECITECE, dois programas concentram mais de 85% dos recursos. O programa Ciência, Tecnologia e Informação, com R$ 102,04 milhões, envolve ações de modernização tecnológica do Estado, de inovação tecnológica e empresarial, com recursos do Fundo de Inovação Tecnológica - FIT, além da manutenção da Universidade do Trabalho Digital - UTD e concessão de bolsas nessa área. Por seu turno, o programa de Educação Superior, como a própria nomenclatura revela, destina-se a promover ações de manutenção, funcionamento e expansão da oferta de serviços nas Instituições de Ensino Superior do Estado (Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade do Vale do Acaraú - UVA e Universidade Regional do Cariri - URCA, no Centro de Educação à Distância – CED) e a conclusão da implantação dos campi multi-institucionais de Iguatu e Itapipoca.

Para a área da justiça, foram destinados cerca de R$ 213,38 milhões, dos quais, mais de 90% encontram-se no principal programa, Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária, que concentra os investimentos mais relevantes dessa área temática, como a implantação, reforma e/ou ampliação de Casas de Privação Provisória de Liberdade - CPPL, de cadeias públicas e de penitenciárias, além da manutenção das referidas unidades. No programa Proteção e Cidadania, destacam-se ações de enfrentamento e prevenção ao tráfico de pessoas e assistência a vítimas e de manutenção de unidades de atendimento ao cidadão.

Na Cultura, as ações que consomem o maior volume de recursos são as contempladas no programa Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará, destacando-se: o apoio a Pontos de Cultura, o lançamento de editais de incentivo às artes, a programação e a difusão da Orquestra Eleazar de Carvalho e a manutenção de equipamentos públicos culturais, como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, a Escola de Artes e Ofício Thomaz Pompeu Sobrinho e o Centro Cultural Bom Jardim.

Ainda sob a ótica da representatividade orçamentária, são os principais programas da Secretaria do Esporte – SESPORTE: Esporte – Educação, Participação e Lazer e Promoção da Juventude, com 62,71% e 17,8%, respectivamente, que reúnem as ações mais emblemáticas do setor (Segundo Tempo, Bolsa Esporte e Mão Amiga), além da construção de praças da juventude.

Quanto à Defensoria Pública Geral do Estado – DPGE, o volume de recursos direcionados às

ações finalísticas de investimento e custeio é da ordem de R$ 11,84 milhões, sendo quase sua totalidade aplicada no programa Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça, que traz em seu escopo ações de criação de Núcleos Avançados de Atendimento e implantação do Núcleo de Atendimento Jurídico Especializado ao Adolescente em Conflito com a Lei, dentre outras.

Sociedade Justa e Solidária - 2014
Despesas finalísticas, por secretaria e programa

Secretaria/Programa	Despesas	
	R$ (milhão)	%
Secretaria da Saúde – SESA	1.712,99	48,74
Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	1.507,06	87,98
Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do Sus	139,50	8,14
Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde	61,71	3,60
Demais Programas	4,73	0,28
Secretaria da Educação – SEDUC	729,14	20,75
Organização e Gestão da Educação Básica	398,15	54,61
Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	259,27	35,56
Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	57,56	7,89
Demais Programas	14,16	1,94
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS	270,12	7,69
Segurança Pública Integrada	226,39	83,81
Segurança Pública Comunitária	37,14	13,75
Demais Programas	6,59	2,44
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS	264,66	7,53
Assistência Social	91,75	34,67
Trabalho, Emprego e Renda	68,38	25,84
Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	53,92	20,37
Demais Programas	50,61	19,12
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	227,45	6,47
Ciência, Tecnologia e Inovação	102,04	44,86
Educação Superior	92,18	40,53
Educação Profissional	30,73	13,51
Demais Programas	2,50	1,10
Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJUS	213,38	6,07
Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária	193,25	90,56
Proteção e Cidadania	19,18	8,99
Demais Programas	0,96	0,45
Secretaria da Cultura – SECULT	57,68	1,64
Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará	45,38	78,68
Memória Cultural	7,60	13,17
Incentivo à Leitura e ao Conhecimento	2,84	4,93
Demais Programas	1,86	3,23
Secretaria do Esporte – SESPORTE	27,20	0,77
Esporte – Educação, Participação e Lazer	17,06	62,71
Promoção da Juventude	4,84	17,80
Infraestrutura Esportiva e de Lazer	4,25	15,63
Demais Programas	1,05	3,85
Defensoria Pública Geral do Estado – DPGE	11,84	0,34
Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça	11,81	99,75
Demais Programas	0,03	0,25
Total de Despesas	3.514,47	100,00

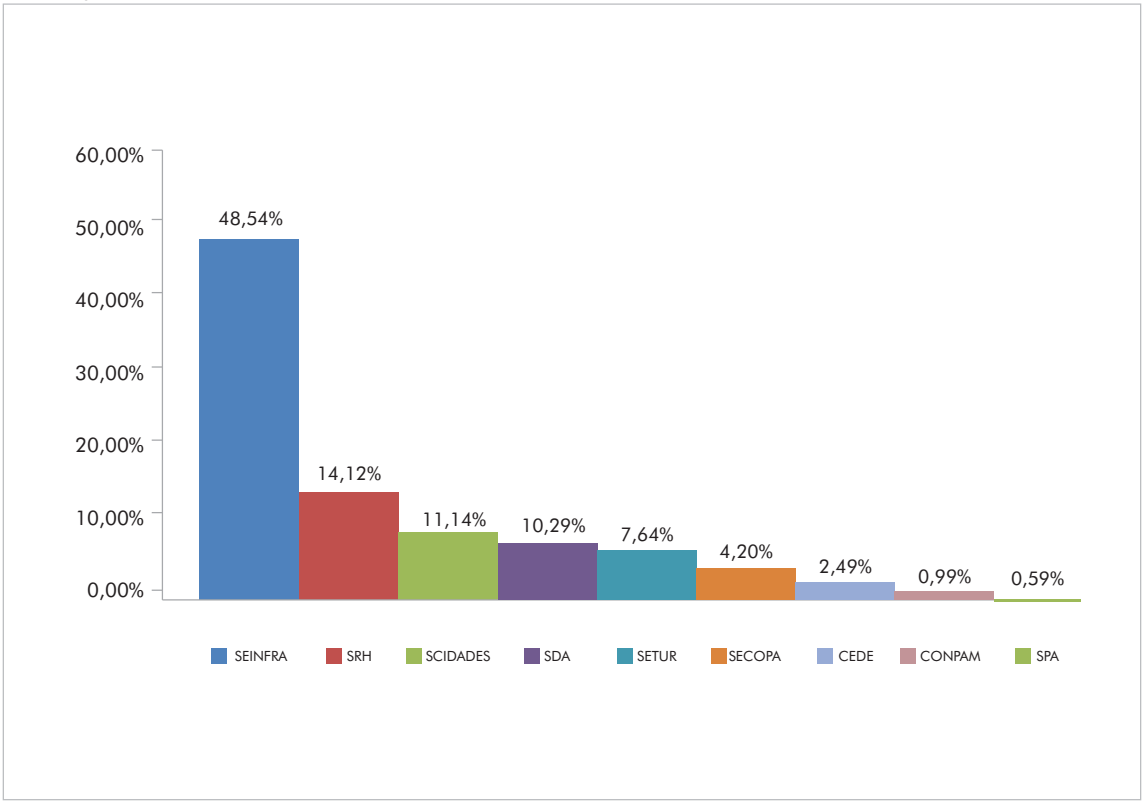
Fonte: SEPLAG/SIOF.

Economia para uma Vida Melhor

No conjunto das despesas finalísticas (custeio e investimento), o Eixo Economia para uma Vida Melhor é responsável pelo maior volume de recursos, R$ 4,69 bilhões, representando 53,56%. Tal informação demonstra a atuação do Governo em ações impulsionadoras da economia estadual, como infraestrutura, agropecuária e turismo, setores que exigem investimentos mais vultosos.

No total dos recursos desse eixo, verifica-se que as despesas finalísticas correspondem a um percentual de 92,1%, em que figuram as secretarias da Infraestrutura - SEINFRA, com 48,54%, de Recursos Hídricos - SRH, com 14,12%, das Cidades - SCIDADES, com 11,14%, do Desenvolvimento Agrário - SDA, com 10,29%, e do Turismo - SETUR, com 7,64%, detendo os maiores percentuais dos recursos programados (vide Gráfico 4).

Gráfico 4
Economia para uma Vida Melhor – 2014
Distribuição percentual das despesas finalísticas, por Secretaria



Fonte: SEPLAG/SIOF.

Conforme apresenta o gráfico, a SEINFRA detém a maior participação no volume de recursos das despesas finalísticas. Tal representatividade se deve principalmente às ações constantes no programa Transporte e Logística do Estado do Ceará, em que tem destaque: a segunda fase da ampliação do Terminal Portuário do Pecém, a conclusão do primeiro estágio da Linha Sul do Metrô de Fortaleza, incluindo a aquisição de Trens Unidade Elétrica - TUE, a implantação do ramal de passageiros Parangaba-Mucuripe e do Trem de Passageiros VLT - Linha Norte, em Sobral, a Construção da Ponte Estaiada sobre o Rio Cocó, a duplicação e melhoramento do Anel Viário de Fortaleza, a pavimentação de rodovias, além da manutenção das atividades de

registro de veículos e habilitação de motoristas, da fiscalização rodoviária e da conservação rotineira das rodovias estaduais.

Considerando-se os valores orçados, segue-se a SRH, que aplica um montante de R$ 661,98 milhões em inúmeros investimentos finalísticos, os quais estão contemplados, de forma mais representativa, no programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água. No Orçamento 2014 desse programa, sobressaem-se a execução das obras do Cinturão de Águas do Ceará - CAC, a otimização e gestão de Sistemas de Dessalinização e instalação de pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água em comunidades rurais, o Eixão das águas – trecho 5 - e construção de adutoras.

Quanto à política estadual de Saneamento e Urbanização, a Secretaria das Cidades aplicará um montante de R$ 522,07 milhões nas ações de: Saneamento Ambiental, como implantação de sistemas de esgotamento sanitário, de estações de tratamento de água e de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais; de Desenvolvimento Regional, como apoio a Arranjos Produtivos Locais - APL, realização de investimentos em infraestrutura física e em inovação e apoio ao setor privado, nas regiões do Cariri Central e do Vale do Acaraú/Jaguaribe; e Habitacional, como a construção de unidades habitacionais. No âmbito dessa Secretaria, merecem destaque os projetos de intervenções urbanas estruturantes, de caráter socioambiental, nas áreas dos rios Cocó e Maranguapinho, como construção de barragens, execução de dragagem, de obras de urbanização e construção de equipamentos sociais.

No setor de Desenvolvimento Agrário, que concentra 10,29% dos recursos deste eixo, as ações mais importantes em termos orçamentários compõem os programas de: Desenvolvimento Agropecuário, como construção de cisternas de enxurrada e de barragens subterrâneas para quintais produtivos, projetos de inclusão produtiva e econômica, Garantia Safra e distribuição de sementes, aquisição de tratores e implementos agrícolas, além de realização de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e de vigilância zoofitossanitária; e de Enfrentamento à Pobreza Rural, como implantação de reservatórios para captação e armazenamento de água para o consumo, construção de sistemas de abastecimento de água e de sistemas simplificados de esgotamento sanitário, aquisição e distribuição de leite e de outros alimentos, além de implantação de casas digitais.

Os recursos para as despesas finalísticas da área do turismo, que correspondem a um valor de mais de R$ 358,30 milhões, encontram-se no grande programa temático Construção do Destino Turístico "Ceará", no qual serão executados os projetos e atividades: investimento para a implantação do Acquário Ceará, construção do Aeroporto de Jericoacoara e do hangar no Aeroporto de Aracati, duplicação das rodovias CE 085 e CE 040 (no trecho Beberibe/Aracati), dentre outras; de manutenção dos equipamentos turísticos (Centro de Eventos do Ceará, teleférico de Ubajara, Teatro Torres Câmara etc.); de promoção do Ceará nos mercados local, nacional e internacional; e de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Por seu turno, a Secretaria Especial da Copa 2014 - SECOPA aplicará mais de R$ 197,14 milhões basicamente no projeto de implantação do Centro de Formação Olímpica, além da realização de eventos, projetos e serviços relacionados à Copa do Mundo de 2014.

Consoante com a política estadual de desenvolvimento econômico, o CEDE e seus órgãos vinculados realizarão, especialmente, ações articuladas de atração de grandes empreendimentos para o Estado. Para tanto, conta, no exercício de 2014, com 2,49% do total de recursos voltados às despesas finalísticas do eixo em foco.

Na política e gestão do meio ambiente, o Estado programou a aplicação, em 2014, de R$ 46,43 milhões na implementação e gestão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, realização do Inventário Florestal Nacional do Estado do Ceará, elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, manutenção de unidades de conservação e prevenção, monitoramento e controle de queimadas. Tais ações concentram-se basicamente no programa Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais, que reúne mais de 77,6% dos recursos.

Por fim, a Secretaria da Pesca e Aquicultura - SPA, cuja programação para 2014, nas despesas finalísticas, importa em mais de R$ 27,53 milhões, empreenderá esforços para o desenvolvimento sustentável do setor, por meio, dentre outras ações, de repovoamento piscícola, através da distribuição de alevinos, realização de normatização, registro, fiscalização e educação sanitária, além de implantação de fomento de projetos de pesca marítima e continental.

Economia para uma Vida Melhor - 2014
Despesas finalísticas, por secretaria e programa

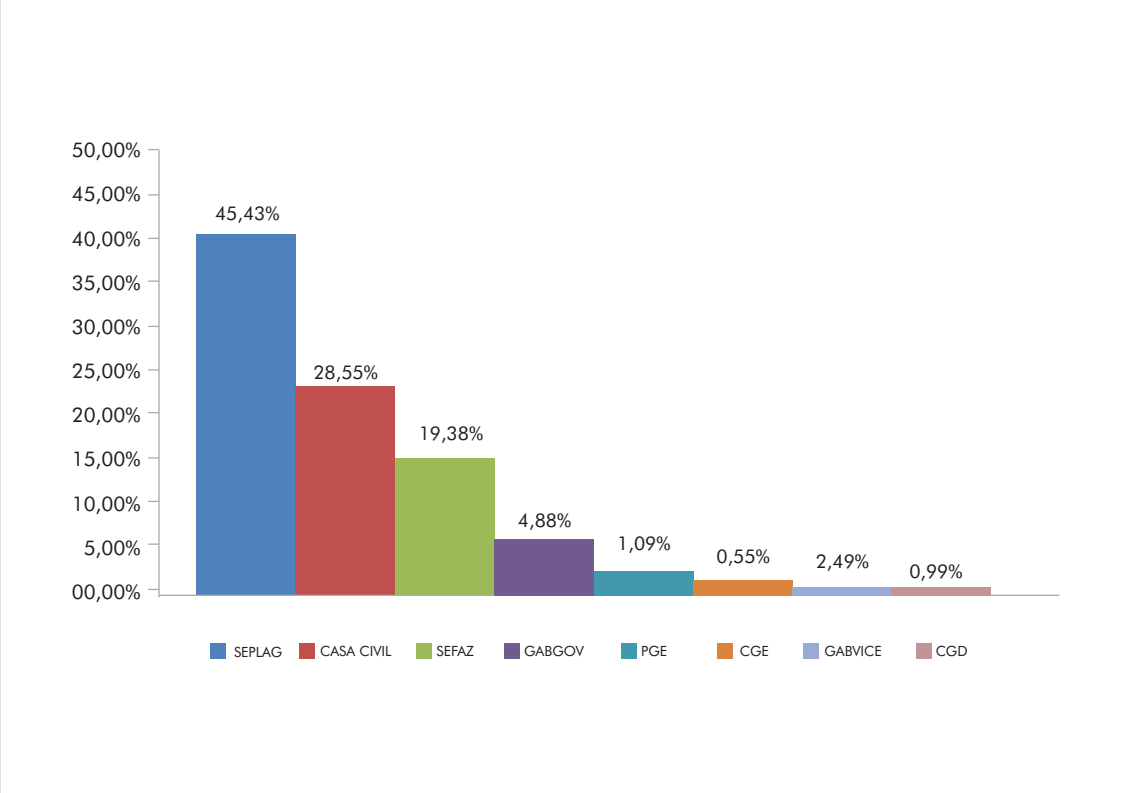
Secretaria/Programa	Despesas	
	R$ (milhão)	%
Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	2.275,90	48,54
Transporte e Logística do Estado do Ceará	2.101,90	92,35
Edificações e Obras Públicas do Estado do Ceará	73,71	3,24
Matriz Energética do Estado do Ceará	56,28	2,47
Demais Programas	44,01	1,94
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH	661,98	14,12
Transferência Hídrica e Suprimento de Água	588,49	88,90
Acumulação Hídrica	69,46	10,49
Demais Programas	4,03	0,61
Secretaria das Cidades – SCIDADES	522,07	11,14
Saneamento Ambiental	223,59	42,83
Desenvolvimento Regional	108,83	20,85
Habitacional	85,92	16,46
Demais Programas	103,74	19,86
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA	482,43	10,29
Desenvolvimento Agropecuário	229,13	47,50
Enfrentamento à Pobreza Rural	222,51	46,12
Demais Programas	30,79	6,38
Secretaria do Turismo – SETUR	358,30	7,64
Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico "Ceará"	358,30	100,00
Secretaria Especial da Copa 2014 – SECOPA	197,14	4,20
Infraestrutura Esportiva e de Lazer	173,70	88,11
Promoção e Realização da Copa 2014	23,44	11,89
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE	116,71	2,49
Indústria, Serviços, Mineração e Agronegócio	110,71	94,86
Demais Programas	6,00	5,14
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM	46,43	0,99
Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	36,03	77,61
Demais Programas	10,40	22,39
Secretaria da Pesca e Aquicultura – SPA	27,53	0,59
Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	27,53	100,00
Total de Despesas	4.688,49	100,00

Fonte: SEPLAG/SIOF.

Governo Participativo, Ético e Competente

As despesas pertinentes ao Eixo Governo Participativo, Ético e Competente foram programadas com valores da ordem de R$ 551,53 milhões, que representam 6,30% do total orçado para ações finalísticas, de custeio e investimento, do Poder Executivo, no exercício de 2014. Nesse montante, sobressaem-se as secretarias que possuem maior volume de recursos para esse tipo de despesa: Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, com 45,43%, Casa Civil, com 28,55% e Secretaria da Fazenda - SEFAZ, com 19,38%. As demais secretarias desse eixo, juntas, orçaram R$ 36,66 milhões, o que equivale a pouco mais de 6,65% (vide Gráfico 5).

Gráfico 5
Governo Participativo, Ético e Competente – 2014
Distribuição percentual das despesas finalísticas, por Secretaria



Fonte: SEPLAG/SIOF.

Como mencionado, detendo a maior representatividade no tocante à programação orçamentária de despesas finalísticas, a SEPLAG é detentora do segundo maior volume de recursos alocados para todo o eixo, um orçamento de R$ 250,54 milhões, quase 46% das despesas finalísticas. Desse valor, parcela significativa de 41,1% está autorizada para a Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Administração Estadual, que contempla, sobretudo, as ações desenvolvidas pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC e da Escola de Gestão Pública - EGP. Já no programa de Coordenação do Planejamento Estadual, tem destaque a ação de Coordenação e Gestão do Planejamento Estratégico – PforR.

A Casa Civil dispõe, em 2014, de R$ 157,46 milhões. Nesse montante, aproximadamente

99% encontram-se alocados no programa Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas, que, em seu escopo, objetiva desenvolver ações de publicidade na mídia, de realização de eventos do Governo, de apoio a instituições e organizações da sociedade civil para implementação de políticas publicas, dentre outras.

A SEFAZ, por sua vez, apresenta uma programação de despesas da ordem de R$ 106,88 milhões, 19,38% dos gastos finalísticos destinados ao respectivo eixo, devendo aplicar uma quantia de R$ 61,98 milhões para a execução do programa de Modernização da Gestão Fiscal, em que se inserem ações de automação da fiscalização de mercadorias em trânsito, de maximização da arrecadação, por meio, principalmente, da otimização do planejamento da arrecadação e da sistematização do acompanhamento de contribuintes, dentre outras. Com recursos previstos no programa Gestão Fiscal e Financeira, serão realizadas a implantação e manutenção de postos fiscais e manutenção de scanners.

O Gabinete do Governador - GABGOV programou para 2014, em despesas de caráter finalístico, uma importância de quase R$ 26,93 milhões, a qual está distribuída, em sua maioria, em programas que possuem a característica da multissetorialidade, destacando-se, dentre estes, o programa voltado à Promoção da Juventude, que responde por quase 90% dos recursos programados nesse grupo de despesas. Esse programa tem como principais objetivos: ofertar oportunidade de elevação de escolaridade do ensino fundamental e qualificação profissional, com formação inicial para jovens de dezoito a 29 anos, e fortalecer os canais de participação de jovens na formulação de políticas públicas de juventude.

Por seu turno, a Procuradoria Geral do Estado - PGE, cujos recursos com destinação finalística foram orçados, para 2014, no valor de R$ 6,04 milhões, programou o desenvolvimento de ações consideráveis, como as empreendidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, as constantes do programa Regulação de Serviços Públicos Delegados, como o projeto de desenvolvimento e implantação do Módulo IDO – Índice de Desempenho Operacional para regulação técnica e fiscalização do Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros, além das ações de Validação da Base de Ativos Regulatória - BAR da Cagece e Definição e Implementação do Regulamento Tarifário do setor de água e esgoto do Estado do Ceará.

Desenvolvendo a política de controle interno do Poder Executivo e promovendo a transparência das ações do Governo, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE programou em atividades e projetos finalísticos, para 2014, mais de R$ 3,02 milhões, dos quais 52,28% encontram-se no programa Controle Interno Preventivo e Auditoria Governamental e 47,72% no programa Participação e Controle Social, que objetiva principalmente disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática do Controle Social da Administração Pública, contribuindo para a Educação Social e exercício da Cidadania.

Quanto ao Gabinete do Vice-governador - GABVICE, o volume de recursos nesse tipo de despesa chega a R$ 400 mil, necessários, no ano de 2014, à realização de ações de articulação macrorregional, para a promoção do Planejamento Participativo e Regionalizado em conjunto com a SEPLAG.

Por seu lado, a Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário - CGD se valerá da programação de R$ 270 mil para assegurar o cumprimento dos

objetivos do seu programa finalístico: apurar com celeridade os processos de desvios de conduta, com ênfase naqueles de maior complexidade, e realizar fiscalização e correição preventiva e repressiva, visando inibir desvios de conduta.

Governo Participativo, Ético e Competente - 2014
Despesas finalísticas, por secretaria e programa

Secretaria/Programa	Despesas	
	R$ (milhão)	%
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	250,54	45,43
Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Administração Estadual	102,97	41,10
Coordenação do Planejamento Estadual	92,65	36,98
Demais Programas	54,91	21,92
Casa Civil	157,46	28,55
Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas	155,75	98,91
Demais Programas	1,71	1,09
Secretaria da Fazenda – SEFAZ	106,88	19,38
Modernização da Gestão Fiscal	61,98	58,00
Gestão Fiscal e Financeira	44,49	41,63
Demais Programas	0,40	0,37
Gabinete do Governador – GABGOV	26,93	4,88
Promoção da Juventude	23,92	88,84
Demais Programas	3,00	11,16
Procuradoria Geral do Estado – PGE	6,04	1,09
Regulação de Serviços Públicos Delegados	5,94	98,34
Demais Programas	0,10	1,66
Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE	3,02	0,55
Controle Interno Preventivo e Auditoria Governamental	1,58	52,28
Participação e Controle Social	1,44	47,72
Gabinete do Vice-governador – GABVICE	0,40	0,07
Coordenação do Planejamento Estadual	0,40	100,00
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário – CGD	0,27	0,05
Controle Disciplinar da Segurança e Sistema Penitenciário	0,27	100,00
Total de Despesas	551,53	100,00

Fonte: SEPLAG/SIOF.

Regionalização das Despesas Finalísticas

Atendendo a preceito constitucional e a premissa da presente gestão de participação social, a construção e monitoramento governamental devem-se dar de forma regionalizada e participativa. Neste sentido, de conformidade com a Lei Complementar nº 82, de 20 de outubro de 2009, que estabeleceu a composição das macrorregiões do Estado para efeito de planejamento, os recursos da LOA são regionalizados entre as oito macrorregiões: Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, Litoral Oeste, Sobral/Ibiapaba, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Baturité, Litoral Leste/Jaguaribe e Cariri/Centro-Sul.

Considerando-se a programação orçamentária

relacionada às despesas voltadas para a oferta de bens e serviços diretamente à sociedade, em 2014, da ordem de mais de R$ 8,75 bilhões, as macrorregiões de planejamento foram contempladas conforme se observa na Tabela 6.

Tabela 6 - Despesas finalísticas do Poder Executivo, por macrorregião – 2014

Macrorregião	Despesas		
	R$ (milhão)	% Total	% Região
Região Metropolitana de Fortaleza	4.419,44	50,48%	59,66%
Cariri / Centro-Sul	1.052,14	12,02%	14,20%
Sobral / Ibiapaba	551,54	6,30%	7,45%
Sertão Central	419,93	4,80%	5,67%
Litoral Leste / Jaguaribe	335,22	3,83%	4,53%
Litoral Oeste	332,40	3,80%	4,49%
Sertão de Inhamuns	196,90	2,25%	2,66%
Baturité	99,54	1,14%	1,34%
Subtotal (Regionalizado)	7.407,11	84,61%	100,00%
Estado do Ceará (Não-regionalizado)	1.347,37	15,39%	-
Total de Despesas	8.754,48	100,00%	-

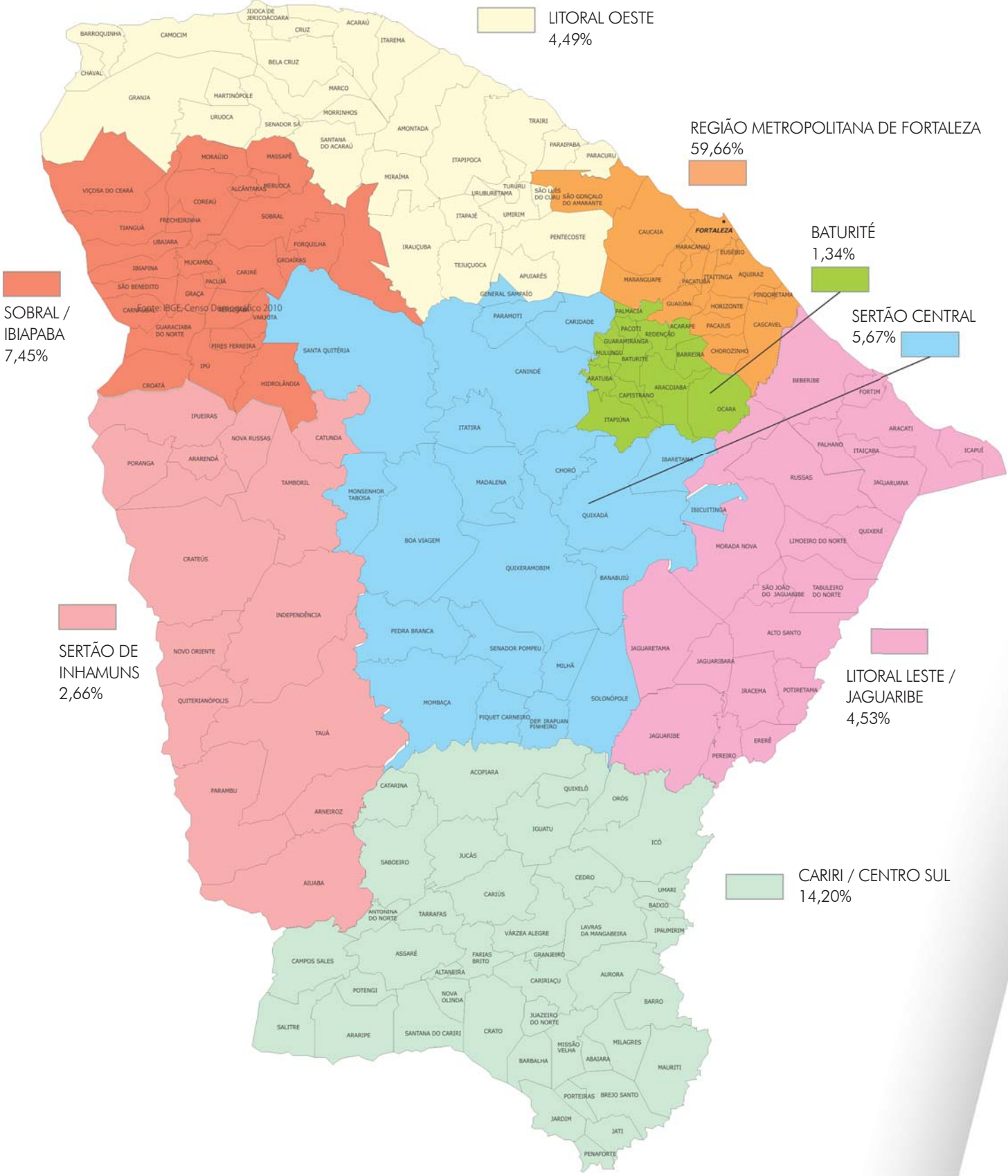
Fonte: SEPLAG/SIOF.

As despesas passíveis de regionalização, ou seja, excluindo-se aquelas alocadas na macrorregião Estado do Ceará, gasto não-regionalizado, mostram um valor programado de R$ 7,4 bilhões (84,61% do total), em 2014, demonstrando a preocupação do governo em regionalizar o gasto. Nessa distribuição de recursos, a RMF aparece com o maior percentual, com 50,48%, seguida pela Cariri/Centro-Sul, com 12,02%, e pela Sobral/Ibiapaba, com 6,30%.

Vale destacar que se entende como despesas não-passíveis de regionalização, constantes em Estado do Ceará (gasto não-regionalizado), aquelas que, pela sua característica, beneficiam todo o Estado ou sua localização abrange várias regiões, como é o caso da manutenção do Cinturão Digital do Ceará ou a implantação de um novo sistema de monitoramento rodoviário. Para esse tipo de despesas, estão programados R$ 1,34 bilhões, representando 15,39% do volume total de despesas finalísticas.

Por outro lado, se for considerado apenas o volume de recursos regionalizados, observa-se que há uma elevação nos percentuais em todas as macrorregiões. Contudo, a RMF, com uma participação percentual de quase 60%, pode ser explicada pelo volume de recursos aplicados em projetos estruturantes que beneficiarão todo o Estado do Ceará, independentemente da região, como é o caso da ampliação do terminal portuário do Pecém e a implantação do Acquário Ceará.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS FINALÍSTICAS, POR MACRORREGIÃO



Em síntese, o Governo do Estado do Ceará programou, para o ano de 2014, um volume de recursos direcionados à realização de ações, segundo orientação estratégica dos três Eixos de Atuação Política, focadas na oferta de serviços públicos de qualidade, de modo a avançar na consecução do grande objetivo da Administração Pública Estadual: promover o bem-estar da população, com desenvolvimento econômico sustentável e transparência na gestão.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

www.ceara.gov.br

Mota☆

Governo do Estado do Ceará